

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
NÍVEL DOUTORADO**

NATÁLIA LEDUR ALLES

**DOS ESTIGMAS A UMA AUTONOMIA POSSÍVEL:
Enquadramentos comunicacionais e narrativas pessoais sobre as
experiências de ser prostituta**

SÃO LEOPOLDO

2015

Natália Ledur Alles

DOS ESTIGMAS A UMA AUTONOMIA POSSÍVEL:
Enquadramentos comunicacionais e narrativas pessoais sobre as experiências de
ser prostituta

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Doutora em Ciências da
Comunicação, pelo Programa de Pós-
Graduação em Ciências da Comunicação da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos -
UNISINOS

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Cesar Henn

São Leopoldo

2015

A422d Alles, Natália Ledur.

Dos estigmas a uma autonomia possível : enquadramentos comunicacionais e narrativas pessoais sobre as experiências de ser prostituta/ por Natália Ledur Alles. – 2015.

305 f.: il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, São Leopoldo, RS, 2015.

“Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Cesar Henn”.

1. Comunicação. 2. Prostituição. 3. Narrativas. 4. Cidadania.
I. Título.

CDU: 659.3

Natália Ledur Alles

DOS ESTIGMAS A UMA AUTONOMIA POSSÍVEL:

Enquadramentos comunicacionais e narrativas pessoais sobre as experiências de ser prostituta

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciências da Comunicação, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Aprovado em de de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Denise Maria Cogo (ESPM-SP)

Prof. Dr. José Miguel Olivar (Núcleo de Estudos de Gênero PAGU – UNICAMP)

Prof^ª. Dr^ª. Jiani Bonin (Unisinos)

Prof^ª. Dr^ª. Márcia Veiga da Silva (Unisinos)

Prof^ª. Dr^ª. Beatriz Marocco (Unisinos – representando o orientador Ronaldo Cesar Henn na presidência da banca)

Às prostitutas
e a todas e todos que batalham
por uma comunicação mais igualitária

AGRADECIMENTOS

Como não poderia deixar de ser, o presente trabalho só foi possível graças ao apoio e à generosidade de muitas pessoas durante esses quatro anos de pesquisa e escrita. A todos que contribuíram com essa pesquisa, meu afetuoso reconhecimento.

Agradeço à CAPES, pela bolsa do Programa de Doutorado-Sanduíche no Exterior, que possibilitou o período de estudos em Barcelona, que trouxe enormes ganhos para minha vida e minha trajetória acadêmica.

Agradeço com carinho a acolhida que recebi no Núcleo de Estudos da Prostituição, fundamental para que a tese pudesse seguir os caminhos que eu havia imaginado. Meu gigantesco muito obrigada a Nilce, Tina, Soila, Rô, Dete e Lúcia que, juntamente com minhas entrevistadas Alana, Ana, Márcia, Milena, Paola, Raquel, Silvana e Simone, me ensinaram outros modos de olhar para a prostituição. Agradeço pela paciência, pela confiança, pelas portas abertas, pelos cafés e pela ajuda com as entrevistadas.

Durante a construção da tese, tive o privilégio de contar com três orientadores que bagunçaram minhas ideias e apontaram novas direções. Agradeço enormemente ao professor Ronaldo Henn, que, após ser membro de minha banca de qualificação, gentilmente me acolheu após dois anos de doutorado, em um momento em que me senti perdida, e que muito me incentivou nesse último ano de escrita.

À professora Denise Cogo, minha primeira orientadora, que se tornou amiga e parceira de escrita. A ela, que aceitou meu projeto inicial e seguiu me acompanhando e auxiliando de longe, devo muito do que penso sobre comunicação e que trago nesta pesquisa.

À professora Amparo Huertas Bailén, da Universitat Autònoma de Barcelona, minha orientadora durante o ano de doutorado-sanduíche, pela recepção em Barcelona, pela leitura atenta do projeto, pelas proveitosas sugestões e pelo auxílio na organização da tese. ¡Gracias por todo! Meu reconhecimento também aos membros do Institut de la Comunicació da UAB, nas pessoas de José Luis Terron Blanco e Marta Civil i Serra, que aceitaram minha permanência e proporcionaram um ótimo ambiente de estudos.

Sou grata aos professores e pesquisadores que participaram da minha trajetória de pesquisa e estiveram presentes em momentos importantes da construção desse trabalho. Meu obrigada ao professor José Luís Braga, por fomentar uma reflexão sobre os objetivos e sobre a metodologia da pesquisa. À professora Jiani Bonin, por ter me ensinado mais sobre cidadania

e aceitado compor minha banca final. Ao professor Fernando Seffner, pelos competentes apontamentos no momento da qualificação e pelas aulas tão úteis para pensar sobre meu tema.

Ao José Miguel Olivar, que me deu as primeiras indicações e foi de grande importância para abrir as portas no NEP, agradeço também pela sempre disponibilidade em auxiliar, pelas enormes contribuições teóricas e por ter aceitado ser parte da banca final.

À Márcia Veiga, presente que o mestrado me deu e com quem aprendo constantemente desde 2008. Obrigada pelos ensinamentos sobre gênero, pelo apoio nos momentos de tormenta e por dividirmos as muitas inquietações que a vida acadêmica nos trouxe.

Às minhas colegas-amigas do doutorado, Albília Almeida e Márcia Bernardes. Aos meus queridos amigos e amigas de sempre, pela escuta, por estarem sempre presentes e me ajudarem das mais variadas formas: Álvaro de Bem, Ana Júlia Isse, Amanda Zulke, Dailor Sartori Jr, Alice Resadori, Camila Selbach, Fábio Lazzaretti Brito, Fernanda Moncks, Luísa Helena Faria, Marcella Lorenzon, Juliana Christmann, Marcos Merker, Manoel Madeira. Ao Guilherme Heurich, que segue sempre me ensinando. À Júlia Sauma, que me ajudou com o título da tese e que, juntamente com o Gui, me deu o presente mais lindo desses últimos anos, minha afilhada Rita.

À minha irmã Maria Julia, minha querida parceira de indignações, minha corretora de inglês e de tabelas, minha companhia constante. Ao meu cunhado Moysés, com quem tenho a sorte de conviver e que me presenteia sempre com novas reflexões e conhecimentos. Ambos possuem um papel muito importante nesta pesquisa e na minha vida cotidiana.

Aos meus pais, Mário e Jovita, por mais coisas do que seria possível aqui explicar. Sou eternamente grata pelo suporte financeiro, pelo amparo emocional, por valorizarem o estudo e por apoiarem todas as minhas escolhas profissionais e de vida. Tenho certeza de que meu olhar para as questões relacionadas à cidadania e aos grupos estigmatizados é fruto da forma sensível e humana com que vocês veem o mundo e os outros. A vocês, meu amor e minha gratidão.

Por fim, a quem acompanhou mais de perto todo esse processo. Preciso agradecer ao Wylly, meu amado felino, por ser companhia de estudos e por me mostrar todos os dias a beleza e a alegria contida nas pequenas coisas. E ao Chico, meu par em Porto Alegre, em Barcelona e em qualquer outro lugar, por todos os dias desses mais de quatro anos. Por ser a tranquilidade que me falta, por me dar certezas, por me escutar sempre, por aprender junto comigo sobre os assuntos deste trabalho, por tantas vezes colocar meus projetos em primeiro lugar. Obrigada, meu amor, por estar ao meu lado.

Se acaso me quiseres
Sou dessas mulheres
Que só dizem sim
Por uma coisa à toa
Uma noitada boa
Um cinema, um botequim

E, se tiveres renda
Aceito uma prenda
Qualquer coisa assim
Como uma pedra falsa
Um sonho de valsa
Ou um corte de cetim

E eu te farei as vontades
Direi meias verdades
Sempre à meia luz
E te farei, vaidoso, supor
Que és o maior e que me possuis

Mas na manhã seguinte
Não conta até vinte
Te afasta de mim
Pois já não vales nada
És página virada
Descartada do meu folhetim

Folhetim – Chico Buarque (1979)

RESUMO

A pesquisa busca compreender como a prostituição e as mulheres prostitutas são visibilizadas em espaços comunicacionais digitais brasileiros, relacionando essas percepções às narrativas elaboradas por prostitutas sobre si mesmas e sobre suas experiências. Partindo da proposta do projeto de lei 4.211/2012, que propõe a regulamentação da prostituição como profissão, pretendemos identificar os enquadramentos comunicacionais existentes nas notícias e discussões que enfocam a questão na internet, bem como observar os espaços destinados às experiências e opiniões das pessoas que vivenciam o fenômeno. Pensando que interagir com integrantes deste grupo estigmatizado pode suscitar compreensões para além das representações hegemônicas e dos estereótipos que definem o que é a prostituição, a pesquisa procura privilegiar as vozes das prostitutas e relacioná-las aos conteúdos comunicacionais selecionados. Teoricamente, buscamos articular estudos sobre prostituição, gênero e sexualidade aos conceitos de narrativa e enquadramentos comunicacionais. Para a pesquisa empírica, estabeleceu-se um percurso metodológico dividido em diferentes fases. Em um primeiro momento, efetuou-se uma investigação de inspiração etnográfica junto ao Núcleo de Estudos da Prostituição, entidade que congrega trabalhadoras do sexo em Porto Alegre, onde foi possível acompanhar o cotidiano de militantes e conhecer trajetórias e histórias de mulheres prostitutas. Durante esse período, foram realizadas entrevistas com oito profissionais do sexo que frequentam o NEP. Em outra etapa, objetivando identificar os enquadramentos comunicacionais presentes nos debates sobre o tema circulantes na internet, analisamos 65 textos de distintos autores publicados em portais de notícias, sites feministas, portais religiosos, blogs de temática variada, sites de ONGs e partidos políticos e sites governamentais. A partir das entrevistas e da convivência com as prostitutas, destaca-se a percepção da necessidade de refletir sobre o fenômeno sem partir de explicações fixas sobre seu significado na vida dessas pessoas. A análise nos permitiu traçar aproximações e distanciamentos entre as narrativas das prostitutas e os entendimentos sobre a prostituição divulgados nos espaços comunicacionais, assim como visualizar a existência de uma disputa sobre os sentidos da prostituição em nossa sociedade.

Palavras-chave: Comunicação. Enquadramentos comunicacionais. Prostituição. Narrativas. Cidadania.

ABSTRACT

This work aims to understand Brazilian digital media visualization of prostitution and female sex workers, relating these perceptions to women's narratives about themselves and their experiences. Focusing on 4.211/2012 Law Project, which proposes sex work regulation as a profession, we intend to identify internet media frames about this discussion as well as the existence of some space for sex workers experiences and opinions expressions. Considering that interaction with these stigmatized group members may give rise to sex work understanding beyond hegemonic representations and stereotypes, sex workers' voices are privileged in this work, attempting to relate them to the valued communicational content. Theoretically, sex work, gender and sexuality studies are articulated to narrative and media framing concepts. Empirical research methodology was divided in three phases. First, we did an ethnographically inspired survey on Porto Alegre's Núcleo de Estudos da Prostituição (Sex Work Studies Centre), a NGO supporting and congregating prostitutes, where collection of several sex workers stories and trajectories was possible. This first-part work also consisted of interviewing in a deeper way eight sex workers. Aiming to identify internet media frames about prostitution's regulation, second-part work consisted of 65 media texts analysis, written by different authors and publicized on news', feminists', religious', blogs', NGO', political parties' and governmental websites. Interviews and social interaction with sex workers lead us to highlight the urgency of thinking this phenomenon without tracing steady explanations about its meaning in these people lives. Analysis allowed us to draw similarities and divergences between sex workers' narratives and communicational understandings about prostitution, as well as visualizing our society dispute regarding sex work meanings.

Key-words: Communication. Media Framing. Sex work. Narratives. Citizenship.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Enquadramentos conforme a procedência autoral/institucional	88
--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Enquadramentos encontrados nos textos.....	87
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 PARA PENSAR A PROSTITUIÇÃO	22
2.1 Perspectivas de gênero e a normatização das sexualidades.....	25
2.2 O estigma da prostituta.....	29
2.2.1 Mulheres perigosas: a prostituição no século XIX.....	29
2.2.2 Marginalização e o estigma da puta	31
2.3 Posicionamentos feministas sobre prostituição.....	35
2.4 Sistemas legais sobre prostituição	40
2.5 Propostas legais sobre prostituição no Brasil	44
2.5.1 O projeto de lei 4.212/2012 – PL Gabriela Leite	44
2.5.2 Projetos anteriores	46
3. NARRATIVAS E ENQUADRAMENTOS NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DA PROSTITUIÇÃO	50
3.1 A elaboração de narrativas para a compreensão das experiências	53
3.2 O espalhamento de narrativas nos espaços comunicacionais da internet	56
3.3 A perspectiva dos enquadramentos comunicacionais	62
3.1.1 Marcos para interpretar o mundo	63
3.3.2 Os enquadramentos na comunicação.....	65
3.3.3 Aproximações entre enquadramentos e a teoria do agendamento.....	68
3.3.4 A dimensão cultural do enquadramento	69
4. O QUE SE PENSA SOBRE A PROSTITUIÇÃO? NARRATIVAS PROSTITUTAS E AS PROPOSTAS DE ENTENDIMENTO NOS ESPAÇOS COMUNICACIONAIS	74
4.1 Os caminhos metodológicos	74
4.1.1 O contato com as prostitutas.....	76
4.1.2 A análise dos enquadramentos comunicacionais.....	82
4.2 A definição dos enquadramentos	84
4.2.1 A prostituição é exploração?	88

4.2.2 A prostituição é um trabalho?.....	98
4.2.4 Estigmatização e discriminação das prostitutas.....	121
4.2.5 A criminalização da prostituição	129
4.2.6 A saúde da prostituta: DST e HIV/aids	136
4.2.7 Corpos, gênero e sexualidade na prostituição	146
4.3 REFLEXÕES SOBRE OS ENQUADRAMENTOS.....	159
4.4 A VISIBILIDADE DA PROSTITUTA	164
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	173
REFERÊNCIAS	181
APÊNDICE A – ENTREVISTA COM ALANA	196
APÊNDICE B – ENTREVISTA COM ANA.....	210
APÊNDICE C – ENTREVISTA COM MÁRCIA	217
APÊNDICE D – ENTREVISTA COM MILENA.....	229
APÊNDICE E – ENTREVISTA COM PAOLA	239
APÊNDICE F – ENTREVISTA COM RAQUEL	254
APÊNDICE G – ENTREVISTA COM SIMONE	261
APÊNDICE H – ENTREVISTA COM SILVANA	278
APÊNDICE I – EXEMPLO DE DIÁRIO DE CAMPO	289
APÊNDICE J - MODELO DE FICHA DE ANÁLISE DOS TEXTOS	292
ANEXO A - PROJETO DE LEI GABRIELA LEITE.....	297

1 INTRODUÇÃO

A prostituição é um fenômeno essencialmente urbano que se dá com maior ou menor intensidade nas cidades brasileiras e que remete a representações hegemônicas de caráter negativo vinculadas às ideias de submundo, de impureza, de devassidão. O conceito de prostituição, afirma Margareth Rago (1991, p. 23), “inscreve-se numa economia específica do desejo, característica de toda uma sociedade em que predominam as relações de troca”. Vinculado a um sistema moralista que valoriza a união sexual monogâmica, a fidelidade feminina e a família heteronormativa, coloca as sexualidades insubmissas como a das prostitutas em um lugar marginalizado. Ao pensarmos sobre prostituição, encontramos explicações prontas e cristalizadas sobre o tema e lugares demarcados para cada personagem envolvido nestas relações.

Embora visualizemos cotidianamente trabalhadoras e trabalhadores do sexo em espaços determinados da cidade, a figura da mulher prostituta ainda pode ser considerada o que Rago denominou *fantasma*, pois habita mais a imaginação do que as relações cotidianas de grande parte da população. Como temos pouco acesso a essas pessoas, vão sendo construídos e perpetuados discursos que corroboram a estigmatização das prostitutas ao pensa-las frequentemente entre os polos da vitimização e do desvio comportamental. Assim, é comum encontrarmos opiniões que defendem que prostitutas precisam ser salvas, ou que as criminalizam ou culpabilizam por sua “condição”. Ao serem representadas como desviantes que não seguem os padrões vigentes, defende Carmen Gregorio (2009), essas mulheres também são pensadas como perigosas. Cria-se, então, mais um estereótipo que dificulta um olhar positivo sobre o fenômeno e sobre os indivíduos que nele se envolvem.

Construídas e distribuídas por grupos e atores sociais, por entidades, pelo governo e pelos meios de comunicação, as diversas noções existentes sobre prostituição, encontram-se em disputa na sociedade brasileira. Por mais que tais considerações incidam na vida das mulheres que a exercem, não encontramos narrativas abundantes construídas pelas próprias prostitutas sobre a maneira como vivenciam seu trabalho, sobre o espaço que a atividade ocupa em seus cotidianos e até mesmo sobre questões práticas como a regulamentação da profissão, medida que provavelmente alteraria significativamente a atuação na prostituição. Dentre as narrativas existentes, destaca-se o riquíssimo relato de Gabriela Leite, presidente e fundadora da Rede Brasileira de Prostitutas, da ONG DaVida, do Rio de Janeiro, e da grife

Daspu. Na obra *Filha, mãe, avó e puta – a história de uma mulher que decidiu ser prostituta* (2009), Gabriela, em depoimento a Marcia Zanelatto, narra sua trajetória pessoal, como prostituta e como militante, e nos revela histórias da prostituição em São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro¹. Para além do relato de Gabriela, contudo, mesmo quando consideramos o movimento organizado, existem poucas mulheres relatando em espaços comunicacionais suas experiências e suas visões sobre ser prostituta.

O estigma e a condição de marginalidade atribuídos aos profissionais do sexo foram os pontos que, em um primeiro momento, despertaram minha atenção² como possibilidades de investigação, especialmente após conhecer o jornal *Beijo da Rua*, periódico produzido pela ONG DaVida, do Rio de Janeiro, que tematizava centralmente a prostituição e tinha as prostitutas como suas principais fontes. Embora fosse produzido pelo jornalista Flávio Lenz Cesar, o *Beijo da Rua* contava com a participação das militantes prostitutas da DaVida na sugestão e elaboração de pautas e as outras entidades vinculadas à Rede Brasileira de Prostitutas também tinham a possibilidade de enviar materiais. Assim, considerei que identificar como as mulheres prostitutas eram representadas em um produto comunicacional de que podiam tomar parte permitiria compreender como a prostituição e as experiências de ser prostituta eram avaliadas pelas pessoas que as vivenciavam cotidianamente. O jornal, contudo, deixou de ser publicado em 2007 por motivos financeiros³, de modo que analisá-lo deixou de ser uma opção, já que encontraríamos dificuldade para investigar como o periódico era recebido entre as prostitutas e seriam deixados de fora temas importantes para o debate sobre a prostituição. Mesmo assim, aliar as construções comunicacionais sobre a prostituição e a compreensão de prostitutas sobre o que vivenciam continuou sendo meu desafio na elaboração de um projeto de pesquisa.

O Brasil viveu nos últimos anos um período em que reivindicações históricas de algumas minorias e movimentos sociais conquistaram novos espaços e modificaram a estrutura da sociedade através de leis ou de políticas públicas. Contudo, as tentativas de ampliação dos direitos de trabalhadoras e trabalhadores do sexo não têm obtido sucesso.

¹ Embora conheçamos a importância da obra de Gabriela Leite e de outros relatos de prostitutas disponibilizados na internet, eles não fazem parte da nossa análise por exigirem distintos movimentos metodológicos, visto que os textos analisados foram selecionados a partir de resultados exibidos pelo Google e tais textos não fazem parte dos resultados encontrados.

² Considerando que a introdução possui um caráter mais pessoal de explicação da pesquisa, optou-se por utilizar a primeira pessoa do singular para se referir à trajetória e às decisões tomadas no processo inicial de construção da investigação.

³ O *Beijo da Rua* passou a existir somente na internet, é atualizado com pouca frequência e publica sobretudo matérias que envolvem a Rede Brasileira de Prostitutas. Site www.bejodarua.com.br.

Desde 2012, porém, o debate sobre a regulamentação da prostituição enquanto profissão tomou novo fôlego devido à apresentação do Projeto de Lei 4.211/2012⁴, conhecido como lei Gabriela Leite, proposto pelo deputado federal Jean Wyllys (PSOL/RJ). Dentre outros pontos, o projeto defende que a prostituição seja considerada oficialmente uma profissão e que a manutenção de casas de prostituição deixe de ser crime. A apresentação do PL suscitou o posicionamento de variados grupos sociais nos últimos três anos, que se manifestam com argumentos contrários e favoráveis, e gerou também atenção midiática. Assim sendo, os debates e publicações em espaços comunicacionais em torno do projeto de lei o constituíram como um ponto relevante para entendermos como a prostituição é pensada e apresentada em matérias e artigos produzidos por diferentes atores sociais – jornalistas, blogueiros, políticos, militantes feministas, representantes religiosos, trabalhadoras do sexo – e publicadas em diferentes sites.

Partindo desse contexto, o questionamento que orienta nossa investigação busca entender como a prostituição é definida em espaços comunicacionais e como as prostitutas narram sua atividade e refletem sobre o trabalho sexual. Pretendendo responder a essa inquietação, a presente pesquisa tem como objetivo compreender como a prostituição e as mulheres prostitutas são visibilizadas em espaços comunicacionais digitais brasileiros, relacionando essas percepções às narrativas elaboradas por prostitutas sobre si mesmas e sobre suas experiências. Considerando que a proposta do projeto de lei Gabriela Leite gerou novos debates e opiniões sobre o tema, pretendemos identificar quais os enquadramentos comunicacionais existentes sobre a prostituição e sua regulamentação nas notícias e discussões que enfocam a questão na internet. Com a análise, busca-se refletir sobre os sentidos e sobre as formas de visibilização da prostituição e dos sujeitos nela envolvidos e também compreender quais os espaços destinados às experiências e opiniões das pessoas que vivenciam o fenômeno.

O contato com o Outro nos permite conhecer visões sobre os acontecimentos não privilegiados nos enfoques midiáticos e acessar saberes populares que são negligenciados, conforme Boaventura de Sousa Santos (2009b), mas podem nos fazer perceber a diversidade inesgotável do mundo. No caso das prostitutas, estabelecer uma interação com integrantes deste grupo estigmatizado pode nos levar a compreensões para além das representações hegemônicas e dos estereótipos que definem o que é a prostituição sem considerar suas vozes próprias e suas perspectivas de sujeitos particulares situados historicamente (GREGORIO,

⁴ A íntegra do projeto de lei consta em anexo.

2009). Por isso, nossa pesquisa buscou privilegiar as vozes das prostitutas na tentativa de compreender como elas percebem a prostituição e como se percebem enquanto prostitutas.

Como defende Martín-Barbero (2002), as práticas de comunicação ultrapassam as barreiras do que é produzido e colocado em circulação pelos meios de comunicação e se articulam a outros espaços sociais em que os sujeitos as replicam ou a elas resistem. Assim, considerando também que o tratamento que a mídia dedica aos grupos marginalizados tem profunda incidência na constituição de suas subjetividades e identidades e também influi nas possibilidades de serem aceitos socialmente (MENDONÇA, 2009), interessa-nos ainda entender como elas próprias se percebem visibilizadas e se relacionam com o que circula na mídia e na sociedade sobre sua ocupação. Procuramos então observar se os enquadramentos sobre prostituição que circulam através dos meios de comunicação se aproximam dos pensamentos das mulheres prostitutas que fizeram parte deste trabalho.

Em tempos em que os movimentos sociais e minorias estigmatizadas possuem possibilidades de construir suas próprias narrativas e de difundir suas reivindicações e lutas sem a necessidade de recorrer à grande mídia, visto que novas tecnologias e redes de intercâmbios virtuais permitem que diferentes vozes se disseminem e os distintos grupos se comuniquem (MENDONÇA, 2009), pareceu-nos importante observar se as profissionais do sexo se narram e tornam visíveis suas opiniões e demandas em espaços comunicacionais. Esse questionamento possibilitou-nos problematizar a importância que elas atribuem a esta visibilidade em seu cotidiano e na desconstrução de representações negativas sobre a prostituição, bem como refletir sobre a sensibilidade necessária para a exposição midiática de pessoas que precisam conviver com o preconceito.

Buscando responder aos questionamentos até aqui apontados, a investigação foi desenvolvida com um caráter qualitativo e pode ser dividida em três eixos metodológicos distintos. A primeira parte apresentada diz respeito à pesquisa teórica e documental que permitiu a aproximação às ideias já existentes acerca do universo da prostituição e fundamentou as reflexões existentes no decorrer deste trabalho. Tomando como premissa que a posição estigmatizada e marginalizada da prostituição é construída socialmente e pode ser reforçada pelo que circula nos espaços comunicacionais, distintos autores foram buscados para contemplar as diferentes etapas propostas na pesquisa: a obra de Paul Ricoeur (2010) alicerça nosso pensamento sobre a construção de narrativas, sejam elas pessoais ou jornalísticas, enquanto Henry Jenkins (2013) e Manuel Castells (1999, 2003) suscitam a reflexão sobre o espalhamento de narrativas possibilitado pela sociedade em rede e, mais

especificamente, pela internet. Para pensar sobre como a prostituição aparece nos espaços comunicacionais, contribuem as argumentações de Teresa Sádaba (2007), James Tankard (2001), Steven Reese (2001) e outros autores. Ainda nesta etapa, as pesquisas de Dolores Juliano (2002, 2010), Gail Pheterson (1996), Adriana Piscitelli (2005) e José Miguel Olivar (2012, 2013) foram essenciais para situar as discussões sobre prostituição no Brasil e no mundo.

O segundo eixo contempla a busca, seleção e análise de 65 textos publicados em espaços comunicacionais da internet que abordam o tema da regulamentação da prostituição como profissão. Considerando as premissas da teoria do enquadramento, a análise empreendida pretendeu compreender o que se fala sobre a prostituição e a regulamentação nos textos analisados, quem é considerado fonte e quais aspectos ganham relevância na discussão.

Por fim, o terceiro movimento metodológico possui inspiração etnográfica e abrange a utilização de técnicas como a observação participante e a realização de oito entrevistas com prostitutas que trabalham na cidade de Porto Alegre. A relação com as entrevistadas e com muitas outras trabalhadoras do sexo se deu através de minha participação no Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP-POA) durante todo o ano de 2013. É importante explicar que nossa pesquisa apresenta somente falas de mulheres cisgênero⁵, especificidade definida em função da entidade que nos acolheu. Em Porto Alegre, o NEP atua com prostitutas mulheres cisgênero, enquanto as trabalhadoras do sexo trans são atendidas pela Igualdade – Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul, organização não governamental que atua na defesa dos direitos humanos de todas as travestis e transexuais, sejam elas prostitutas ou não.

Meus primeiros contatos com a entidade sediada no centro da capital gaúcha aconteceram ainda em 2012, e durante o ano de 2013 participei semanalmente dos atendimentos a profissionais do sexo realizados pelo NEP – inicialmente fui tida como uma observadora, mas logo nos primeiros meses fui alçada à condição de “voluntária” pelas militantes. Durante o tempo em que permaneci na organização, pude me inteirar sobre os debates em voga na Rede Brasileira de Prostitutas, conviver com mulheres em diferentes situações de vida e conhecer distintas experiências acerca da prostituição através das histórias relatadas no NEP e das extensas conversas com as voluntárias da entidade, em sua maioria prostitutas em atuação ou “aposentadas”. Embora as coordenadoras demonstrassem receio

⁵ Pessoas cisgênero são aquelas que se identificam com o gênero que lhes foi designado no nascimento, enquanto pessoas trans são as que não se identificam com o gênero que foi determinado a elas quando nasceram (JESUS, 2012).

com a realização de pesquisas no local e com a participação de voluntários, a acolhida recebida no NEP foi fundamental para o desenvolvimento de parte desta tese, pois permitiu perceber o que pensam algumas mulheres que vivenciam a prostituição e estabeleceu a ligação necessária para que as entrevistadas aceitassem cooperar com meu trabalho.

A interação com as prostitutas foi, desde o início, importantíssima para visualizar a heterogeneidade deste grupo formado por mulheres das mais variadas idades, raças, classes sociais, com composições familiares e níveis de escolaridade bem diferentes. Já nos primeiros encontros foi possível perceber como essas mulheres muitas vezes se afastam dos estereótipos sobre a prostituta que circulam na sociedade, seja pelo modo como se vestem, por seus locais e horários de atuação, por suas relações com os clientes, com colegas de trabalho e com familiares. A partir dessa experiência foi possível constatar que a prostituição é vivenciada de distintas maneiras, de modo que tais diferenças não podem ser esquecidas quando refletimos sobre o fenômeno. Em todo o percurso de escrita desta tese, procurou-se manter presente a noção de que nos referimos a sujeitos com trajetórias, problemas e anseios distintos, mas que compartilham o cotidiano em uma atividade que com frequência os transforma em alvo de discriminação.

A partir dos distintos movimentos metodológicos e guiando-se pelos questionamentos anteriormente referidos e, a pesquisa pretende, portanto, apresentar quais são os conhecimentos produzidos sobre prostituição nos diferentes espaços comunicacionais. Para isso, cruza diferentes atos comunicativos – representados pelo material publicado, pelas entrevistas e pelas interações realizadas na sede do NEP e em outros espaços de prostituição – buscando identificar as aproximações e os distanciamentos entre eles e compreender os entendimentos sobre a temática postos em circulação.

A realização de período de doutorado-sanduíche em Barcelona possibilitado pela concessão de bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (Capes) foi substancial para o desenvolvimento teórico da pesquisa, pois na Espanha encontramos uma vasta literatura sobre a temática da prostituição que não está disponível no Brasil. Além disso, pudemos nos aproximar mais das proposições de Dolores Juliano, autora fundamental para esse trabalho, em curso oferecido pelo coletivo Erapi do Instituto Catalão de Antropologia, bem como conhecer as reivindicações e mobilizações das prostitutas na Catalunha e na Espanha. Decidimos não realizar pesquisa de campo em Barcelona por concebermos que a prostituição lá possui características diferentes do trabalho sexual existente no Rio Grande do Sul, especialmente pela massiva presença de mulheres imigrantes

que possuem essa ocupação na cidade europeia. Assim sendo, acompanhar e entrevistar prostitutas naquele país exigira que abordássemos também questões referentes à migração e ao trabalho na indústria transnacional do sexo e dificultaria que traçássemos aproximações entre as narrativas e trajetórias das prostitutas que atuam nos dois países.

No capítulo 2, buscamos contextualizar o tema central da tese, apresentando algumas abordagens sobre a prostituição. Retomando autores interessados nos estudos sobre gênero e sobre sexualidades, Joan Scott (1990), Guacira Louro (2003, 2011) e Richard Miskolci (2012), e pesquisadoras cujo tema principal é a prostituição, como Dolores Juliano (2002, 2010), Laura Agustín (2010, 2013a), Gail Pheterson (1996) e Adriana Piscitelli (2005), destacamos a reflexão que considera a estigmatização da prostituição como tentativa de controle e normatização das condutas sexuais, especialmente das mulheres. Por termos consciência de que o assunto gera polêmica em distintos grupos feministas, situamos brevemente alguns posicionamentos e apontamos argumentos utilizados nesses debates. Ainda na tentativa de ampliar o conhecimento sobre o tema da prostituição, expomos os sistemas legais existentes no mundo e encerramos o capítulo com as propostas legais que já existiram no Brasil, dedicando especial atenção ao projeto de lei 4.211/2012, o PL Gabriela Leite.

O embasamento teórico para nossas ponderações sobre os aspectos comunicacionais apontados nesta tese é exposto no terceiro capítulo. Seguindo Peter Berger e Thomas Luckmann e partindo da noção de que a realidade é construída socialmente através da comunicação e da interação entre os sujeitos, dialogamos com autores que propõem as narrativas como forma de organização e reelaboração das experiências vivenciadas. Como vivemos em uma cultura de convergência, mobilizamos autores que estimulem o pensamento sobre as potencialidades e limitações da utilização da internet para a circulação de narrativas distintas e para a ampliação do debate sobre a prostituição. Por fim, dedicamos parte deste capítulo para discorrer sobre a teoria do enquadramento, que fundamenta a análise dos textos sobre a regulamentação da prostituição.

O capítulo seguinte é dedicado a apresentar toda a parte empírica da pesquisa. Em um primeiro momento, explanamos o percurso metodológico desenvolvido para acessar as prostitutas e examinar os textos publicados na internet. Explicamos as etapas vivenciadas na investigação com as trabalhadoras do sexo, buscamos relatar algumas impressões proporcionadas pela participação no NEP e traçamos um breve perfil de cada uma das oito entrevistadas. Também apontamos as escolhas efetuadas para o processo de seleção e análise

do conteúdo comunicacional e evidenciamos as categorias encontradas nos textos que sugerem distintos enquadramentos sobre a temática em questão.

Embora possa ser avaliado como um capítulo muito extenso em termos de forma, optamos por expor toda a análise elaborada sobre os enquadramentos comunicacionais e sobre as narrativas das prostitutas ainda no capítulo três, pois consideramos ser mais coerente manter a reflexão unida, visto que há muitas relações possíveis entre os distintos entendimentos identificados. Em cada categoria, procuramos demonstrar as convergências e divergências existentes entre os textos e citações de fontes e as falas das prostitutas que frequentam o NEP, explorando suas opiniões, suas trajetórias e seus posicionamentos quanto à atividade que desempenham.

Ainda no mesmo capítulo esforçamo-nos para propor brevemente algumas associações possíveis entre os distintos enquadramentos, considerando principalmente as (im)possibilidades de reconhecer as pessoas trabalhadoras do sexo como cidadãs e sujeitos de direito na atualidade. Discorremos também sobre a escassa presença de declarações de prostitutas nos textos oriundos de espaços comunicacionais analisados, ressaltando tal questão como problemática para a construção e circulação de compreensões sobre a prostituição. Terminamos o capítulo traçando algumas considerações e apontando questões sobre a visibilidade, suscitadas justamente por termos encontrado nos textos muitas pessoas de diferentes grupos sociais debatendo sobre o que é melhor para as prostitutas, frequentemente com explicações prontas que não reconhecem a complexidade do tema, ao mesmo tempo em que poucas trabalhadoras do sexo relatam suas experiências.

Acreditamos que desenvolver a pesquisa com prostitutas, ecoando algumas vozes e promovendo o diálogo entre o conhecimento científico e o não científico, fomenta considerações sobre diferentes aspectos da prostituição a partir dos olhares de quem a vivencia cotidianamente. Escutar o que dizem as minorias e os grupos estigmatizados é também importante para a discussão e a elaboração de políticas públicas voltadas a esses coletivos, visto que muitas vezes estratégias e decisões governamentais são tomadas sem levar em conta o que pensam os sujeitos por elas afetados. Aliando o que pudemos depreender do período em que convivemos com algumas profissionais do sexo aos entendimentos presentes nos espaços comunicacionais, esperamos que nossa pesquisa possa contribuir para os debates sobre a prostituição e sua regulamentação ao mostrar a dificuldade de apresentar explicações prontas sobre o fenômeno, bem como promover reflexões acerca da construção de enquadramentos comunicacionais sobre grupos minoritários e estigmatizados.

Por fim, consideramos relevante explicitar que as conversas e a convivência com as mulheres que frequentam o NEP nos mostraram que algumas preferem que sua atividade e sua identidade laboral sejam chamadas de maneira específica – uma de nossas entrevistadas não gosta de ser chamada de prostituta, mas de garota de programa. Assim, durante a interação com elas, procuramos respeitar essas diferenças. Todavia, embora estejamos cientes dos debates já travados dentro do movimento organizado acerca da denominação adequada para designar as pessoas que se dedicam à prostituição e conheçamos a defesa do uso da palavra *puta* feita por Gabriela Leite (MURRAY, 2013a), na presente pesquisa utilizamos os termos prostitutas, trabalhadoras do sexo e profissionais do sexo indiscriminadamente.

2 PARA PENSAR A PROSTITUIÇÃO

A prostituição é uma temática que desperta curiosidade e opiniões divergentes nos mais diferentes grupos sociais e que está presente na vida das cidades, nos anúncios na imprensa, na literatura, no cinema e nas telenovelas, por exemplo. Embora a atividade seja desempenhada por uma quantidade significativa de pessoas em grandes e pequenas cidades e tenha uma importância econômica, trabalhadoras e trabalhadores do sexo estão mais presentes na imaginação do que no cotidiano da maioria da população. Através de argumentos morais que pensam a prostituição como algo sujo e uma ameaça às famílias, de críticas à comercialização de serviços sexuais ou de denúncias sobre a opressão que a atividade engendraria, profissionais do sexo são uma categoria constantemente marginalizada desde o século XIX. Em inúmeros países, quando não correm o risco de ser criminalizados e presos, não possuem acesso a direitos trabalhistas, enfrentam patrulha religiosa, controle policial e sanitário e encontram dificuldades para assumir seu trabalho perante familiares e amigos. No Brasil, como já apontava Iara Ilgenfritz da Silva (1985) há 30 anos, a prostituição não é proibida, mas são estabelecidas limitações ao exercício dos direitos civis das prostitutas e elas são privadas de seus direitos sociais.

Na presente pesquisa, o ser prostituta é tomado como uma das identidades das mulheres que obtém seu sustento através dessa ocupação. É uma das diversas posições de sujeito construída pela sociedade para os indivíduos, que variam conforme os papéis que estamos exercendo nas interações sociais (HALL, 2005; WOODWARD, 2007). Pensamos sobre a prostituição observando que, dentre as diversas identidades disponíveis para os sujeitos, parece difícil estabelecer fronteiras entre algumas delas, ao mesmo tempo em que outras podem estar – ou parecer estar – em conflito. Alguns conflitos surgem por causa das tensões entre as expectativas e as normas sociais: assim sendo, prostitutas e outros trabalhadores do mercado do sexo são considerados desviantes por vivenciarem suas identidades de forma distinta “dos significados culturais sobre a sexualidade que são produzidos por meio de sistemas dominantes de representação” (WOODWARD, 2007, p. 32). A partir da ideia hegemônica sobre prostituição que circula na sociedade, não se espera que uma profissional do sexo assuma identidades como a de mãe e de esposa, por exemplo.

Embora possa ser interpretada como uma identidade profissional, a identidade de prostituta é representada de forma predominantemente negativa por remeter à sexualidade. As prostitutas são, conforme o conceito de Goffman (1988), sujeitos estigmatizados, pois possuem atributos distintivos que dificultam a interação com os outros indivíduos. Para o sociólogo canadense, a sociedade estabelece formas de categorizar as pessoas e define as características consideradas comuns para os membros de cada categoria. Quando um indivíduo apresenta peculiaridades que o afastam do que era esperado dele, não podendo ser enquadrado, deixa de ser um sujeito comum e total e torna-se alguém diminuído perante os outros. Ao apresentar alguma característica física ou determinado comportamento, a pessoa é estereotipada e suas relações ficam prejudicadas, pois os interlocutores não conseguem se fixar em outro atributo que não aquele que ocasionou a estigmatização. As identidades e características individuais são apagadas e somente a marca desqualificante torna-se relevante. No caso da prostituição, o estigma é tão grande que desestimula uma opção de trabalho e de vida que em si mesma não seria necessariamente desvantajosa. A estigmatização que acompanha as prostitutas consegue algumas vezes anular as vantagens iniciais por elas percebidas, já que as coloca em uma posição discriminada e muitas vezes vulnerável em que não são reconhecidas como atores sociais e não têm oportunidades para defender suas opções (JULIANO, 2002).

A identidade estigmatizada de prostituta é, portanto, construída como uma diferença em relação a uma identidade fixada como norma – que pode ser a de mulher monogâmica, por exemplo – e é avaliada e hierarquizada a partir desta norma. Segundo Tomaz Tadeu da Silva (2007), a normalização é uma das formas pelas quais o poder se manifesta no campo das identidades e diferenças. A identidade considerada normal recebe as características positivas e então as demais identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. “A identidade normal é “natural”, desejável, única. A força de identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como *a* identidade” (SILVA, 2007, p.83). A definição da identidade, portanto, depende da definição da diferença, assim como a definição do que é tido como aceitável e “natural” depende do que é considerado abjeto e rejeitável. Na cultura ocidental, ressalta Andrea Semprini (1999), não parece ser possível integrar a diferença às instituições políticas, de modo que ela e é enxergada como uma ameaça, como algo transitório rumo a um estágio superior, ou como um fato estritamente privado, que não deve receber atenção da sociedade.

Assim, a prostituta é comumente elaborada como diferente e como desviante, tanto no que tange ao trabalho quanto em relação às formas de expressão da sexualidade. Assumir essa identidade, contudo, foi fundamental para o surgimento do movimento organizado deste grupo no Brasil, mesmo que o termo utilizado pelas militantes da causa para designar a si mesmas tenha variado ao longo dos anos: prostituta, trabalhadora do sexo, profissional do sexo, puta. Assim como aconteceu com as prostitutas na década de 1980, múltiplos movimentos sociais foram criados centrando-se nas políticas de identidade que, conforme Woodward (2007), buscam afirmar a identidade cultural de pessoas que pertençam a grupos discriminados na sociedade, de modo que a identidade oprimida se torne um meio de mobilização política. Louro (2008) explica que, a partir da década de 60, jovens e minorias étnicas e sexuais passaram a denunciar sua inconformidade, criar novas linguagens e práticas sociais, travando uma série de lutas que privilegiavam o papel da cultura e tentavam tornar visíveis e legítimos outros modos de viver. Segundo a autora, tais grupos lutavam pelo direito de falar por si e de se auto-representar, já que sempre foram marginalizados pelos grupos dominantes. Entretanto, Woodward alerta que alguns movimentos sociais, ao celebrar a singularidade do grupo, podem recorrer a afirmações essencialistas sobre identidade. Outros grupos adotam uma posição não-essencialista, enfatizando que as identidades são fluidas, ao mesmo tempo em que reivindicam o direito a construir e assumir a responsabilidade por suas próprias identidades.

Dentro da perspectiva do multiculturalismo, Andrea Semprini (1999, p.59) coloca que “é o processo de marginalização de um conjunto de indivíduos que o torna homogêneo e o constitui enquanto grupo”. O autor defende que os indivíduos marginalizados, para que sejam uma minoria, precisam se reconhecer como uma formação social que possui traços comuns suficientes para garantir uma homogeneidade, bem como conquistar uma visibilidade externa pela sociedade que a circunda. Ao considerarmos a prostituição, é necessário ressaltar a heterogeneidade deste grupo, que possui diferenças étnicas, geracionais, de classe social, de escolaridade e mesmo de local de trabalho e de valor cobrado por seus serviços. Há, portanto, uma dificuldade de identificação entre todas as prostitutas, o que corrobora a ideia de Hall (2005) de que a identificação não é automática, pode ser conquistada ou perdida conforme os sujeitos e as identidades são representados. Mesmo assim, a partir de Piscitelli (2005) é possível pensar que nas últimas décadas houve um deslocamento da posição ocupada pelas prostitutas baseado na ideia de que a prostituição é um trabalho e, conseqüentemente, as prostitutas e outros trabalhadores do sexo formam uma categoria ocupacional.

Pensar as narrativas construídas acerca da prostituição com o intuito de sair da dicotomia entre vitimização e culpabilização de quem a exerce exige que busquemos compreender o que faz com que a comercialização de serviços sexuais seja tão estigmatizada nas sociedades ocidentais e gere disputas em torno da questão de como deve ser tratada legalmente. Para isso, é importante entendermos a discriminação da prostituição e dos trabalhadores do sexo a partir das distinções de gênero e suas relações com os julgamentos sobre as sexualidades. Concordamos com concepção de Dolores Juliano (2002), que considera a prostituição um fenômeno que permite entender outras relações sociais e tem ligação com a construção social dos papéis de gênero e suas consequências. Para ela e para outras autoras cujas ideias aparecem no decorrer deste capítulo, a marginalização da prostituição e das mulheres prostitutas conecta-se desde o século XIX com as tentativas de controle e normatização das condutas de todas as mulheres.

2.1 Perspectivas de gênero e a normatização das sexualidades

O gênero é uma maneira de indicar a criação inteiramente social dos papéis destinados a homens e mulheres, nos diz a historiadora pós-estruturalista Joan Scott. Segundo ela, “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1989, p. 21)⁶. Como categoria analítica, o gênero permite uma reflexão sobre os sentidos construídos sobre o masculino e o feminino, pensando as identificações de gênero não como fixas e coerentes, mas como instáveis. Conforme a filósofa Tina Chanter (2011), a construção do gênero e da sexualidade se dá desde o nascimento, quando, de acordo com a genitália do bebê, lê-se um gênero esperado e se começa um treinamento sistemático de acordo com ele, com a expectativa de que crianças identificadas anatomicamente como meninas ajam como meninas. A autora ressalta que o gênero não é uma essência preexistente que encontra uma

⁶É preciso considerar que existem diversas linhas de pensamento sobre o gênero e sua relação com o sexo e a sexualidade. De acordo com a antropóloga Adriana Piscitelli (2005), o gênero pode ser pensado na perspectiva de papéis sexuais; na distinção entre sexo biológico e gênero, seguindo as reflexões da antropóloga estadunidense Gayle Rubin; ou em olhares que contestam tal distinção, como o da filósofa Judith Butler, que defende que não há sexo que não seja sempre gênero (SALIH, 2012). Entre as teóricas feministas, encontram-se divergências em relação a como considerar as características biológicas, pois, como explica Verbena Pereira (2004), algumas autoras defendem que a diferenciação biológica existe e não pode ser esquecida, enquanto outras afirmam a radicalidade da construção histórica e cultural do gênero, sem vínculos com o biológico.

expressão nos corpos, mas que é algo vivido, mediado pela cultura e constituído historicamente:

(...) todos nós, sem exceção, nascemos em um mundo repleto de normas de gênero às quais constatamos estar sujeitos. Essas normas preexistem a nós, e reagimos a elas, negociando um mundo que inclui expectativas de gênero muito antes que possamos aprender a codificar essa negociação sob a forma de discurso (CHANTER, 2011, p. 10).

Categoria que cria e expressa diferenças, o gênero atravessa todo o social, e as construções complexas de masculinidade e feminilidade são utilizadas como operadores do poder (PISCITELLI, 1998). Através de doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas são expressas e difundidas normas que afirmam o sentido do feminino e do masculino, reforçando a oposição binária e colocando a posição emergente como a única possível. Assim, as distinções de gênero manifestam-se como desigualdades em inúmeras esferas das vidas dos sujeitos, afetando os corpos, os discursos, as famílias e as práticas sociais (VEIGA DA SILVA, 2014).

Nos dias de hoje, coloca Guacira Lopes Louro (2008), também a mídia, as novelas, a publicidade, a internet e os sites de relacionamento revelam-se instâncias importantes no processo de constituição de gênero, sendo que prevalecem as representações construídas pelo homem branco heterossexual. Por meio do aparato da mídia (e de outras instituições sociais), afirma Chanter (2011), o olhar masculino é internalizado quando revistas, programas de televisão e sites na internet aconselham qual o comportamento adequado para mulheres, como as roupas devem ser combinadas e a maquiagem aperfeiçoada, por exemplo. Assim, as mulheres aderem a ideais de feminilidade culturalmente específicos que parecem se erguer sobre nós. O sexo biológico é utilizado ou construído como explicação natural, causal e moral para o modo como as mulheres devem agir e ser. O sistema que naturaliza as condutas femininas destina às mulheres a necessidade da maternidade, o ideal do amor romântico e fiel, a passividade sexual e a ameaça de solidão na velhice. Para Dolores Juliano (2010), os papéis de gênero construídos socialmente são predominantemente responsáveis pelas distintas estigmatizações que atingem as mulheres e que buscam controlar as condutas sociais e sexuais das mulheres não estigmatizadas ao mostrar as consequências de não seguir os padrões determinados.

A sexualidade, portanto, não pode ser compreendida somente em termos biológicos, ela é constituída na sociedade e na história. Retomando Foucault, Gayle Rubin (2003, p. 12) afirma que “a sexualidade nas sociedades ocidentais tem sido estruturada dentro de

enquadramentos sociais extremamente punitivos, e tem sido sujeita a controles formais e informais muito reais”. Nessas sociedades, o sexo costuma ser visto com um olhar negativo quando não é justificado por argumentos como o casamento, a reprodução e o amor. Neste sentido, nossa sociedade avalia os atos sexuais de acordo com uma hierarquia que coloca os homens heterossexuais maritais e reprodutivos no topo, e relega a posição mais baixa aos grupos sexuais mais desprezados como profissionais do sexo, transexuais, travestis, sadomasoquistas. Abaixo destes grupos estariam apenas os sujeitos cujo comportamento erótico ultrapassa as fronteiras de geração.

A perspectiva da teoria *queer* traz importantes contribuições para as reflexões sobre a normatização da sexualidade na sociedade. Segundo Louro (2001), o termo *queer*, insulto que foi apropriado por movimentos homossexuais⁷, foi utilizado a partir da década de 90 por um grupo teórico que se coloca contra a normatização, independentemente de onde ela venha, já que a política de identidade do movimento homossexual dominante também pode ser pensada como normalizadora. Embora o foco principal destes estudos seja a heteronormatividade considerada compulsória na sociedade contemporânea, Richard Miskolci (2012) aponta que a problemática *queer* é a abjeção, termo usado para nomear o espaço destinado pela sociedade aos que são considerados como ameaça ao bom funcionamento e à ordem, aos tidos como anormais por deslocarem o gênero ou por não enquadrarem suas vidas sexuais no modelo heteroreprodutivo. Não são, portanto, apenas os homossexuais que contradizem as normas, já que muitos outros sujeitos e grupos não se adaptam às regras socialmente impostas acerca da sexualidade.

É por meio da perseguição às diferentes formas de agir e à rejeição social que encontramos na vida em sociedade que percebemos quais modos de ser são esperados para nós. A partir disto, Miskolci (2012) afirma que podemos pensar que as normas colocadas no cotidiano produzem sujeitos e grupos excluídos, ou seja, relegam à margem os que estão em desacordo com as convenções culturais que impõem padrões de comportamento. O *queer* é, então, a recusa dos valores morais que instituem esta linha de abjeção que separa os socialmente aceitos dos que são desprezados. A normatização da sexualidade já foi alvo da reflexão de Foucault (1988), que nos diz que ela passa pelas relações de poder e é um dos elementos de maior instrumentalidade nestas relações, podendo ser utilizada como apoio para múltiplas estratégias. A sexualidade tornou-se nos últimos séculos objeto privilegiado do

⁷A palavra *queer* pode ser traduzida como ridículo ou extraordinário, mas é também a forma pejorativa utilizada em inglês para se referir a homossexuais. Conforme Louro (2001), o termo passou a ser utilizado por uma parte dos movimentos homossexuais justamente para marcar sua oposição e contestação.

olhar de pesquisadores e, conforme Louro (2001), é possível perceber que, além da diversificação das formas de regulação, foram ampliadas as instâncias e instituições que ditam normas, definem os padrões de sanidade e as práticas julgadas pertinentes. Atualmente, já não são somente instituições tradicionais como igreja, Estado e ciência que se autorizam a ditar as “verdades” sobre a sexualidade. Como coloca José Miguel Olivar (2013), pensar na sexualidade não é pensar em práticas corporais relativamente estáveis e universais, mas sim pensar em disciplina, em normas sociais e em políticas específicas de gestão dos corpos e das relações. As reflexões sobre a homossexualidade nos auxiliam a pensar também sobre a prostituição, que, categorizada como um exercício da sexualidade desviante da norma, só pode relegar os “desviantes” ao segredo ou a uma posição estigmatizada:

Ousando se expor a todas as formas de violência e rejeição social, alguns homens e mulheres contestam a sexualidade legitimada e se arriscam a viver fora de seus limites. A ciência, a justiça, as igrejas, os grupos conservadores e grupos emergentes irão atribuir a esses sujeitos e a suas práticas sentidos distintos (LOURO, 2001, p. 542).

Consideramos, portanto, que os sujeitos aprendem a viver o gênero e a sexualidade na cultura, de modo que as normas, expressas por recomendações repetidas e cotidianas, constroem as ideias de normalidade e de diferença nos comportamentos, o que pode ser aplicado para a reflexão sobre o tema desta pesquisa. A proposta *queer*, explica Miskolci (2012), é pensar a sexualidade e outras diferenças como políticas e culturais, como categorias que afetam a vida cotidiana dos sujeitos, e não são apenas assunto de saúde pública – nesse sentido, o caso das prostitutas, que em muitos países são alvo de políticas públicas apenas no tratamento de doenças sexualmente transmissíveis, parece emblemático.

A ideia de normatização da sexualidade se faz presente nos debates sobre a prostituição travados atualmente no Brasil: por um lado, a regulamentação tornaria ser prostituta um “trabalho normal”, sujeito a novas regras e possíveis benefícios; outros olhares, porém, ao definirem o comércio de serviços sexuais como sendo sempre violência, recusam-se a conceber essas formas e usos da sexualidade como “normais”. Teoricamente, algumas linhas de pensamento acreditam que as práticas de prostituição não podem ser reduzidas a uma confirmação da dominação masculina, pois em certas circunstâncias podem se configurar como espaços de resistência e de agência em que se faz uso da ordem sexual existente. Segundo Adriana Piscitelli (2005), muitas dessas ideias surgiram baseadas na concepção de trabalhadores do sexo, em que se desloca a prostituta do papel de vilã ou de vítima para o de sujeito de direito que faz parte de uma categoria trabalhista.

As relações de gênero e suas implicações na normatização da sexualidade e das condutas são um viés fundamental para refletirmos sobre a prostituição e o lugar marginalizado ocupado por quem a desempenha, mas há outros aspectos que não podem ser esquecidos, já que a prostituição é um fenômeno complexo e não é possível considerarmos que todos os sujeitos que dela vivem façam parte de um grupo homogêneo. Assim, concordamos com Olivar (2013, p. 33) sobre a importância de considerar a prostituição também no âmbito de classe e de etnia, bem como “no marco de sistemas maiores de parentesco, trabalho, ganho econômico, lazer, ocupação da cidade e trocas afetivas, sexuais e corporais”. Contudo, como veremos a seguir, a normatização das sexualidades e as estratégias de controle dos corpos e das condutas dos sujeitos possuem um papel preponderante na estigmatização e na marginalização de trabalhadores e trabalhadoras do sexo.

2.2 O estigma da prostituta

2.2.1 Mulheres perigosas: a prostituição no século XIX

Embora a prostituição seja conhecida no senso comum como a profissão mais antiga do mundo, as mulheres prostitutas não eram separadas em uma classe específica até o século XIX. Elas faziam parte da classe de assalariados e eram apenas outras mulheres em um grupo extenso de trabalhadores pobres. Assim, entravam e saíam da prostituição como faziam com outras formas de trabalho, sem que fossem vistas como um grupo distinto. Com o processo de industrialização ocidental, aconteceram mudanças estruturais na sociedade e surgiram novas normas no sistema sexual que criaram populações estratificadas a partir de uma hierarquia ideológica e sexual. A prostituição passou a ocupar uma nova posição e as suas práticas começam a ser pensadas como um problema social (MAQUEDA ABREU, 2009).

Envolto por uma imagem de mistério, o mundo da prostituição também se tornou visível na sociedade brasileira a partir do século XIX, quando, com a expansão do mercado capitalista, passou a ser reconhecido como uma forma de sobrevivência e a ser alvo de classificações e análises masculinas. Margareth Rago (1991) coloca que a ideia de prostituição construída no século XIX baseava-se em referências médicas e policiais de cunho moralista: o interesse que ela despertava estava ligado à manutenção da moralidade pública e à importância vista pelos homens em definir códigos de conduta para as mulheres, que nesta

época conquistavam uma relativa emancipação social e ampliavam seu espaço de circulação na sociedade. Nesse contexto, a prostituta era considerada uma mulher com uma sexualidade insubmissa e uma alteridade perigosa que poderia inspirar ou habitar outras mulheres. Mesmo sendo tolerada, já que cumpria a função da iniciação sexual dos homens, considerava-se que a prostituição precisava ser controlada, de modo que o poder público definia até as roupas que poderiam ser utilizadas pelas meretrizes pobres para que não se destacassem em meio a outras mulheres.

Rago (1991) aponta que os primeiros estudos sobre prostituição, realizados por homens, demarcavam duas possíveis explicações para a mulher prostituta. Ela era percebida como uma vítima de péssimas condições econômicas, de algum trauma ou de um azar do destino, ou então era considerada uma “mulher fatal”, cortesã poderosa e cruel ou com uma personalidade degenerada. Muitas meretrizes eram tidas como loucas e confinadas em hospícios, ou eram culpabilizadas por iniciar os jovens no uso de drogas. Tais explicações, comuns no início do século XX, seguem sendo utilizadas com frequência: a mulher só “aceita” ser prostituta se for vítima da miséria ou se possui uma personalidade “desviante”. Depois de séculos em que as religiões tentaram controlar as mulheres através da ideia de alma, o controle passa diretamente aos corpos e a sexualidade feminina é objetivada e regulada externamente como um fator determinante de sua posição social, pontuam Daza y Zuleta (1997 *apud* JULIANO, 2002). As mulheres eram enquadradas conforme sua adequação às normas determinadas para os papéis de mães, esposas ou freiras, e quando não os seguiam, eram taxadas como presas, loucas ou prostitutas.

Essas imagens das prostitutas prevaleciam também na literatura e na imprensa, que não abordavam a questão dos desejos quando se referiam à prostituição, fixando-se em uma noção de degeneração da sociedade e dos costumes. Conforme Juliano (2002), na literatura produzida na Europa no século XIX e início do século XX, os autores destinavam um final trágico às mulheres ativas sexualmente, consideradas como prostitutas. É o caso das obras *Madame Bovary*, de Flaubert, de 1856; *Nana*, de Emile Zola, de 1879; e de *Bola de Sebo*, de Guy de Maupassant, de 1880, em que a prostituta é apresentada como vítima da sociedade. A representação literária foi sendo modificada e as mulheres prostitutas passaram de vítimas a perigosas, associadas comumente a delitos. Nos jornais, por sua vez, a prostituição era construída como um problema social, de saúde e de segurança, já que os periódicos exerciam a função de vigiar os comportamentos dos sujeitos, especialmente das mulheres (MAROCCO, 2004). As prostitutas eram mostradas como seres perigosos, pois não respeitavam as normas

coletivas para a vida em sociedade. Os jornalistas afirmavam que elas pervertiam os jovens e os chefes de família, mas não conversavam com elas para escrever as matérias. No Rio de Janeiro, a imprensa utilizava imagens e dava destaque aos homicídios de meretrizes buscando uma função pedagógica de orientar as condutas para que aquilo não voltasse a acontecer (OTTONI, 2008). Mesmo as revistas femininas existentes no final do século XIX e início do século XX abordavam a temática da prostituição somente a partir da representação da ameaça à moral feminina. Na literatura escrita por algumas mulheres no final dos anos 1920, contudo, a prostituição era apresentada como possibilidade de libertação social e sexual para as mulheres. É o caso das obras *Vertigem*, de Laura Villares, de 1926, e *Virgindade Inútil e Anti-higiênica*, junção de duas obras de Ercília Nogueira Cobra publicadas na década de 1920.

Apesar das condenações moralistas que predominavam sobre a prostituição, ela também pode ser pensada nas suas positivities, já que possibilitava a aproximação dos sujeitos ao estabelecer uma rede de sociabilidade em que práticas sociais diversas eram experienciadas. Esses espaços marginais que se concentravam em torno de pensões de artistas e de cafés-concertos, “além de contatos sexuais, possibilitavam a evasão dos corpos, a perda das identidades fixas, em compensação à rotina monótona da vida familiar” (RAGO, 1991, p. 97). A constituição de uma indústria do prazer contribuiu para certa liberalização sexual e o campo surgido em torno da prostituição passou a contemplar inúmeras práticas desejantes. A autora observa ainda que as cortesãs dos bordéis mais luxuosos, muitas vindas da Europa, introduziram novos códigos refinados de conduta nas sociedades paulistana e carioca da época.

2.2.2 Marginalização e o estigma da puta

É comum que as tentativas de explicação para a participação de mulheres no mercado do sexo centrem-se somente em argumentos econômicos, tentando justificar uma dita “queda” moral a partir de ideias de extrema pobreza ou de absoluta falta de oportunidades. A necessidade econômica, porém, não pode ser pensada como única explicação para a prostituição. Para Olivar (2013), as perspectivas do trabalho e do comércio são duas esferas possíveis para se aproximar da prostituição, mas, além disso, é preciso compreendê-la como uma ideia cultural, um espaço de práticas e de experiências e um espaço de sociabilidade de

sujeitos, especialmente mulheres, tidas como marginais e perigosas. Juliano (2002) defende que a opção pela prostituição é construída socialmente e deriva dos significados atribuídos às alternativas de vida existentes, significados estes que se constituem também a partir das histórias individuais, dos condicionamentos das culturas específicas em que os sujeitos estão inseridos e dos mecanismos a partir dos quais os indivíduos constroem sua autoestima. Enquanto opção laboral, deve ser entendida no marco das oportunidades econômicas que as mulheres de cada grupo social possuem e das pressões sociais a que estão expostas.

Somente na área do trabalho sexual são procuradas determinadas explicações essencialistas para a escolha da atividade, partindo de uma noção de que a prostituição é algo sempre prejudicial a quem pratica. Tais explicações não são buscadas em outras atividades, mesmo que elas sejam desagradáveis, mal pagas ou pesadas, como no caso das trabalhadoras domésticas, dos mineiros e dos trabalhadores rurais. Para a maioria dos trabalhos, acredita-se que sejam escolhidos partindo de uma análise da compensação financeira, de suas vantagens e desvantagens, não tendo a satisfação pessoal ou a felicidade do sujeito em executá-la grande importância (JULIANO, 2002). A prostituição, contudo, raramente é considerada como uma escolha assumida em comparação com outras atividades econômicas possíveis, mas sim pensada como uma “queda” oriunda da pobreza absoluta – o que as coloca em posição de vitimização – ou como uma atividade que tenha somente relação com o desejo dessas mulheres.

A desqualificação da prostituição como uma possibilidade e a estigmatização sofrida por quem a pratica também foram objeto de reflexão de Laura Agustín e Gail Pheterson, autoras que são referência no estudo do tema. Segundo Agustín (2013a, 2013b), o estigma que afeta as trabalhadoras do sexo teria um componente diferente de outras categorias estigmatizadas⁸ por ter a pretensão de controlar as mulheres separando-as em grupos de mulheres boas e más de acordo com seu comportamento sexual. É o mesmo que diz Dolores Juliano (2010), para quem as diferentes estigmatizações que afetam as mulheres estão ligadas às construções dos papéis de gênero, que canalizam desconfiança e agressividade social para a sexualidade feminina como forma de controlar as mulheres não estigmatizadas. O enorme desprestígio social da prostituição não estaria relacionado às atividades realizadas, mas sim ao fato de ser historicamente um meio de sobrevivência que permitiria a autonomia das mulheres. Por causa da forte pressão estigmatizadora, tal possibilidade de autonomia acaba

⁸Embora a autora aponte a diferença entre o *estigma da puta* e outros estigmas, ela salienta que isso não significa que as mulheres prostitutas sofram mais – ou menos – com isso do que outros sujeitos estigmatizados (AGUSTÍN, 2013b).

sendo enfraquecida ou desestimulada. A prostituição seria construída como uma atividade incorreta na tentativa de criar um modelo desvalorizado que mostrasse às mulheres o que lhes estava reservado se não cumprissem as normas de conduta e de sexualidade impostas pela sociedade.

A estigmatização que recai sobre a prostituição possui um nome específico: é o *estigma da puta*, que faz com que, devido às identidades corrompidas dessas mulheres, muitos tenham se sentido no direito de falar por elas. Assim, a possibilidade de que as prostitutas possam ser racionais, pragmáticas e autônomas é desacreditada por diversos argumentos elencados por Agustín (2013a): tais mulheres não entendem o que estão fazendo porque não receberam educação; elas sofrem de falsa-consciência, ou seja, não conseguem reconhecer que são alvo de opressão; são usuárias de drogas ou tem problemas psicológicos, por isso têm seu raciocínio prejudicado; são manipuladas por suas famílias. E se são migrantes, pertencem a culturas “atrasadas” que não lhes dão outra opção; foram forçadas por pessoas más a viajar, então não são verdadeiras migrantes e suas experiências não contam; sofreram lavagem cerebral por parte de seus exploradores, então seus relatos não são confiáveis. As prostitutas são isoladas na sociedade e o estigma também atua como empecilho para que as mulheres possam desenvolver outras atividades laborais se assim desejarem.

A estigmatização e marginalização das prostitutas seriam formas de neutralizar o potencial questionador da sociedade patriarcal que está implícito nas próprias práticas da prostituição, como aponta Juliano partindo dos estudos de Paula Tabet (1992) sobre as mulheres na Nigéria, de Carmen Blanco (1995) sobre os estereótipos literários das mulheres galegas e de Donna Guy (1994) sobre a prostituição na Argentina. O estigma que recai sobre as prostitutas tem um caráter coercitivo que, além de limitar a atividade de todas as mulheres, rompe a solidariedade de gênero entre elas, já que as prostitutas são construídas como “destruidoras de lares”, mulheres “sem vergonha” ou que optam por uma “vida fácil”. Embora as perspectivas abolicionistas defendam que o *estigma da puta* acabaria se a prostituição fosse extinta, Agustín (2013a) argumenta que movimentos contra a cultura do estupro e contra a culpabilização das vítimas demonstram que esse estigma não é aplicado somente a quem negocia serviços sexuais. É um estigma do gênero feminino, uma tentativa de desqualificar todas as mulheres a partir do critério da castidade. De acordo com Iara Silva (1985), a mulher é vista como uma ameaça constante no terreno sexual, já que seus atributos de feminilidade, quando usados de maneira indevida, podem produzir o descontrole dos homens. Assim sendo, qualquer conduta transgressora por parte de mulheres pode suscitar o *estigma da puta* e suas

consequências (PHETERSON, 1996). Deste modo, a demonização da prostituição contribuiria para reforçar a desqualificação a que estão sujeitas todas as mulheres⁹.

O rechaço social pela prostituição acarreta a imagem de que as prostitutas estariam “perdidas” no bom caminho destinado às mulheres e faz com que elas sejam situadas como pessoas profundamente marginais e definitivamente afastadas da vida “normal” (JULIANO, 2002). Uma parcela de suas vidas, a da atividade que desempenham, se transforma em um atributo permanente que predomina sobre todas as demais identidades possíveis dessas mulheres, fazendo com que elas sejam castigadas com a etiqueta de “desviantes”. Assim, muitas vezes as próprias prostitutas corroboram os discursos de que sua atividade seria algo moralmente errado e, conforme coloca Negre (1988 *apud* JULIANO, 2002), falam de sua vida na prostituição, especialmente do início dela, como tendo sido determinada por alguma fatalidade que as obrigou a seguir um caminho do qual não conseguem sair. Reproduzem, então, os discursos que as vitimizam como forma de se afastar da estigmatização ou do estereótipo da prostituição como “vida fácil”. Dentro e fora do movimento organizado brasileiro, aponta Olivar (2013), encontram-se discursos que pensam que a “saída” da prostituição é a forma de acabar com o estigma sofrido pelas prostitutas. Mesmo quando a “saída” não se concretiza, a tentativa e o arrependimento por estar na prostituição já se constituem como atributos positivos para essas mulheres.

Diversas autoras observam que a estigmatização da prostituição recai somente sobre a mulher, sendo que os clientes que buscam os serviços sexuais são invisibilizados nas críticas à atividade. O preconceito destinado apenas às mulheres pode ser percebido também a partir da denominação, já que prostituta, puta, meretriz ou todos os nomes atribuídos à atividade possuem conotação negativa, enquanto o sujeito que procura os serviços é denominado cliente, considerado algo neutro. No século XIX, ao emergirem os discursos sanitários – muitos mantidos até a atualidade – o cliente era visto como uma possível vítima da degradação e das doenças transmitidas por essas mulheres. Contudo, mesmo que não sejam atingidos pela marginalização destinada às trabalhadoras do sexo, frequentemente os clientes parecem interessados em esconder sua participação nessa interação. A exclusiva estigmatização da mulher na relação do comércio sexual emerge da dupla moral sexual que estabelece padrões normativos em que a sexualidade masculina é normal e pouco significativa, enquanto a sexualidade feminina é castigada. O estigma atribuído somente à

⁹Pheterson (1996, p. 16) aponta que frequentemente as mulheres não prostitutas tentam se defender do *estigma de puta* marcando sua diferença em relação às prostitutas com o uso da frase “eu não sou uma puta”.

prostituta aumenta o poder dos clientes e de outros grupos sociais sobre essas mulheres, já que elas são tão desacreditadas socialmente que não conseguem denunciar agressões, exploração ou violência simbólica que possam sofrer durante o trabalho (JULIANO, 2010).

O combate ao *estigma de puta* e à marginalização dos sujeitos envolvidos no comércio de serviços sexuais pode ser feito a partir de um olhar positivante sobre a prostituição. Na concepção de Pheterson (1996), sem o estigma que a envolve, a prostituição deixaria de ser pensada como uma relação problemática e condenável e passaria a ser vista como intercâmbio sexual remunerado. Olivar (2013, p.288) defende que a positivação

significa não sair da prostituição, mas mobilizar-se coletivamente para tirar a experiência cultural completa da prostituição do lugar de marginalidade historicamente construído e, por meio de um novo sistema de relações e afinidades, inseri-la no universo das legitimidades. Sair da “zona”, não da prostituição.

Assim, uma perspectiva positiva da prostituição consiste em modificar o estigma buscando a mudança da percepção íntima e pública sobre o lugar ocupado pelas prostitutas, tendo como base a ideia da autonomia e da identidade contra as ideias de vitimização e da necessidade de salvação dessas pessoas.

2.3 Posicionamentos feministas sobre prostituição

A prostituição e o mercado do sexo em geral são temáticas que dividem os grupos feministas, que estão longe de obter um consenso em seus posicionamentos sobre o assunto. Laura Agustín (2010) explica que no debate acerca dos significados da prostituição travado dentro do feminismo, um dos pontos de discórdia diz respeito ao modo como as mulheres – já que sobre prostituição masculina pouco se fala – que comercializam serviços sexuais devem ser chamadas: prostitutas, trabalhadoras do sexo, mulheres prostituídas, vítimas de exploração sexual. Segundo a antropóloga, o uso de qualquer um desses termos situa em que lado do debate os sujeitos estão, permitindo perceber se as mulheres são consideradas vítimas de outras pessoas ou se lhes é concedido um grau de agência em suas práticas comerciais. Essas disputas de sentido também aparecem nas pesquisas de Elisiane Pasini (2005) e Adriana Piscitelli (2005), que afirmam ser comum encontrarmos posicionamentos feministas que pensam a prostituição como sendo sempre sinônimo de dominação e opressão masculina, ou

então como uma estratégia de sobrevivência de mulheres que vivem em situação de extrema pobreza. Nesse sentido, a prostituição seria, de qualquer maneira, violência e abuso contra a mulher. Centrando suas discussões somente em determinado grupo socioeconômico e deixando de lado a heterogeneidade de experiências, valores e crenças das prostitutas, algumas correntes do feminismo apresentam noções estereotipadas das prostitutas, afirma Sarah Bromberg (1997). Para o feminismo chamado de radical, a prostituição é uma forma de reforçar e perpetuar a opressão masculina na sociedade e acaba sendo degradante para todas as mulheres. A autora considera que, especialmente em análises de algumas feministas radicais, as prostitutas são julgadas moralmente, objetificadas, desumanizadas e lhes é retirada toda a possibilidade de personalidade.

Em outro extremo, certos grupos consideram que atuar como prostituta seria um marco da autonomia sexual da mulher, sendo a prostituição fonte de poder e ameaça ao controle patriarcal sobre a sexualidade. Essa seria a linha de pensamento do feminismo existencialista, que avalia a prostituição como uma possibilidade das mulheres libertarem-se da dependência econômica masculina e tornarem-se mulheres empoderadas. Há, ainda, feministas que pensam o sexo como terreno de disputas de poder, de modo que a dominação masculina pode ser reforçada ou desestabilizada. Como explica Piscitelli (2005, p. 14),

as práticas de prostituição, tais como outras formas de mercantilização e consumo, devem ser lidas de maneiras mais complexas que apenas uma confirmação da dominação masculina: em certas circunstâncias, elas podem ser espaços de resistência e de subversão cultural. Por este motivo, estas linhas consideram que a posição da prostituta não pode ser reduzida à de um objeto passivo utilizado na prática sexual masculina, mas como um espaço de agência no qual se faz um uso ativo da ordem sexual existente.

No Brasil, na década de 1980, mesmo não sendo um dos pontos principais das discussões, o movimento feminista começou a demonstrar interesse pela questão da prostituição e a aproximar-se de algumas prostitutas, realizando inclusive o documentário *Mulheres da Boca*, de Cida Aida e Inês Castilhos, em que as mulheres eram mostradas sob uma perspectiva de autonomia e de domínio do corpo. Na década de 1990, contudo, a prostituição passou a ser pensada sob outras perspectivas dentro dos grupos feministas e os olhares negativos sobre o tema foram ampliados: algumas militantes defendiam que a prostituição envolvia sempre exploração da mulher, enquanto outras se negavam a considerar os olhares das prostitutas sobre suas próprias vidas (PISCITELLI, 2012). Essas mudanças se dão em um período considerado como a terceira onda do feminismo do Brasil, após a

redemocratização do país, quando o movimento feminista se reconfigura e começa a discutir a inserção em ONGs e no Estado. As ONGs feministas adquiriram força, conseguiram articular campos heterogêneos e construir conhecimento feminista, mas nesse contexto passaram a ser difundidas ideias negativas que associavam a prostituição ao turismo sexual e ao tráfico internacional de pessoas.

Embora os posicionamentos contrários à prostituição e à sua regulamentação não sejam homogêneos no movimento feminista brasileiro e existam disputas entre as ideias de “salvar” as mulheres da opressão a que estão submetidas e a de respeitar as escolhas individuais de cada uma, considerando sua autonomia, e assegurar seus direitos trabalhistas, Piscitelli (2012) avalia que as defesas abolicionistas sobre o tema conquistam mais visibilidade no debate realizado nos espaços públicos e nos âmbitos governamentais. Tais ideias abolicionistas estão presentes nos discursos de coletivos como a Marcha Mundial de Mulheres e a Sempreviva Organização Feminista (SOF), que reforçam a concepção da prostituição como mercantilização do corpo feminino. Em artigos publicados nos sites da Marcha, a prostituição está associada à violência sexual, pobreza, mercado sexual e falta de autonomia das mulheres:

Ao normalizarmos a ideia da prostituição na vivência social, estamos contribuindo para mascarar as formas de violência contra as mulheres, para naturalizar a ideia de dominação masculina e para alimentar um sistema econômico extremamente articulado e lucrativo que explora o corpo de mulheres e meninas (PARADIS, 2013).

Em outro texto da Marcha, afirma-se que as feministas defendem que as mulheres possam viver livremente sua sexualidade, mas consideram que exercer a prostituição seria uma falsa liberdade, oferecida pelo mercado, que banalizaria a sexualidade¹⁰. Por sua vez, de acordo com o posicionamento da SOF é um erro tomar a prostituição como forma possível de viver a sexualidade, já que, para elas, a prostituição faz parte de uma indústria internacionalmente articulada, que, além de explorar os corpos de mulheres e meninas, envolve também tráfico de drogas, armas e corrupção.

Corroborando a ideia da indignidade da prostituição, a pesquisadora feminista Tania Navarro Swain (2004) a define como a banalização do estupro e defende que a prostituição não pode ser pensada como um trabalho:

¹⁰Artigo *Colocando os homens na roda*. Disponível em <http://marchamulheres.wordpress.com/2013/01/30/colocando-os-homens-na-roda/>. Acesso em 09 de agosto de 2013.

A prostituição, ou seja, a venda de corpos, forçada ou não, é talvez a maior violência social cometida contra as mulheres. Esta violência é agudizada por sua total banalização; mais ainda, a profissionalização da prostituição, que acolhe adeptos mesmo entre as feministas, define a apropriação e a “mercantilização” total das mulheres como um trabalho, que seria tão estatutário e dignificante quanto qualquer outro. A simples classificação “trabalho” promove a compra de mulheres – momentânea ou permanente, como no caso das meninas raptadas, violentadas e prostituídas – a um nível de mercado, de justificação monetária, de inserção nos mecanismos de produção e reprodução do social (SWAIN, 2004, p. 24).

Para a autora, um dos primeiros pontos de ação feminista deve ser auxiliar as mulheres “em situação de prostituição” a sair desta condição de exploração que as torna seres abjetos na sociedade. É notável que parte importante dos grupos que combatem à prostituição utiliza em seus argumentos críticas ao turismo sexual e associações entre a prostituição e a exploração sexual de crianças e adolescentes e, ainda mais frequentemente, com o tráfico de seres humanos. Não há, contudo, uma definição comum do que se constitui como tráfico de seres humanos, pois, em algumas definições, todo deslocamento que viole alguma lei pode ser pensado como tráfico. O Brasil é país signatário do Protocolo de Palermo da Organização das Nações Unidas, que considera que o tráfico se dá quando ocorre coerção, ameaças ou exploração da pessoa em deslocamento, mas o artigo 231 do Código Penal brasileiro considera como traficada qualquer pessoa que cruze as fronteiras para trabalhar no mercado internacional do sexo, havendo ou não exploração por terceiros, o que criminaliza todas as relações da pessoa que se prostitui. Além disso, a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, elaborada entre 2005 e 2006, reitera o artigo 231 do Código Penal ao criminalizar qualquer intermediador, facilitador ou acolhedor do migrante “explorado”, sem que essa exploração seja definida. Assim, o viés abolicionista sobre a prostituição se faz presente nas políticas de combate ao tráfico de seres humanos, não reconhecendo a capacidade das mulheres de exercerem seus direitos sobre o próprio corpo (PISCITELLI, 2012) e desconsiderando a possibilidade de que mulheres vejam na migração para fim de trabalho sexual uma alternativa de vida, ou mesmo que exerçam a atividade de prostituta durante um período de suas vidas enquanto migrantes. Sem diminuir a gravidade da questão do tráfico de seres humanos, é preciso pensar que o pânico moral criado sobre a questão, com o intuito de proteger as traficadas, acaba infringindo direitos de mulheres migrantes maiores de idade que exercem o trabalho sexual voluntariamente (DAVIDA, 2005).

Apesar de Olivar (2013) constatar que um viés abolicionista com argumentos feministas pode ser notado em setores do governo brasileiro como as secretarias Especiais de Direitos Humanos e de Políticas para as Mulheres, e, como vimos, na discussão acerca das

políticas de combate ao tráfico de pessoas, ele e Piscitelli (em entrevista a Daich, 2012) observam que, para além da Marcha Mundial de Mulheres e de suas parceiras, os feminismos brasileiros não se pautam majoritariamente a partir do abolicionismo, como ocorre na Argentina. O que se percebe é que em grande parte dos coletivos feministas a prostituição é um assunto desconfortável, não tratado, um silêncio.

Nos novos espaços de expressão de coletivos e mulheres feministas, como é o caso da Marcha das Vadias, a diversidade de posições sobre o tema é notável. No grupo de debate no Facebook da Marcha das Vadias de Porto Alegre, contudo, é evidente a predominância da perspectiva abolicionista. A ideia da prostituição como trabalho é combatida em textos e comentários de militantes e a prostituição é construída como sendo intrinsecamente violenta e opressora. Em outros espaços comunicacionais é possível, porém, encontrar manifestações de feministas que apontam a disputa existente sobre o tema e que se opõem à “guerra contra a prostituição” travada por militantes de coletivos com perspectivas abolicionistas. É o caso de Marília Moschkovich (2012), que defende a luta feminista para que a prostituição possa ser uma escolha profissional para os sujeitos e critica os argumentos que vitimizam as prostitutas e desconsideram sua capacidade de agir com autonomia quando os discursos das “vítimas” negam o que é pensado pelas militantes como verdade. Diferentes debates sobre prostituição também tem acontecido em espaços da internet como o site *Blogueiras Feministas*¹¹, onde é possível encontrar textos escritos por mulheres feministas sobre o abolicionismo e o tema da regulamentação da profissão – um dos artigos, escrito por integrantes da Marcha Mundial de Mulheres, questiona o posicionamento da organização e indica a necessidade de que as feministas escutem o que as mulheres prostitutas contam sobre suas experiências e reivindicações. Outro exemplo é o site *Feminismo e Prostituição*¹², que é definido como uma página de feministas a favor dos direitos das trabalhadoras sexuais. Criado em 2014, o site publica textos traduzidos de prostitutas e pesquisadoras que criticam as medidas abolicionistas em vigor em alguns países e propõem discussões sobre a prostituição para além da ideia de opressão patriarcal.

¹¹Blogueiras Feministas. Disponível em <http://blogueirasfeministas.com/?s=prostitui%C3%A7%C3%A3o&submit=Pesquisar>. Acesso em 05 de setembro de 2014.

¹²Feminismo e Prostituição. Disponível em <http://feminismoeprostituicao.wordpress.com/>. Acesso em 05 de setembro de 2014.

2.4 Sistemas legais sobre prostituição

Desde a instituição do Código Penal de 1942, o Brasil adota oficialmente o sistema abolicionista acerca da prostituição. Neste sistema, a prostituta é considerada vítima da exploração de um terceiro, de modo que a profissional do sexo não é criminalizada, somente seu explorador. O abolicionismo na segunda metade do século XIX esteve intimamente ligado aos primeiros movimentos feministas europeus, que defendiam que a regulamentação da prostituição existente em diversos países fosse abolida, pois naquele momento a regulamentação envolvia um grande aparato de controle pessoal, sanitário e policial das mulheres prostitutas. Segundo Piscitelli (2012), as abolicionistas pensavam as prostitutas como vítimas de um sistema imoral e lutavam para libertá-las das arbitrariedades às quais eram expostas, mas isso envolvia também tentativas de purificação dessas mulheres. Em 1949, a Convenção das Nações Unidas contra o tráfico de pessoas e a exploração da prostituição alheia constituiu-se como um documento representativo do movimento feminista abolicionista. Nessa convenção, a prostituição foi considerada incompatível com a dignidade da pessoa humana e foi fundida com o tráfico de pessoas. Também se rejeitou qualquer tolerância legal em relação à prostituição, firmou-se o compromisso de criminalizar todo o entorno da prostituição, ou seja, todos os sujeitos envolvidos nessa relação (que não sejam a mulher prostituta), propondo ainda que as prostitutas “libertadas” passassem por uma reabilitação. Para Maria Luisa Maqueda Abreu (2009), a característica mais marcante do abolicionismo estava presente no documento da convenção: quem exerce a prostituição é considerado uma vítima, e, portanto, não pode ser criminalizada de nenhuma maneira.

Na década de 1970, com mudanças sobre as reflexões no âmbito da sexualidade e com a ampliação, diversificação e transnacionalização da prostituição, que passou a ser de certa forma normalizada, os argumentos abolicionistas relacionados à moralidade foram substituídos por outros que consideram a prostituição como o símbolo da violência a que as mulheres são expostas na sociedade. Mudam os argumentos, mas as mulheres prostitutas seguem sendo vistas como escravas que precisam ser libertadas (MAQUEDA ABREU, 2009). No abolicionismo mais radical, nega-se qualquer forma de prostituição livre, pois a prostituição seria contrária aos direitos humanos:

Nessa linha de pensamento, a prostituição é exploração sexual porque nela se obtém prazer sexual mediante a utilização abusiva da sexualidade de uma pessoa, anulando

seus direitos à dignidade, igualdade, autonomia e bem-estar. Por esse motivo, o abolicionismo radical pretende penalizar o cliente, culpável de violar os direitos humanos na prostituição (PISCITELLI, 2012, pp.21-22).

O abolicionismo radical possui como um de seus grandes preceitos a negação do direito individual a se prostituir, partindo do pressuposto de que a prostituição não pode ser um direito se nega outros direitos humanos como a dignidade. Não pode também ser pensada como potencial liberdade sexual por envolver uma relação comercial que seria em si mesma um abuso de poder. Assim posto, Maqueda Abreu (2009) observa que no abolicionismo não há limites para a culpabilização e a criminalização dos comportamentos relacionados ao trabalho sexual, que é sempre vinculado ao tráfico de seres humanos.

De acordo com Marlene Teixeira Rodrigues (2003), embora a legislação brasileira seja abolicionista, as práticas do Estado são influenciadas pelo regulamentarismo, de modo que a polícia e as autoridades sanitárias constituíram-se como os principais agentes a atuar com os profissionais do sexo com o intuito de regular a atividade. Mesmo que as mulheres não pudessem ser criminalizadas na teoria, na prática a repressão policial aos comportamentos imorais do início do século XX – conforme nos mostram as pesquisas de Rago (1991) e Marocco (2004) – continuou atingindo as mulheres prostitutas com frequência até a década de 1990, sendo as prostitutas que trabalhavam nas ruas os alvos preferenciais. A intensa violência policial que sofriam as prostitutas de rua de Porto Alegre na década de 1980 está relatada nos trabalhos de Letícia Tedesco (2008) e Olivar (2013). As mulheres eram detidas irregularmente sob acusação de vadiagem, ameaçadas e até mesmo levadas a locais remotos da cidade para que fossem alvo de violência física. Muitas precisavam pagar para que pudessem trabalhar sem o abuso policial. Mesmo sendo legalmente vítimas, os relatos apontam que as prostitutas encontravam grandes dificuldades para denunciar clientes violentos e para que seus direitos fossem reconhecidos. Ainda nos anos 2000 as entidades organizadas que congregam as prostitutas precisam se mobilizar para reivindicar que as profissionais do sexo possam realizar seu trabalho sem a interferência policial que, sob a comum alegação de tráfico de drogas, fecham espaços, invadem salas e impedem as pessoas de trabalhar.

Além dos abusos policiais, trabalhadoras e trabalhadores do sexo precisaram lidar com estratégias de controle sanitário, pois por muito tempo foram considerados como vetores de doenças sexualmente transmissíveis como a sífilis e o HIV. O grupo de profissionais do sexo segue sendo visto como um público-chave para desenvolvimento de políticas de prevenção e combate às DSTs e a área da saúde é uma das únicas esferas em que os governos brasileiros

se relacionam com os movimentos organizados de prostitutas. Até hoje, o setor do governo brasileiro responsável por desenvolver projetos relacionados à prostituição é o departamento de DST, Aids e Hepatites Virais do ministério da Saúde.

Na contemporaneidade, Maqueda Abreu (2009) aponta que o modelo regulamentarista substituiu o argumento da moralidade por outros, como o da habitabilidade das cidades, por exemplo. Em um viés desse modelo que possui características proibicionistas, as políticas normalizadoras dos estados buscam conservar a lei e a ordem, sobretudo nos espaços públicos, e nesse sentido as prostitutas, juntamente com moradores de rua, vendedores ambulantes e outros grupos marginalizados, são pensados como coletivos que “sujam” a cidade e são responsáveis pela desorganização social. A prostituição de rua, especialmente, se constitui como foco de intervencionismo dos governos. Embora em muitos países que adotam esse sistema a prostituição não esteja proibida e não esteja submetida a controles espaciais em zonas de tolerância e a intervenções policiais ou médicas rotineiras, manifestações externas como a exibição sexual em locais públicos ou a solicitação de serviços sexuais pode ser sancionada ou criminalizada. É o caso de França, Reino Unido, Irlanda, Itália, Bélgica e Espanha.

Há também o modelo laboral ou trabalhista, que não busca controlar a indústria do sexo e as pessoas nela envolvidas, mas sim garantir os direitos de profissionais do sexo ao considerar a prostituição um trabalho. Esse entendimento permitiria o acesso dos sujeitos aos direitos trabalhistas e sociais e possibilitaria combater os efeitos prejudiciais da enorme economia informal ou ilegal relacionada ao setor, como manter as prostitutas na invisibilidade. Nas sociedades capitalistas, o estatuto de cidadãos está vinculado a uma participação no mercado de trabalho formal, de modo que o reconhecimento da prostituição como trabalho permite que quem o desempenha possa desfrutar dos direitos dos cidadãos (MAQUEDA ABREU, 2009). Esse modelo laboral é adotado por países como Holanda, Alemanha, Nova Zelândia, Grécia, Equador, Colômbia e Uruguai. Nesses locais, a atividade das prostitutas é reconhecida como um trabalho singular e sofre intervenções específicas do Estado. Na Holanda, a legalização do exercício autônomo e assalariado da prostituição e a descriminalização de seu entorno aconteceram em 2000, sendo as atividades ligadas à prostituição reguladas em âmbito municipal. As prefeituras concedem as licenças de abertura para as casas de prostituição, podem proibir a prostituição de rua, estabelecer zonas limitadas para a atuação dos trabalhadores do sexo (como o *Red Light District* de Amsterdã) e controlar se os donos das “empresas” garantem condições seguras para seus trabalhadores. Na

Alemanha, a lei impede que os empresários escolham os clientes e as práticas sexuais dos programas e assegura a profissionais do sexo a seguridade social, o recebimento de atenção médica pública e a aposentadoria.

Contudo, embora pesquisas e até mesmos discursos políticos oriundos dos países europeus que adotam o modelo trabalhista avaliem que a considerar a prostituição como trabalho de fato melhora a vida dos sujeitos que desenvolvem a atividade, percebe-se que muitos dos problemas enfrentados por esse grupo não são resolvidos. Empresários do sexo seguem evitando estabelecer relações laborais com os trabalhadores e as trabalhadoras e não contribuem para os benefícios legais, assim como as autoridades não controlam se os locais de prostituição funcionam nas condições necessárias. Além disso, uma parcela significativa das prostitutas não se regulariza como trabalhadora sexual para evitar a estigmatização, por não ver uma mudança na proteção de seus direitos ou por considerar que ser assalariada em um local de prostituição diminuiria sua renda. As migrantes sem permissão de residência nos países da Europa seguem sem regulamentação – o reconhecimento destas mulheres e a ampliação de seus direitos se constitui como uma das questões mais importantes atualmente nas preocupações dos movimentos que atuam com profissionais do sexo nos países europeus (MAQUEDA ABREU, 2009).

Além do abolicionismo, do regulamentarismo e do modelo trabalhista, existem ainda o sistema legal proibicionista e o modelo nórdico (ou sueco). No sistema proibicionista, em vigor nos Estados Unidos, na China, em Malta e em alguns países do leste europeu, a prostituição é considerada um crime, de modo que todos os envolvidos – prostitutas, agenciadores e clientes – estão infringindo a legislação (SIRONI, 2011).

Desde 1999, quando a Suécia passou a criminalizar os clientes dos trabalhadores do sexo, considerando as prostitutas como vítimas da opressão masculina, vem se instituindo um sistema conhecido como “novo abolicionismo”, “modelo sueco” ou “modelo nórdico”, já que também foi adotado por Islândia e Noruega. Nesse modelo, luta-se contra a estrutura que sustenta a prostituição e as prostitutas não são penalizadas, enquanto os clientes são pensados como alvo principal da penalização e da conscientização, já que sem clientes não existiria prostituição. Embora o governo sueco comemore uma significativa diminuição de prostitutas, Laura Agustín (2014) aponta que o próprio governo reconhece conseguir controlar apenas a prostituição de rua, sem ter acesso a quem oferece serviços sexuais através da internet, por exemplo. A antropóloga Petra Ostergren (s/d) percebe em suas pesquisas que muitas mulheres sentem-se negativamente atingidas pela lei, já que estão mais vulneráveis nas ruas, tem

dificuldade de escolher os clientes e de alugar salas para trabalhar, sentem-se perseguidas pela polícia, pela mídia e pelos ativistas anti-prostituição, incapacitadas pelo Estado e negligenciadas nos processos de tomada de decisão sobre a legislação acerca da prostituição.

Nos últimos anos, o modelo nórdico vem ganhando força na Europa. Em dezembro de 2013, os deputados franceses revogaram a possibilidade de criminalização dos trabalhadores do sexo instituída por Nicolas Sarkozy, mas aprovaram lei baseada nesse modelo que aplica multas aos clientes como forma de abolir a existência da prostituição. Em fevereiro de 2014, o Parlamento Europeu aprovou recomendação para que seus países-membros criminalizem os clientes que se relacionam com profissionais do sexo com menos de 21 anos. O governo canadense, por sua vez, apresentou em junho de 2014 um projeto de lei que descriminaliza os trabalhadores do sexo, mas que proíbe a prostituição em espaços públicos em que podem haver crianças e adolescentes e penaliza com até cinco anos de prisão o ato de “compra de relações sexuais”. Apesar de ter como objetivo proteger as mulheres e homens que estão na prostituição, o novo abolicionismo e suas estratégias de criminalização dos clientes acaba aumentando a invisibilidade dos trabalhadores do sexo, que precisam sair das ruas para evitar que seus clientes sejam presos, e a partir de uma ideia de que a prostituição precisa ser extinta, ignoram as opiniões de quem afirma querer permanecer trabalhando como prostituta.

2.5 Propostas legais sobre prostituição no Brasil

2.5.1 O projeto de lei 4.212/2012 – PL Gabriela Leite

No Brasil, a prostituição não é criminalizada e é definida como uma ocupação desde 2002 pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho, sob o registro 5.198 – profissionais do sexo. Apesar disso, esses sujeitos encontram dificuldades no reconhecimento de seus direitos trabalhistas, no acesso a serviços públicos e também nas denúncias a patrões exploradores.

A consolidação da prostituição como uma profissão é vista por muitos ativistas e teóricos como uma forma de garantir os direitos destes sujeitos, diminuir o estigma relacionado à atividade e, conseqüentemente, reduzir a vulnerabilidade a que estão expostos trabalhadores e trabalhadoras do sexo. O debate sobre a regulamentação da prostituição tomou

novo fôlego a partir da apresentação do Projeto de Lei 4.211/2012¹³, conhecido como lei Gabriela Leite¹⁴, proposto pelo deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ) em julho de 2012. O projeto prevê alçar a prostituição à categoria de profissão, permitindo que prostitutas exijam juridicamente o pagamento pelos serviços sexuais prestados e possam desfrutar de aposentadoria especial após 25 anos de trabalho, já que, conforme a proposta, atualmente os profissionais do sexo sujeitam-se a condições de trabalho indignas, encontram poucas oportunidades na carreira e sofrem com envelhecimento precoce. As pessoas trabalhadoras do sexo poderão prestar serviços de forma autônoma ou organizadas coletivamente em forma de cooperativas. O projeto também propõe a descriminalização das casas de prostituição, considerando que a legalização dos vínculos entre os donos dos locais de prostituição e as profissionais do sexo impedirá ou, no mínimo, dificultará o estabelecimento de relações de exploração dos trabalhadores e trabalhadoras da área.

No caso do projeto de lei Gabriela Leite, ao definir que se considera “profissional do sexo toda pessoa maior de dezoito anos e absolutamente capaz que presta serviços sexuais mediante remuneração”, busca-se marcar a diferença entre prostituição e exploração sexual, em especial de crianças e adolescentes – distinção que atualmente não consta no Código Penal brasileiro. Por isso, o projeto de lei prevê mudanças na redação dos artigos 228, 229, 230 e 231 do Capítulo V da Parte Especial do Decreto-Lei 2.848 do Código Penal, de 7 de dezembro de 1940, buscando diferenciar prostituição de exploração sexual e reforçar o caráter profissional da prostituição. Na redação atual, por exemplo, o artigo 228 criminaliza “induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, dificultar ou impedir que alguém a abandone”. O projeto de lei Gabriela Leite propõe a substituição pela seguinte redação: “induzir ou atrair alguém à exploração sexual, ou impedir e dificultar que alguém abandone a exploração sexual ou a prostituição”¹⁵.

¹³A íntegra do projeto de lei consta em anexo.

¹⁴Gabriela Leite foi prostituta aposentada, presidente e fundadora da Rede Brasileira de Prostitutas, da ONG DaVida, do Rio de Janeiro, e da grife Daspu. Nome mais conhecido no movimento de prostitutas brasileiro, faleceu em 10 de outubro deste ano.

¹⁵ O projeto de lei propõe a substituição do artigo 230 – “Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça”, por “Tirar proveito de exploração sexual, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça”; do artigo 231 – “Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de mulher que nele venha exercer a prostituição, ou a saída de mulher que vá exercê-la no estrangeiro” por “Promover a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a ser submetido à exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro”, e do artigo 231A – “Promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para o exercício da prostituição ou outra forma de exploração sexual” por “Promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para ser submetido à exploração sexual”.

Na justificativa do projeto de lei, o deputado Jean Wyllys afirma que o mesmo não tem como objetivo estimular a entrada de pessoas na prostituição, mas reduzir os riscos danosos da atividade garantindo direitos aos quais, segundo ele, os profissionais do sexo são privados devido à hipocrisia e à moralidade perpetuadoras de injustiças. O deputado acredita que a regularização das casas de prostituição é um instrumento de combate à exploração sexual, já que permitirá uma fiscalização rigorosa dos órgãos governamentais em relação à remuneração dos trabalhadores, ao cumprimento de normas trabalhistas e à higiene e segurança dos locais. Diz a justificativa:

Todas as modificações apresentadas na propositura em destaque têm os objetivos precisos de: (1) tirar os profissionais do sexo do submundo, trazendo-os para o campo da licitude e garantindo-lhes a dignidade inerente a todos os seres humanos; e (2) tipificar exploração sexual diferindo-a do instituto da prostituição, a fim de combater o crime, principalmente contra crianças e adolescentes (BRASIL, 2012, p. 7).

O projeto de lei foi destinado para avaliação das Comissões de a) Seguridade Social e Família, b) Trabalho, Administração e Serviço Público, c) Constituição e Justiça e de Cidadania e d) Direitos Humanos e Minorias. O projeto já foi avaliado pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), tendo sido rejeitado pelo relator deputado Pastor Eurico (PSB/PE) em junho de 2013¹⁶. Em agosto de 2013, a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de pessoas no Brasil, suas causas, consequências e responsáveis solicitou a criação de uma comissão especial para avaliação do projeto, considerando a estreita relação entre o tema da CPI e a proposta de regulamentação da prostituição. Em 16 de setembro, o então presidente da Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN), instalou a comissão especial. Atualmente, o projeto aguarda a constituição dessa comissão. Em 2015, a proposta foi arquivada pela mesa diretora em janeiro e desarquivada em fevereiro após solicitação do deputado Jean Wyllys.

2.5.2 Projetos anteriores

Antes de o projeto de autoria do deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ) tramitar na Câmara dos Deputados, a regulamentação da prostituição como profissão havia sido proposta

¹⁶ Naquele momento, a CDHM era presidida pelo deputado Marco Feliciano (PSC/SP), pastor evangélico da Catedral do Avivamento.

em 2003 pelo então deputado federal Fernando Gabeira (PT-RJ), no Projeto de Lei 98/2003. O PL contemplava ainda a supressão dos artigos 228, 229 e 231 do Código Penal, que criminalizam penalmente o “favorecimento da prostituição”, a manutenção de casas de prostituição e o tráfico de mulheres, respectivamente. A proposta de suprimir o artigo 231 faz parte, conforme aponta Olivar (2013), de uma estratégia do movimento de prostitutas que reivindica a separação conceitual, política e legal do tráfico de pessoas da prostituição, já que o artigo citado penaliza o tráfico somente quando o destino é a prostituição. Com a extinção do artigo 231, defende-se que o tráfico de pessoas, independentemente de sua finalidade, seja tratado a partir de uma legislação específica. Tendo como relator na Comissão de Constituição e Justiça o deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), o projeto teve o mérito rejeitado. O parecer do relator revela uma percepção moral sobre o exercício da prostituição e um olhar vitimizador sobre as mulheres que se prostituem, relacionando sua ocupação somente com uma carência monetária profunda. De acordo com o parecer,

a questão, portanto, não é reprimir a prostituição como se ela fosse um crime, na ilusão, talvez, de que essa prática, que se perde nos milênios da História, seria extinta apenas pela repressão policial. Mais importante é evitar que jovens, sobretudo das classes menos favorecidas, sejam levadas a prostituir-se como única opção para auferir algum ganho. O que falta são políticas públicas voltadas à geração de emprego, para que as jovens do nosso País, muitas com bom nível de escolaridade, possam desempenhar atividades produtivas e socialmente justas, livrando-se da praga da prostituição (BRASIL, 2005, p.9)¹⁷.

Em janeiro de 2007, o projeto foi arquivado pela mesa diretora da Câmara. Após solicitação para desarquivamento por parte do deputado Fernando Gabeira, o deputado João Campos (PSDB-GO), presidente da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso e pastor da Igreja Assembleia de Deus, solicitou que o projeto fosse apreciado também pelas comissões de Seguridade Social e Família e de Trabalho, Administração e Serviço Público. O próprio deputado João Campos¹⁸ foi designado como o novo relator do projeto e, em seu parecer, faz uso da Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Seres Humanos e da Exploração da Prostituição de Outro, de 1949, que afirma ser a prostituição incompatível com

¹⁷Parecer do relator Antônio Carlos Magalhães Neto disponível em http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=D73A49841C61747344690C63E7446D6E.node1?codteor=308020&filename=Tramitacao-PL+98/2003

¹⁸Campos é autor do projeto de Decreto Legislativo 234/2011, que ficou nacionalmente conhecido como o projeto da “cura gay”, que sustava os artigos da Resolução do Conselho Federal de Psicologia que impedem psicólogos de patologizar comportamentos homoafetivos e de participar de eventos e serviços que proponham cura e tratamento para homossexualidades. O projeto da “cura gay” foi tema de vários protestos realizados em 2013 e sua retirada também fez parte das reivindicações das grandes manifestações realizadas no Brasil neste ano.

a dignidade da pessoa humana. De acordo com atos internacionais levantados pelo relator, a prostituição colocaria “em risco o bom convívio da família, a integridade do indivíduo, e os interesses da comunidade” (BRASIL, 2010). Campos afirma ainda que a regulamentação da prostituição seria desastrosa e atuaria como incentivo para que crianças e adolescentes se prostituam. Reforçando o caráter de indignidade da atividade e o papel de vítimas dos sujeitos que a praticam, o parecer prossegue:

Considero a prostituição não só um incentivo aos nossos jovens ao ingresso no submundo da exploração do corpo, mas como uma escravatura da pessoa, incompatível com a dignidade humana, colocando a prostituta na situação de alguém que deve ser incentivada a deixar a prostituição e a inserir-se socialmente, e não o contrário, como quer fazer a proposta em questão (BRASIL, 2010, p. 7).

O deputado rejeita, portanto, o PL 98/2003, e considera acertado o apenso 2.169/2003, de autoria do deputado Elimar Damasceno (Prona-SP), que criminaliza o cliente que utiliza os serviços de profissionais do sexo e prevê detenção que varia entre um e seis meses. Após o parecer do deputado, o projeto foi novamente arquivado pela mesa diretora.

Durante a avaliação do PL 98/2003 pelas comissões da Câmara, outro projeto de lei relacionado à prostituição foi apresentado. Em 2004, o então deputado federal Eduardo Valverde (PT-RO) protocolou o projeto de Lei 4244/2004, que propunha a instituição da profissão de trabalhador da sexualidade. Tal profissão compreenderia prostitutas, dançarinos e garçons que prestam serviços em estabelecimentos com apelo à sexualidade, atores de filmes pornográficos, acompanhantes de serviços especiais de acompanhamento íntimo, massagistas cuja finalidade principal seja o erotismo e o sexo, e gerentes de casas de prostituição. Como justificativa, o deputado aponta a existência de milhares de profissionais do sexo no país que teriam seus direitos garantidos e, a partir de registro profissional renovado anualmente, teriam acesso a programas e ações de saúde pública e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Conforme o projeto, os órgãos competentes teriam mais controle sobre o setor e poderiam, assim, regular os abusos. No ano seguinte, contudo, antes de avaliação por parte da Comissão de Constituição e Justiça, o próprio deputado Valverde solicitou a retirada de tramitação do projeto de lei.

O insucesso dos projetos de lei que buscavam regulamentar a prostituição nos últimos anos demonstra, de acordo com Olivar (2013), que o Brasil instituiu a tolerância como política sobre a prostituição: há repressão moral e de forças policiais, por exemplo, mas não há uma escolha de fato entre a abolição ou a regulamentação da profissão. Segundo o pesquisador, “no meio, ficam a não criminalização, a estimulação da “saída” e a tolerância

silenciosa e sociologicamente compreensiva “dessas mulheres” (porque de prostituição masculina nem se fala)” (OLIVAR, 2013, p. 255).

A proposição de projetos de lei relacionados à prostituição faz com que o tema alcance alguma visibilidade nos meios de comunicação e amplia ou coloca em circulação debates e discursos que demonstram a existência de diferentes argumentos sobre a necessidade de regularização, abolição, criminalização ou reconhecimento da prostituição como trabalho. Assim sendo, tendo como base o PL Gabriela Leite e os debates por ele gerados, buscaremos compreender no decorrer desta pesquisa quais são os entendimentos sobre a prostituição existentes e como são difundidos por diferentes grupos sociais.

3. NARRATIVAS E ENQUADRAMENTOS NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DA PROSTITUIÇÃO

As reflexões apresentadas no capítulo anterior procuram evidenciar que a prostituição e as prostitutas ocupam historicamente um espaço marginalizado na sociedade, sendo que, atualmente, novas legislações abolicionistas que pretendem proteger especialmente as mulheres da exploração sexual vêm aprofundando a exclusão social destas pessoas. Trabalhadoras e trabalhadores do sexo convivem cotidianamente com a invisibilidade pública, que, como descreve Fernando Braga da Costa (2004), faz com que desapareçam subjetivamente no meio dos outros. Muitas vezes, tais sujeitos não encontram a possibilidade de dialogar com as pessoas pertencentes a outros grupos sociais, são excluídos politicamente da participação na sociedade e sentem-se publicamente humilhados, o que afeta seus relacionamentos e sua percepção de si mesmos.

A presente pesquisa baseia-se em uma perspectiva construtivista, ou seja, acredita-se que a realidade é construída socialmente através dos pensamentos e das ações dos sujeitos. Os entendimentos sobre a prostituição são, portanto, construções coletivas que ocasionam e corroboram o local de desigualdade destinado aos profissionais do sexo. Nesta perspectiva, Peter Berger e Thomas Luckmann (1985) defendem que são as pessoas, em coletividade, que produzem o mundo da vida cotidiana, embora ele seja experienciado como algo diferente de um produto humano, algo exterior aos indivíduos. Filiados à sociologia do conhecimento, os autores destacam a importância do senso comum para a constituição dos significados que garantem a existência das sociedades. O conhecimento humano é desenvolvido, transmitido e mantido em situações sociais, solidificando-se como real para os sujeitos. Embora existam diversas realidades acessáveis pelos indivíduos, a vida cotidiana se constitui como a realidade por excelência, impondo-se às consciências de modo mais intenso e urgente. O que é estabelecido como conhecimento na sociedade aprende-se através da socialização e é objetivado socialmente como um conjunto de verdades válidas sobre a realidade. Deste modo, os sujeitos que se afastam das regras de comportamento consideradas adequadas por essas verdades são considerados desviantes e muitas vezes sofrem sanções por isso. No caso das prostitutas, por exemplo, ao serem percebidas como desviantes, possuem dificuldade para interação em determinados grupos sociais, são associadas a condutas criminosas, são desacreditadas enquanto “boas” mães ou como companheiras em um relacionamento afetivo.

A construção da realidade se dá através da comunicação e da interação entre os sujeitos, ou seja, por meio da linguagem e da elaboração de signos que encontrem correspondência entre os membros de uma sociedade. Tal realidade se apresenta a cada indivíduo como intersubjetiva, como algo compartilhado com os demais, mesmo que os outros possuam perspectivas diferentes sobre o mundo. O compartilhamento se dá através da linguagem, que é o meio que nos permite objetivar as experiências de nossas vidas, tipificando-as e dividindo-as em categorias que possibilitam a atribuição de sentido a essas vivências, tanto para nós quanto para os que conosco interagem. A linguagem pode tornar as experiências anônimas e as desvincular de um sujeito específico: os acontecimentos podem atingir qualquer pessoa, não estando relacionados especificamente a um tempo e a um local únicos. Assim, a linguagem estabelece ligações entre diferentes zonas da realidade cotidiana e as integra, transcendendo as lacunas que separam essas zonas. De acordo com Berger e Luckmann (1985), a linguagem constrói edifícios de representações simbólicas que se impõem sobre a vida cotidiana, como a ciência, a religião, a filosofia e a arte.

Contudo, não é apenas na linguagem oral ou quando ocorrem interações face a face que essas características se apresentam. A escrita e outras formas de interação e de comunicação também portam tais qualidades e são capazes de tornar os assuntos inteligíveis a grupos sociais variados. Os meios de comunicação nos fornecem cotidianamente informações sobre o que somos e sobre a realidade em que vivemos. Embora não sejam a única fonte para nossa reflexão, as palavras e imagens por eles postas em circulação possuem uma magnitude em nossas sociedades que nos permite pensar que os produtos comunicacionais instauram e reproduzem regulações sociais (MATA, 2006).

Assim, compreende-se nesta pesquisa que a produção comunicacional, ao tematizar a prostituição, reforça os significados existentes e circulantes sobre o assunto, ou pode até mesmo modificar ou criar novos significados para a atividade. Através da seleção de abordagens, de fontes e de argumentos, os textos publicados em espaços comunicacionais, considerando os sentidos atribuídos à prostituição por cada cultura, podem corroborar a estigmatização dos trabalhadores do sexo e a representação dos integrantes deste grupo como vítimas ou como culpados por sua situação de marginalidade, bem como podem propor novas formas de entendermos a prostituição em nossa sociedade. Nesse sentido, acreditamos que os meios de comunicação são importantes para que distintos grupos sociais se expressem e fomentem a transformação sociopolítica (COGO, 2012).

Ao retomar algumas pesquisas realizadas sobre as representações da prostituição e dos

profissionais do sexo em produções televisivas brasileiras, constata-se a construção ou distribuição de diferentes compreensões sobre a temática. Embora sejam personagens frequentes nas produções ficcionais da televisão, do cinema e da literatura, as pessoas profissionais do sexo possuem espaço restrito para manifestações nos espaços jornalísticos. Ao analisar como os produtos ficcionais e jornalísticos da Rede Globo de Televisão constroem relações entre prostituição e mobilidade, Iara Beleli e José Miguel Olivar (2011) apontam que telenovelas como *Paraíso Tropical* (2007), *Caminho das Índias* (2009) e *Passione* (2010), embora façam distinção entre tipos de prostituição avaliados como mais ou menos dignos, também vão além de representações do senso comum ao incluir homens e transexuais como trabalhadores e trabalhadoras do sexo. Além disso, há personagens que repassam a ideia da prostituição como sendo uma profissão, o que se constituiria como um desvio da lógica que associa sempre prostituição e extrema pobreza. Por essa análise, os autores acreditam que existe a possibilidade de se construir midiaticamente um espaço diferenciado para as imagens sobre a temática. Nas análises sobre a produção telejornalística da emissora, contudo, eles encontram representações que enfatizam a prostituição como algo negativo ao estabelecer ligações frequentes com o turismo sexual – que, apesar de não ser criminalizado, é moralmente condenado – e com o tráfico de pessoas.

Interessados em identificar como a prostituição é representada em produções jornalísticas como os programas *A Liga*, do Grupo Bandeirantes de Comunicação, e *Profissão Repórter*, da Rede Globo, Leandro Gomes (2011) e Renata Costa (2010) observam que os programas partem do discurso do senso comum e selecionam entrevistados com o intuito de atender a algum estereótipo existente sobre o mundo da prostituição: a prostituta de luxo, as prostitutas de rua, as travestis – cujo gênero feminino é ignorado – e os garotos de programa. No programa *A Liga* investigado, o narrador afirma que a vida na prostituição é terrível e que 90% dos trabalhadores do sexo querem encontrar “outra vida”, constatação que não é confirmada por nenhum de seus entrevistados. Para Costa (2010), é notável que, mesmo tendo como objetivo falar de grupos marginalizados como o das pessoas trabalhadoras do sexo, o programa o faz apresentando tais sujeitos como os “Outros” que estão muito distantes de serem como “nós”, o que reforça a exclusão destas pessoas.

Estando também os profissionais do sexo inseridos nesta cultura e tendo acesso às representações e aos enquadramentos midiáticos sobre o que se fala sobre sua atividade, acreditamos que tais entendimentos sobre a prostituição construídos na sociedade e nos meios de comunicação incidem sobre suas próprias experiências subjetivas e em suas narrativas

personais. Neste capítulo, portanto, busca-se apontar os fundamentos teóricos que auxiliam na reflexão sobre os sentidos da prostituição encontrados tanto nas narrativas propostas em espaços comunicacionais quanto nos relatos das próprias mulheres prostitutas. Para tentar compreender como algumas mulheres percebem suas vivências como profissionais do sexo e como se percebem visibilizadas, baseamo-nos na concepção de narrativas, entendida como modo de organizar, reelaborar e dar sentido às experiências pelas quais passamos. Na atual cultura de convergência em que vivemos, em que as tecnologias digitais possibilitam que a circulação de narrativas pessoais seja ampliada e, conseqüentemente, novas perspectivas possam ser conhecidas, busca-se refletir sobre as potencialidades e limites do uso da internet para os debates acerca da prostituição e da sua regulamentação. Por fim, toma-se a teoria do enquadramento como guia para que, analisando as produções circulantes sobre a regulamentação da prostituição nos espaços comunicacionais da internet, possamos compreender os significados atribuídos à atividade nesses textos.

3.1 A elaboração de narrativas para a compreensão das experiências

Nós contamos histórias porque as vidas humanas precisam – e merecem – ser contadas, defende Paul Ricoeur em sua obra *Tempo e Narrativa* (2010). É através do que narramos que as histórias dos vencidos e dos perdedores podem ser salvas e compartilhadas e, em um sentido semelhante, acredito que através dos relatos narrativos podemos conhecer histórias e trajetórias dos sujeitos excluídos e estigmatizados e modificar nossa visão sobre o mundo. Os relatos narrativos permitem nosso entendimento da maioria das coisas e acontecimentos, pois relacionam os fatos uns com os outros e estabelecem uma ordem e uma cronologia, integrando ações no passado, no presente e no futuro (MOTTA, 2007). De acordo com Fernando Resende (2009a), o ato de narrar relaciona-se com a necessidade de buscar formas de compreensão do que se passa, de modo que pode surgir nos mais variados lugares em que a vida acontece. Assim, partindo desta perspectiva, busca-se resgatar neste trabalho as narrativas sobre a experiência de ser prostituta que são elaboradas por algumas profissionais do sexo que trabalham em Porto Alegre para compreender quais os sentidos que elas atribuem a suas vivências em uma profissão marginalizada e como se percebem visibilizadas na sociedade.

As narrativas são uma obra de síntese em que objetivos, causas e acasos são reunidos sob a unidade temporal de uma ação total e completa, explica Ricoeur (2010). Quando narrados, acontecimentos dispersos se transformam em uma história, ou seja, as narrativas dão configuração a simples sucessões de acontecimentos ou incidentes, compondo uma totalidade significativa que faz com que a história possa ser acompanhada. Elas atuam como mediação entre um ponto de partida e um ponto de chegada, entre as distintas configurações de mundo. É nesse processo de mediação entre diferentes pontos que as narrativas produzem conhecimento, ao mesmo tempo em que participam da configuração do mundo. É através de narrativas, observa o autor, que a experiência humana do tempo se torna acessível para nós.

São elas que reelaboram nossas experiências, revivificam e recriam o que foi vivido, explica Isabel Moura Carvalho (2003) ao refletir sobre a obra de Ricoeur. O ato narrativo passaria de um tempo prefigurado da ação, do vivido, a um tempo configurado simbolicamente pela composição da narrativa, para um terceiro tempo que seria o tempo da alteridade, em que se busca contar uma experiência a alguém. Ao narrativizar, portanto, os sujeitos atribuem nexos e sentidos e transformam os fatos captados por sua percepção em símbolos ou associações (BAITELLO JR., 1999). No exercício da narrativa, nos diz Resende (2009a), os fatos produzem sentidos e podem então apontar outras possibilidades de compreensão do cotidiano. Narrar organiza e torna públicas as experiências, representa nossas ações e nossa memória. Ao unificar fatos dispersos, estabelece uma visão de mundo relativamente integrada, salienta Luiz Gonzaga Motta (2009).

A vida do próprio narrador vai sendo ordenada através dos relatos narrativos. Para Ricoeur, o sujeito é o leitor e o escritor de sua própria vida, vida esta que é constantemente refigurada pelas histórias verídicas ou fictícias que são contadas sobre si mesmo. Assim, a vida dos sujeitos seria um tecido de histórias e experiências narradas (CARVALHO, 2003). Também podemos pensar que as narrativas são estruturantes das identidades, conforme observa Leonor Arfuch (2002): no momento em que fala de um “eu”, o sujeito se reconhece e realiza uma unificação imaginária da multiplicidade de vivências. A narrativa biográfica é, segundo a autora, uma “visão de si” que somente pode ser dada pelo próprio sujeito. Não há, porém, uma posição essencial ou mais verdadeira ocupada pelo indivíduo, já que há várias histórias de vida possíveis e diversos sentidos de vida em jogo. É a multiplicidade dos relatos que produz uma teia de experiências e significados reconhecidos como próprios, mas que são definíveis apenas relacionalmente, pois o sujeito tem certa identidade e constrói certa narrativa em um determinado contexto, em relação a outros sujeitos diferentes e exteriores a

ele. É através do processo de narrar que os sujeitos se imaginam como possuidores de uma biografia, que sempre envolve a relação com o contexto imediato em que a pessoa vive. Pela família, pela cultura e pela nacionalidade, por exemplo, o sujeito consegue se situar e reconhecer a si próprio. Nesse sentido, as narrativas não podem se desprender de sua época e são sempre um retrato da comunidade em que o narrador está. Ricoeur pensa em uma identidade narrativa que é instável e falha, mas que busca estabelecer quem é o sujeito da ação narrada sem fixá-lo em uma determinada identidade estável.

Além de pensada como representação, a narrativa também é considerada por alguns autores como constituinte da realidade. Para Prado (*apud* MOTTA, 2009), os acontecimentos do mundo são naturalizados através do contar histórias. A narrativa oferece contextos a experiências e fatos que são difíceis de compreender. Por sua vez, Motta (2009) sustenta que, mais do que representar a realidade, as narrativas são formas de experimentação do mundo que são refeitas a todo instante, são sobrepostas e colocadas à prova constantemente até que sejam substituídas por novas narrativas. Para ele, narrativas são “emaranhados de mantos que constituem a textura social e recobrem a vida de sentidos, modelos éticos e estéticos, enredos, personagens com os quais nos identificamos ou rechaçamos” (MOTTA, 2009, p. 9).

Considerando que as narrativas não são apenas orais, acredita-se que os meios de comunicação são espaços de construções narrativas sobre a vida dos outros e onde os diversos modos de vida podem se tornar compreensíveis. Embora o jornalismo, mais especificamente, possa ser considerado mais descritivo do que narrativo, Motta (2005) defende que a produção jornalística é como uma narrativa da contemporaneidade, já que no processo de recepção os sujeitos aprendem sobre si mesmos e sobre suas realidades, bem como percebem e experimentam o mundo. Para ele, as narrativas, especialmente a jornalística, permitem aos sujeitos compreender quem são e onde estão em cada momento. O percurso da narrativa, então, é concluído somente quando o mundo do texto atinge o mundo do receptor, que reinterpreta as notícias e informações diárias a partir de um fundo cultural compartilhado entre os sujeitos.

É importante considerar que, como afirma Ricoeur (2010), as narrativas nem sempre possuem o objetivo de esclarecer, podendo também obscurecer e dissimular. Elas são espaços de disputa em que vozes antagônicas buscam construir versões consideradas mais consistentes. Sejam elas midiáticas ou não, podem ser utilizadas de acordo com o que pretende o narrador: são formas de exercício de poder em distintas situações comunicativas (MOTTA, 2007, 2009). Assim, observa-se que comumente experiências de diferentes grupos

e atores sociais estigmatizados não são consideradas nas narrativas elaboradas, sejam elas jornalísticas ou difundidas nos mais diferentes espaços comunicacionais.

Na presente pesquisa, acredita-se que considerar as prostitutas nos discursos e narrativas construídos é reconhecê-las como sujeitos autônomos. Considerá-las como cidadãs, seguindo Jesús Martín-Barbero (2002), é garantir o reconhecimento recíproco, ou seja, o direito de falar e ser escutado, informar e ser informado, o que é fundamental para que possam participar das decisões coletivas da sociedade. Assim sendo, pensamos que investigar o que se fala sobre o tema da prostituição em espaços comunicacionais da internet pode permitir conhecer distintos enquadramentos sobre o que circula sobre esses sujeitos. Da mesma forma, entrar em contato com narrativas de prostitutas nos possibilita conhecer as percepções próprias dos sujeitos que vivenciam cotidianamente o estigma e, assim, alcançar práticas culturais e parcelas da realidade que raramente estão disponíveis na mídia.

3.2 O espalhamento de narrativas nos espaços comunicacionais da internet

Vivemos atualmente em uma cultura de convergência midiática em que o fluxo de conteúdos se dá através de múltiplas plataformas midiáticas, os sistemas de comunicação se tornam mais interdependentes, os conteúdos podem ser acessados de múltiplas formas e se complexificam as relações entre as empresas midiáticas e a cultura participativa. Com essa mudança cultural, os sujeitos são estimulados a buscar informações novas e conectar os conteúdos que são disponibilizados de forma dispersa (JENKINS, 2008). Em um ambiente em que as tecnologias se fazem cotidianamente presentes, a participação dos sujeitos que já foram considerados somente receptores transforma as maneiras de circulação das informações e possibilita que novos atores sociais passem a ser também produtores de conteúdo.

As transformações nas formas de circulação das produções midiáticas, geradas pelas tecnologias e redes digitais que participam desta cultura de convergência, são consideradas por Henry Jenkins, Sam Ford e Joshua Green em sua obra *Spreadable Media* (2013) – na versão em português, *Cultura da Conexão* – como um espalhamento das informações. Neste modelo mais participativo de cultura, acredita-se que as pessoas moldam, compartilham e reenquadram o conteúdo midiático de diversas formas que não foram previamente imaginadas pelos produtores. Os autores apontam que a ampliação do controle coletivo sobre a produção

de significados e sobre a circulação de informações é capaz de gerar novas formas de participação dos cidadãos.

O espalhamento de conteúdo significa, portanto, que perspectivas e narrativas que não teriam chance de serem ouvidas passam a circular entre diferentes grupos sociais, o que pode abrir mais espaços para a coletividade e a atividade dos cidadãos na sociedade. Considerando que os conteúdos circulam através de diversas fronteiras culturais, ampliam-se as chances de que outras visões de mundo sejam conhecidas e que possamos desenvolver empatia por sujeitos que se encontram em situações muito distintas das nossas. Para isto, contudo, os pesquisadores defendem a necessidade de que governos, empresas, instituições de ensino e ativistas trabalhem conjuntamente para garantir um ambiente comunicacional a que todos tenham acesso, tanto técnica quanto culturalmente.

A pulverização das falas, que podem ser acessadas de diversas formas através da internet, faz ainda com que os sujeitos possam questionar a legitimidade das narrativas impostas pela mídia (RESENDE, 2009a). O mundo cotidiano não é mais narrado prioritariamente pelo jornalismo convencional e outras formas de narrar são experienciadas. Ronaldo Henn (2014) pontua que os sentidos que o jornalismo nos oferta podem ser confrontados com outros enquadramentos sobre as informações, através de diversas manifestações de usuários que se interconectam, sejam eles especialistas ou leigos.

Neste sentido, considerando que as representações circulantes sobre a prostituição e sobre as prostitutas muitas vezes se baseiam em estereótipos que reforçam o estigma destes sujeitos, acredita-se que o espalhamento das narrativas e a utilização das tecnologias digitais podem permitir o surgimento de novos espaços para falar sobre o tema da prostituição e, como consequência, estimular novas reflexões. Essas narrativas podem ser elaboradas pelos próprios profissionais do sexo, mas também por outros grupos que se interessam pelo assunto e que poucas oportunidades encontram para exposição de suas perspectivas fora da internet. Manuel Castells (1999) afirma que o sistema de comunicação em redes, ao permitir a inclusão de todas as expressões culturais na internet, por exemplo, enfraquece o poder simbólico dos emissores tradicionais como a religião, as ideologias políticas e a moralidade, que precisam se readaptar ao sistema. Concebendo que as práticas dos sujeitos são baseadas na comunicação e que a internet transforma profundamente a forma de se comunicar na sociedade, o autor espanhol enfatiza que esta tecnologia de comunicação afeta significativamente a vida de todos. Por sua vez, Resende (2009a) coloca que a exacerbação das narrativas produzidas torna mais perceptível a pluralidade dos modos de narrar, já que as narrativas podem produzir e

fortalecer diferenças, ressaltar ou ignorar as particularidades, assim como entender o mundo como estático ou em movimento.

Também Roger Silverstone (2002) avalia que a mídia pode construir ou fortalecer comunidades a partir da necessidade de criticar o que está sendo debatido na sociedade. Ele considera que o crescimento do uso da internet ou do surgimento de veículos comunitários viabiliza o aparecimento de vozes alternativas que sejam “subversivas” ou que defendam interesses específicos de grupos e minorias. Em seu enfoque sobre os movimentos sociais, Castells (2003) pondera que os sistemas de comunicação, especialmente a internet e a mídia, são as principais ferramentas para que se consiga alcançar os sujeitos que compartilham os valores destes grupos, ampliando a partir deles a parcela da sociedade atingida por suas causas e reivindicações. Segundo o autor, a internet se constitui como um meio essencial de expressão e organização para estes movimentos, que causam impacto em sua difusão midiática e conseguem atuar sobre instituições e organizações por meio da repercussão que atingem junto à opinião pública. A internet pode ser pensada, então, como uma ferramenta de comunicação que pode impulsionar a transformação social.

Os usos das tecnologias digitais pelos grupos de ativistas ou movimentos sociais aparecem também na reflexão de Jenkins, Ford e Green (2013). Para eles, os princípios do espalhamento de narrativas se tornam mais visíveis quando pensamos nestes grupos e nas estratégias utilizadas por muitos para encorajar que seus conteúdos sejam distribuídos e para atrair a atenção dos meios de comunicação convencionais. Através da internet e das redes sociais, frequentemente com poucos recursos, movimentos sociais buscam estimular a participação política e o engajamento em suas causas e reivindicações. O espalhamento das mídias produzidas por estes coletivos pode atingir públicos inesperados e inclusive angariar simpatizantes que podem se comprometer mais profundamente no futuro. Os pesquisadores observam, contudo, que a ampliação tanto na criação quanto na circulação das narrativas pode ser considerada como arriscada por alguns movimentos sociais, visto que descentraliza os discursos da figura de uma liderança específica, geralmente considerada como a fonte mais apropriada para falar sobre o tema. Na Rede Brasileira de Prostitutas, por exemplo, a referência para abordar qualquer tema foi durante anos Gabriela Leite, fundadora da Rede e da ONG DaVida, do Rio de Janeiro, e seu falecimento em 2013 parece ter produzido uma dificuldade em identificar quem fala publicamente pelo movimento.

Avaliando que o crescente acesso à internet e às redes sociais permitiu a difusão das mais diversas opiniões produzidas por grupos com posicionamentos distintos sobre a

prostituição, este trabalho analisa os enquadramentos sobre a temática existentes em espaços comunicacionais da internet. Pensa-se aqui na internet – juntamente com outras iniciativas de comunicação popular e alternativa – como ambiência em que vozes que não aparecem na mídia tradicional podem circular e que viabiliza o estabelecimento de redes identitárias que, embora possuam assimetrias, podem contrapor as lógicas que excluem determinados cidadãos (COGO, 2010). Considera-se que os espaços comunicacionais da internet oportunizam a grupos historicamente excluídos, como o das prostitutas, ampliar sua participação na cidadania comunicativa – entendida por Maria Cristina Mata (2006) como o reconhecimento de que são sujeitos de direito e de demandas no terreno da comunicação e de que podem exercer esses direitos, e por Denise Cogo (2012, p. 49) como “possibilidades de democratização do acesso e participação da sociedade na propriedade, gestão, produção e distribuição dos recursos comunicacionais”. Para Mata (2006), as possibilidades de práticas expressivas são fundamentais para que as pessoas e coletivos possam se estabelecer como sujeitos de demanda e de proposição em múltiplas instâncias da realidade. No movimento organizado de prostitutas, a construção e circulação de novos enquadramentos sobre a prostituição através das práticas comunicacionais pode ser visualizada no jornal *Beijo da Rua*, em suas edições impressas, publicadas entre 1988 e 2007, ou em sua página da internet, que, mesmo com atualizações esporádicas, apresenta posicionamentos da Rede Brasileira de Prostitutas e ecoa debates que podem interessar ao coletivo das trabalhadoras do sexo. Apesar da existência de importantes iniciativas anteriores à internet, acreditamos que essa ambiência propicia a ampliação das possibilidades de expressão e a visibilidade de projetos e demandas desses grupos, além de fomentar a aproximação das redes já existentes.

Contudo, embora a internet possua grande potencial para expressar os direitos dos cidadãos e venha se tornando espaço central em muitas instâncias da vida social, Castells (2003, 2009) coloca que ela também comporta muitas desigualdades e pode relegar à marginalidade quem não tem acesso a ela, quem tem acesso limitado ou não sabe usá-la com eficácia. As dificuldades para manejar uma cultura digital podem reforçar e ampliar estruturas de dominação social por etnia, classe, idade e gênero. Neste sentido, Denise Cogo e Liliane Brignol (2011) destacam que, por ser ambiente comunicacional que combina variados elementos e processos, a internet não pode ser pensada de forma homogênea e há que se considerar que os usos da internet certamente não são totalmente livres.

Embora se tome a internet como potencial canal para a manifestação das vozes prostitutas, inclusive com a possibilidade de manutenção de seus anonimatos, não é possível

ignorar que a circulação de discursos sobre a prostituição e mesmo as possibilidades de narrar a experiência pessoal de ser prostituta são anteriores à internet, sendo visibilizadas e construídas nos veículos de comunicação, onde também se constituem disputas por estabelecer os sentidos sobre o que significa ser prostituta. Há muito tempo veículos tradicionais, especialmente revistas femininas, disponibilizam espaço para narrativas anônimas que provavelmente poderiam ser utilizados por profissionais do sexo. A revista Marie Claire, por exemplo, mantém a seção “Eu, leitora”, em que são contadas histórias peculiares de mulheres que se identificam com a publicação. A possibilidade de narrar-se em espaços comunicacionais, portanto, não pode ser considerada como exclusividade do sistema de comunicação em rede, embora ele traga consigo facilidades e alternativas para esses relatos.

É notável ainda que as entidades ligadas à Rede Brasileira de Prostitutas pouco utilizam a internet e as redes sociais para divulgar suas reivindicações, chamar a atenção para o estigma e a marginalidade associados à prostituição ou para divulgar as narrativas compostas pelas próprias militantes. Como citado acima, entre 1988 e 2007 a Rede publicou o jornal impresso Beijo da Rua, com maior vinculação à ONG DaVida, que abordava questões ligadas à saúde, autoestima, combate ao estigma e à violência e luta por direitos, entre outros assuntos. O site¹⁹ que o substituiu recebe atualizações esporádicas e percebe-se uma mudança no estilo dos textos atualmente publicados, que se resumem a notícias escritas pelo jornalista responsável. O Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará (Gempac), que possui atuação significativa dentro da Rede, desenvolveu um blog²⁰ com espaço para notícias sobre as lutas das prostitutas, divulgação dos projetos da ONG e relatos das mulheres participantes. O site, criado em 2012, não recebeu atualizações entre junho de 2013 e maio de 2015 e o espaço para narrativas das prostitutas nunca foi preenchido. Tais exemplos demonstram que a existência da possibilidade de narrar-se em espaços da internet não significa que as profissionais do sexo o façam ou que tenham interesse em fazê-lo, pois é preciso considerar que a visibilidade proporcionada pela exposição de suas experiências pode não ser tomada como algo positivo para integrantes deste grupo social estigmatizado, que temem que suas identidades se tornem conhecidas e que o estigma seja transposto também a seus familiares.

Por outro lado, a internet é utilizada por uma parte significativa de trabalhadores do sexo para oferecer seus serviços, seja através de portais específicos que congregam anúncios

¹⁹ Beijo da Rua: www.beijodarua.com.br. Acesso em 12 de novembro de 2014.

²⁰ Blog das Esquinas: <http://blogdasesquinas.wordpress.com/>. Acesso em 12 de novembro de 2014.

de diversas prostitutas, seja por meio de sites ou blogs pessoais. Em alguns desses blogs, além de fotografias – que em sua maioria não revelam o rosto – e de informações sobre o atendimento, podemos encontrar relatos dos encontros com alguns clientes e até mesmo textos de reflexão sobre as experiências, dificuldades e satisfações como profissional do sexo. Foram os textos sobre os encontros publicados em suas páginas pessoais na internet que tornaram as “garotas de programa” Bruna Surfistinha e Lola Benvenuti conhecidas nacionalmente. Bruna publicou três livros, *O Doce Veneno do Escorpião – Diário de uma Garota de Programa* (2005), *O que aprendi com Bruna Surfistinha* (2006) e *Na Cama com Bruna Surfistinha* (2007). O primeiro deles inspirou o filme que leva seu nome de trabalho, considerado um sucesso de bilheteria no Brasil. Em 2011, Bruna também participou do reality show *A Fazenda*, exibido pela emissora de televisão Record. Lola, por sua vez, ficou conhecida em 2013 após tornar-se personagem de matérias publicadas em importantes sites de notícias do país. Ela participava com frequência de programas de entrevistas e de palestras em que tematizava a liberdade sexual, além de atuar intensamente nas redes sociais. Em 2014, publicou o livro *O prazer é todo nosso*, em que relata algumas experiências pessoais no universo do desejo e da sedução. Em março de 2015, Lola anunciou em seu site sua “aposentadoria” e seus planos de se dedicar à vida acadêmica.

Merece destaque ainda a utilização dos espaços comunicacionais da internet realizada pela trabalhadora do sexo de Porto Alegre Monique Prada. Atuante nas redes sociais, Monique publicava textos e reflexões em seu site pessoal, que também tinha a função de divulgação de seu trabalho através de fotografias e relatos de clientes e de encontros. Ela conquistou certa visibilidade midiática, passou a ser entrevistada e a participar de palestras, sendo considerada referência para discutir a temática. Em 2012, criou, juntamente com o jornalista Renato Martins, o portal Mundo Invisível²¹, em que são publicados textos sobre estigma, violência, regulamentação da profissão e outros assuntos relacionados, escritos principalmente por Monique. Em 2015, organizou em Porto Alegre uma conferência para debater a questão da regulamentação da prostituição.

Além destes exemplos de mulheres que revelaram seus rostos e alcançaram certo reconhecimento, muitas outras prostitutas preservam seu anonimato, mas narram partes de suas vidas em espaços da internet. Assim, mesmo que o uso das potencialidades da internet pelo movimento organizado seja escasso, é possível encontrar em blogs relatos de experiências e visões que não eram acessíveis através de jornais ou da televisão, por exemplo.

²¹ www.mundoinvisivel.org.

Mesmo não tendo contato direto com profissionais do sexo, é possível conhecer algumas parcelas de suas vidas.

Por fim, não são apenas as narrativas pessoais que podem atingir novos receptores em espaços comunicacionais alternativos. Os posicionamentos de grupos interessados na discussão sobre a prostituição e sua regulamentação na sociedade também podem conquistar maior visibilidade, já que, por exemplo, movimentos feministas e religiosos conseguem ampliar o número de pessoas atingidas com a circulação de seus textos na internet e, assim, sugerir diferentes perspectivas para os debates sobre a prostituição e sua regulamentação. Com a análise proposta neste trabalho, buscamos identificar quais os enquadramentos propostos nesse debate da qual participam diferentes sujeitos com distintos interesses.

3.3 A perspectiva dos enquadramentos comunicacionais

Para compreender como a prostituição e as mulheres prostitutas são representadas em espaços comunicacionais da internet, parte-se da ideia de que os textos que serão posteriormente analisados podem apresentar diferentes sentidos sobre a atividade e sobre as pessoas que a desempenham. Acreditamos que as noções sobre prostituição expostas em distintos espaços estão relacionadas com as visões de mundo dos produtores destes textos, com seus posicionamentos religiosos, suas correntes feministas ou suas concepções sobre os corpos e as sexualidades, dentre vários outros aspectos. Tal construção de significados sobre a prostituição envolve também a seleção de fontes e os recortes de seus discursos e exige que consideremos, por exemplo, se as trabalhadoras do sexo são ouvidas nos debates propostos, se são representadas por prostitutas militantes ou se não há espaço para essa escuta do outro sobre quem se fala.

Por isso, a teoria do enquadramento é percebida na presente pesquisa como uma forma de entender quais – e como são construídos – os argumentos utilizados em textos que apresentam ou debatem a proposta de regulamentação da prostituição através do projeto de lei 4211/2012 – PL Gabriela Leite. A realidade pode ser vista de diversas maneiras e os meios de comunicação propõem quadros para limitar os sentidos dos acontecimentos que tornam públicos, o que possui consequências. Dentro da perspectiva da construção social da realidade, concebe-se que os meios de comunicação não a refletem passivamente, mas

contribuem com seus marcos para a construção de uma realidade da qual fazem parte. Os meios de comunicação são, então, pensados como uma das instâncias mediadoras entre os sujeitos e a sociedade em que vivem. Assim sendo, a teoria do enquadramento reconhece que a mídia e seus textos possuem a habilidade de definir os problemas e os termos de um debate. Pesquisador vinculado a essa teoria, James Tankard (2001) cita a temática do aborto como exemplo dessa capacidade da comunicação. Um debate sobre o aborto pode ser realizado partindo de distintos pontos de vista: tematizar a questão da vida do feto suscita sentimentos e valores diferentes dos que são mobilizados em um debate que parte da problemática da liberdade de escolha da mulher sobre a gestação. Neste sentido, ele ressalta as sutis diferenças que são possíveis quando um assunto é enquadrado e proposto de maneiras distintas.

Tendo a teoria do enquadramento como base para nossa análise dos textos publicados sobre a regulamentação da prostituição em espaços da internet, buscamos nessa seção apontar perspectivas e divergências relacionadas a tal teoria. Seguimos principalmente a obra *Framing: El encuadre de las noticias – El binomio terrorismo-medios*, em que a autora Teresa Sádaba (2007) resgata as origens da teoria, compila as visões de diferentes pesquisadores sobre o enquadramento e propõe uma perspectiva simbólica para pensarmos os enquadramentos nas investigações em comunicação.

3.1.1 Marcos para interpretar o mundo

As origens da teoria do enquadramento estão relacionadas com as preocupações de estudiosos das áreas da sociologia interpretativa e da psicologia sobre os modos como os sujeitos conhecem e dão significado a seu entorno social. É a partir das contribuições do interacionismo da Escola de Chicago, da fenomenologia e da etnometodologia, correntes da sociologia interpretativa, que o conceito de *framing* aparece como explicativo nas ciências sociais. Em sua obra intitulada *Frame Analysis. An Essay on the Organization of Experience* (2006), Erving Goffman retoma o conceito de *framing* cunhado por Gregory Bateson para buscar explicar como os acontecimentos se organizam nas nossas mentes e na sociedade. Para o autor, os sujeitos procuram definir as situações que vivenciam ou enxergam utilizando os marcos de referência disponíveis na sociedade. A partir destes marcos os indivíduos compreendem os acontecimentos, de modo que o *frame* seria empregado para dar sentido a

um encontro e para administrar os distintos momentos da vida. Goffman observa que os enquadramentos são estruturas cognitivas fundamentais para que se perceba e se transite entre as diferentes realidades sociais com que temos contato (CARVALHO, 2009).

Nessa perspectiva, compreende-se que as pessoas acionam seus marcos de referência primários tentando responder a pergunta “o que está acontecendo aqui?”. A resposta varia conforme a inserção do indivíduo no mundo e conforme o aspecto do ocorrido selecionado, e permite que os eventos sejam mentalmente organizados. Os marcos acionados são definidos como primários por não dependerem de uma referência anterior ou original, e por atribuírem sentido aos aspectos que, sem eles, não teriam significado no acontecimento:

Todo marco de referência primário permite a seu usuário situar, perceber, identificar e etiquetar um número aparentemente infinito de eventos concretos definidos em seus termos. Provavelmente ele não seja consciente dos recursos organizados que o marco de referência possui, mas estes obstáculos não lhe impedem de aplicá-lo facilmente e por inteiro (GOFFMAN, 2006, p. 23).

Os marcos de referência primários são elementos constitutivos da cultura dos grupos sociais e são divididos pelo autor entre naturais e sociais. Os naturais seriam “puramente físicos”, não dirigidos por nenhum ator, nos quais prevalece o determinismo da natureza. Não cabe pensar em tais acontecimentos a partir das noções de sucesso ou fracasso ou em termos negativos ou positivos. Os *frames* sociais, por sua vez, permitem entender os acontecimentos que dependem da vontade ou da agência de algum ator social. Por isso, as ações e os agentes envolvidos nestes eventos são submetidos a avaliações baseadas em regras e critérios diversos como a honestidade, a eficiência, a segurança, o bom gosto, entre outros. O conhecimento dos motivos dos atores sociais envolvidos auxilia na seleção de qual marco de referência dentre os vários existentes será selecionado pelo sujeito para a compreensão.

Assim, Goffman (2006) aponta que a organização da experiência é feita através das significações particulares dos sujeitos observadores dos eventos, mas também considerando os significados comuns existentes nas sociedades específicas. Além de propiciar a interpretação dos significados, os enquadramentos também influem na participação, relacionando-se tanto com o conhecimento quanto com as ações das pessoas. A conduta cotidiana dos sujeitos poderia então ser pensada como uma imitação dos cânones sociais estabelecidos que busca atingir o que o autor chama de “fazer crer”.

O conceito de *frame* proposto por Goffman inspirou reflexões também no âmbito da comunicação, já que para compreender como os sujeitos atribuem significado ao que acontece ao redor deles é importante contemplar o que conhecemos e vivemos através dos meios de

comunicação. Segundo Steven Reese (2001), a noção de enquadramento abriu espaço para um importante campo de análise que se interessa por investigar como as problemáticas, discursos e significados são construídos e desenvolvidos nos meios de comunicação. Embora existam diferentes visões e formas de analisar os enquadramentos existentes nos produtos comunicacionais, encontramos entre os pesquisadores filiados a esta teoria a ideia de que a forma de estruturação das informações afeta os processos de compreensão, sem ignorar que os receptores interagem com os enquadramentos presentes nos textos para estabelecer os significados para cada tema. De forma geral, a teoria do enquadramento busca observar de que forma cultura, interesses, fontes e recursos são combinados para oferecer caminhos coerentes para a compreensão do mundo que são socialmente compartilhados. Contudo, existem distintos posicionamentos e métodos utilizados. A seguir, são apresentadas brevemente algumas considerações sobre o emprego da teoria do enquadramento em pesquisas na área da comunicação.

3.3.2 Os enquadramentos na comunicação

A comunicação e os produtos comunicacionais passaram a ser estudados a partir da teoria do enquadramento por pesquisadores de outras áreas que tinham como interesse identificar os enquadramentos midiáticos sobre os movimentos sociais e as possibilidades que tais movimentos possuíam para colocar suas demandas e seus ideais na agenda de discussão pública. A pioneira nas reflexões sobre os enquadramentos no trabalho informativo foi Gaye Tuchman. Em 1978, no livro *Making News*, a autora procura compreender o trabalho jornalístico e o processo de produção de notícias investigando as redações e seus conselhos e também as conversações dos jornalistas com suas fontes. Ela aponta que os enquadramentos da realidade feitos pelos meios de comunicação são baseados na organização dos meios e nas atitudes de quem trabalha neles, ou seja, as normas transmitidas e compartilhadas pelos membros de uma redação geram distintas formas de ver e de constituir a realidade que resultam nas informações produzidas. Os marcos das notícias produzem, limitam, redefinem, constituem e reconstituem os significados sociais e também as maneiras de fazer as coisas. A obra de Tuchman considera que a notícia é um modo de conhecimento, pois os

enquadramentos disponibilizados pelos meios de comunicação oferecem ao público visões de mundo (SÁDABA, 2007).

A teoria do enquadramento, encaixada com as teorias fenomenológicas ou subjetivas do construtivismo, é utilizada para refletir sobre as práticas profissionais na comunicação e para contrapor as perspectivas que defendem um objetivismo informativo em que o jornalista transmitiria a realidade como ela é. Embora não seja uma postura homogênea, pode-se considerar que a teoria do enquadramento responde a este objetivismo através da noção de que o jornalista, ao relatar um acontecimento, enquadra a realidade e agrega seu ponto de vista. Na visão de Oscar Gandy Jr. (2001), as técnicas de enquadramento são recursos utilizados pelos comunicadores para guiar o processo de informação e orientar uma leitura preferencial dos acontecimentos. Sob este olhar, o enquadramento dos meios de comunicação pode gerar efeitos poderosos, embora sutis, na opinião dos receptores. Por isso, o estudo dos enquadramentos pode auxiliar a compreender o processo de mudança de opinião em que esses efeitos se manifestam, afirma Tankard (2001). O autor defende que o poder dos enquadramentos midiáticos reside no fato de que eles podem definir os termos de um debate sem que os receptores percebam que isto está acontecendo.

Embora existam numerosas pesquisas interessadas nos enquadramentos midiáticos – e que se baseiam em distintas metodologias qualitativas ou quantitativas – acredito que a perspectiva simbólica desenvolvida por Teresa Sádaba (2007) contempla os interesses da presente investigação por atribuir relevância aos contextos culturais em que se constroem os enquadramentos. Por isso, são apresentados neste capítulo apenas brevemente alguns entendimentos sobre a ideia do *framing* que são também importantes para as concepções defendidas posteriormente pela autora.

As definições de alguns autores sobre como pensar a teoria no âmbito comunicacional retomadas por Reese (2009) nos auxiliam a compreender melhor a ideia de enquadramento. Ele aponta que, para Entman (1993 *apud* REESE, 2009), enquadrar é selecionar aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto, buscando promover uma interpretação específica. Na definição de Tankard, Hendrickson, Silberman, Bliss e Ghanem (1991 *apud* REESE, 2009), o *frame* é pensado como uma ideia organizadora do conteúdo das notícias que sugere qual a questão principal através do uso da seleção, exclusão, elaboração e ênfase das informações. O pesquisador Robert Entman acredita que os enquadramentos não se encontram apenas nos textos, mas também no emissor, no receptor e na cultura: as mensagens produzem significados que são compreendidos em um mesmo contexto cultural. Mesmo

reconhecendo que os enquadramentos estão em lugares variados, ele destaca a ligação dos enquadramentos jornalísticos com os textos: o processo de enquadramento é definido como a seleção de alguns aspectos da realidade que são salientados e, por isso, influenciam nas formas de tratamento do assunto. Assim,

os jornalistas decidem o que comunicar guiados por seus próprios esquemas de conhecimento; os textos contêm *frames* nos quais se manifesta a presença ou a ausência de determinadas palavras-chave, fontes de informação ou imagens; os receptores também têm seus próprios esquemas de conhecimento, coincidentes ou não com os dos jornalistas e com os textos; finalmente, a cultura é como um armazém dos *frames* que se invocam comumente (SÁDABA, 2007, p. 96)²².

Contudo, os *frames* dos meios de comunicação são apenas um dos caminhos possíveis para conhecer uma questão, especialmente quando o acontecimento possui maior proximidade com a vida cotidiana dos sujeitos e a sabedoria popular e as experiências próprias podem ser acessadas para a organização e o entendimento dos fatos. Embora não sejam a única fonte de conhecimento, os enquadramentos da mídia constituem-se como o meio mais importante nos casos em que não há possibilidade de acessar experiências pessoais diretas, já que em algumas ocasiões é somente através dos meios de comunicação que somos capazes de apreender os acontecimentos. Como exemplo, podemos pensar nos casos de guerras que acontecem em países distantes ou no controle ou disseminação de enfermidades em outros continentes, assuntos sobre os quais nosso saber frequentemente se resume às informações difundidas pelos meios de comunicação.

Pensados como organizadores do mundo para a audiência, os *frames* são divididos por diferentes autores através de critérios que buscam estabelecer sua amplitude e sua especificidade. Eles podem ser distinguidos como microframes ou macroframes, gerais ou específicos, episódicos ou temáticos, favoráveis ou contrários, dentre outras tipificações existentes. Teresa Sádaba (2007) expõe uma elucidação sobre os tipos de enquadramentos definidos por W. Neuman, Marion Just e Ann Criegler na obra *Common Knowledge* (1992): de conflito, de interesse humano, de consequências econômicas, de juízos morais ou de atribuição de responsabilidade. Todavia, a existência de categorias fixas para a análise dos enquadramentos possíveis em textos disponibilizados em espaços comunicacionais parece redutora. Nesta pesquisa, concorda-se com as ressalvas de Carlos Muñiz e José Igartua (2004), que avaliam que a necessidade de se deter a tipos já definidos pode impedir que se perceba ou levar à exclusão de outros aspectos existentes nos textos. Em seu trabalho, eles

²² Tradução nossa.

sugerem que a investigação dos enquadramentos siga um modelo mais indutivo em que os pesquisadores possam criar suas próprias categorias.

3.3.3 Aproximações entre enquadramentos e a teoria do agendamento

Por considerar a influência dos meios e questionar a objetividade jornalística, a teoria do enquadramento é comumente associada aos pressupostos da teoria da Agenda Setting, que propõe que a seleção de notícias realizadas pelos meios de comunicação determina os assuntos sobre os quais as pessoas pensam e falam. Em 1972, Maxwell McCombs e Donald Shaw foram os primeiros a realizar uma pesquisa empírica buscando compreender a correlação entre os assuntos abordados pela mídia e a opinião pública. Elaborando a perspectiva de Walter Lippmann de que muitos comportamentos relacionados à opinião pública são uma resposta a imagens mentais formadas a partir dos acontecimentos, os pesquisadores defendiam que os elementos proeminentes nas representações midiáticas também se tornam proeminentes nas ideias dos receptores. Em um estudo de 1977, os mesmos autores concluíram que os meios influem mais nas opiniões sociais do que as opiniões de coletivos influem no conteúdo mediático.

A questão do agendamento pode ser pensada em dois níveis. No primeiro nível se considera a transmissão de importância de um assunto dos meios para a agenda de discussão pública. Estudos apontam que os receptores demonstram ser mais afetados pelo agendamento quando necessitam de orientação sobre determinado assunto, e que os efeitos da influência dos meios variam conforme o tipo de veículo, o espaço e tempo dedicados, a proximidade ou distância do assunto com o público receptor, e as características sociais e demográficas da população (SÁDABA, 2007). Em um segundo nível, que começou a ser estudado posteriormente, busca-se evidenciar que os meios de comunicação não apenas pautam determinados assuntos, mas transmitem quais os atributos de tais assuntos devem ser considerados centrais na discussão. Nesta perspectiva, a mídia sugeriria sobre quais temas pensar e também sobre quais aspectos devemos pensar em cada tema. É no segundo ponto que o próprio McCombs, em pesquisa realizada com Ghanem (2001, p. 70), acredita que a teoria do agendamento se aproxima da teoria do enquadramento. De acordo com estes autores,

“enquadrar é construir uma agenda com um número restrito de símbolos relacionados com o objetivo de criar uma imagem coerente de um objeto particular”²³.

Enquanto alguns autores acreditam que a noção de enquadramento se aproxima do segundo nível da *agenda-setting*, outros consideram que os enquadramentos são gerados durante a *agenda building*, a construção da agenda. Neste desdobramento da teoria da agenda, o foco passa a ser como os conteúdos dos meios são criados e apresentados, já que os efeitos do agendamento dependeriam disto. Embora ambas as perspectivas preocupem-se com os argumentos apresentados nas produções midiáticas, as pesquisas de estabelecimento da agenda tratam da notícia já publicada, enquanto a *agenda building* centra-se na compreensão da produção da notícia. Sádaba (2007) baseia-se na pesquisa de Lang e Lang (1981) para apontar que, no processo de construção da agenda, os meios de comunicação demarcam o foco de atenção de um determinado assunto – podendo destacar ou esconder alguns aspectos –, unem o assunto em questão a outros símbolos para que ele faça parte de uma paisagem reconhecível e selecionam as fontes e porta-vozes que se relacionam ao tema. Durante esse processo de produção são gerados os enquadramentos.

Contudo, há autores que negam que as teorias do agendamento e do enquadramento dividam um mesmo campo de pesquisa, afirmando que a teoria do enquadramento propõe um avanço nas pesquisas ao considerar o processo de construção das notícias, não o efeito que elas exercem sobre os receptores. Conforme coloca Sádaba, há também uma diferença em relação a como o receptor é considerado, já que na teoria do enquadramento a atividade e a participação dos sujeitos receptores teriam maior relevância.

3.3.4 A dimensão cultural do enquadramento

Dentre as distintas perspectivas que consideram a noção de *framing* para o estudo das produções comunicacionais, a abordagem simbólica desenvolvida por Teresa Sádaba (2007) permite pensar nos enquadramentos como construções do real elaboradas em um âmbito em que ações e significados são compartilhados por quem comunica e por quem interpreta as informações. Os enquadramentos estão, portanto, relacionados com contextos culturais

²³Tradução nossa. No original: “framing is the construction of an agenda with a restricted number of thematically related attributes in order to create a coherent picture of a particular object”.

concretos, de modo que a construção da realidade se constitui como uma tarefa mais social do que individual.

A perspectiva simbólica da teoria do enquadramento assume como postulados que os enquadramentos evocam realidades e se referem ao sentido dos acontecimentos, e que os enquadramentos compreendem as transações comunicacionais entre os jornalistas e os receptores. A proposta desta perspectiva é analisar como os meios de comunicação se aproximam da realidade resultando em produtos simbólicos, considerando que o fazem de um lugar imerso em relações simbólicas. Nesta aproximação, a comunicação é entendida como exigindo a existência de alguém que se expressa e de alguém que interpreta a ação expressiva.

Em sua obra, Sádaba retoma distintos pesquisadores para refletir sobre a presença e o papel dos símbolos na vida social. Aqui, são apontados apenas alguns autores do interacionismo simbólico por ela citados para pensar na ligação entre os símbolos e a teoria do enquadramento. De acordo com George H. Mead (1967), é graças aos símbolos, tomados como conceitos que representam realidades, que os sujeitos podem entender e falar de experiências que não foram por eles vivenciadas. Os símbolos trocados durante a interação permitem aos indivíduos tentar compreender como atuar e como interpretar as ações alheias. Também para Herbert Blumer (1969) os símbolos são os elementos que a sociedade oferece para que os indivíduos possam interpretar as situações. Eles representam realidades e servem para a comunicação entre as pessoas que compartilham seus significados. São construções humanas definidas através das interações entre os membros da sociedade e podem representar mais do que o imediatamente percebido. Então, voltando a Erving Goffman (2006), os símbolos seriam modos de organizar as experiências através de marcos de referência comuns. Focado nos estudos da comunicação, o pesquisador estadunidense James Carey (1989) considera que os símbolos simplificam o mundo para o conhecimento humano, tornando-o acessível, mas também podem complicá-lo ao gerar diversas representações de uma mesma realidade, já que a criação de formas simbólicas é múltipla e contínua.

Pode-se pensar que os meios de comunicação, ao tornar presentes realidades que geralmente não são acessíveis para grande parte do público, produzem uma representação simbólica. Com frequência, a realidade representada pelos meios de comunicação diz respeito à esfera pública e suas manifestações, muitas vezes não demonstráveis cientificamente. São situações já estabelecidas, de modo que o jornalista interpreta os fatos, mas também as interpretações de suas fontes, das testemunhas do ocorrido, dos documentos existentes sobre o

assunto. O jornalista precisa fornecer as ferramentas para que os receptores consigam dar sentido aos acontecimentos.

Ao compreender a comunicação como um modo particular de interação social, Sádaba (2007) ressalta que há uma intenção associada aos símbolos e só há comunicação efetiva quando as ações querem significar algo. A autora considera que o processo de comunicação exige um ato expressivo – com uma intenção comunicativa – e uma interpretação deste ato. Assim sendo, ela toma a noção de transação de Blumer para afirmar que a comunicação é, mais do que uma interação, uma ação tomada considerando a ação do outro. É uma transação simbólica em que o sujeito percebe as motivações do outro e compreende as suas intenções de atuar sobre ele com o objetivo de que ele realize certas ações. A transação comunicativa é social, depende da presença de outros, e quem se expressa não pode conhecer a reação do outro até ter emitido e formulado seu discurso. A comunicação social está, portanto, condicionada pela interpretação do significado comunicado e da intenção da expressão. Não é uma mera interação social realizada reciprocamente entre duas pessoas, mas uma ação e uma intenção que provocam outras ações e intenções. Para Sádaba, só pensamos em comunicação social quando incorporamos as intenções das ações através dos símbolos. Ao considerarmos a comunicação como atividade transacional, conserva-se a noção defendida pelos interacionistas de que os símbolos possuem um conteúdo social, mas acrescenta-se a reflexão sobre a intencionalidade da comunicação que por eles não é desenvolvida.

A intencionalidade comunicativa é uma característica do processo de comunicação que afeta o modo de enquadramento e o que é pensando na perspectiva simbólica como representação mediática. A partir desse olhar, o comunicador aproxima-se de determinada realidade e a enquadra influenciado por seus valores pessoais e profissionais, mas também condicionado pelo fato de que precisará construir uma informação sobre ela para comunicar através de um meio de comunicação. Assim, a autora defende que o jornalista, ao definir e representar uma situação em um meio de comunicação, o faz a partir de uma aproximação simbólica de seu significado em relação à realidade e de sua contextualização social. No ato comunicativo em que se representa uma realidade, participam emissor e receptor, e sua interação condiciona os modos de comunicar. Através do meio em que se dá a transação comunicativa, são rompidas as distâncias espaciais e temporais que existem na realidade, de modo que tais questões precisam ser contempladas na construção do enquadramento para que uma mensagem funcione em um meio de comunicação (SÁDABA, 2007).

Desde a perspectiva simbólica, compreende-se a comunicação como sendo não conhecimento, mas uma ação baseada em conhecimento que é disponibilizado para esta ação – os jornalistas conhecem para comunicar a partir de um meio, para representar realidades de uma maneira que se tornem cognoscíveis. Supõe-se que, ao comunicar, o jornalista tem a intenção de que o outro entenda o que foi comunicado. Se a comunicação é uma transação e o outro está presente simbolicamente desde o início do processo comunicacional, a perspectiva simbólica diverge da ideia de que os assuntos propostos pelos meios são transpostos para as mentes dos receptores e considera que o que se dá é o compartilhamento de uma produção simbólica entre quem comunica e quem interpreta as informações recebidas.

A comunicação é tomada como uma atividade social, de modo que, na perspectiva simbólica da teoria do enquadramento, acredita-se que os jornalistas não definem o que é notícia se baseando somente em suas estruturas mentais, mas considerando também a sociedade e a cultura em que estão inseridos, a organização em que trabalham e a audiência para quem se dirigem. Assim, os produtos comunicacionais são uma criação social influenciada por distintos fatores, atores e entornos. Buscar entender os enquadramentos supõe, então, que sejam considerados os contextos culturais em que vivem jornalistas e audiência e que não estão expostos explicitamente nos textos. Para comunicar, os jornalistas se baseiam em realidades já conhecidas e interpretadas, em referências do real que eles têm a intenção de compartilhar:

Desde a perspectiva simbólica, se pode assim desenvolver uma proposta que considera a comunicação como uma realidade transacional, em que há uma *referência que se quer comunicar ao outro*. Essa proposta concebe o papel do jornalista como um criador de sinais de fumaça enviados desde um lugar distante no tempo e no espaço, nos quais se aportam as chaves para compreender o que ele viu ou ouviu (SÁDABA, 2007, p. 216)²⁴.

Todavia, a autora reforça que os significados sociais não são estáticos, se criam e recriam constantemente através da interpretação de interações simbólicas, e os meios de comunicação contribuem para a realização destas interpretações. Os enquadramentos colocados para a arena pública dependem dos contextos culturais, das experiências pessoais, das ressonâncias, podendo gerar múltiplas respostas que também dependem destes aspectos. Para que não sejam considerados irracionais ou impossíveis, precisam ajustar-se a visão de mundo de quem interpreta.

²⁴Tradução nossa.

Por fim, a pesquisadora espanhola acredita que considerar a teoria do enquadramento a partir de uma perspectiva simbólica permite aproximar-se mais do que é produzido nos espaços comunicacionais. Incorporando a dimensão social em que se dá a transação comunicacional supera-se a ideia de um enquadramento exclusivamente manifesto nos textos e se dá espaço aos significados sociais compartilhados pelas pessoas em uma determinada cultura, já que é através dos símbolos imersos nas culturas que os sujeitos definem seus modos de agir.

A partir dessa perspectiva, os contextos culturais e sociais em que foram produzidos os textos acerca do projeto de lei 4211/2012 – PL Gabriela Leite adquirem relevância para nossa análise acerca dos distintos enquadramentos existentes sobre o tema. O material selecionado para a nossa análise pode ser compreendido em um contexto cultural amplo em que os corpos e sexualidades são moralmente controlados, especialmente quando tais sexualidades são avaliadas como desviantes. Considera-se que os textos em questão são construídos observando algumas representações existentes na sociedade que com frequência culpabilizam as prostitutas – através de noções como *mulheres de vida fácil* ou da associação da prostituição a crimes variados – ou que então as vitimizam, defendendo a necessidade de que tais mulheres sejam salvas de uma atividade percebida como exploração e confundida com o tráfico de pessoas ou com a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Assim sendo, as noções aqui expostas sobre a teoria do enquadramento fundamentam uma tentativa de compreender de que formas a prostituição, sua regulamentação e as pessoas que a desempenham são enquadradas em alguns textos publicados na internet, considerando o contexto cultural brasileiro e também os grupos produtores destes conteúdos e seus possíveis enquadramentos específicos. Tais enquadramentos auxiliarão a perceber as noções circulantes sobre prostituição e a conhecer quem são as pessoas e instituições avaliadas como fontes com credibilidade para falar sobre o assunto, para que se possa por fim observar como as próprias prostitutas se narram, seja nos espaços comunicacionais, caso elas apareçam nos textos, seja em seus relatos pessoais.

4. O QUE SE PENSA SOBRE A PROSTITUIÇÃO? NARRATIVAS PROSTITUTAS E AS PROPOSTAS DE ENTENDIMENTO NOS ESPAÇOS COMUNICACIONAIS

Após a exposição dos fundamentos teóricos que baseiam nossa pesquisa, o presente capítulo apresenta o trajeto metodológico que seguimos para o desenvolvimento da parte empírica da investigação e que levaram à identificação dos enquadramentos existentes no conteúdo selecionado e à criação de categorias que proporcionassem um aprofundamento das questões encontradas. As reflexões acerca dos entendimentos sobre a prostituição e sobre as pessoas que nela atuam presentes nos textos são explanadas conjuntamente com as considerações suscitadas pela escuta das narrativas de mulheres prostitutas. Assim, é possível apreender as aproximações e distanciamentos entre como as trabalhadoras do sexo contam suas experiências e seu olhar sobre a prostituição e como esse assunto é abordado nos diferentes textos, produzidos por distintos atores sociais. Por fim, encerramos o capítulo buscando relacionar questões existentes em distintos enquadramentos e propomos uma problematização em torno da visibilidade de grupos estigmatizados como as prostitutas.

4.1 Os caminhos metodológicos

Escutar o que mulheres prostitutas têm a dizer sobre suas experiências na prostituição foi um propósito presente desde o início da construção desta pesquisa, visto que acreditamos que elas são os sujeitos com maior legitimidade para falar de suas vidas e, conseqüentemente, de como a prostituição impacta suas trajetórias. Assim, a pesquisa não se centra em somente observar os ambientes comunicacionais e seu enfoque sobre a prostituição, mas tem como pressuposto que os processos comunicacionais e suas elaborações são também constituintes das narrativas construídas por mulheres prostitutas. A partir de Jesús Martín-Barbero (2002), pensa-se para além do mediacentrismo, que identifica a comunicação somente com os meios, e busca-se contemplar as práticas, os usos sociais e as apropriações dos processos comunicacionais realizadas pelas pessoas em suas vivências diárias. Martín-Barbero entende a cultura como mediação entre a comunicação e os sujeitos, bem como a comunicação como ponto estratégico para refletir sobre o lugar da cultura na sociedade quando a mediação tecnológica passa a remeter a novos modos de percepção e de escrita.

Os caminhos delimitados e percorridos nesta pesquisa também buscam se aproximar da proposta de ecologia de saberes de Boaventura de Sousa Santos (2009), que reconhece a pluralidade dos conhecimentos heterogêneos existentes no mundo e acredita que eles podem interagir dinamicamente sem comprometer suas autonomias. Juntamente com Maria Paula Meneses, Sousa Santos (2009) defende que toda experiência social produz e reproduz conhecimento. Ao considerarmos que o saber depende de práticas e atores sociais inscritos em relações sociais dentro de uma determinada cultura, evidenciamos que grupos e sujeitos marginalizados, como é o caso das prostitutas, são também produtores de percepções e saberes sobre a realidade da qual participam. Tais conhecimentos, porém, muitas vezes são invisibilizados ou desqualificados na realização de pesquisas sobre minorias e coletivos estigmatizados. Os conhecimentos populares, leigos, são pensados como crenças e opiniões, não sendo, portanto, considerados importantes. Para Sousa Santos, experiências são desperdiçadas e tornadas invisíveis, juntamente com seus autores, por não se encaixarem no ideal do conhecimento científico.

O autor português coloca ainda que durante séculos a ciência considerou impronunciáveis certos discursos e reivindicações dos grupos oprimidos, de modo que atualmente o diálogo é dificultado porque tais grupos não conseguem divulgar suas aspirações. Sob a ótica de uma teoria pós-colonial – em que pensar as desigualdades e opressões exige levar em conta que, em certos aspectos, ainda somos sociedades coloniais²⁵ –, defende que devemos analisar a sociedade e suas estruturas de poder a partir das margens (SOUSA SANTOS, 2006). Um dos aspectos do colonialismo seria a negação da diversidade de formas de perceber e explicar o mundo em que vivemos (MENESES, 2009). Assim, o conhecimento gerado tendo como base as normas hegemônicas estabelecidas por uma única cultura seria um motivo da exclusão e da marginalização daqueles tidos como não adequados.

Em nossa investigação, buscamos seguir a ideia da ecologia de saberes e a proposta de Martín-Barbero (2002) de perceber o olhar da gente *comum*, dos grupos subalternos, muitas vezes desconsiderados nas pesquisas focadas somente em produtos dos meios de comunicação. Em minha trajetória de pesquisa²⁶, sempre acreditei que através das vozes de sujeitos que fazem parte de grupos marginalizados, que sentem cotidianamente os efeitos de ser um indivíduo estigmatizado, é possível compreender outras visões de mundo e modificar

²⁵ O colonialismo é aqui pensado como relações e intercâmbios em que uma parte, considerada mais frágil, é expropriada de sua humanidade (SOUSA SANTOS, 2006). Segundo o autor, as colônias constituíram um modelo de exclusão radical que persiste nas práticas ocidentais contemporâneas (SOUSA SANTOS, 2009)

²⁶ Assim como na introdução, acreditamos ser apropriado o uso da primeira pessoa do singular nesse trecho, visto que se trata de um resgate de minha trajetória como pesquisadora.

nossas próprias concepções. A ideia não é, portanto, somente produzir conhecimento a partir do que os sujeitos nos dizem, mas também considerar e visibilizar os entendimentos próprios dos grupos em que a pesquisadora se insere. Procura-se fugir da construção de representações que, conforme aponta Carmen Gregorio (2009) em sua pesquisa sobre migrantes, constroem categorias e naturalizam sua existência, despossuindo as mulheres de vozes próprias como sujeitos históricos e particulares. Assim, nega-se nesta pesquisa a noção de que as mulheres prostitutas não são agentes capazes de decisões e que suas vivências no mercado do sexo seriam sempre fruto da opressão de uma sociedade machista, pois, como afirma a autora, as experiências não possuem um sentido único e independente do contexto de vida e da realidade atual destas mulheres. Entretanto, isso não significa que aspectos da prostituição ou mesmo questões por elas levantadas não possam ser problematizados.

Tendo como base tais concepções que defendem a produção de conhecimento a partir do contato com os sujeitos marginalizados e a visibilização dos saberes próprios por eles produzidos, buscou-se estabelecer os diferentes procedimentos metodológicos que permitissem conhecer as narrativas de mulheres prostitutas sobre suas experiências na prostituição e também identificar os enquadramentos sobre prostituição presentes em espaços comunicacionais da internet a partir do tema do projeto de lei Gabriela Leite.

4.1.1 O contato com as prostitutas

Conscientes de que, devido ao estigma, muitas mulheres não teriam interesse ou disponibilidade para conversar com uma pesquisadora, decidimos iniciar a abordagem através do movimento organizado de prostitutas, que é representado em Porto Alegre pelo Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP). Após contato com a entidade, percebemos que a realização de um trabalho de campo tendo como base o NEP seria uma maneira de aproximar-nos das mulheres prostitutas e de escutar seus relatos sem a necessidade de interpelá-las – ao menos inicialmente – em seus locais de trabalho, visto que as regras de funcionamento destes espaços ainda nos eram desconhecidas. Foi decidido, então, que o ideal seria a realização de um trabalho de caráter etnográfico, em que se pudesse entrar em campo e acompanhar momentos do cotidiano das prostitutas. Embora o foco não fosse o movimento organizado, a realização do campo a partir do Núcleo de Estudos da Prostituição permitiria conhecer o que

estava sendo discutido na Rede Brasileira de Prostitutas (RBP) e quais as ações governamentais e não governamentais destinadas a esse público. Além disso, por fazer parte da RBP há mais de 20 anos, o NEP poderia auxiliar na contextualização das lutas históricas e recentes das prostitutas.

Conforme Rosana Guber (2004), o trabalho de campo é a presença direta e geralmente prolongada do pesquisador no local em que se encontram os atores sociais que ele deseja estudar. A autora afirma que estar no campo é condição necessária para que o pesquisador consiga compreender a perspectiva do sujeito, revelar aspectos informais e contradições entre as práticas e as verbalizações, bem como para ampliar as perspectivas sobre os sujeitos. O campo é um recorte do real que é construído na interação entre o pesquisador e os informantes e é nele, após um período prolongado e a partir da interação com diversas fontes, que se consegue perceber a problemática sob distintos ângulos. Assim, entre março e dezembro de 2013, tomei parte no cotidiano de atuação do NEP um dia por semana – na ocasião, por escassez de recursos, a entidade abria suas portas somente às terças e quartas-feiras. Nas primeiras semanas, participei apenas como observadora, mas logo passei a realizar os atendimentos às profissionais do sexo que procuram o NEP e a ser considerada “uma voluntária”. Na maioria das vezes, as interações consistiam na distribuição de preservativos e no auxílio referente a questões de saúde, já que a entidade faz o encaminhamento para a marcação de consultas médicas junto ao Hospital Materno Infantil Presidente Vargas. Por vezes, as prostitutas também pedem aconselhamento jurídico, e as coordenadoras do NEP indicam um advogado parceiro da instituição. Durante as passagens pela entidade, muitas das mulheres também comentam sobre problemas que enfrentam nas galerias em que trabalham, em suas salas ou com concorrentes, reclamam sobre o escasso movimento ou sobre algum cliente específico. Participar dos atendimentos se mostrou profícuo para conhecer o funcionamento de salas e casas de prostituição, especialmente das localizadas no centro de Porto Alegre, e oportunizou que eu fosse reconhecida por como integrante do NEP por muitas das mulheres que frequentam o espaço – e que, por isso, se sentiam confortáveis para conversar, apresentar suas demandas ou pedir algum tipo de ajuda. Lá foi possível ouvir muitas histórias sobre suas vidas e seus problemas, e a partir destes contatos pude me aproximar de algumas mulheres para obter um maior conhecimento sobre suas trajetórias e narrativas através de entrevistas, já que nem todos os dados puderam ser coletados a partir da observação participante.

A realização de entrevistas nesta pesquisa busca, seguindo o que coloca Guber (2004), compreender o universo de significação de algumas prostitutas, bem como conseguir referências sobre ações passadas ou planos de ações futuras em relação a suas vidas e à prostituição. Em meu período de observação, foi notável que grande parte das prostitutas que acessam a entidade o faz rapidamente, sem interesse em desenvolver um diálogo com as militantes. Embora nos atendimentos da ONG circulem diferentes ideias sobre prostituição, um aprofundamento sobre as narrativas construídas pelas mulheres que não são militantes só foi possível através de entrevistas. Assim, após alguns meses de inserção no NEP e a visita a duas salas de prostituição no centro da cidade, foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturada. Compartilhando a visão de Uwe Flick (2004), escolhemos tal modelo de entrevista por julgarmos que os pontos de vista dos interlocutores são mais claramente expressos em situações com um planejamento mais aberto do que em entrevistas completamente estruturadas ou em questionários. O guia de entrevista elaborado pode ser enquadrado no que o autor denomina “entrevista centralizada no problema”, em que questões e estímulos narrativos possibilitam a coleta de dados biográficos relacionados ao problema de pesquisa.

Foram entrevistadas oito mulheres, de diferentes idades, nas dependências do NEP ou em seus locais de trabalho. Consideramos importante informar que, com exceção de Simone, que afirma ser descendente de japoneses, todas as demais entrevistadas são brancas. Mesmo estando cientes da importância de pensar a prostituição e as questões relacionadas ao gênero em sua intersecção com a temática da raça, bem como com os marcadores de classe social e geração, não percebemos durante a observação no NEP a predominância de mulheres negras. A escolha das entrevistadas se deu em função da disponibilidade e interesse das prostitutas em participar e não teve as questões de raça, classe e geração como critérios.

Embora os encontros nas salas em que elas atuavam fossem mais favoráveis para que observássemos as rotinas, o funcionamento e a postura delas nesses espaços, o local da conversa era estabelecido conforme preferência da entrevistada. Através das perguntas, buscamos conhecer suas rotinas e suas trajetórias como trabalhadoras do sexo e compreender como elas percebem a prostituição e suas experiências nesta atividade, como suas famílias se relacionam com seu trabalho, como acreditam que a prostituição seja visibilizada em nossa sociedade e como gostariam que sua atividade fosse visibilizada nos espaços comunicacionais.

A seguir, expomos uma breve apresentação de cada entrevistada, no intuito de auxiliar na compreensão de suas falas. Todas elas trabalham durante o dia. **Alana**, 40 anos, é natural do sul do estado, completou o Ensino Fundamental e começou a atuar na prostituição aos 20 anos, quando já vivia em Porto Alegre. Após suas duas gestações, manteve-se afastada da área durante algum tempo. Não possui companheiro e vive com suas duas filhas na zona Norte de Porto Alegre. Trabalha em duas galerias do centro da cidade, entre 9h e 21h. Seu início na prostituição aconteceu quando procurava um “bico” como garçoneiro para complementar o salário que recebia como auxiliar em um escritório. Ao entrar no local, a dona a convidou para ficar e ela relata que gostou, principalmente pelo significativo retorno financeiro. Após permanecer um período com as duas atividades, largou o trabalho no escritório e seguiu somente na prostituição. Suas filhas sabem que ela é prostituta, mas não aprovam. A entrevista foi realizada em uma das salas em que Alana atende juntamente com uma colega.

Ana, 33 anos, mora em Porto Alegre com o esposo e a filha. Trabalhou como prostituta por 10 anos, até conhecer seu atual marido. Ela completou o Ensino Médio e realizou um curso profissionalizante de cozinheira no Senac. No momento da entrevista, esperava ser chamada para trabalhar como agente de saúde no município de Porto Alegre. Afirma que trabalhou como prostituta por escolha, pois considerava mais divertido do que outras ocupações. Atuou no interior e em diferentes boates da Capital, e sempre preferiu trabalhar no turno da noite, embora tenha permanecido muitos anos em uma sala de galeria, trabalhando durante o dia como braço-direito da dona. Embora não esteja atuando, eventualmente visita suas antigas colegas e também as militantes do NEP. Ana afirma que seu marido sabe sobre seus antigos trabalhos, mas o casal evita falar sobre o assunto. A entrevista aconteceu na sede da entidade.

Márcia, 55 anos, vive na Região Metropolitana de Porto Alegre. Mora sozinha, mas suas filhas e netos vivem em casas muito próximas à dela. Trabalha como prostituta há 29 anos, tendo atuado quase todo esse período na praça da Alfândega. Atualmente, possui somente um cliente fixo e prefere se dedicar a atividades do movimento organizado de prostitutas e ao cuidado de seus netos. Seu início na prostituição se deu por influência de um namorado, que mais tarde se tornou seu gigolô, com quem permaneceu muitos anos. A família de Márcia sabe que ela é prostituta e suas filhas e netos frequentam a entidade e convivem com as trabalhadoras do sexo que procuram a ONG. A entrevista foi realizada na sede do NEP.

Milena, 24 anos, vive com seu filho na Região Metropolitana de Porto Alegre. Completou o Ensino Fundamental e teve sua primeira experiência na prostituição aos 17 anos, mas desempenhou outras atividades durante determinados períodos. Interessou-se em trabalhar como prostituta quando ainda morava com seus pais, por influência da prima, pois queria ganhar dinheiro. Já atuou em uma boate de “prostitutas de luxo”, mas decidiu sair por considerar que não conseguia competir com as colegas e por não ter interesse em investir para atingir o padrão exigido por esses lugares. Sua família não sabe no que Milena trabalha, mas ela afirma não se importar se descobrirem. A entrevista foi realizada na sede do NEP.

Paola, 29 anos, mora na região metropolitana de Porto Alegre com seu marido e suas duas filhas. Coursou até a 6ª série do Ensino Fundamental e atua como trabalhadora do sexo há cerca de quatro anos. Seu início na prostituição ocorreu durante um período em que esteve separada de seu marido. Ao perder o emprego, uma amiga a convidou para conhecer um possível novo trabalho e nesse primeiro dia um cliente a pagou para assistir a um programa. Ela conta que gostou de já sair com dinheiro e decidiu voltar nos dias seguintes. Ela conta que sempre gostou de sexo, então, como estava solteira, decidiu ganhar dinheiro com isso. O marido acredita que ela trabalha como vendedora em uma empresa de telefonia. A entrevista foi realizada na sala em que Paola atende com duas colegas em uma galeria do centro de Porto Alegre.

Raquel, 23 anos, é casada e vive em Porto Alegre. Coursou alguns anos de faculdade, mas ao terminar o período máximo de estágio ficou sem condições financeiras para prosseguir. Como tinha contas a pagar e o salário do marido não era suficiente para sustentar a ambos, começou a trabalhar em uma casa de acompanhantes por indicação de uma conhecida. Atua na prostituição há cerca de três anos e atualmente atende em uma galeria do centro de Porto Alegre. O marido acredita que ela trabalha em uma empresa de telefonia. A entrevista foi realizada na sede do NEP.

Simone, 33 anos, mora na zona norte de Porto Alegre com o esposo e as três filhas. No momento da entrevista, estudava Psicologia em uma universidade da Capital. Sua experiência inicial na prostituição aconteceu aos 18 anos, após separar-se do pai de duas de suas filhas e se encontrar em dificuldades financeiras. Ela respondeu a um anúncio que buscava atendente de telefone, mas quando chegou ao local descobriu que era uma casa de massagens. Ao conhecer o funcionamento e constatar quanto as outras mulheres ganhavam, Simone decidiu ficar. Já trabalhou em outras atividades, fez estágios na sua área de estudos, mas retornou à prostituição. A entrevista foi realizada no seu então local de trabalho, uma sala

“estilo boate” que ela dividia com uma colega. Posteriormente ela mudou de local e agora atende em uma sala de galeria do centro de Porto Alegre. Seu esposo acredita que ela trabalhe como promotora de vendas em uma empresa de telefonia, e para sustentar essa ideia ela realiza algumas ações para uma loja de telefones do centro da cidade.

Silvana, 39 anos, vive com seu namorado na Região Metropolitana e tem dois filhos adultos. Trabalha como prostituta em uma galeria do centro de Porto Alegre há dois anos e meio. Após sair de um relacionamento violento e enfrentar dificuldades financeiras devido à baixa remuneração que recebia em seu trabalho anterior como esteticista canina, respondeu a um anúncio que oferecia trabalho para mulheres com boa aparência. Em poucos dias como prostituta conseguiu pagar todas as suas dívidas e permaneceu na atividade. Conheceu o atual namorado na prostituição e ele aceita sua atividade. A entrevista foi realizada na sede do NEP.

No decorrer da pesquisa, são apresentadas falas das prostitutas entrevistadas que permitem ampliar os entendimentos sobre a prostituição. Além dessas falas, são também citadas conversas realizadas durante os períodos de permanência na sede do NEP, registradas na forma de 25 diários de campo. Tais registros foram importantes para contemplarmos as opiniões e impressões de mulheres que não foram entrevistadas, bem como para retomarmos diálogos estabelecidos com as militantes da entidade.

No período de contato constante com algumas profissionais do sexo, especialmente com as militantes do NEP, pude perceber o incômodo causado com a exposição da imagem de prostitutas em conteúdo produzido por pesquisadores, estudantes, jornalistas e pelo governo. Assim, buscando preservar a privacidade das mulheres que aceitaram minha presença na instituição e se dispuseram a colaborar com a pesquisa, algumas informações que acessei no contato com as informantes não foram e não serão divulgadas, devido a um posicionamento de evitar a exposição das entrevistadas e qualquer possível identificação. Tal questão, suscitada especialmente após uma campanha governamental que expôs imagens de prostitutas militantes e causou uma discussão pública e midiática em torno da possibilidade de felicidade na prostituição, foi amplamente discutida junto às militantes do NEP, especialmente com Márcia, que acredita que o anonimato das prostitutas em pesquisas e em publicações em espaços da internet é importante principalmente para preservar suas famílias da exposição ao preconceito. Assim, para dificultar que possam ser identificadas até mesmo por clientes ou colegas de profissão, optei por não utilizar nem mesmo seus nomes de trabalho. Os nomes de prostitutas que aqui aparecem, portanto, são todos fictícios.

4.1.2 A análise dos enquadramentos comunicacionais

Em outra etapa da pesquisa, com o intuito de identificar os enquadramentos sobre a questão da prostituição em distintos espaços comunicacionais da internet, buscamos analisar textos provenientes de diferentes procedências autorais/organizacionais que tivessem como temática o projeto de lei 4.211/2012, que regulamenta a prostituição no Brasil. Não sendo possível mapear todos os textos publicados sobre o assunto na internet, selecionamos o corpus de pesquisa através de busca nas 10 primeiras páginas do buscador Google. Por este modo de procura foi possível encontrar textos construídos com variadas orientações e posicionamentos. Tratando-se de um projeto de lei em tramitação na Câmara dos Deputados, acreditamos ser interessante contemplar na análise também textos publicados ou divulgados pela agência de notícias da instituição, já que eles apresentam os debates travados pelos legisladores e também são utilizados como base em matérias jornalísticas e em artigos publicados na internet. Além disso, foram adicionados ao corpus de pesquisa os textos relacionados ao tema que são indicados nas matérias e artigos encontrados na primeira busca.

O período estabelecido para a seleção do corpus contempla o que foi publicado entre julho de 2012, quando o projeto de lei foi apresentado, e outubro de 2014²⁷, momento da coleta de materiais para análise. Fazem parte do corpus de pesquisa os textos em que a temática da regulamentação da prostituição se constitua como central ou de grande importância. Assim, a partir dos resultados apresentados pelos buscadores do Google e da Câmara dos Deputados foram descartados os textos a) publicados antes de julho de 2012, b) que se referem a antigos projetos de regulamentação da prostituição, e c) que somente citem o PL 4.211/2012, sem discorrer sobre o assunto. Dentre estes materiais, destacamos a grande presença de artigos e matérias informando sobre a morte de Gabriela Leite, militante e fundadora da ONG DaVida, que dá nome ao projeto do deputado Jean Wyllys. Em muitos destes textos, o PL é citado como forma de homenagear Gabriela, mas não há um aprofundamento sobre o tema, de modo que não foram selecionados para nossa análise. Também foram descartados os artigos científicos que aparecem na procura realizada no Google.

²⁷ A pesquisa e definição do corpus foram realizadas durante o programa de doutorado-sanduíche no exterior, em Barcelona.

Seguindo tais critérios e desconsiderando os conteúdos repetidos publicados em diferentes sites, a mostra total para análise dos enquadramentos é composta por 65 textos, que foram separados de acordo com a seguinte classificação, construída buscando identificar as procedências autorais/organizacionais: *portais de notícia* (23 textos), *textos feministas* (14 textos), *portais religiosos* (5 textos), *blogs ou sites de artigos* (7 textos), *sites institucionais, ONGs ou partidos políticos* (10 textos), *sites governamentais* (6 textos). A delimitação das procedências autorais/organizacionais se deu a partir da leitura de cada texto, considerando não apenas o espaço comunicacional em que o material foi publicado, mas também o autor ou a autora do texto. Para exemplificar, citamos o caso do artigo *Viva as vadias: mulher, prostituição e empoderamento*, publicado no portal Correio, da Bahia (MUÑOZ, 2014). Apesar de ter sido divulgado em um importante portal de notícias baiano, é um texto opinativo de Sandra Muñoz, que se apresenta como organizadora da Marcha das Vadias e defende o protagonismo das mulheres. Por isso, mostra-se mais apropriado categorizá-lo como *texto feminista*, e não como *portal de notícias*.

Para cada um dos 65 textos foi construída uma ficha de análise (Apêndice I) em que constam detalhes como local de publicação, data, tamanho do texto, imagens utilizadas e informações sobre links para outros conteúdos. Buscando compreender os enquadramentos presentes, respondemos às seguintes perguntas: a) como a regulamentação da prostituição é tratada pelo autor do texto? b) Como a prostituição é qualificada? c) Quem são as fontes e o que elas dizem sobre prostituição? A última pergunta permite distinguir quem são as fontes consideradas adequadas para abordar a temática e quais são seus posicionamentos sobre a prostituição.

Após a construção das fichas, analisamos todas as respostas para identificar os enfoques sobre prostituição presentes nos textos. A partir disso, notamos diferentes compreensões sobre a prostituição, que podem ser divididas em seis enquadramentos abrangentes: vitimização; trabalho e autonomia; criminalização; marginalização; controle da saúde; corpo, gênero e sexualidade. Com essa a definição, o material foi novamente analisado para classificação dos enquadramentos presentes em cada texto e nas falas das fontes. As mesmas categorias foram utilizadas para refletirmos sobre as percepções das prostitutas sobre suas experiências, a fim de que as aproximações e distanciamentos entre as falas das entrevistadas e os enquadramentos comunicacionais possam ser apreendidos. A seguir, detalhamos os aspectos considerados em cada enquadramento e apresentamos as considerações sobre os textos e as narrativas das mulheres prostitutas.

4.2 A definição dos enquadramentos

A análise e o fichamento dos 65 textos selecionados revelaram variadas compreensões sobre a prostituição – que nem sempre parecem nítidas para os autores dos textos ou para as fontes utilizadas. Embora a pesquisa tenha permitido encontrar numerosas opiniões e apontado diferentes aspectos da prostituição, consideramos que eles podem ser agrupados em torno de sete enquadramentos principais, abaixo especificados:

- **Exploração:** consideramos parte desta categoria os entendimentos que pressupõem a prostituição como sendo **inerentemente exploração** da mulher e opressão do patriarcado. Nessa perspectiva, a atividade não pode, então, ser considerada como um trabalho, mesmo que a mulher não se sinta explorada ou que afirme seu interesse em ser prostituta. Este enquadramento também compreende a percepção da prostituta como **vítima** – do sistema capitalista patriarcal, da pobreza, da falta de opções, da família desestruturada, do abandono, da necessidade de criar os filhos, da violência –, muitas vezes pensada sem capacidade de agência ou de decisão sobre sua vida.
- **Trabalho e autonomia:** neste enquadramento, a prostituição é considerada um **trabalho** ou profissão, uma forma de sustento, uma escolha dentre escolhas possíveis. A prostituição pensada como opção, como liberdade ou libertação, como **possibilidade de cada pessoa faça o que considerar melhor para sua vida**. Também apontamos como fazendo parte deste enquadramento as questões que dizem respeito aos **direitos das prostitutas**, trabalhistas ou não, e às ações que manifestam o **protagonismo** das pessoas trabalhadoras do sexo enquanto sujeitos ou categoria organizada. O enquadramento ainda abrange o olhar que apresenta a prostituição como **trabalho provisório** na vida dos sujeitos – seja porque as prostitutas demonstram interesse em exercer outra atividade, seja porque não querem que a carteira seja assinada, pois pode prejudicar outros empregos, seja porque outras pessoas avaliam que pode ser somente uma fase de necessidade extrema.

- **Criminalização:** tal categoria se refere ao olhar que **associa a prostituição e as prostitutas a crimes** ou condutas “reprovadas” na sociedade, como roubos ou o uso ou tráfico de drogas. Consideramos também como parte deste enquadramento as visões que defendem a **criminalização do entorno** da prostituição – dos clientes, dos empresários ou de qualquer outro sujeito que possa estar envolvido com essas relações – como os que auxiliam nas migrações com intuito de participar do mercado transnacional do sexo, por exemplo.
- **Marginalização:** fazem parte deste enquadramento os excertos de textos que apontam a **marginalidade da prostituição** na sociedade, as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores do sexo, a discriminação, violência, insegurança, falta de direitos e possibilidade de exploração²⁸ existentes nesta atividade não regulamentada e invisibilizada. Os textos, trechos e falas que apontam para a **clandestinidade** da ocupação de prostituta, como as tentativas de esconder de familiares e amigos e o desinteresse em assegurar direitos trabalhistas caso seja necessário reconhecer-se prostituta, são também considerados.
- **Estigmatização:** consideramos como componentes deste enquadramento os argumentos que contribuem para a estigmatização das trabalhadoras e dos trabalhadores do sexo e para o reforço de estereótipos que ampliam a sua marginalização. Assim, a categoria abrange as premissas que **culpabilizam** as prostitutas por não terem escolhido outra forma de sustento, ou as **condenam** por não seguirem as normas moralmente aceitas na sociedade heterossexual monogâmica – taxando-as de “destruidoras de lares”, por exemplo. Este enquadramento também contempla a **hipocrisia** de alguns argumentos, que se apresentam contrários à regulamentação da prostituição por considerar uma atividade individual, de foro íntimo, que não merece regulação do Estado, ou que avaliam que a regulamentação não é necessária porque as prostitutas já podem contribuir com a seguridade social como trabalhadoras autônomas.

²⁸ Tal enquadramento não se confunde com o denominado como *exploração*, pois aqui contemplamos os trechos que afirmam que é possível que pessoas trabalhadoras do sexo sofram com a exploração por parte de cafetões ou donos das casas de prostituição, não sendo, contudo, a realidade de todas e todos que atuam neste mercado. Por sua vez, o enquadramento *exploração* compreende a prostituição como sendo sempre uma exploração das mulheres, independentemente das condições de atuação.

- **Controle da saúde:** consideramos pertencentes a esta categoria os argumentos que se referem à necessidade de um controle da saúde dos trabalhadores do sexo; que os apontam como sendo transmissores de doenças sexualmente transmissíveis; que enfatizam que a regulamentação da prostituição ampliará os atendimentos de saúde das prostitutas, especialmente no que diz respeito à prevenção de DSTs.
- **Corpo, gênero e sexualidade:** fazem parte desta categoria os argumentos que problematizem as ligações entre as questões de gênero e a prostituição e que debatam o assunto dentro das perspectivas sobre sexualidades. Essa divisão contempla ainda as menções à relação entre os serviços sexuais e o corpo, pensados a partir das noções sobre “venda do corpo” ou sobre o corpo como espaço de prazer, meio para sedução e afirmação do poder da prostituta.

É importante ressaltar que os materiais analisados apresentam uma pluralidade de visões sobre a prostituição, de modo que raramente se encontra apenas um enquadramento possível por texto. A partir do uso de distintas fontes, observamos a existência de matérias e artigos que expõem perspectivas contraditórias ou antagônicas sobre a temática. Assim, com base nas categorias acima especificadas, encontramos nas análises os seguintes olhares: em 31 textos, há o uso de termos, frases ou argumentos que fazem parte do enquadramento da exploração; em 48 textos, percebe-se uma ideia da prostituição como trabalho, provisório ou não, como forma de autonomia ou de protagonismo, ou ainda a defesa dos direitos dos trabalhadores do sexo; o enquadramento de criminalização da prostituição ou de seu entorno foi percebido em 8 textos; noções que apontam a marginalização da prostituição foram encontradas em 49 textos; identificamos enquadramentos estigmatizantes sobre o assunto em 13 textos; a relação entre prostituição e o controle da saúde foi mencionada em 14 textos; abordagens que problematizam questões de gênero, falam sobre o uso do corpo ou sobre aspectos subjetivos da prostituição estão presentes em 37 textos.

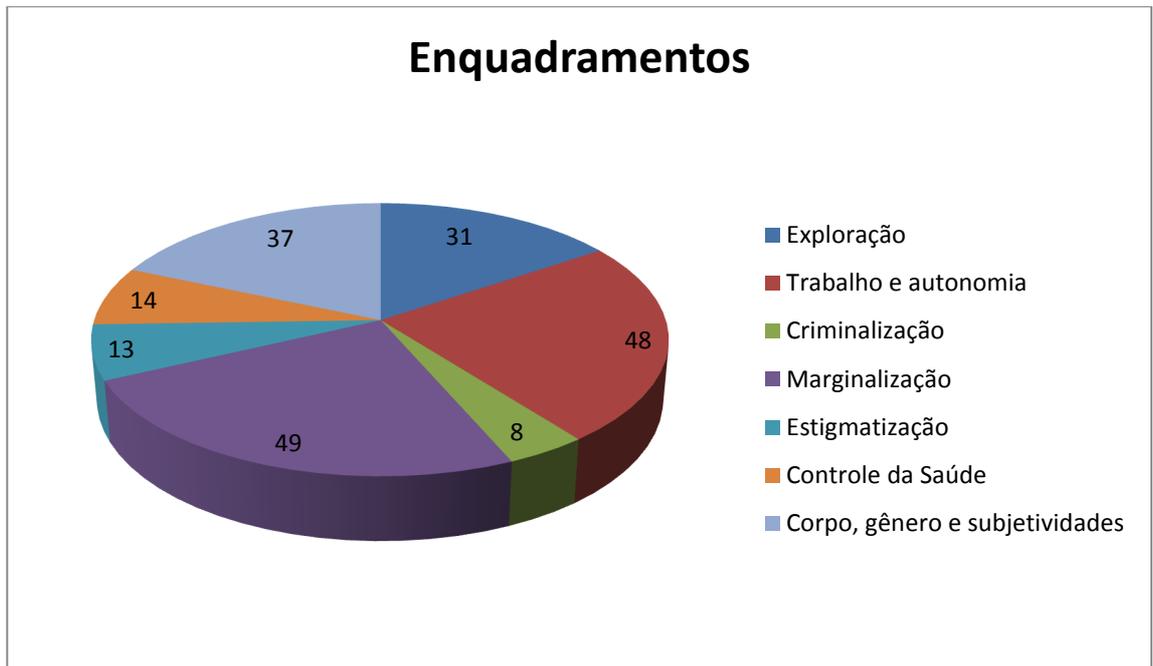


Figura 1 - Enquadramentos encontrados nos textos

É interessante observar que o principal enquadramento encontrado marca a prostituição como atividade à margem da sociedade, enquanto o segundo enquadramento predominante é o que percebe a prostituição como um trabalho e como forma de exercício ou conquista da autonomia. Em uma sociedade que valoriza tanto o trabalho, não fazer parte desse mundo pode gerar dificuldades para a inserção social, de modo que considerar a prostituição como uma profissão e, conseqüentemente, assegurar direitos aos trabalhadores desta área, é um passo importante justamente para diminuir a marginalização dos sujeitos envolvidos com o mercado do sexo.

Constata-se a predominância de alguns enquadramentos de acordo com o local de publicação ou com o posicionamento do autor na sociedade. Enquanto nos materiais publicados em sites religiosos prevalecem opiniões que contribuem para o reforço de estereótipos negativos sobre a prostituição, presentes em 4 dos 6 textos analisados, nos textos feministas destacam-se os argumentos de exploração – observados em 13 dos 14 textos analisados – e as referências à problemática do uso do corpo e às desigualdades de gênero, que aparecem em 12 textos.

	Explo- ração	Trabalho e autonomia	Crimina- lização	Margina- lização	Estigma- tização	Controle da saúde	Corpo, gênero e subjetividades
Portal de notícias (23)	10	22	2	17	2	7	10
Textos feministas (14)	13	4	3	11	1	1	14
Sites religiosos (6)	2	0	1	2	4	0	3
Blogs e sites de artigos (7)	3	7	1	5	2	1	3
Sites institucionais, ONGs e partidos políticos (10)	2	9	1	8	2	4	6
Sites governamentais (7)	1	6	0	6	2	1	1

Tabela 1 – Enquadramentos conforme a procedência autoral/institucional

A partir da tabela acima, ressaltamos que a percepção da prostituição como trabalho, mesmo sendo um enquadramento com grande presença nas análises, aparece somente em quatro textos feministas – ou seja, em 28% dos textos desta categoria – e não é citada em nenhum dos textos de sites religiosos. Por sua vez, quase todos os textos publicados nas demais categorias contemplam – não necessariamente defendem – tal perspectiva. Os enquadramentos presentes em textos de todas as procedências autorais ou organizacionais são os que afirmam a marginalização da prostituição em nossa sociedade, os que consideram a perspectiva da prostituição como exploração, os que reforçam a estigmatização da prostituição e o que remetem a discussões sobre corpos, gênero, sexualidade.

Após essa breve exposição quantitativa sobre os resultados encontrados nas análises dos textos, apresentamos a seguir o detalhamento sobre cada enquadramento, abrangendo também as narrativas das mulheres prostitutas que possam nos auxiliar a refletir sobre o tema, que corroborem ou contraponham o que é revelado pelo material comunicacional que faz parte de nosso corpus de pesquisa.

4.2.1 A prostituição é exploração?

Dentre os debates travados sobre a questão da prostituição entre militantes e representantes de movimentos sociais, especialmente dentro do movimento feminista, destacam-se duas perspectivas antagônicas, em que alguns sujeitos defendem a prostituição como possível escolha – considerando as escolhas possíveis para estes sujeitos, que

frequentemente se dão em um contexto de desigualdade econômica, racial e de gênero – e outros a afirmam como sendo sempre exploração sexual e criticam a opressão a que estão sujeitas as mulheres prostitutas. Na corrente seção, nos dedicamos a desenvolver o que identificamos como referente a essa segunda perspectiva.

A temática da exploração está presente em 31 dos 65 textos analisados, sendo, portanto, um enquadramento significativo para refletirmos sobre como a prostituição é apresentada e representada nos espaços comunicacionais da internet. Embora predomine e receba maior aprofundamento nos textos feministas, a aproximação entre prostituição e exploração também é observada em todos os outros lugares de fala, através de distintas ideias. Ressalta-se ainda que o enquadramento de exploração relaciona-se frequentemente com outro enquadramento identificado, o que propõe abordar a prostituição a partir da temática do uso do corpo e das desigualdades de gênero.

Ao pressupor que trabalhadoras do sexo são sempre alvo de violência e opressão, muitos dos textos que apresentam o enquadramento de exploração se assumem contrários ao projeto de lei Gabriela Leite, afirmando a regulamentação da prostituição como tentativa de institucionalização do patriarcado para beneficiar os homens, sejam eles clientes ou cafetões. Em alguns textos, contudo, encontramos posicionamentos que, mesmo defendendo que a prostituição é um abuso, acreditam que a regulamentação pode beneficiar as prostitutas ao conceder-lhes mais direitos.

As críticas à prostituição encontradas nesta categoria se referem predominantemente à exploração de mulheres cisgênero. Existem algumas menções a mulheres transgênero, mas os homens que atuam no mercado do sexo – e que não são cafetões ou clientes – são invisibilizados. Portanto, a perspectiva encontrada em grande parte do material feminista aqui analisado trata a prostituição como resultado da dominação patriarcal a que todas as mulheres estão submetidas. Embora o termo patriarcado seja alvo de discussões entre teóricas feministas, Carole Pateman (1993) sustenta que é o único conceito que se refere especificamente à sujeição universal da mulher e aos direitos políticos que os homens exercem pelo simples fato de serem homens²⁹. Neste sentido, a prostituição se constitui como uma forma de dominação das mulheres pelos homens. Como podemos perceber nos trechos abaixo expostos, posicionamentos encontrados em diversos textos dialogam com a percepção defendida pela historiadora feminista Tania Navarro Swain (2004), que toma a prostituição

²⁹ Conforme Pasini (2005), o conceito de patriarcado é questionado atualmente por se basear em premissas refutáveis a partir dos estudos de gênero, como a dominação universal masculina e a essencialização dos corpos físicos como sendo trans-históricos, trans-culturais e trans-contextuais.

como sendo a banalização do estupro, uma consequência de relações hierárquicas de poder, uma objetificação sexual e econômica do feminino e uma forma de apropriação de mulheres e meninas pela classe dos homens:

Para a Marcha das Mulheres, o projeto de lei é a “institucionalização do patriarcado”, já que a prostituição é a “exploração das mulheres pelos homens” (MORRE Gabriela Leite, **Revista Fórum**³⁰, 2013).

A ativista Pola Karlinski, da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), tem posição diametralmente oposta. “[...] Falo em mulheres porque elas são maioria das profissionais do sexo ao redor do mundo, enquanto os homens são maioria entre os clientes, os cafetões e aqueles que lucram com a exploração dos corpos das mulheres. Para a MMM, independente da apropriação dos lucros por terceiros, a prostituição sempre será uma forma de exploração e opressão para quem se prostitui, pois não há perspectiva de reciprocidade nessa relação. Quem se prostitui se submete ao desejo do outro, diferente do que deveria ocorrer numa relação sexual livre”, argumenta (PASSOS, Najla. **Carta Maior**, 2014).

Segundo Cláudia [Prates, da MMM], a prostituição é a “exploração das mulheres pelos homens”, e, em geral, as prostitutas não têm escolha e são levadas à atividade por necessidade ou outros motivos. “A gente não pode banalizar essa ideia de que a prostituição é uma profissão como qualquer outra. Ela não é”, afirmou. “Acho que essa ideia foi alimentada no imaginário das pessoas, de que é a profissão mais antiga do mundo. É a exploração mais antiga do mundo” (OTTO, Natália. **Sul 21**, 2013).

A visão de que a prostituição é inerentemente exploração e violência é adotada principalmente por um coletivo de feministas conhecidas como abolicionistas, ou seja, que defendem a necessidade de sua extinção e de outras instituições que sustentam o patriarcado – como a família e o casamento – para que a liberação feminina possa ocorrer. Ao considerar a prostituição como a pior forma de opressão patriarcal, tais teóricas e militantes não costumam reconhecer distinções entre a prostituição, a exploração sexual e o tráfico de pessoas. Sobre este aspecto, Kamala Kempadoo (2005, p. 58) observa que a análise feminista radical acredita que “a indústria global do sexo força as mulheres à prostituição, as mantém em escravidão sexual e viola seus direitos e integridade corporal”. De acordo com a autora, tal ponto de vista compreende que as mulheres são sempre forçadas à prostituição através do controle que os homens possuem sobre seus corpos, supondo que elas não participam livremente de relações sexuais que não envolvam amor ou desejo sexual autônomo.

No corpus desta pesquisa, identificamos a defesa da abolição da prostituição em espaços feministas específicos, como os sites do Comitê pela Abolição da Prostituição e do coletivo feminista radical Manas Chicas, mas a noção de prostituição como violência aparece também nas falas de fontes em outros espaços comunicacionais. Um dos argumentos

utilizados se refere à impossibilidade de aceitação da mercantilização do sexo e dos corpos das mulheres para benefício masculino. Segundo Pateman (1993), a prostituição coloca os corpos das mulheres à venda no mercado capitalista, afirmando publicamente o direito sexual masculino e reconhecendo os homens como senhores sexuais das mulheres. A ideia de transformação do sujeito em mercadoria é associada a uma vida sem dignidade, não somente nos discursos de alguns grupos feministas, como também no entendimento de outros atores sociais, como o deputado federal Pastor Eurico (PSB-PE), integrante da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional:

Boa parte dos deputados na Câmara acredita, aliás, que regularizar a prostituição vai incentivar a exploração sexual por meio de cafetões. Esse é o entendimento do deputado Francisco Eurico³¹ (PSB-PE), que chegou a assinar um relatório pela rejeição do projeto na CDH (Comissão dos Direitos Humanos). Em junho do ano passado, Eurico foi escolhido relator do projeto na comissão e votou pelo arquivamento da proposta. Para ele, um ser humano não pode ser tratado como mercadoria e regularizar a prostituição aumentaria até o tráfico de pessoas. — O simples fato de a pessoa ser tratada como mercadoria já é uma condição incompatível com a dignidade humana, preceito fundamental dos direitos humanos. (MARTINS, Carolina. **Portal R7**, 2014).

Contrária ao projeto, Maria Fernanda Marcelina, membro da Sempre Viva Organização Feminista e militante da Marcha Mundial das Mulheres, questiona a tentativa de separar o que é exploração sexual de prostituição. “Para nós não existe isso. Prostituição é exploração sexual porque as mulheres são a parte mais empobrecida de uma sociedade patriarcal e a sexualidade feminina vira mercadoria e está quase sempre ligada ao prazer masculino”, criticou. (PAVAN, Bruno. **Brasil de Fato**, 2014).

O abuso sexual, a mercantilização do corpo das mulheres, a falta de oportunidades, a desigualdade econômica entre os sexos, todas fazem parte de um sistema que, em última instância, determina que as mulheres devem estar disponíveis sexualmente aos homens. (DOCUMENTO..., **Comitê pela Abolição da Prostituição**, sem data especificada).

O sistema capitalista transforma tudo em produto, inclusive as relações e a vida das pessoas, atribuindo-lhe preços para venda no mercado. Aliando-se ao patriarcado, o capitalismo se vale das diferenças de sexo e de gênero para vulnerabilizar o sujeito feminino e potencializar sua exploração. (FERREIRA, Thaís; QUEIROZ, Laysa; MARONHAS, Maitê. **Marcha Mundial de Mulheres**, 2013).

As críticas à “mercantilização da vida” que estaria engendrada na proposta de regulamentação da prostituição são realizadas inclusive por militantes do PSOL, partido do deputado federal Jean Wyllys, através de posicionamentos da setorial Ecosocialista do partido e da tendência Liberdade, Socialismo e Revolução:

³¹ O nome utilizado para identificar o parlamentar no site da Câmara dos Deputados é Pastor Eurico, mas o portal R7 por vezes se refere a ele utilizando seu primeiro nome. O deputado é pastor da Igreja Assembleia de Deus.

A mercantilização do corpo é uma das formas mais bárbaras de opressão. Permitir em lei que o cafetão fique com metade do valor é legalizar a barbárie. A legalização das casas de prostituição não ajudará as prostitutas, como não tem ajudado nos países capitalistas desenvolvidos, tampouco garantirão a segurança social das mesmas. (CASSEMIRO, Livia; COELHO, Natália; SALES, Kátia. **Liberdade, Socialismo e Revolução**, 2013).

O exercício da prostituição para maioria das mulheres não pode ser encarada como uma escolha, mas sim um condicionamento social ao qual estão sujeitas nesta estreita relação patriarcado-capitalismo em que, sendo o sexo uma mercadoria, lhe interessa expandir no mercado global na forma de indústria. (MORETTI, Cheron. **Ecosocialismo ou Barbárie**, 2013).

A percepção de que as prostitutas são objetificadas está presente também em algumas entrevistas realizadas com trabalhadoras do sexo de Porto Alegre. Ao ser questionada como percebia a visibilização das trabalhadoras do sexo nos meios de comunicação, a entrevistada Simone respondeu: “Como um pedaço de carne. Que nem tu vai no açougue ali. Eles mostram como uma boneca inflável, porque essa é bonita, tem a bunda grande, os peitos grandes. Essa é boa pra comer, entendeu”. Por sua vez, a entrevistada Silvana, ao contar sobre um cliente, comenta que ele “[...] acha que a mulher é um lixo. A grande maioria dos homens pensa assim, alguns respeitam um pouquinho mais. É comum, esse é o pensamento do homem, a mulher é só um buraco pro homem se esvaziar”. Tais afirmações corroboram o argumento de Pateman (1993), que defende que a prostituição não é uma troca recíproca e prazerosa, mas a utilização unilateral do corpo da mulher por um homem em troca de dinheiro.

A análise dos textos deixa nítida a existência nesta categoria do entendimento de que a prostituição não é uma escolha, mas sim uma atividade desempenhada por pessoas em momentos de necessidade extrema, de modo que os governos e os legisladores deveriam pensar em políticas públicas que auxiliassem as mulheres a sair da prostituição. A feminista radical estadunidense Janice Raymond (2003), da Coalizão contra o Tráfico Internacional de Mulheres (CATW), argumenta que a prostituição não é uma escolha racional, podendo ser pensada como “estratégia de sobrevivência” de mulheres que não encontram outras formas de ganhar a vida. De acordo com ela, muitas prostitutas só conseguem perceber que não foi uma escolha livre anos após deixar a prostituição.

Considerar a prostituição como um trabalho, defende Swain (2004), promove a compra de mulheres a um nível de mercado, seja momentânea ou permanentemente. Sob esse olhar não há distinção entre prostituição forçada e livre e, conseqüentemente, a prostituição não pode ser considerada uma profissão. Tal ideia também se faz presente em diferentes textos analisados nesta pesquisa. Artigo publicado no Portal da Comunidade Católica Vida e

Aliança Jesus Está Vivo, do Espírito Santo (PROFISSIONALIZAÇÃO..., sem data), aponta que uma conversa com qualquer mulher prostituta desmente a prostituição como profissão, pois elucida os riscos a que estão expostas e expõe a “a ferida que aumenta a cada programa”:

Também não podemos compreender a prostituição como uma forma de trabalho. Certamente, a prostituição é consequência direta da exploração laboral das mulheres e da desigualdade econômica. Muitas mulheres estão na prostituição pois precisam obter recursos financeiros para manter a si e a seus dependentes. No entanto, não podemos considerar a prostituição como mero “trabalho” ou “oferecimento de serviço sexual”, pois o que está implicada nesta relação não é uma simples venda de força de trabalho, mas o próprio corpo da mulher. Neste sentido, naturalizar a prostituição como trabalho para regulamentá-la como “profissão do sexo” seria normalizar o direito de acesso sexual dos homens às mulheres e banalizar o estupro (COLETIVA MANAS CHICAS, 2014).

Ao separar a prostituição da exploração sexual, o serviço sexual livre, do serviço sexual forçado, há uma intenção de reconhecer de maneira oficial a prostituição como uma solução possível para os problemas das mulheres, de legitimar o discurso da profissão do sexo como um disfarce para despenalização da cafetinagem. Isso alimenta um sistema lucrativo, nacional e internacional de exploração das mulheres, em busca de alimentar uma sexualidade masculina, construída como insaciável, incontrolável, irresponsável e que, portanto, necessita a todo o tempo da disponibilidade de corpos femininos em sua maioria, para a “satisfação” do seu querer sexual (PARADIS, Clarisse. **Marcha Mundial de Mulheres**, 2013).

Em nossas entrevistas, encontramos o argumento de que a entrada na prostituição foi uma “estratégia de sobrevivência” para mulheres que viviam com profundas dificuldades financeiras. A necessidade de ganhar mais dinheiro e sustentar os filhos é apontada como o motivo de algumas entrevistadas para o início ou para a persistência como prostitutas. Para Silvana, a prostituição foi apresentada como uma possibilidade de pagar suas dívidas após o término de um relacionamento violento e abusivo, em que era espancada e estuprada por seu companheiro. Ao encerrar o casamento, passou a trabalhar como esteticista canina – considerada por ela sua profissão –, mas a remuneração era insuficiente para sustentar seus dois filhos e ajudar sua mãe. Assim, após contrair dívidas “de comida, água, aluguel e luz”, procurou outro trabalho através dos classificados dos jornais. Ela conta que um dos anúncios buscava mulheres com mais de 18 anos, com boa aparência, e, após conversar com a dona do local e conhecer como funcionava uma casa de prostituição, começou a trabalhar. Já nos primeiros dias conseguiu pagar todas as suas dívidas e ainda comprar mantimentos para sua casa. Silvana atribui sua entrada na prostituição aos problemas financeiros e à desilusão que sofreu com seu antigo companheiro. “Conhecer realmente o que é um homem, perder aquela ilusão de menina, de casar, de ter uma casa, criar teus filhos ao lado daquela pessoa. Grande parte do que me levou para a prostituição foi isso daí”, relata.

Assim como no relato de Silvana, outras falas apontam a prostituição como única ou última opção em momentos de grave penúria financeira. Contudo, também a reconhecem como a possibilidade de melhorar as condições de vida e de conquistar uma remuneração que dificilmente obteriam em outras ocupações, considerando suas escolaridades e seus trabalhos anteriores:

[Fico na prostituição] porque eu não tenho opção. Como eu me viro sozinha, eu não tenho marido, não tenho ninguém que pudesse me dar um apoio na hora que me faltasse, ou algo assim, eu não tenho como pegar um outro emprego. Porque uma pessoa que não tem estudo vai pegar um emprego e vai ganhar o que, um salário no mês. A não ser que tenha muita sorte e consiga ganhar um salário e meio, por aí. E aí, como eu vou sustentar uma casa e duas filhas com um salário e meio por mês? Não tem como (ALANA, 40 anos, prostituta desde os 20).

Eu disse que eu não ia voltar [para a prostituição], mas quando meu filho me pediu um churrasquinho de dois reais e eu não tinha dois reais para dar pra ele, eu disse, não, não botei filho no mundo pra passar trabalho, então resolvi voltar (MILENA, 24 anos, prostituta desde os 17).

No início foi complicado, porque eu comecei por necessidade. Não é o que eu queria. Eu vim atrás de uma proposta de emprego que dizia atendente de telefone ao público. Aí eu imaginava outra coisa. Quando eu cheguei lá, era uma casa de massagens, daí a mulher conversa com a gente, mostra quanto as meninas ganham. Aí pra ti, que não tem nada, na época uma de seis meses e outra de três anos, como eram minhas filhas, e não tinha nem leite pra dar pra elas, não tinha muita alternativa (SIMONE, 33 anos, prostituta desde os 18).

Tais relatos suscitam distintas reflexões acerca da extrema necessidade financeira como motivo para a atuação como prostituta, bem como tornam clara a responsabilidade materna na criação e sustento dos filhos. Neste sentido, e sendo a prostituição majoritariamente desempenhada por mulheres, cabe pensar sobre o tema no marco das ideias sobre feminização da pobreza e sobre as construções de gênero que isentam os homens do processo de provimento e criação de seus filhos, principalmente quando não vivem todos juntos, e atribuem às mães tal compromisso. Ao mesmo tempo, estas dificuldades não são enfrentadas por todas as prostitutas, e nem todas as mulheres que se encontram em situação de pobreza ou miséria entram para o mercado do sexo. Conforme a antropóloga Dolores Juliano (2002), fatores como a discriminação econômica e social de mulheres não explicam totalmente a opção pelo trabalho sexual, que é construída socialmente a partir da análise das alternativas possíveis e que leva em conta as histórias pessoais e os significados outorgados a cada possibilidade laboral. Assim, embora o argumento da necessidade e da falta de opções seja significativo nas falas de algumas entrevistadas, é possível perceber contradições em discursos como o de Alana, que afirma ser prostituta somente por causa de suas filhas, mesmo

tendo ingressado na prostituição antes do nascimento delas, ou de Simone, que começou a fazer programas para sustentar os filhos e ressalta que foi uma decisão motivada pela miséria, mas reconhece sentir falta quando troca de trabalho. Por isso, sem desconsiderar que a prostituição pode ser para muitas prostitutas uma estratégia de sobrevivência em determinados momentos de suas vidas, também é possível pensar que os discursos com a alegação de que estão na prostituição somente pela necessidade de sustentar a família sejam percebidos como uma justificativa menos condenada moralmente do que o fato de reconhecer ser ou permanecer prostituta por escolha. O provimento dos filhos como motivação aceita para a “queda” na prostituição faz parte também dos estereótipos que se manifestam nos discursos dos clientes, como se nota a partir da entrevista com Raquel, que revela ser comum que seus clientes questionem o porquê de ela atuar como prostituta, sendo tão jovem e não tendo filhos.

Sendo concebida como uma atividade que impossibilita uma vida digna, a retirada das mulheres da prostituição aparece em diferentes textos como o que deve ser buscado pelo poder público, ou mesmo como objetivo das próprias prostitutas:

Que tal se o projeto se preocupasse com políticas que ofertassem às mulheres maiores possibilidades de escolhas (impedindo que escolhessem a prostituição) e meios para sair dela. Isso seria muito bem vindo, ou não? Seria de interesse das próprias prostitutas. Ou não? (**OBSERVAÇÕES...**, **Notas Públicas da Liga Humanista**, 2013).

Ana Claudia, de 27 anos, nome fictício, começou a ser explorada sexualmente aos 14 anos, nas ruas de Salvador. Ana conseguiu o que pouca gente consegue: sair da prostituição e trabalhar num centro de convivência que resgata pessoas que estão na marginalidade, em Ceilândia, cidade satélite de Brasília (**MONTEIRO**, Mariana. **Rádio Câmara**, 2014).

Em matéria publicada no portal religioso Gospel+, o autor Dan Martins (2013) utiliza a seguinte publicação feita pela rede social Twitter pela psicóloga cristã Marisa Lobo: “Queremos leis de políticas públicas, que tirem as mulheres das ruas dando dignidade, não o conformismo de uma vida de lixo”. A militante da Marcha Mundial de Mulheres Alana Moraes, em artigo publicado no site da OAB do Rio de Janeiro (2013), afirma que a “naturalização de uma sexualidade precificada e envolta em um cenário de violência, exploração e pobreza é um problema para a consolidação de uma vida plena e autônoma para as mulheres”. Em uma das matérias, até mesmo a realização pessoal dos sujeitos que se prostituem é questionada pelo deputado federal João Campos (PSDB-GO), autor de projeto de lei que pretende criminalizar os clientes da prostituição:

Na visão de [João] Campos, seu projeto atende os anseios da sociedade que reprovava a contratação de serviços sexuais. “Não estamos entrando em uma questão de foro íntimo”, afirma. Ainda de acordo com ele, quem se prostitui vive em condição degradante. “Tenho convicção que não há realização financeira, pessoal e profissional. Essas pessoas se sentem agredidas em sua dignidade humana”, enfatiza o tucano (TRIBUNA DO PLANALTO, 2013).

Nas citações acima encontramos a noção de que a prostituição não poderia ser uma escolha para as mulheres, que vivem em condições degradantes e precisam ser resgatadas. Assumindo a prostituição como um trabalho, Dolores Juliano (2002, 2010) contesta os argumentos que concebem prostitutas como as escravas modernas, sempre vítimas de coação física ou econômica. Ela observa que em outras atividades, mesmo que pesadas, mal remuneradas ou desagradáveis, como a de empregadas domésticas, costureiras, trabalhadoras rurais, não há questionamentos sobre a voluntariedade ou sobre a satisfação obtida pelos trabalhadores. É necessário problematizar a ideia da felicidade proporcionada pela atividade profissional, visto que as escolhas de trabalho costumam ocorrer a partir de uma estratégia que leve em conta seus inconvenientes, suas vantagens e sua compensação econômica. Assim, apesar de uma imensa parte da população se dedicar a atividades que se baseiam mais em critérios econômicos do que na satisfação pessoal por elas proporcionadas, para explicar a prostituição são buscados motivos essencialistas que a desconsideram como opção laboral que pode ser vantajosa.

Os excertos dos textos analisados exibidos até aqui nos permitem perceber que o enquadramento de exploração constrói a figura da mulher – e somente da mulher – prostituta como vítima do sistema capitalista e da miséria, do sistema patriarcal e das desigualdades de gênero. Embora trabalhadoras e trabalhadores do sexo possam ser alvo de exploração e de violências, o que pode ser agravado pela situação de marginalidade da prostituição na sociedade e por não encontrarem respaldo para denunciar os abusos, considerar que todos os sujeitos que desempenham tais atividades são vítimas retira dos indivíduos a capacidade de agência e de controle sobre suas vidas. Dentre os materiais analisados que abordam a questão da exploração, concorda com esta ideia artigo de Thaís Ferreira, Laysa Queiroz e Maitê Maronhas publicado no site da Marcha Mundial de Mulheres (2013):

[...] é fundamental distinguir a exploração sexual (quando a venda do sexo ocorre sob coerção) da prostituição (quando uma mulher decide se prostituir). Tratar a prostituta sempre como uma vítima incapaz de tomar decisões por si mesma é subestimá-la.

Nesse sentido, a antropóloga Elisiane Pasini (2005) argumenta que é possível repensar a questão levando em conta que as prostitutas possuem relativa liberdade no trabalho na prostituição, impondo limites e negociando em sua interação com os clientes. Seguir reforçando a percepção da prostituta como parte vitimizada da relação contribui para relegá-la a uma posição social desprivilegiada. Para a pesquisadora, muitas vezes o preconceito em relação às prostitutas se dá pela dificuldade em compreender que a mulher possui autonomia sobre seu corpo e pode usá-lo conforme suas escolhas, inclusive para fazer parte do mercado do sexo. Neste sentido, também são alvo de críticas as medidas de governos que, considerando as prostitutas pessoas vulneráveis, minam seus direitos através de controle e supervisão anunciados como uma proteção especial, negando “às mulheres o status de sujeitos capazes de assumir sua autonomia e própria responsabilidade” (PHETERSON, 1996, p. 132).

Em matéria publicada no portal UOL (NANÔ, 2013), o deputado federal Jean Wyllys critica à vitimização das prostitutas realizada por determinados grupos feministas, alegando que tais coletivos advogam pela autonomia das mulheres sobre seus corpos, mas querem tutelá-las ao dizer que não podem prestar serviços sexuais. Como uma espécie de contraponto a esse argumento, matéria publicada no site do Brasil de Fato (PAVAN, 2014) apresenta um posicionamento da Marcha Mundial de Mulheres, que alega não acreditar haver liberdade em fazer o que quiser do corpo sem criticar e romper com as práticas patriarcais. Assim, a Marcha pondera que seu objetivo é buscar que as mulheres decidam sobre suas vidas e sexualidades sem serem induzidas pela vontade alheia. Por possibilitarem uma reflexão mais ampla, as conexões entre a vitimização das prostitutas e as noções sobre os corpos e seus usos serão mais amplamente abordadas em uma categoria específica.

É interessante perceber que, dentre as ideias que apontam para o enquadramento da exploração nos textos analisados, encontramos a fala de apenas uma mulher que já experienciou a prostituição. Matéria veiculada pelo site da Carta Capital (MULHERES..., 2013) sobre a posição contrária das Mulheres da CUT ao projeto de regulamentação da prostituição utiliza declarações de Cleone Silva, militante da Marcha Mundial de Mulheres que foi prostituta durante 15 anos. Segundo a declaração de Cleone, as mulheres não estão ali por vontade própria. “Nos lugares onde vou, não foi ela que decidi. A mulher acorda pela manhã e está faltando comida, se não fizer um programa, por R\$ 20, R\$ 10, R\$ 5, não vai ter dinheiro”, pondera. É nítido que tal declaração colabora para o reforço da posição das mulheres como vítimas no mercado do sexo. Embora algumas das entrevistadas nesta pesquisa ressaltem sua condição de pobreza antes do início na prostituição, também

demonstram que essa realidade foi modificada com o trabalho sexual e não se percebem como mulheres sempre vítimas ou exploradas. Neste sentido, a professora universitária e militante feminista Camilla Magalhães Gomes aponta em artigo publicado no site *Blogueiras Feministas* a necessidade de ouvirmos o que tem a dizer as prostitutas sobre sua atividade:

Assim, sob o pretexto da proteção, deixamos de ouvir essas mulheres. Sob o pretexto da proteção, o sistema criminaliza a exploração, sem dar-lhes voz a respeito de qualquer outro aspecto da atividade que exercem. Sob o pretexto da proteção, o movimento feminista, muitas vezes, fala em nome de todas essas mulheres no lugar de lhes dar voz (GOMES, Camilla. **Blogueiras Feministas**, 2013).

Contudo, a invisibilidade das opiniões e experiências das trabalhadoras do sexo – e, mais ainda, dos homens que atuam nesse mercado – não é restrita aos textos e passagens que compreendem a prostituição como exploração e as prostitutas como vítimas. Como poderemos observar no decorrer das análises, o uso destes sujeitos como fontes é escasso em todo o material selecionado, independentemente do olhar que é dedicado ao tema.

4.2.2 A prostituição é um trabalho?

Em contraponto à noção de que a prostituição ocasiona sempre a exploração da mulher, independentemente das condições em que seja desenvolvida, observamos em parte dos textos analisados e em falas das prostitutas a perspectiva de que a atividade constitui-se em um trabalho, pode ser uma escolha consciente dos sujeitos e até mesmo configurar-se como um espaço de construção ou afirmação de autonomia – financeira ou em relação ao uso do corpo, por exemplo. Tal compreensão é majoritária no material selecionado para esta investigação, sendo identificada em 48 dos 65 textos que compõem o corpus de análise – somente a noção de que a prostituição é uma prática marginalizada aparece em mais espaços³². Está presente, portanto, em 73,8% de nossa amostra. Como já mencionado anteriormente, a percepção da prostituição como atividade laboral não aparece em nenhum dos textos publicados em espaços religiosos e em apenas quatro dos 14 textos feministas.

³² Ressalta-se que a ampla maioria do material analisado apresenta mais de um enquadramento sobre o tema da prostituição.

É a partir do enquadramento de que a prostituição é trabalho que encontramos diversas opiniões sobre a questão da regulamentação da atividade. Embora a atual proposta de regulamentação – o projeto de lei Gabriela Leite – tenha como objetivo assegurar a prostituição como profissão e facilitar o acesso a direitos, nem todos os pontos de vista explicitados nesta categoria são favoráveis ao projeto de lei.

Salienta-se na perspectiva trabalhista que defende a importância da regulamentação a tentativa de distinguir a prostituição da exploração sexual, diferentemente do percebido no enquadramento anteriormente aprofundado. Constata-se nos textos a existência da ideia de que atribuir à prostituição o caráter de profissão colaboraria no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes e também de adultos que atuam no mercado do sexo. Não se nega, portanto, que existam relações exploratórias na atividade, mas os textos e as falas das entrevistadas ressaltam que os abusos não são predominantes e poderiam ser combatidos com fiscalização. Em artigo publicado na Carta Capital, o deputado Jean Wyllys (2013) afirma ser tarefa do Estado garantir que ninguém possa ser obrigado a prestar serviços sexuais, seja por um cafetão ou pelas condições de miséria, mas observa que há também o dever de certificar que as pessoas possam se dedicar ao trabalho sexual se assim desejarem. No artigo, Wyllys pontua que o projeto de lei 4.211/2012 (PL Gabriela Leite)

diz respeito à prostituição como exercício da liberdade individual ou ao meio de sobrevivência de uma pessoa adulta, e a distingue da exploração sexual, inclusive apontando os meios de enfrentamento desse mal.

A diferenciação entre exploração e trabalho sexual é nítida em muitos dos textos desta categoria, como é o caso do artigo de Rayssa Cardeal (2013) publicado no site do Programa de Educação Tutorial em Ciências Políticas da UNB:

Pouco se reflete a respeito da conexão automática que se faz entre “prostituição” e “exploração sexual”. Quando, na verdade, não é raro se deparar com depoimentos de pessoas que se nomeiam profissionais do sexo e expõem o caráter voluntário da profissão que exercem.

As prostitutas que participam desta pesquisa também revelam conhecer ou ter vivenciado casos de exploração em suas trajetórias, mas ressaltam a multiplicidade de relações de trabalho que existe nesse mercado e apontam a possibilidade de atuar sem que se sintam prejudicadas pelos mediadores ou “empresários” do mercado do sexo. Simone relata que sua primeira experiência como prostituta se deu em um local com muitas regras, que exigia que as mulheres adquirissem roupas caras no ambiente de trabalho e pagassem multas

caso não cumprissem alguma das normas. Mesmo afirmando que existe exploração, ela comenta que há lugares justos para se trabalhar e considera a prostituição como uma opção. Também Márcia assegura haver muita exploração na prostituição, mas reitera: “essa que não tá no padrão de explorada, vê que tem sua liberdade de ir e vir [...]. Ela vê que dá para sobreviver do dinheiro da prostituição, vê que dá para encarar como profissão, como um trabalho, que é um trabalho”.

Assim como Márcia e Simone, todas as demais mulheres entrevistadas para esta pesquisa consideram a prostituição como um trabalho. Mesmo Ana, que afirma ter sido prostituta durante dez anos pela possibilidade de diversão, sustenta que escolheu tal ocupação em detrimento de outras propostas. Em algumas falas, contudo, encontramos indícios que permitem refletir sobre como a estigmatização e a falta de direitos trabalhistas afetam a percepção das próprias prostitutas sobre a atividade que exercem. Alana pondera que, mesmo considerando como sendo seu trabalho, sabe que não é de fato um emprego, por não poder desfrutar de garantias trabalhistas:

Pra mim sim [é trabalho], mas não é um emprego. Agora, se, por exemplo, eu fico doente, eu não ganho nada, de jeito nenhum. Se fechar aqui, eu vou sair com uma mão na frente e outra atrás, todos esses anos que eu trabalhei aqui, não vou ganhar nada. Então não é um emprego, eu considero como meu trabalho, mas não é. Nem sei como te dizer. É uma coisa que se eu venho, eu ganho, mas se eu não venho eu não ganho (ALANA, 40 anos, prostituta há 20 anos).

Em outro olhar sobre a questão, Simone e Milena referem-se a seus empregos anteriores como trabalho “normal”, apontando que a prostituição não seria considerada por elas como um trabalho como qualquer outro. “Trabalho como uma pessoa normal, em loja, em salão, funcionária normal, sem usar o corpo”, relata Milena, comentando sobre suas atividades profissionais quando se afasta da prostituição. Para Simone, a “anormalidade” do trabalho está relacionada ao intenso julgamento social. Por envolver o corpo e a sexualidade, como veremos em outro enquadramento, a prostituição não é considerada por muitos como atividade laboral.

Por outro lado, na tentativa de defender os direitos dos profissionais do sexo e de diminuir o preconceito em relação à atividade, frequentemente encontramos o argumento de que a prostituição é um trabalho como outro qualquer. Tal raciocínio está presente na fala da presidente da Associação de Prostitutas de Minas Gerais (Aprosmig), Cida Vieira, em matéria publicada no portal R7, e em outros textos analisados:

Para a presidente da Aprosmig (Associação de Prostitutas de Minas Gerais), Cida Vieira, essa questão é mais um ponto positivo da legalização da prostituição. — A partir do momento que for legalizada, a prostituta vai ver que é uma profissão como outra qualquer e isso vai ajudar a diminuir a discriminação (MARTINS, Carolina. **R7**, 2014).

A regulamentação da prostituição é tida como algo fundamental para mudança da vida das mulheres prostitutas. Pegamos como exemplo o PL 4211/2012, que reconhece a profissão da prostituição como outra qualquer. (RODRIGUES, Rafaela. **Marcha Mundial de Mulheres**, 2012).

Ela é uma profissional como qualquer outra e tem direitos. [...] O Puta Dei mostra que puta é tão mulher como todas as outras, tão trabalhadora como todas as outras. (FEOLLA, Gabriela. **Papo de Homem**, 2014).

Assim como nas falas das entrevistadas, também nos textos não é unânime a utilização da justificativa do “trabalho como qualquer outro” para garantir que direitos sejam assegurados ou para modificar a representação negativa da prostituição. Em um dos artigos feministas analisados, publicado no site *Blogueiras Feministas*, a professora e advogada Camilla de Magalhães Gomes (2013) defende que a atividade da prostituição possui peculiaridades inexistentes em outros trabalhos, e ressalta ainda que “trabalho” não pode ser considerado uma categoria única. Diz ela que a prostituição “não é um trabalho como qualquer outro: é um trabalho que merece ser reconhecido como tal, ao mesmo tempo em que merece ter suas condições próprias levadas em conta”. Nesse sentido, também o antropólogo José Miguel Olivar (2013) considera que negar as diferenças faz com que não se busque uma compreensão aprofundada do fenômeno da prostituição. Para ele, cada pessoa que vive a prostituição pode julgá-la como um trabalho melhor que alguns e pior que outros, levando em conta diversos fatores variáveis. A reflexão séria sobre o mercado do sexo não pode ser apagada por pensamentos tão simplistas, argumenta.

À parte de tal debate sobre a necessidade de observar as particularidades da prostituição, é notável que a definir como um trabalho possível para homens e mulheres relaciona-se à defesa da ampliação de direitos para esses sujeitos. Atualmente, embora sua atividade seja considerada oficialmente uma ocupação pelo governo brasileiro, de modo que trabalhadoras e trabalhadores do sexo já podem contribuir para a previdência social e se aposentar como profissionais autônomos, ainda são encontradas dificuldades para garantir o acesso a atendimentos de saúde específicos, para denunciar violências ou para cobrar clientes inadimplentes. A proposta de regulamentação da profissão, então, é defendida em uma parcela significativa dos textos como forma de confirmar que as prostitutas possuam direitos trabalhistas e assegurar as liberdades individuais. Sendo o deputado federal Jean Wyllys o

autor do projeto de lei, ele se sobressai como a fonte mais utilizada em diferentes veículos. Assim, apresentamos algumas falas dele selecionadas nos textos que se referem a esse ponto de vista:

Eu quero proteger os direitos delas, garantir a dignidade e combater a exploração sexual de crianças e adolescentes. Qualquer pessoa de bom senso entende isso e se coloca a favor do projeto. Quem tem se colocado contra é quem quer deturpar deliberadamente o projeto ou pessoas muito moralistas, que acham que a prostituição é um mal em si. E aí não adianta você argumentar que é uma questão de liberdade individual, que uma pessoa adulta pode escolher ser prostituta. Se as pessoas não compreendem isso, vão achar sempre que a prostituição é uma desgraça (NANÔ, Fabiana. **UOL**, 2013).

E, da mesma maneira, o Estado deve reconhecer os direitos daquelas pessoas que decidem se dedicar ao trabalho sexual, sejam do gênero masculino ou feminino. (WYLLYS, Jean. **Carta Capital**, 2013).

A gente precisa reconhecer o trabalho das prostitutas e protegê-las, dar os direitos trabalhistas, aposentadoria, tudo, tratá-las com a dignidade que merecem porque o trabalho delas não é de agora. Os moralistas ficam me criticando: ‘Ah, você, em vez de combater a prostituição...’. Eu digo a eles: a prostituição é uma escolha. As pessoas têm o direito de prestar esse serviço, e ela tem de ser respeitada como prostituta, dentro da lei. Outra coisa, uma pessoa adulta, capaz, goza de liberdades individuais e essas liberdades têm de ser protegidas. Se ela escolhe fazer isso, que faça dentro da legalidade e com todas as garantias. (REDE BRASIL ATUAL, **Blog Diálogos Políticos**, 2012).

Para o deputado e autor da proposta, Jean Willys, regulamentar a atividade dos e das profissionais do sexo é tão somente uma forma de garantir condições de trabalho dignas, seguras e fiscalizáveis. De acordo com o deputado, a regulamentação garantirá o direito dos e das profissionais do sexo na relação com donos das casas de prostituição ou agentes que intermediam a atividade. (LEI... **Agência Pulsar**, 2014).

Embora Willys seja o principal defensor da proposta, a importância de assegurar os direitos aos profissionais do sexo é defendida também em outros textos por representantes das entidades que congregam prostitutas, como Cida Vieira, da Aprosmig, e a própria Gabriela Leite, que foi fundadora e presidente da Rede Brasileira de Prostitutas:

A presidente da Associação de Prostitutas de Minas Gerais, Cida Vieira, 43 anos, defende a necessidade de mudar as leis do país. “Nossa luta é pelo direito ao direito. Como prostituta, eu posso levar um calote hoje, porque ninguém vai fazer nada. Quero ter o direito de exercer a profissão que escolhi com segurança”, comenta ela, que largou o curso de direito para seguir na prostituição (VIEGAS, Roger. **Sistema MPA de Comunicação**, 2013).

Com a legalização, as prostitutas terão acesso a ambientes de trabalho nos parâmetros comuns à sociedade, poderão trabalhar em ambientes limpos, já que a Vigilância Sanitária poderá intervir nas casas em péssimo estado (comuns em cidades distantes do olhar público) (LEITE, Gabriela. **OAB RJ**, 2013).

Para Gabriela, o maior trunfo do projeto é legalizar as casas de prostituição. “Assim, as prostitutas terão um trabalho mais formal. Se houver um problema de limpeza na casa, por exemplo, elas poderão chamar a vigilância sanitária. Elas podem ter seus direitos garantidos, inclusive o direito de não serem exploradas”, afirmou a socióloga. “Existem casas no interior do Brasil que a prostituta é obrigada a cozinhar, limpar a casa, e não tem para quem reclamar” (OTTO, Natália. **Sul 21**, 2013).

Apesar de a perspectiva trabalhista seja sustentada em poucos textos feministas, em dois deles aborda-se a questão do reconhecimento profissional para a conquista de direitos. Em artigo publicado no site da Marcha Mundial de Mulheres em agosto de 2013, as militantes Thaís Ferreira, Laysa Queiroz e Maitê Maronhas ponderam que “a regulamentação é importante na medida em que reconhece as prostitutas, no exercício de sua atividade, como sujeito de direitos, sendo alvo de garantias legais e políticas públicas efetivas”. É também o que argumenta o artigo do *Blogueiras Feministas*:

Regulamentar é conceder um direito e um lugar no Direito, reconhecer uma atividade profissional, permitir a fiscalização e controle dessa atividade, combatendo as ilicitudes da prática. Não esconde nem esquece da condição dessas profissionais e da existência de pessoas exploradas e, ao trazê-las para o Direito, permite o debate de políticas públicas (GOMES, Camilla. **Blogueiras Feministas**, 2013).

Poder contar com direitos trabalhistas é uma reivindicação de algumas das entrevistadas, principalmente em relação à possibilidade de aposentadoria. Alana, em especial, toca diversas vezes nesse ponto durante nossa conversa, enfatizando que as prostitutas por vezes permanecem a vida toda na mesma atividade, não possuem direitos e encontram dificuldades para se aposentar. Esse ponto é abordado também por Silvana, que observa que algumas mulheres são prostitutas desde muito jovens e ainda trabalham com mais de 50 anos, e Milena, que acredita que a regulamentação faria com que as trabalhadoras do sexo fossem obrigadas a contribuir com a Previdência – ela admite que, mesmo sendo possível se aposentar como profissional autônoma, a não obrigatoriedade faz com que utilize o dinheiro da contribuição para outros fins. Ana, por sua vez, considera que a regulamentação das casas de prostituição contribuiria para melhorar o exercício da atividade, já que a provável fiscalização exigiria que os espaços de trabalho fossem mais higiênicos.

Contudo, a importância da regulamentação da prostituição como profissão não é um consenso entre trabalhadoras e trabalhadores do sexo. Para a prostituta Julia, entrevistada pelo repórter Edson Valente (2012) para matéria do portal UOL, a regulamentação não é necessária, já que atualmente pessoas trabalhadoras do sexo podem pagar plano privado de previdência ou contribuir como autônomas. Além disso, nas matérias analisadas, encontramos

falas de prostitutas consultadas como fontes que reforçam a ideia de provisoriedade do trabalho na prostituição, de modo que nem sempre há o interesse em se assumir prostituta. A universitária Kátia, que estuda Turismo e atua no Baixo Augusta, em São Paulo, afirma na mesma matéria de Edson Valente que pretende desempenhar a atividade somente temporariamente. Esse também é o caso de Roberta, entrevistada também para matéria do UOL (CHEREM, 2014), que trabalha como prostituta somente aos finais de semana para custear seus estudos universitários, e de Kaká Viegas, de Goiânia, “que não vê a prostituição como um trabalho definitivo e planeja investir nos estudos. A meta é realizar um desejo antigo: estudar Direito e se tornar delegada” (TRIBUNA DO PLANALTO, 2013). A provisoriedade também está marcada nas falas de algumas entrevistadas, que afirmam a intenção de trabalhar em outra coisa, ou relatam intercalar a atuação como prostituta com outros tipos de trabalho, especialmente nas áreas do comércio e de serviços.

O cansaço ocasionado pela ocupação é citado por Simone, Márcia, Paola e Milena como motivo para que pensem em deixar a atividade. Simone acredita que exista uma “data de validade” para se estar na prostituição, pois não consegue se enxergar trabalhando como prostituta com 50 anos. “É outra fase da tua vida, tu já tem outra visão, já tem outros quereres”, afirma. Ela conta que já percebe, aos 32 anos, que não possui mais a mesma energia para trabalhar e a mesma paciência do que tinha aos 18 anos, quando se tornou garota de programa. Paola ressalta que cansa de fazer a mesma coisa todos os dias e ter a obrigação de estar sempre maquiada e bem vestida, além de não dispor de muito tempo para estar com sua família. Márcia, por sua vez, não tem interesse de trabalhar em outro ramo, mas defende que as mulheres têm o direito de mudar de profissão se assim o desejarem. Embora toquem no tema da saída da prostituição, não o fazem apontando sua ocupação atual como causadora de sofrimento e demonstram considerar a prostituição como seu trabalho. Diferentemente das demais, Alana declara a vontade imediata de encontrar um emprego, evidenciando que não concebe a prostituição como tal – para ela, ser prostituta é seu trabalho, mas não pode ser pensado como emprego:

Eu, na minha cabeça, não deveria mais estar (trabalhando nisso), mas como eu não tenho solução, como eu te expliquei, eu tenho uma menina que depende de mim pra tudo, então não tem como eu sair, até porque se eu quisesse pegar um emprego agora eu não tenho experiência, não tenho nada, então vai ser muito difícil até engrenar em alguma coisa. Então eu quero ver se a mais velha se encaminha e quando a pequena estiver mais ou menos encaminhada para eu poder procurar alguma coisa. Eu já vou olhando, já vou pensando. Eu estou sempre procurando alguma coisa, mas não sei o que, entendeu. Eu to sempre olhando jornal, tentando

achar alguma coisa, estou sempre assim, até uma hora vai pintar (ALANA, 40 anos, prostituta desde os 20).

Acreditamos que esta característica de temporariedade esteja amplamente relacionada à questão da clandestinidade da prostituição, já que muitas profissionais do sexo não revelam a seus familiares e amigos qual sua ocupação – dentre as entrevistadas para esta pesquisa, quatro afirmam a seus companheiros ou pais que atuam no comércio ou no serviço de telefonia. A clandestinidade, por ser considerada como um efeito do preconceito e da marginalização da prostituição, será aprofundada na análise de outro enquadramento.

A abordagem da prostituição como trabalho está ligada à possibilidade de obtenção de renda para prover o sustento pessoal e, em muitos casos, da família. A perspectiva de retornos financeiros melhores do que em outros empregos é enfatizada nas entrevistas e também é citada nos materiais que fazem parte da pesquisa. É interessante observar que, quando prostitutas aparecem como fontes, os repórteres apontam seu ganho mensal na atividade ou o preço cobrado por um programa sexual. Podemos pensar, então, que destacar que recebem mais do que ganhariam em outro trabalho se constitui como uma forma de justificar a entrada em uma atividade tão moralmente condenada:

"Regulamentação pra quê, pra receber aposentadoria?", questiona Júlia, que calcula ganhar entre R\$ 6.000 e R\$ 7.000 em seus meses mais rentáveis (VALENTE, Edson, **UOL**, 2012).

A mãe é profissional do sexo há cinco anos. Há quatro meses, Roberta começou a fazer programas nos fins-de-semana para custear os estudos. Ela explica que fatura em torno de R\$ 1,5 mil por mês, com programas que têm preços variando entre R\$ 100 (uma hora no motel) e R\$ 500 (para ficar a noite toda com o cliente). Para cursar a faculdade, a universitária gasta R\$ 1.460 ao mês. A mãe, que ainda tem dois filhos menores de idade, é responsável pelo sustento da família. Ela trabalha nos dias de semana e tem uma remuneração variável cerca de três vezes superior à da filha, entre R\$ 4 mil e R\$ 5 mil. [...] Efigênia é de Caeté, no interior de Minas Gerais, e faz programas nos hotéis no entorno da rua Guaicurus, ao lado da rodoviária de Belo Horizonte, ponto mais tradicional de prostituição na capital mineira. Ela disse que que chega a fazer até 60 programas por dia, com preços variando entre R\$ 20 e R\$ 30. "Dá para tirar uns R\$ 4 mil por mês", afirmou. Efigênia é solteira e não tem filhos (CHEREM, Carlos. **UOL**, 2014).

Paraense, [a prostituta Kaka Vegas]ela veio para Goiânia ainda na adolescência e diz receber entre R\$ 300 e R\$ 400 por programa, valor que pode chegar até R\$ 1.000, dependendo da negociação com o cliente. (Tribuna do Planalto, ASCOM/UFG, 22 de abril de 2013).

A conquista da autonomia financeira se apresenta como um motivo importante para a opção pela prostituição. A necessidade econômica, entretanto, faz com que abolicionistas e outros grupos não considerem a prostituição como escolha livre. Neste sentido, Dolores

Juliano (2010) comenta que a maior parte das atividades laborais disponíveis para mulheres pobres (ou migrantes, no caso europeu), como a limpeza doméstica ou de empresas, o cuidado de crianças, idosos ou doentes, o emprego em confecções e o trabalho rural não são possibilidades livres, no sentido de que não seriam eleitas como elemento de auto realização se não houvesse necessidades econômicas envolvidas. É o que também pontua a escritora, socióloga e militante feminista Marília Moschkovich em artigo publicado no site Outras Palavras:

Ao longo da discussão, contaram suas histórias, mostrando que, em dado momento na vida, definiram que o ritmo de trabalho e a renda obtidas com a prostituição eram melhores do que dezenas de outras possibilidades – atendente de loja, caixa de supermercado, diarista, doméstica mensalista, garçonne e atendente de telemarketing eram algumas das profissões que contavam ter descartado. Foi ali que me caiu a ficha: desconsiderando que o trabalho das prostitutas é um serviço quase sempre (mas nem sempre) sexual, o que o diferenciava então de subempregos bem aceitos socialmente? (MOSCHKOVICH, Marília. **Outras palavras**, 2013).

Quando questionadas acerca de deixar a atividade, muitas colocam: de que outra forma conseguiria a renda que a prostituição me proporciona? Profissões como caixa de supermercado, atendentes de *telemarketing*, domésticas, faxineiras, copeiras, são alternativas existentes no mercado de trabalho para grande parte das mulheres. Mesmo com outros postos de trabalho disponíveis, “*muitas prostitutas indicam a venda do sexo como uma atividade mais lucrativa e até menos desagradável*” (FERREIRA, Thaís; QUEIROZ, Laysa; MARONHAS, Maitê. **Marcha Mundial de Mulheres**, 2013).

Assim, quando se fala na prostituição como uma escolha, salienta-se que é uma opção dentre as possíveis para cada sujeito, de acordo com suas histórias de vida. Tomando as trajetórias de nossas entrevistadas e seus empregos anteriores, a prostituição é percebida, então, concordando com Juliano (2010), como um trabalho pior visto e melhor remunerado, em que elas conseguem adquirir bens e proporcionar aos familiares um padrão econômico de vida que não era possível quando atuavam em outras áreas. As entrevistadas destacam em suas falas a independência financeira obtida com a prostituição e a viabilidade de propiciar uma melhor vida às pessoas que amam:

Aí eu comecei a aproveitar [o dinheiro da prostituição] de oito anos pra cá, que eu comprei a minha casa, estou construindo, tenho carro, a minha casa é muito boa, graças a Deus, é enorme de grande [...]. E minhas filhas andam sempre bem vestidas, estão sempre fazendo curso. E eu, mal ou bem, como e bebo o que eu quero (ALANA, 40 anos, prostituta desde os 20).

Como Alana, Milena afirma que com o trabalho na prostituição é capaz de sustentar o filho e prover tudo o que ele necessita sem a ajuda de seus familiares, além de conseguir

passar tempo com ele e morar em uma casa confortável, o que não seria possível caso assumisse outro emprego, já que, por não ter completado o Ensino Médio, não conseguiria uma posição laboral com salário que lhe permitisse essa condição de vida. Essa é também a história de Silvana, que durante anos trabalhou como esteticista canina, recebendo em torno de R\$ 900 mensais, e atualmente possui um padrão de vida mais elevado. Ela acredita que os meios de comunicação deveriam visibilizar a prostituição como um trabalho: “eles não mostram que a prostituta sustenta os filhos, sustenta a própria mãe, compra carro, casa, moto, adquire patrimônio, que tem conta no banco”.

Mostrar a prostituição como um trabalho que permite não apenas se sustentar, mas também “constituir patrimônio”, pode ser avaliado como uma forma de afirmar que fazem parte da sociedade de consumidores de que fala Bauman (2005). Podendo consumir, não são consideradas desnecessárias, dispensáveis – como ocorre com os desempregados nessa sociedade, que, conforme o autor, são tratados como refugos humanos por não possuírem dinheiro suficiente para ampliar a capacidade do mercado consumidor. Assim, embora desempenhem uma atividade profundamente estigmatizada, as prostitutas entrevistadas, em seus círculos de relações privadas, se destacam por sua independência financeira e sua capacidade de manter economicamente suas famílias sem o auxílio de outros parentes.

Robert Castel (2005) reflete sobre o trabalho como algo que, através da estabilidade financeira e do estímulo ao consumo, age como suporte de inscrição dos sujeitos na estrutura social e faz com que eles sejam percebidos como não redundantes. A participação social e política proporcionada pelo trabalho também é indicada por Adela Cortina (2005), que ainda reforça sua importância como modo de sustento e base da identidade pessoal e pontua que a inserção laboral permite que as pessoas se sintam membros de uma coletividade. Neste sentido, acredita-se que declarar a prostituição como trabalho e, mais ainda, como fonte de renda que propicia uma vida melhor, se constitui como uma estratégia para modificar as representações que proclamam a prostituição como “vida fácil” e diminuir o preconceito em relação à ocupação. Tal ideia é notável em alguns textos analisados e pode ser percebida no portal R7 a partir da opinião de Cida Vieira, presidente da Aprosmig (MARTINS, 2014), que acredita que tornar a prostituição profissão vai diminuir a discriminação, na entrevista com a garota de programa Lola Benvenuti publicada no portal da revista Fórum e em outros excertos dos materiais analisados:

[Fala de Lola Benvenuti] Outro dia, fui a um programa e tinha um cara discutindo comigo, dizendo que acha que não tem que legalizar. Ele estava falando: “Você

pode recolher como autônoma”, e eu respondi: “Meu amigo, o principal não é isso, é uma questão social”. Enquanto não falar que ser puta é um trabalho, vai ter essa coisa de querer colocar como vítima, marginalizar, então o principal é ser visto como profissão, ser tratado como um trabalho, e eu sou totalmente a favor (ANJOS, Anna Beatriz. **Revista Fórum**, 2014).

A regulamentação da prostituição é tida como algo fundamental para mudança da vida das mulheres prostitutas. Pegamos como exemplo o PL 4211/2012, que reconhece a profissão da prostituição como outra qualquer. Ou seja, retira da invisibilidade a profissão e dá voz às mulheres que vivem no mundo da prostituição, dá direitos a elas para, por exemplo, ter acesso ao judiciário em busca de pagamento de prestação de serviço, contribuição para aposentadoria, etc. A regulamentação incentiva a identidade de grupo, realoca as prostitutas como profissionais de um mundo patriarcal (RODRIGUES, Rafaela. **Marcha Mundial de Mulheres**, 2012).

Profissionais do sexo não deveriam ser rotulados como melhores ou piores do que os demais apenas pela profissão que exercem. Legalizar sua profissão é somente o primeiro passo rumo à desmarginalização desse segmento. (CARDEAL, Rayssa. **Site do Programa de Educação Tutorial em Ciências Políticas da UNB**, 2013).

[Fala de Jean Wyllys] As profissionais do sexo, as prostitutas, existem há muito tempo. E elas existem marginalizadas, discriminadas e sujeitas à exploração sexual. E a gente não pode permitir que isso continue assim. Então, as próprias prostitutas se organizaram, a partir dos anos 80, num movimento político, reivindicando a reinserção do mundo delas no mundo do trabalho. E a inserção no mundo do trabalho tem de garantir alguns direitos (MONTEIRO, Mariana. **Rádio Câmara**, 2014).

Declarar a prostituição como uma profissão possível também pode contribuir para contestar a posição de vítimas que é atribuída às prostitutas por feministas abolicionistas, como vimos na seção anterior. A crítica à vitimização é realizada por grupos que fazem parte do feminismo “transnacional” ou “de terceiro mundo” e que não concebem as mulheres como coletivo homogêneo sempre vitimizado pelo poder masculino, mas como “sujeitos atuantes, autodeterminados e posicionados de maneira diferente, capazes não só de negociar e concordar, mas também de conscientemente opor-se e transformar relações de poder” (KEMPADOO, 2005, p. 62). Neste sentido, encontramos nos textos declarações, especialmente de prostitutas, que indicam um entendimento de que a prostituição pode estar relacionada com a autonomia e a independência, e que também criticam a noção de que as profissionais do sexo são sempre oprimidas:

Para Gabriela Leite, no entanto, há uma “vitimização” das prostitutas por parte deste setor do movimento. “As feministas ortodoxas continuam com um discurso de mil e novecentos. Elas não entendem a complexidade da prostituição, são ignorantes sobre este aspecto”, afirmou. “Vamos continuar nossa luta. Não somos crianças para sermos vitimizadas”, pontuou Gabriela (OTTO, Natália. **Sul 21**, 2013).

“Por que a gente é sempre vista como a coitada ou como a pessoa que está ali pra destruir a sociedade, pra incomodar?” Betânia fala com a ânsia de quem não aguenta mais ficar na sarjeta imaginária das pessoas. As prostitutas foram as primeiras

mulheres no mundo a conquistar a independência feminina financeira, a pagar suas próprias contas. Enchendo a boca, a Betânia fala da sua revolta quando ouve as pessoas falarem das prostitutas como coitadas, ou como mulheres prostituídas, que não tiveram outra escolha. “Quem fala isso não é Puta. Meu bem, se você não tá dentro da profissão, então não conta” (FEOLLA, Gabriela. **Papo de Homem**, 2014).

Por fim, outro ponto abordado a partir do enquadramento do trabalho diz respeito à capacidade de protagonismo das profissionais do sexo. O movimento organizado de prostitutas, através da Rede Brasileira de Prostitutas, é apontado como o criador e proponente do projeto de lei que pretende regulamentar a profissão, apresentado na Câmara dos Deputados por Jean Wyllys. Em três espaços em que aparece como fonte, o próprio deputado reitera que o PL é uma reivindicação das prostitutas levada até ele por Gabriela Leite, de modo que não pode ser ignorada. Segundo ele, “as próprias prostitutas organizadas foram as protagonistas da construção dos seus direitos, algo que a esquerda tanto preza, mas que alguns setores acabam por desprezar quando se trata do direito das prostitutas” (PASSOS, Najla. Carta Maior, 03 de junho de 2014). Pensar a regulamentação como uma demanda elaborada pelas trabalhadoras do sexo mostra que elas possuem capacidade de organização e de lutar pela ampliação de seus direitos, além de reforçar a ideia de voluntariedade da atividade. É também um argumento importante para contestar os grupos que defendem a abolição da prostituição e afirmam que nenhuma mulher pode querer ser prostituta, pois coloca suas vozes – as vozes de quem vivencia cotidianamente a prostituição – como fundamentais para a discussão.

Como sugere Dolores Juliano (2005), em uma sociedade em que participar do mercado de trabalho remunerado é a principal forma para conquistar cidadania, a participação marginal das mulheres ou o não reconhecimento de suas atividades como trabalho dificulta que desfrutem de seus direitos. Isso não acontece somente com a prostituição, mas também com outras atividades consideradas tradicionalmente femininas, como o trabalho doméstico e os cuidados de crianças ou idosos – tarefas que se considera adequado que sejam realizadas por mulheres gratuitamente para suas famílias, mas que, voltadas ao mercado laboral, perdem seu prestígio social. Para a autora, isso se dá de forma mais profunda com o trabalho sexual, em que o aumento da estigmatização e a negação do caráter de trabalho podem anular as vantagens econômicas proporcionadas. Assim sendo, a partir dos textos analisados e das falas das mulheres entrevistadas, compreendemos que o enquadramento da prostituição através do viés trabalhista busca enfraquecer as representações que marginalizam e desvalorizam as pessoas que desempenham tal atividade para, por fim, situá-las como sujeitos de direitos merecedores de respeito.

4.2.3 A marginalização da prostituição

A constatação de que as pessoas que atuam no mercado do sexo se encontram à margem na nossa sociedade está presente em 49 dos 65 textos analisados. É, portanto, a perspectiva mais citada e aparece em todas as procedências autorais/organizacionais. Independentemente de considerar a prostituição como exploração ou como atividade profissional, os textos reconhecem as dificuldades enfrentadas pelos sujeitos que dela sobrevivem e que convivem com a falta de direitos, com a discriminação e, por vezes, com a violência e a exploração.

De acordo com Dolores Juliano (2002, 2010), a literatura do século XX falava das prostitutas como mulheres que haviam perdido o “bom caminho”, essencializando essa ideia ao se referir a elas como pessoas que eram perdidas, não que estavam perdidas. Assim, a condenação à prostituição não a considerava como uma conduta que poderia ser pontual ou passageira. A representação da prostituta era – e ainda é – construída como definitivamente marginal, afastada da vida “normal”. O que poderia ser visto como uma opção laboral ou uma atuação pontual se constitui como um atributo permanente que define as características pessoais dos sujeitos estigmatizados. Assim sendo, a prostituição não diz respeito a algo que se faz, mas a algo que se é.

Laura Agustín (2013b, s.p.) defende que a estigmatização das prostitutas possui como característica “o impulso de controlar a sexualidade das mulheres e de mantê-las em categorias separadas de boas e más, de acordo com seu comportamento sexual”³³, algo que não está presente no processo de marginalização de outros grupos: A estigmatização das prostitutas, que faz com que sejam consideradas diferentes das demais mulheres, tem como consequência o processo de desqualificação. Portanto, coloca a antropóloga, tais mulheres não são avaliadas como capazes de falar ou mesmo de conhecer a si próprias, de modo que tudo o que afirmam sobre seus sentimentos ou sobre o que querem para suas vidas é desqualificado.

O preconceito e a discriminação fazem parte do cotidiano das mulheres que atuam no centro de Porto Alegre, que frequentemente escutam críticas à prostituição ou percebem atitudes de reprovação – Ana é a única que afirma não ter se sentido julgada enquanto atuava como prostituta. Márcia comenta que os frequentadores do centro espírita de seu bairro

³³ Tradução nossa.

mudaram de comportamento em relação a ela ao descobrir sua atividade profissional. Por sua vez, Milena relembra uma situação recente em que, ao sair da galeria em que atende, foi recebida com “cara de nojo” por mulheres que estavam na parada de ônibus. Tanto Alana quanto Simone relatam escutar comentários dentro do ônibus quando o coletivo passa pela avenida Farrapos, tradicional ponto de prostituição de rua da cidade. Alana também aponta que os próprios familiares não aceitam seu trabalho:

Na verdade a gente escuta em todas as partes, até no ônibus. É sempre no âmbito negativo. Eu tava no ônibus, a gente passou ali na Farrapos e tinha dois rapazes na minha frente, eles começaram a comentar das gurias da rua: ah, olha lá, prostituta, uma vagabunda, e começam a te botar no chinelo. Tu te sente mal por aquela menina, porque por mais que tu não esteja na rua, tu faz a mesma coisa que ela. E ela muito mais, está se expondo mais do que a gente, que está num lugar fechado. Aí começaram a falar um monte de coisa e tu acaba te sentindo meio mal tendo que escutar aquilo ali. As opiniões que eu escutei são sempre do lado negativo (SIMONE, 33 anos, prostituta desde os 18).

Já ouvi críticas, até nos ônibus, de noite a gente vê as pessoas conversando, principalmente por onde eu vou tem aquelas que ficam na rua e as pessoas criticam, falam dentro do ônibus. Eles dizem: olha ali ó, que horror, tanta coisa que tem pra fazer e vão escolher logo isso. Ninguém aceita. Ninguém. Eu sei por que as minhas próprias filhas, a minha pequena, como eu te disse, não entendeu direito, mas ela fica assim. Mas a minha grande não entendeu [a escolha] e até hoje não entende, ela critica e se ela tiver a oportunidade ela fala. E as próprias colegas dela já andaram criticando e ela teve que ficar quieta por causa de mim. Claro que não falaram diretamente a mim, porque não sabem, mas nos colégios é o que mais falam hoje em dia (ALANA, 40 anos, prostituta desde os 20).

Elas acreditam que as críticas partam de julgamentos morais que avaliam que as prostitutas não querem trabalhar e, por isso, optam pela “vida fácil”. Afirmando enfrentar bastante preconceito, Milena rebate o argumento do dinheiro fácil sustentando que não é simples fazer programas com muitos homens diferentes num mesmo dia, sendo que “de 20, tu tira uns três ou quatro queridos”. Os sujeitos que atuam no mercado do sexo são, além de estigmatizados, tomados como indivíduos desviantes, no sentido descrito por Erving Goffman (1988), pois não utilizam as oportunidades e os caminhos aprovados pela sociedade para progredir. Conforme a explicação do sociólogo, compreendemos que as prostitutas, juntamente com outros coletivos marginalizados, negam coletivamente a ordem social estabelecida ao travarem relações em que fazem uso de seus corpos para além das ligações matrimoniais monogâmicas e por precificarem comportamentos sexuais. O desvio pode ser percebido em comentários como o exposto na fala de Alana acima descrita, “tanta coisa para fazer e vão fazer logo isso”. Assim, a partir da noção de que poderiam desempenhar outra

atividade que não fugisse das normas morais e sociais postas, dissemina-se a ideia da inferioridade moral das prostitutas, o que gera uma animosidade contra essas pessoas.

Pelos relatos, é notável que até mesmo alguns clientes demonstram perceber a prostituição como algo degradante: Raquel, Simone e Paola mencionam que, com frequência, clientes questionam os motivos para que elas permaneçam na atividade – nas palavras de Simone, eles perguntam por que elas “não arranjam um trabalho normal”. A discriminação é denunciada também nos textos analisados, denunciada principalmente pelas prostitutas utilizadas como fontes:

[...] nem mesmo a inclusão da prostituição na Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 2002, arrefeceu o estigma e o preconceito que cercam as garotas de programas e os chamados michês. “É mais fácil aceitarem um usuário de drogas do que uma prostituta”, sentencia Kaká Vegas, 25, que há três anos deixou um emprego com um salário de cerca de R\$ 800 para atuar como dançarina e garota de programa em uma boate de Goiânia. (TRIBUNA DO PLANALTO, 2013).

"A prostituição não é considerada como profissão pela maioria das pessoas, mesmo sendo uma das mais antigas", afirma Raquel Pacheco, a Bruna Surfistinha, em entrevista ao UOL Empregos. "Então o preconceito existe, e [a atividade] ainda é vista como vida fácil", completa. E muitas vezes essa visão parte das próprias profissionais. "O preconceito não deixa de existir também entre elas, que sentem vergonha e/ou medo ao assumir o próprio trabalho", expõe Raquel (VALENTE, Edson, UOL, 2012).

Para a coordenadora do APROS-PB [Luza Maria], contudo, a simples legalização da prostituição não vai acabar com o preconceito. Luza trabalha na prostituição há 25 anos e acredita que a discriminação vai sempre fazer parte da profissão. — A gente acredita que o preconceito não vai acabar por conta da legalização, mas isso é um desafio. Existe preconceito entre as próprias prostitutas, isso a gente tem dentro de nós. Mas, é melhor ter uma profissão legalizada do que não ter (MARTINS, Carolina. R7, 23 de março de 2014).

Como evidenciado nos trechos acima, por vezes as próprias trabalhadoras do sexo encaram sua atividade como algo repreensível, mesmo sendo sua fonte de sustento. Dentre as entrevistadas, é nítido que muitas condenavam a prostituição antes de fazer programas ou que compartilhavam estereótipos sobre as prostitutas que foram modificados quando elas próprias iniciaram no mercado do sexo. É o caso de Márcia, que revela que, na década de 1980, ao passar pela rua Voluntário da Pátria e observar as prostitutas de lá, “pensava: por que essas mulheres não vão fazer uma faxina?”, ou de Raquel, que afirma: “Eu tinha preconceito, sabe? Achava que todas as meninas transavam sem preservativo, que todas usavam drogas”. Simone também mudou sua percepção:

Eu fico imaginando [o que as pessoas pensam sobre o assunto] pela imagem que eu tinha, de que era uma coisa horrível. Às vezes tu não conhece, né, aí eu imaginava que era um monte de mulher pelada, com um monte de homem, aquelas coisas de filme. E na realidade não é, tu acaba conhecendo e vê que cada pessoa tem sua história, um porquê, algumas pessoas têm família, outras não tem, já caem porque são da rua mesmo. Existem vários tipos de porquês (SIMONE, 33 anos, prostituta desde os 18).

Embora tais entrevistadas indiquem uma mudança de olhar, ainda é possível identificar em suas narrativas o reforço de representações estigmatizantes sobre a prostituição e os sujeitos nela envolvidos, especialmente em tentativas de se diferenciar das demais prostitutas ou na utilização de termos que demonstram um olhar negativo sobre a prostituição, como é o caso do verbo “cair” empregado por Simone na fala acima exposta. Considerar a entrada no mercado do sexo como uma “queda” corrobora a ideia de que o início na prostituição precisa ser sempre explicado por um forte motivo, um evento diferencial, uma falta essencial, uma “justificativa que liberte a mulher imaginada de suas próprias decisões” (OLIVAR, 2013, p. 76). Conforme aponta Juliano (2002), baseada na pesquisa de Pere Negre (1988) sobre prostituição popular, as prostitutas comumente não reivindicam códigos de conduta alternativos – como o fazem grupos marginalizados masculinos – e pensam sobre sua atividade profissional utilizando os mesmos padrões morais da sociedade que as estigmatiza. Assim, narram suas próprias histórias como se fossem externamente determinadas, originadas por eventos extremos que as colocaram em um caminho do qual não conseguem se afastar. A discriminação e a tentativa de algumas entrevistadas de se apresentar como diferente de certos estereótipos de prostitutas serão abordadas em outra categoria, mas suscitam a reflexão sobre como os padrões morais fazem com que elas se sintam mal com o trabalho que desempenham. Isso pode ser percebido quando Simone afirma que não se sente digna para frequentar uma igreja, porque se sente culpada pelo que faz perante a Deus.

Como já foi abordado nesta pesquisa, a concepção de prostituição como sinônimo de exploração situa as prostitutas no papel de vítimas e os demais sujeitos envolvidos, clientes e “empresários”, no papel de vilões. Além disso, a generalização de que a prostituição é a origem do tráfico de seres humanos reforça a vitimização dos sujeitos que decidem migrar para trabalhar no mercado transnacional do sexo e corrobora o entendimento de que todos os aspectos desse mercado devem ser combatidos. No material selecionado para análise encontramos visões antagônicas sobre a questão. Em artigo publicado no site da Marcha Mundial de Mulheres (21 de setembro de 2012), Rafaela Rodrigues defende que os motivos que levam as mulheres à prostituição geralmente não estão relacionados à autonomia, “além

de um grande número delas ser vítima do tráfico humano”. Por outro lado, matéria da Agência Câmara utiliza como fonte o antropólogo Thaddeus Blanchete, que critica a homogeneização de toda a migração de profissionais do sexo como sendo tráfico de pessoas:

O pesquisador Thaddeus Gregory Blanchette afirma que, no Brasil, as leis feitas a partir do Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40) mantiveram o espírito original que pretendia abolir a prostituição. Os dispositivos que tratavam da migração de prostitutas não faziam distinção se a migração havia sido voluntária ou não. O Protocolo de Palermo, assinado pelo Brasil em 2004, mudou isso e, segundo o pesquisador, a legislação brasileira precisa acompanhar esse espírito e parar com situações como a prisão de prostitutas que voluntariamente mudam de estado para trabalhar em casas específicas. "Isso não é atender vítimas; é prender membros de uma classe que sofre de uma estigmatização de seu trabalho", ressaltou Thaddeus Blanchete. (CANUTO, Luiz Cláudio, **Agência Câmara**, 2013).

A advogada, professora e feminista Camilla de Magalhães Gomes aponta, em artigo publicado no site *Blogueiras Feministas* (2013), que tratar juridicamente as prostitutas somente como vítimas, mais do que as situar em um não lugar, faz com que sejam situadas no lugar do não admitido e não sejam tratadas como sujeitos de direitos. Segundo ela, não se deve pensar que, por não haver regulamentação, essas mulheres estão fora do Direito. “Elas estão lá, porque é na exclusão (e a partir dela) que o Direito constrói seus corpos válidos, seus sujeitos legítimos, suas atividades lícitas e aceitas”, escreve.

A negação dos direitos aos trabalhadores e trabalhadoras do sexo também é citada pelo deputado Jean Wyllys. Em entrevista veiculada pelo portal Sul21 (DEPUTADO..., 2012), o parlamentar ressalta que a marginalização dos profissionais do sexo é causada pela hipocrisia e pelo moralismo da sociedade que, ao mesmo tempo em que não admite o trabalho de tais sujeitos, fomenta sua existência. O não reconhecimento da prostituição como profissão mantém quem dela vive no submundo, e o deputado defende que eles precisam ser resgatados para a licitude. A discriminação e a dificuldade em ter certos direitos reconhecidos acabam expondo as prostitutas à exploração e à violência e faz com que não possam denunciar os abusos ou não tenham a quem recorrer. De acordo com a entrevistada Milena, não são incomuns os casos de mulheres que apanham de clientes quando se negam a atender determinadas vontades do homem durante o programa, como a realização de sexo anal. Ela conta que já expulsou inúmeros clientes ao perceber comportamentos violentos. Por sua vez, Simone raramente atende homens descontrolados, mas acredita que a brutalidade é uma forma de descontar a frustração devido a desentendimentos com suas esposas.

Além de lidar com a agressividade de alguns clientes – principalmente pela exigência de uso do preservativo –, as trabalhadoras do sexo são discriminadas ou hostilizadas ao buscar

apoio policial. Embora atualmente os abusos das forças repressoras do Estado sejam muito menores do que os aconteciam nas décadas de 1970 e 1980, como narra Olivar (2013), ainda hoje as profissionais do sexo recebem inspeções policiais em seus espaços de atendimento. Durante minha visita a uma das salas do centro de Porto Alegre, as duas prostitutas que lá estavam mencionaram que é usual a abordagem policial nos locais de prostituição com o objetivo de apreender drogas ou verificar a idade das mulheres, sendo que com frequência os policiais estão acompanhados dos cães farejadores. Elas relatam ainda conhecer uma prostituta que foi obrigada a fazer programa com um policial sem cobrar, o que poderia ser considerado estupro (DIÁRIO DE CAMPO 15, 21 de agosto de 2013). Em outra ocasião, duas prostitutas que foram ao NEP buscar preservativos contaram que a polícia aparecia com frequência no andar mais frequentado da galeria em que a instituição está situada, alegando que verificavam uma denúncia sobre uma adolescente atuando na prostituição. As militantes recomendam que elas tenham muito cuidado e não permitam que eles entrem em suas salas de trabalho, pois existe a possibilidade de que “plantem” algo para incriminá-las, como drogas ou armas, já que não podem prendê-las por serem prostitutas. Uma das visitantes narra um episódio em que, após se desentender com um cliente, ele anunciou ser policial militar e ameaçou-a dizendo que ela passaria o final de semana na prisão. Ela retrucou, observando que não havia nenhum motivo para que ela fosse presa, mas o policial a amedrontou ao responder que ele poderia providenciar um motivo. Depois desse acontecimento, as trabalhadoras da sala consultaram outro policial militar, que as aconselhou a chamá-lo caso encontrassem drogas ou armas na sala (DIÁRIO DE CAMPO 7, 19 de junho de 2013).

Assim como no cotidiano do NEP, as distintas violências sofridas, físicas e simbólicas, bem como outras dificuldades enfrentadas, são denunciadas em matérias que fazem parte de nossa análise:

A falta de respeito e a falta de direitos das putas cruzou comigo na rua, a caminho do desfile. Eu estava ali na Luz, perto da estação Julio Prestes, uma velha área de prostituição. Parei num posto policial pra pedir informação e vi uma senhora de seus 50 anos reclamando pro policial. Ela contava que tinha combinado o programa com o cliente, fez conforme o combinado e logo em seguida ele saiu sem pagar. A mulher ainda ficou com a dívida do motel. O policial concordava como quem não quer contrariar um louco. Mas não havia o que fazer. Ela não era uma mulher de bem que fora assaltada, ela era uma puta. Essas mulheres não têm direitos, é como se ao colocar-se na esquina à procura de clientes, elas abrissem mão de tudo que lhe cabe: a dignidade, a integridade física, e o reconhecimento pelo trabalho feito (FEOLLA, Gabriela. **Papo de Homem**, 2014).

Segundo Adriana [Rios, prostituta em Brasília], se uma prostituta é agredida durante o programa, nem na delegacia elas conseguem ser respeitadas. — Muita mulher oculta um espancamento, um assalto, porque a gente é muito discriminada nas delegacias. Eu mesmo já apanhei durante um programa sem ter feito nada. Os caras chegam drogados e sabem que a gente não tem proteção na lei. Eu nem fui prestar queixa, porque sei que vou ser discriminada (MARTINS, Carolina. **R7**, 2014).

Todas elas dizem que é muito comum receber clientes bêbados ou drogados e são esses que geralmente causam problemas no quarto. Apesar de ser uma prática milenar, a prostituição ainda é mal vista pela sociedade e, por isso as prostitutas são menosprezadas e mal atendidas na delegacia quando vão denunciar crimes de agressão física. Motivo esse que faz muitas não denunciarem, o que incita ainda mais os agressores, que sabem que sairão impunes do crime (LIMA, Gláucia. **Blog da Gláucia Lima**, 2014).

Vai na Rua Augusta (SP, Capital) ou nas imediações do Parque do Carmo (também SP) ou em qualquer lugar onde existam prostitutas e você vai ver que vira e mexe policiais vão lá e desrespeitam os direitos civis dessas pessoas (OBSERVAÇÕES... Notas Públicas da Liga Humanista, dezembro de 2013).

“Você contrata o serviço de um(a) profissional da prostituição, e se você não pagar, ele não pode fazer nada, não pode chamar a polícia, entrar no Judiciário, porque o contrato é ilegal porque ofende os bons costumes. É preciso acabar com essa hipocrisia também”, explica [o jurista Guilherme Nucci] (PROJETO... **Conexão Jornalismo**, 2014).

Quando se trabalha fazendo do sexo seu produto, denunciar a violência sexual se torna ainda mais difícil. Não são raros os casos em que prostitutas sofrem estupro e este não é creditado como tal pela profissão que exercem (ALBUQUERQUE, Hellen. **Portal Bem Paraná**, 2013).

Essas passagens permitem pensar sobre as forças policiais à luz da reflexão de Iara Ilgenfritz da Silva (1985) sobre os operadores de justiça: a vítima mulher é considerada mais ou menos vítima dependendo de sua conduta, seu modo de vida, seu grau de instrução. A partir desse juízo de valor, a prostituta é culpabilizada pela violência que possa sofrer. Nesse contexto de discriminação, violência e lacuna de direitos, a regulamentação da prostituição como profissão aparece nos textos como possível medida para modificar as representações estigmatizantes sobre o tema e para retirar os trabalhadores e trabalhadoras do sexo da invisibilidade social e permitir que eles tenham acesso a serviços disponibilizados a outros cidadãos. Em matéria de Carolina Martins (2014) publicada no portal R7, a prostituta Adriana Rios, de Brasília, sustenta que os profissionais do sexo são discriminados em instituições financeiras por não conseguirem comprovar sua renda mensal. A matéria revela que Adriana não consegue crédito nos bancos, apesar de movimentar mais de R\$ 10 mil todos os meses em sua conta corrente, e tampouco consegue adquirir bens no crediário, de modo que precisa fazer suas compras usando o nome de outras pessoas. A prostituta afirma no texto acreditar que a regulamentação da profissão fará com que ela e suas colegas sejam mais respeitadas.

A descriminalização do entorno e a ratificação de que o trabalho sexual é mesmo um trabalho promovem a distinção entre o que é exploração sexual e o que é atividade laboral. A legalização das casas de prostituição, que traria como consequência a fiscalização de determinados aspectos destes espaços, é indicada em alguns textos como forma de coibir relações exploratórias e exigir o respeito aos direitos trabalhistas dos profissionais do sexo. Conforme o deputado Jean Wyllys afirma em matéria publicada no Brasil de Fato (PAVAN, 2014), o PL Gabriela Leite “muda uma infinidade de questões que tiram um grupo difamado há milênios da sujeição à violência do próprio Estado [...]. Muda a realidade de pessoas que, por conta da operação dessas quadrilhas, são exploradas e escravizadas”.

A regulamentação da profissão como forma de combate à exploração e à violência também é defendida em matérias por duas representantes do movimento organizado de prostitutas, Gabriela Leite, da DaVida, e Cida Vieira, da Associação de Prostitutas de Minas Gerais (Aprosmig):

Para Gabriela [Leite], esta distinção, juntamente com a legalização das casas, diminui a exposição das prostitutas à violência. “Quando estão na ilegalidade, os donos das casas fazem o que querem. Ao legalizar, você sai desse ambiente de máfia. Quando você tem algo que é proibido, mas existe, cria-se máfia”, afirmou a socióloga. Ela argumentou que a regulamentação também ajuda a combater a exploração sexual infantil. “Hoje em dia, se uma prostituta em um bordel vê uma criança sendo explorada, não tem para quem reclamar. Os donos da casa, estando na ilegalidade, pagam propina para a polícia”, explicou (OTTO, Natália. **Sul 21**, 2013).

“Hoje, nós não podemos nem denunciar uma ocorrência à Polícia, como fazem, por exemplo, os taxistas. Por isso, o projeto é importante para nos dar mais segurança e dar maior visibilidade aos casos de violência”, argumenta [Cida Vieira, presidente da Aprosmig] (PASSOS, Najla. **Carta Maior**, 2014).

A situação das prostitutas no Brasil é de completa desproteção e descaso. A ausência de regulamentação da atividade mantém as mulheres expostas a situações de risco. Violência, abusos e violação de direitos são características inerentes à clandestinidade. Assim como a criminalização das drogas beneficia as grandes máfias, a ausência de controle do Estado sobre a prostituição favorece o tráfico de pessoas e a exploração sexual. A regulamentação enfraquece quem lucra com a ilegalidade (FERREIRA, Thaís; QUEIROZ, Laysa; MARONHAS, Maitê. **Marcha Mundial de Mulheres**, 2013).

Como visto na seção anterior, reforçar o caráter laboral da prostituição poderia contribuir para a consolidação de um olhar sobre a atividade que não situe tais sujeitos nos polos extremos da vitimização ou da criminalidade. É o que afirma Gabriela Feolla (2014) em artigo publicado no site Papo de Homem: “as meninas brigam pelo reconhecimento da profissão, justamente para que elas possam sair dessa margem, desse espaço sempre ligados a crimes, tráfico e abusos”.

Embora o reconhecimento da profissão traga a regulamentação dos direitos trabalhistas e possa contribuir para a construção de novos enquadramentos sobre a atividade, a necessidade de afirmar-se prostituta faz com que a defesa do projeto de lei seja colocada em questão por muitas mulheres. Os julgamentos e estereótipos associados à prostituição, assim como a ilegalidade do entorno da ocupação – que reforça a noção de atividade ligada a crimes – leva muitas das profissionais do sexo a desempenharem tal função clandestinamente, sem que seus companheiros, familiares e amigos saibam no que de fato trabalham. Conforme Goffman (1988), alguns estigmas, como o que atinge as prostitutas, exigem que o sujeito revele sua característica estigmatizada para algumas pessoas – no caso, os clientes – e omita tal informação de outras. Para o sociólogo, contudo, mesmo quando a pessoa consegue manter segredo sobre a marca que a desacredita, suas relações íntimas são afetadas, de modo que ou o sujeito admite possuir essa característica, ou se sente culpado por não fazê-lo.

É comum escutar das frequentadoras do NEP que seus maridos ou namorados desconhecem que são prostitutas e acreditam que possuem outro emprego, como promotora de vendas de companhias telefônicas, secretária, vendedora em lojas do centro. Durante o período em que acompanhei as atividades da entidade e conversei com trabalhadoras do sexo, ouvi vários relatos sobre o susto de ter encontrado algum familiar ou conhecido em busca de um programa. É o caso de Silvana, que, ao começar a atuar na prostituição, descobriu que seu ex-marido era cliente de várias de suas novas colegas no tempo em que ainda eram casados, e de Paola, que sabe que seu cunhado frequenta a galeria em que ela trabalha. Para evitar tal surpresa, muitas mulheres só abrem a porta aos clientes depois de inspecionar o olho mágico da porta, ou instalam câmeras que permitem averiguar quem chega.

Algumas das entrevistadas para a presente pesquisa também não revelam que são prostitutas a suas famílias. Paola, Simone e Raquel alegam que atuam como vendedoras de companhias telefônicas. Para sustentar tal informação, Simone chega a trabalhar eventualmente como promotora de vendas para fazer fotografias e mostrar ao esposo. Milena também não conta aos pais no que trabalha, mas ao contrário das outras, não demonstra se importar com a opinião deles. Já Silvana escondeu sua ocupação durante algum tempo, mas passou a se sentir refém da clandestinidade e decidiu explicar à filha, à mãe e à irmã o que fazia e onde trabalhava. Os relatos da maioria das nossas entrevistadas confirmam o que coloca Goffman (1988) sobre o sentimento de culpa gerado pelo encobrimento do estigma, visto que muitas afirmam como ponto negativo da experiência como trabalhadora do sexo a necessidade de omitir essa parte de sua vida das pessoas que amam.

É perceptível, portanto, que o desejo de garantir direitos trabalhistas esbarra na resistência em expor a atividade a que se dedicam³⁴. Simone aponta esse obstáculo ao dizer que “existe um grande porém, a grande maioria que trabalha nisso é anônima, não vai querer assinar a carteira como garota de programa. Então não sei até onde isso é válido. Poderiam assinar como autônoma”. No mesmo sentido, Alana comenta: “eu queria ter todos os meus direitos, mas não queria que ninguém soubesse. [...] Não queria que colocasse ali diretamente o que eu faço e o que eu sou, né”. Assim como nas histórias de prostitutas do centro de Porto Alegre, a busca pela manutenção do anonimato e a dificuldade de se assumir prostituta estão presentes nos textos analisados:

O UOL ouviu garotas de programa na região do Baixo Augusta, em São Paulo, e elas foram unânimes ao concordar que família é o maior empecilho para que não queiram divulgar sua ocupação. "Eles não aceitariam", resumiu Suzi (nome fictício), que contou ser casada – o marido mora em outro Estado – e ter uma filha (VALENTE, Edson. **UOL**, 2012).

Luza também alerta para resistência que vai haver entre as prostitutas que escondem o trabalho da família e dos amigos. Segundo ela, muitas mulheres não vão aceitar se regularizar para não assumir a profissão. — Na zona, as meninas acham que vai ser difícil. Tem muitas que se escondem, por causa da família. Muitas são casadas e o marido não sabe da prostituição. A gente tem que trabalhar a questão da identidade, essa deve ser uma das dificuldades (MARTINS, Carolina. **R7**, 2014).

"Meus colegas não sabem que sou garota de programa. É só nos fins de semana", afirma. "Mas isso não me incomoda, não. É só um jeito de trabalhar para pagar os estudos. Todo mundo faz isso", diz Roberta (CHEREM, Carlos. **UOL**, 2014).

O único ponto negativo é o anonimato utilizado por muitas garotas que se prostituem sem o marido ou a família saberem. Se regularizada, as garotas deverão obrigatoriamente assumir sua profissão caso queiram usufruir dos seus direitos (LIMA, Gláucia. **Blog da Gláucia Lima**, 2014).

[Entrevista com Lola Benvenuti]: A maioria das meninas que conheço não tem interesse [na regulamentação], porque elas não gostariam de ter esse registro na carteira de trabalho, por exemplo. Eu entendo, acho que é um problema a ser pensado, mas acho também que tem tanto a agregar. Hoje é muito complicado, mas talvez daqui a alguns anos, muitos anos talvez, ter esse registro na carteira não te faça menos merecedora de ter um emprego como advogada ou juíza. Você fez isso por um período da sua vida e agora você vai trabalhar como outra coisa. Então eu fico pensando que talvez seja uma mudança necessária agora. Eu sei que é difícil,

³⁴ O projeto de lei afirma que o profissional do sexo poderá prestar serviço de forma autônoma e em cooperativas, e permite a existência de casas de prostituição desde que nela não se exerça exploração. O PL é criticado por não especificar quais seriam os critérios para se manter uma casa de prostituição, por não definir como se daria a atuação dos profissionais nesses locais (já que o profissional só pode prestar serviço de forma autônoma ou em cooperativas) e não prever quais as relações trabalhistas entre os donos de casa e os trabalhadores do sexo. Tais críticas são aprofundadas no texto de Camilla de Magalhães Gomes (Blogueiras Feministas, 12 de dezembro de 2013) que faz parte do corpus de análise. Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2013/12/nem-toda-prostituta-e-gabriela-leite-prostituicao-feminismo-e-leis/>. Acesso em 23 de julho de 2015.

mas a gente tem que forçar um pouco, senão vai ser sempre marginalizado (ANJOS, Anna Beatriz. **Revista Fórum**, 2014).

A partir dessa preocupação evidenciada por diferentes profissionais do sexo, mostra-se necessário refletir sobre a questão da visibilização dos sujeitos que participam desse mercado. Ao mesmo tempo em que defensores da regulamentação acreditam que ela pode combater o preconceito em relação à prostituição, a exigência de reconhecer-se e afirmar-se prostituta em uma sociedade que condena fortemente tal atividade expõe essas pessoas aos efeitos da estigmatização e pode piorar suas vidas e prejudicar suas relações pessoais. Há que se pensar, então, em como assegurar direitos aos trabalhadores e trabalhadoras, de modo a retirá-los da marginalização, cuidando para não fragiliza-los ao visibilizar sua identidade estigmatizada.

Por fim, o enquadramento sobre a marginalização contempla ainda reflexões sobre como a prostituição no Brasil está baseada em desigualdades raciais, sociais e de gênero. Embora na maior parte dos textos contrários à prostituição a pobreza seja apontada como causa para sua existência, alguns textos também sugerem que a raça e a etnia são fatores que tornam certas mulheres mais “vulneráveis” a se tornarem prostitutas. Em matéria veiculada pelo site da Carta Capital (MULHERES..., 2013), são problematizados ainda os critérios que fazem com que, já inseridas no mercado do sexo, algumas prostitutas estejam em situação pior do que outras. Nesse texto, a militante da Marcha Mundial de Mulheres e ex-prostituta Cleone Santos constata que as prostitutas que trabalham na rua possuem perfil semelhante, sendo majoritariamente mulheres negras, muito pobres ou idosas que já não encontram trabalho nas casas de prostituição. Artigo do coletivo Ação Antisexistista (LEGALIZAÇÃO..., 2014) defende que “classe, cor da pele e etnia são fatores determinantes para que mulheres e meninas entrem para a prostituição e com (sic) que não consigam empregos melhores”. Elas destacam ainda que as desigualdades de gênero no âmbito familiar fazem com que meninas estejam mais expostas a abusos e violência doméstica, outro motivo que contribuiria para a experiência como prostituta.

Apresentamos nessa seção pontos retirados do corpus de análise e das narrativas das participantes da pesquisa que constroem trabalhadores e trabalhadoras do sexo como sujeitos que precisam conviver com o preconceito em relação a sua atividade, que se encontram marginalizados e muitas vezes administram o estigma escondendo sua relação com a prostituição. Os argumentos presentes nos textos e nas entrevistas aqui utilizados pretendem evidenciar as dificuldades postas no cotidiano dessas pessoas devido a ações, representações e

políticas discriminatórias. Na próxima seção, discutiremos os aspectos encontrados no material analisado que reforçam os estigmas existentes acerca da prostituição.

4.2.4 Estigmatização e discriminação das prostitutas

Embora o estigma de puta possa ser definido como marca de vergonha que assinala a todas as mulheres “incastas” ou criminosas, não apenas as que fazem parte do mercado do sexo, as prostitutas são utilizadas socialmente “tanto para advertir a outras mulheres quanto à falta de castidade (seja casta, ou senão será tratada como uma puta) como para proporcionar uma válvula de escape legítima e uma desculpa para a falta de castidade masculina” (PHETERSON, 1996, pp.84-85). A autora afirma que as mulheres prostitutas, por causa do estigma da puta, são desprezadas por sua sexualidade, consideradas culpadas por episódios de violência ou por desenvolverem doenças e ainda condenadas por suas iniciativas econômicas e sexuais.

Considerando os 65 textos analisados na presente pesquisa, foi possível identificar em 12 deles argumentos que corroboram as representações estigmatizantes sobre a prostituição e as pessoas nela envolvidas e contribuem para a marginalização e culpabilização das prostitutas. Seja nas falas das fontes ou no posicionamento dos autores dos textos, observamos a presença de julgamentos morais que reprovam a existência da prostituição ou determinados comportamentos das trabalhadoras e dos trabalhadores do sexo. A regulamentação da atividade como profissão, portanto, é criticada através da sustentação de diferentes opiniões.

Destaca-se que os textos de sites religiosos são os que mais apresentam tal enquadramento: em quatro dos seis textos encontramos argumentos estigmatizantes. Proporcionalmente, então, significa que há colocações discriminatórias em 67% do material coletado nesses espaços. Tais dados permitem considerar que, a partir do que coloca o psicanalista Paulo Cecarelli (2008), a posição destinada à prostituição na sociedade ocidental atual está relacionada a uma visão do sexo como pecaminoso. O autor afirma que a percepção sobre essa prática varia de acordo com a moral vigente, mas que a cultura judaico-cristã sempre condenou a prostituição, tomando-a ainda como disseminadora de doenças sexualmente transmissíveis.

A censura à atividade nos posicionamentos religiosos é apontada em artigo publicado no site da Marcha Mundial de Mulheres:

As religiões, sobretudo de matrizes cristãs, moralizam o discurso contrário a qualquer forma de regulamentação da atividade exercida pelas prostitutas. A mulher que presta esse “tipo de serviço” é considerada, ao mesmo tempo, vítima e pecadora, além de ser um exemplo de degradação dos valores morais e ameaça à instituição familiar (FERREIRA, Thaís; QUEIROZ, Laysa; MARONHAS, Maitê. **Marcha Mundial de Mulheres**, 2013).

Na nossa análise, a afronta à moralidade que a prostituição significa é ressaltada no Portal da Comunidade Católica Vida e Aliança Jesus Está Vivo, localizada no Espírito Santo, onde um artigo (PROFISSIONALIZAÇÃO..., sem data) afirma que a “venda do próprio corpo para obtenção de lucro” é uma degradação moral. No mesmo texto, alega-se que substituir a denominação prostituta por profissional do sexo é um eufemismo que busca atenuar essa dita depravação.

Assim como aludido na citação do artigo da Marcha Mundial de Mulheres apresentada acima, a prostituição é construída em alguns textos ou declarações de fontes como uma ameaça às famílias. O blogueiro Ronei Mayer (2014), que escreve para o portal Ijuí.com, afirma: “com certeza, muitos casamentos poderão não sobreviver à primeira década desta mudança [a regulamentação da profissão]”. Por sua vez, o blogueiro de Vitória da Conquista (BA) Gabriel Oliveira expõe – e critica – a preocupação de dois vereadores do município com a repercussão que a regulamentação da prostituição poderia causar na instituição familiar:

Ainda em sua fala [o vereador de Vitória da Conquista] Gilzete Moreira [PSB] pediu que os vereadores apoiem a causa defendida por ele, e que todas as igrejas de diferentes religiões entrem na campanha contra o PL. “Nós que temos família e nos preocupamos tanto com a questão familiar vamos levantar mesmo essa bandeira. Vamos marcar o dia e ir para a praça protestar contra isso”. [...]“Não estou aqui falando somente como vereador, mas também enquanto cidadão e pai de família, que certeza nós temos de que a aprovação deste PL não vai induzir os nossos jovens na escolha da profissão, em vez de professor, engenheiro ou médico, ser profissional do sexo, espero que os deputados não permitam que esse projeto passe”, disse [o vereador Pastor Sidney Oliveira – PRB], convocando a população a fazer um abaixo-assinado em repúdio ao projeto. (OLIVEIRA, Gabriel. **Blog da Bia Oliveira**, 2014).

O emprego do argumento da família é feito concebendo apenas uma configuração de família – heterossexual monogâmica – e desconsiderando que grande parte dos trabalhadores e trabalhadoras do sexo também possui família. Tal crítica pensa que ser prostituta é a única identidade destes sujeitos e fomenta sua exclusão em outros âmbitos de interação social.

Assim como na citação acima exposta, o temor de que a regulamentação se configure como um estímulo para que os jovens optem pela prostituição é desenvolvido no blog do Ronei Mayer. O blogueiro cita uma conversa imaginária entre um pai e sua filha em que a jovem afirma que deseja se tornar prostituta, alegando que para esta profissão não será necessário estudar muito, nem cursar uma faculdade ou ter um bom desempenho escolar, além de permitir que conquiste uma boa renda sem trabalhar muitas horas. Após o posicionamento contrário do pai, a filha o chama de preconceituoso e afirma que “hoje em dia uma profissional do sexo é uma profissão tão boa como qualquer outra, tem até carteira assinada...” (MAYER, 2014).

Partindo dessas passagens, é possível ponderar que, embora a prostituição exista como se dá hoje desde o séc. XIX e seja julgada como moralmente errônea por diversas crenças religiosas, a possibilidade de sua regulamentação faz com que seja considerada ainda mais perigosa. Nesse sentido, cabe resgatar Foucault (2010), que, na obra *História da Sexualidade 1*, pondera que a partir do século XIX a sexualidade foi confiscada pela família conjugal, que a toma unicamente com a função reprodutora. Diz ele: “o que não aponta a procriação ou está transfigurado por ela já não tem lugar nem lei. Não pode ser expresso. Encontra-se expulsado, negado e reduzido ao silêncio” (FOUCAULT, 2010, p. 10)³⁵. Parece, então, que para certos indivíduos ou grupos a existência da prostituição pode ser tolerada enquanto estiver no espaço do silêncio, da marginalidade, mas não será admitida enquanto atividade reconhecida e regulamentada na sociedade. É o que se pode depreender em matéria do portal Gospel +, em que o pastor e deputado estadual de Minas Gerais Carlos Henrique (PRB) defende que “o Estado precisa de fato dar algum amparo e algum acompanhamento. Essas pessoas não devem ser marginalizadas e abandonadas pelo Estado. Mas não acredito que a legalização seja a saída” (MARTINS, 2013).

Essa percepção é evidenciada pela fala do então deputado federal Anthony Garotinho (PR-RJ), integrante da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional, apresentada em matéria da Agência Câmara. O parlamentar defende que uma lei para que as prostitutas sejam respeitadas pode ter como consequência a associação trabalhista e reivindicatória destas pessoas e o reforço da imagem sexualizada dos brasileiros:

O deputado Anthony Garotinho (PR-RJ), por exemplo, é contra a regulamentação. “Prostitutas devem ser respeitadas. Agora, não precisa de lei. A partir do momento que existe lei, elas vão se associar, as pessoas vão sair com carteirinha de

³⁵ Tradução nossa.

prostituta?” [...] Na avaliação do deputado carioca, a proposta “é uma tolice; esse projeto é uma falta de respeito com a própria sociedade”. Ele diz que “o Brasil já tem a fama de usar imagem de um país sensual para que o turismo sexual venha para o País. Uma atitude como essa só vai reforçar isso” (CUNHA, Regina. **Câmara Notícias**, 2013).

Assim como Garotinho, o deputado federal Arolde de Oliveira (PSD-RJ), também da bancada evangélica, relega a prostituição ao silêncio e à negação de direitos quando defende, em matérias divulgadas por seu próprio site e pelo portal Gospel +, que as questões que envolvem o “apelo sexual” são individuais e não devem ser reguladas pelo Estado:

Ainda segundo o deputado, o apelo sexual não é uma demanda social, e sim individual, e deve ser tratada como questão de foro íntimo, sem intervenção do Estado: “O motor da prostituição é o apelo sexual. No reino vegetal não existe tal apelo. No reino animal a motivação é cíclica. Entre os seres humanos o apelo sexual é voluntário e contínuo. Porém, a satisfação desse apelo não pode se fazer através do comércio legalizado”, pontuou (CHAGAS, Tiago. **Gospel+**, 2014).

Para Arolde de Oliveira, uma atividade deve ser considerada profissão quando agregar valor à sociedade e corresponder a algo que a sociedade necessita – o que, na visão do deputado, não é o caso da prostituição. Em matéria publicada em seu próprio site, ele questiona como se dará o treinamento dos sujeitos que atuam na prostituição, visto que “uma atividade profissional demanda treinamento em escolas profissionalizantes, em universidades, em cursos de pós-graduação” (COMISSÃO..., 2014).

A tolerância em relação à prostituição, desde que não se torne oficialmente uma profissão – o que retiraria os sujeitos que atuam nesse mercado da condição de vítimas –, não acaba com a atividade, mas relega as prostitutas à marginalidade e à falta de direitos e reforça a ideia de que estão envolvidas em algo errado. Desta forma, estimula a clandestinidade e a invisibilidade e afasta tais pessoas do acesso a direitos.

Apesar de ser marcante a utilização de entendimentos que estimulam noções estereotipadas e estigmatizantes sobre a prostituição nos espaços comunicacionais vinculados a grupos religiosos, não é somente nesses locais que as encontramos. Matéria produzida pela Rádio Câmara e publicada na Agência Câmara, ao tematizar a regulamentação da prostituição como profissão, cita o caso da fonte Ana Paula, que não atua mais no mercado do sexo. A matéria relata que ela “começou a ser explorada aos 14 anos, nas ruas de Salvador. Ana conseguiu o que pouca gente consegue: sair da prostituição e trabalhar num centro de convivência que resgata pessoas que estão na marginalidade” (MONTEIRO, 2014). Por essa passagem do texto, é possível depreender que a saída da prostituição é vista como positiva –

ou seja, a permanência na atividade seria negativa e não desejada por estes sujeitos. A utilização de uma fonte que foi vítima de exploração sexual de crianças e adolescentes para abordar a temática da regulamentação da prostituição também suscita um entendimento de que ambos os temas estão diretamente relacionados, apesar das tentativas do movimento organizado de prostitutas de separar o trabalho exercido por maiores de 18 anos das relações exploratórias com adolescentes. Nesta matéria, é notório que, como coloca Sádaba (2007), a temática é enquadrada a partir dos valores pessoais e profissionais da jornalista, considerando ainda o contexto cultural e social que define que a prostituição não é uma alternativa viável ou aceitável de trabalho e que o ideal é retirar as pessoas dessa atividade.

Merece destaque na análise deste enquadramento que os estereótipos estigmatizantes sobre a prostituição e as pessoas que nela atuam não estão presentes somente nos textos selecionados para a pesquisa, mas também aparecem nas narrativas de distintas prostitutas entrevistadas. Em algumas falas, encontramos noções preconceituosas que contribuem para a discriminação dos trabalhadores do sexo ou que reforçam a necessidade de esconder as características estigmatizadas nas relações interpessoais. Para refletir sobre isso, consideramos, a partir de Goffman (1988), que os sujeitos estigmatizados, tendo incorporado os padrões sociais estabelecidos, tornam-se suscetíveis ao que é percebido pelos outros como seu defeito. Desta forma, por vezes tais sujeitos passam a acreditar que estão abaixo do que poderiam ser ou que possuem atributos impuros. É o que pode ser percebido ao conversar com Alana, que considera a prostituição como algo “que não é o certo” e afirma: “jamais vou querer isso para as minhas filhas”. Diz ela:

Elas [do NEP] querem que a pessoa venha, pergunte e eu diga “eu sou profissional do sexo”. Como eu vou dizer uma coisa dessas? Não tem como. É como se eu tivesse induzindo as pessoas a seguir meu caminho [...]. E às vezes a gente vai nas reuniões e elas querem que a gente tenha orgulho. Tudo bem, cada um, cada um, mas no meu ver eu não tenho orgulho de nada e nem quero que ninguém siga o meu caminho. Bem pelo contrário, inclusive as minhas filhas, eu quero que elas progridam e que sejam alguém na vida, que façam cursos e coisas (ALANA, 40 anos, prostituta desde os 20).

A impressão de que a prostituição é algo moralmente errado também é notada na entrevista com Simone, quando ela aponta que é preconceituosa em relação aos clientes que atende e que jamais se relacionaria afetivamente com um deles, “porque eu acho que homem daqui é homem de cabaré, que não presta para ser marido”. Ela ainda ressalta: “jamais ficaria com um cara que soubesse o que eu faço e aceitasse”. Seu marido imagina que ela trabalha como promotora de vendas de uma operadora telefônica, e Simone acredita que não

conseguiria permanecer casada se ele descobrisse que ela é prostituta. “No meu ponto de vista, como homem ele não deveria aceitar”, finaliza.

Mesmo que Simone e Alana considerem que a prostituição é seu trabalho e reconheçam que através dela conseguiram sustentar suas filhas e conquistar uma vida mais confortável, ambos os exemplos demonstram que as próprias entrevistadas possuem a compreensão de que a atividade é moralmente condenável e, portanto, não pode ser aceita pelo cônjuge ou como opção profissional para as filhas. Em sua dissertação de mestrado em Letras, a pesquisadora Mirielly Ferraça (2013) também observa que, pela submissão aos ensinamentos recebidos da Igreja, da família e da escola, algumas prostitutas afirmam que o que fazem é errado, mesmo sendo seu meio de sobrevivência ou algo que as satisfaça.

Em outras entrevistas, verificamos a existência de certa tentativa de se distanciar de estereótipos que associam a prostituição à vulgaridade ou à libertinagem. Por vezes, isso se dá a partir de uma representação de si mesmas como sendo diferentes das demais prostitutas com quem convivem, como se isso fosse modificar o estigma que recai sobre elas. Nesse sentido, Pheterson (1996) avalia que, para muitas prostitutas, ser puta não é algo vergonhoso por definição, mas existe dentro desse coletivo uma diferenciação entre “boas putas” e “putas más”. A desonra não estaria relacionada à atividade em si, mas à falta de competência ou de integridade nas relações de trabalho. “O importante é que uma puta é uma pessoa com valores, preferências e satisfações que para ela são verdadeiros distintivos de honra” (PHETERSON, 1996, p. 60). Essa diferenciação no comportamento no local de trabalho é ressaltada por Milena, que reclama para as integrantes do NEP que suas colegas de sala “jogam sujo”, pois aceitam realizar algumas partes do programa sem preservativo. Segundo ela, “puta não pode jogar sujo. [...] Tu acostuma o cara a dar uma botadinha sem camisinha, a outra que não faz perde dinheiro, porque não é um jogo limpo”. Assim, ela separa as prostitutas honestas das que prejudicam suas colegas de trabalho por suas práticas de negociação com os clientes.

Em outro exemplo sobre o esforço realizado para distanciar-se das representações estigmatizantes sobre a prostituição, Silvana destaca que sempre “se preservou” para seus maridos e nunca usa roupas curtas ou que possam despertar a atenção. Neste aspecto, Goffman (1999, p. 21) alega que “a sociedade está organizada tendo por base o princípio de que qualquer indivíduo que possua certas características sociais tem o direito moral de esperar que os outros o valorizem e o tratem de maneira adequada”. Assim, identificar-se como uma mulher que não se expõe ao interesse masculino e que, na opinião de Silvana, não é vulgar,

parece-nos estar relacionado à incorporação dos valores reconhecidos pela sociedade como positivos. Ao afirmar que quem não a conhece de seu local de trabalho não poderia classificá-la como prostituta, Silvana busca construir a imagem pessoal de uma “mulher respeitável” – que ela não parece considerar comum no universo da prostituição. Ela comenta:

Eles [os homens] acham que a gente é puta 24 horas por dia. Eu saio daqui, tu vai me olhar e não vai dizer que eu sou uma prostituta. Tu vai passar por mim, vai sentar do meu lado no metrô, vai dizer que eu sou uma mulher que se cuida, que se pinta, que pinta o cabelo, mas não vai dizer que eu sou uma prostituta. Eu não me porto como uma, e até dentro da sala eu sou diferenciada porque eu não tenho a mesma atitude. Eu não preciso ser uma mulher vulgar para chamar a atenção para fazer um programa. [...] Eu acho que a vulgaridade e a prostituição andam juntas, infelizmente, porque eu conheço muita mulher bonita, caprichosa e tudo, tu olha e não diz que ela é. E eu vejo muitas vezes aquela que é a clássica, que tu olhou e ta escrito na testa (SILVANA, 39 anos, prostituta há cerca de três anos).

A entrevistada reforça ainda outra representação negativa sobre a prostituição ao mencionar que, quando contou para sua filha sobre sua atividade laboral, ela respondeu que o relacionamento delas era muito sólido e não mudaria, pois “apesar de eu ser uma prostituta, meu caráter não havia mudado. E isso é uma coisa que muita gente não percebe, que prostituta também tem caráter”. Por sua experiência pessoal, ela acredita que a prostituta precisa ser mostrada para a sociedade como alguém que também tem família e a auxilia financeiramente, de modo que o dinheiro recebido não é destinado somente para festas, bebidas e drogas. Ao ser questionada se recordava da aparição ou participação de alguma trabalhadora do sexo em um meio de comunicação, a entrevistada relembra um caso em que a prostituta escolhida apenas reforçou o estigma de que a prostituta “é burra, é vadia, é puta e não ensina nada de bom”, pois não se mostrou como uma mulher de caráter e que também é caprichosa.

As colocações de Silvana propõem uma reflexão sobre a compreensão de que é necessário se distanciar de condutas moralmente reprovadas comumente associadas à prática da prostituição para combater o estigma. Enfatizando o caráter trabalhista da atividade, destinada ao sustento pessoal e ao provimento da família, tal noção retira da prostituição a aura festiva, vinculada à boemia e ao prazer, e o ser prostituta parece converter-se em um esforço realizado em prol da concessão de uma vida melhor aos entes queridos. Nesse sentido, *Olivar (2013)* explica que, a partir da década de 1980, as prostitutas passaram a ser identificadas como mulheres trabalhadoras, dedicadas à família e decentes, apesar das adversidades que as levaram ao mercado do sexo. O reforço do argumento de que a prostituta é uma profissional levou a novas posturas e práticas, que, como aponta o autor, podem ser

vistas nas recomendações do NEP de que não se deve gastar todo o dinheiro em festas, bebidas e drogas, e também no cuidado com as vestimentas e com as relações estabelecidas com clientes e com outros sujeitos que transitam no entorno da prostituição.

A postura da “profissional respeitável” despertou minha atenção no período de observação participante efetuada no NEP. Nas primeiras semanas de convívio com as prostitutas a partir da entidade, ainda buscando desvencilhar-me dos estereótipos e representações hegemônicas acerca da prostituição, fui surpreendida pelas roupas usadas pelas mulheres que frequentam o local, que eram muito mais confortáveis e muito menos insinuantes do que o senso comum imagina para uma prostituta, sendo que algumas iam buscar preservativos usando pantufas. Com o tempo, também atendi mulheres que chegavam ao NEP com roupas curtas ou vestindo apenas casacos para encobrir suas roupas íntimas. Em uma ocasião, uma das atendidas, chamada Andreia, nos pediu desculpas “pelos trajes”, pois estava com um vestido curto (DIÁRIO DE CAMPO 7, 19 de junho de 2013). Mesmo nessa situação, então, a prostituta se constrange por não estar vestida como uma mulher “respeitável” fora de seu local de trabalho. Em diversos momentos, presenciei reclamações de algumas trabalhadoras do sexo sobre o comportamento e as vestimentas de algumas colegas que atendiam no quarto andar da galeria em que o NEP está localizado. Com frequência as queixas se referiam ao fato de que prostitutas deixavam a porta de suas salas abertas e ficavam paradas na porta vestindo apenas lingerie. Como exemplo dessas situações de objeção de umas à conduta de outras, cito um trecho de minhas anotações feitas após as manhãs passadas no NEP:

Chegam duas mulheres para buscar camisinha e, logo atrás, entra outra que está vestindo apenas um casaco. Uma das que está sentada sendo atendida parece se incomodar e fala alto “essas mulheres não têm vergonha de andar vestidas assim?” (DIÁRIO DE CAMPO 14, 14 de agosto de 2013).

Pelas passagens acima relatadas, pode-se depreender que, dentro do mundo da prostituição, são encontradas regras que definem quais as atitudes consideradas profissionais, em oposição a outras tidas como impróprias ou como responsáveis pela imagem vulgarizada da atividade. Sendo a profissionalização concebida como modo de diminuir o preconceito e questionar as representações hegemônicas ao aproximar as prostitutas das demais trabalhadoras, percebe-se que dentro da prostituição tal divisão entre “boas” e “más”, ou entre profissionais e “vulgares”, enseja a estigmatização de uma parcela dessas mulheres por suas próprias companheiras de atuação, como verificamos nas falas de Silvana.

Buscou-se nessa seção apresentar argumentos que reforçam a estigmatização e a marginalização das trabalhadoras do sexo, seja nos textos analisados, nas falas das entrevistadas ou no cotidiano no NEP. Há, contudo, uma forma de estigmatização específica para a qual foi destinado um enquadramento separado, a criminalização, que será explicitado a seguir.

4.2.5 A criminalização da prostituição

A temática da criminalização da prostituição poderia ser compreendida como parte do enquadramento anterior, visto que avaliar o trabalho sexual como crime certamente contribui para a estigmatização das pessoas que o desempenham. Contudo, por também se relacionar ao modo como cada país se posiciona legalmente acerca da atividade, decidimos estabelecê-lo como um enquadramento distinto do estigmatizante.

É importante salientar que em nenhum dos textos as prostitutas são taxadas como sendo criminosas. Consideramos, porém, que ocorre uma representação da prostituição como errada ou ilegal quando ela é aproximada de condutas criminalizadas, o que acontece com frequência, como a exploração sexual de crianças e adolescentes ou mesmo de adultos, o tráfico de seres humanos e o tráfico de drogas. Essa mesma noção de que “o problema” da prostituição pode ser resolvido através das forças policiais aparece nas defesas da criminalização do entorno da atividade, seja na argumentação contrária à descriminalização das casas de prostituição e da figura do “empresário” ou cafetão, seja na proposta de criminalização dos clientes das trabalhadoras e dos trabalhadores do sexo – como já ocorre nos países que adotaram o modelo sueco. É a partir destes aspectos, portanto, que falamos em enquadramentos criminalizantes.

Dentre todos os enquadramentos observados no material de análise, a perspectiva da criminalização foi a que encontramos em menor número, tendo sido identificada em oito textos. Tal entendimento aparece mais vezes no material feminista – em três textos –, e em duas matérias de portais de notícias, na fala das fontes: o deputado federal pastor Eurico (PSB-PE), em matéria do Portal R7 (MARTINS, 2014), e a militante feminista Pola Karlinski, em reportagem da Carta Maior (PASSOS, 2014).

A compreensão de que a prostituição está diretamente ligada a roubos, ao tráfico de drogas e ao tráfico de seres humanos baseia um forte argumento contrário à regulamentação da ocupação, que está presente nas declarações de alguns religiosos e feministas, como é possível observar nos seguintes trechos:

O deputado estadual [de Minas Gerais] e pastor Carlos Henrique (PRB) também se manifestou contra o projeto proposto por Jean Wyllys. De acordo com o deputado sua oposição ao projeto é motivada por questões sociológicas e não propriamente religiosas, por se tratar de uma atividade diretamente ligada ao tráfico de drogas e de mulheres (MARTINS, Dan. **Gospel+**, 2013).

[Fala do deputado federal Pastor Eurico (PSB-PE)]: “A legalização da prostituição favorece mais os cafetões e promove a expansão da indústria do sexo. A legalização acaba também por estimular o tráfico de pessoas” (MARTINS, Carolina. **R7**, 2014).

A segregação moral, espacial e trabalhista continua existindo mesmo após a aprovação da lei. A legalização permitiu que a indústria do sexo não tivesse grandes problemas para traficar para a Alemanha. Nada menos que 40 mil mulheres, importadas da Europa central e do leste, para abastecer um gigantesco complexo ligado à prostituição (CASSEMIRO, Livia; COELHO, Natália; SALES, Kátia. **Liberdade, Socialismo e Revolução**, 2013).

Embora a discussão acerca do tráfico de pessoas seja muito mais profunda e possua mais argumentos, é importante destacar que, para os sujeitos e as entidades que reconhecem a prostituição como profissão, definir o tráfico de mulheres como consequência direta do mercado do sexo criminaliza o trabalho sexual e vitimiza as prostitutas, desconsiderando inclusive a agência dos sujeitos, as possíveis vontades de migrar e os projetos migratórios construídos individualmente ou em rede por prostitutas. A ilegalidade da migração e do trabalho sexual beneficia quem trafica, ou seja, a falta de proteção dos trabalhadores nesse tipo de atividade pode facilitar o envolvimento com as redes de tráfico (PISCITELLI, 2008). A guerra a esse crime – sem que estejam claros os critérios do que é considerado tráfico – faz com que políticas e ações de repressão à prostituição sejam justificadas como combate ao tráfico de pessoas. Como denuncia o Grupo DaVida (2005, p. 183),

o pânico moral acerca do tráfico das mulheres começa a criar uma situação de violações dos direitos de mulheres maiores de idade engajadas como trabalhadoras na indústria de sexo, na medida em que sua própria vontade está sendo sumariamente ignorada sob a justificativa de “protegê-las contra o tráfico”. Um componente chave dessa situação é a confusão epistemológica alimentada por alguns trabalhos sociais-científicos, nos quais as leis nacionais que regulam a migração e o comportamento sexual são tidas como sinônimo dos direitos humanos. Entre os agentes envolvidos na luta contra o tráfico no Brasil parece predominar uma visão que se sustenta na imagem do menor de idade escravizado sexualmente.

Também nesse sentido, a antropóloga Kamala Kempadoo (2005) observa que pesquisas realizadas sobre a temática do tráfico de mulheres apontam que a criminalização da prostituição aumenta a violência experienciada pelas migrantes ao lidar com os mais variados sujeitos envolvidos na cadeia de migração para atuar no mercado do sexo. Essas mulheres enfrentam um triplo estigma, já que são migrantes, prostitutas e consideradas criminosas, o que faz com que recebam um tratamento desrespeitoso. A pesquisadora explana que, em um posicionamento contra essa estigmatização das trabalhadoras sexuais e defensor da justiça social, a perspectiva feminista transnacional se opõe a definir a prostituição em si como violência contra as mulheres, considerando que são “as condições de vida e de trabalho em que as mulheres podem se encontrar no trabalho do sexo, e a violência e terror que cercam esse trabalho num setor informal ou subterrâneo que são tidos como violadores dos direitos das mulheres” e que podem, então, ser consideradas como tráfico (KEMPADOO, 2005, p. 62).

A partir da associação da prostituição a determinadas atividades criminalizadas, as trabalhadoras do sexo são por vezes tratadas como delinquentes e não confiáveis, e julgadas culpadas por seu destino quando acontece algo trágico, ou como vítimas que precisam de salvação. Por sua vez, as entrevistadas para essa pesquisa reprovam a associação da atividade à criminalidade, especialmente nos espaços midiáticos. Na opinião de Silvana, os meios de comunicação contribuem para corroborar tais representações ao apresentarem a prostituição fortemente vinculada a roubos ou ao uso de drogas. Nesse sentido, pensando nos enquadramentos como recursos para organizar os dados, guiar o processo de informação e orientar uma leitura sobre os acontecimentos (GANDY Jr., 2001), percebe-se que, para as entrevistadas, os enquadramentos criminalizantes nos meios de comunicação definem os termos para se pensar sobre prostituição como algo negativo, relacionado à criminalidade e que transforma as mulheres envolvidas em cidadãs de segunda classe, que merecem menos respeito. É o que também assinala Raquel:

Eu lembro que alguns dias atrás apareceu naquele Cidade Alerta uma prostituta que foi morta, que estava grávida... Sei lá, eu acho que se a mulher grávida não fosse prostituta seria diferente, se tu vê uma mulher que foi assassinada, tem uma comoção pública, agora se a mulher é uma prostituta as pessoas pensam que ela deveria estar envolvida com alguma coisa. As pessoas pensam que deveria estar envolvida com droga, com outras coisas, eles pensam assim (RAQUEL, 23 anos, prostituta desde os 20).

Durante o período de trabalho de campo, essa questão foi abordada ainda por Liana, uma das fundadoras do NEP. Em uma manhã de junho, ela relatou a mim e a outras companheiras ter assistido a uma matéria telejornalística que apontava um grupo de prostitutas como suspeitas de terem roubado jogadores da seleção de futebol da Espanha. Para ela, isso é um exemplo de como as prostitutas são sempre culpabilizadas: “se acontecer qualquer coisa e tiver uma prostituta por perto, a culpa é dela. Esse estigma que a gente carrega é muito forte” (DIÁRIO DE CAMPO 8, 26 de junho de 2013).

Apesar dessas críticas, é interessante considerar que a aproximação entre ser prostituta e participar de atos criminosos também aparece na narrativa de uma das entrevistadas. Ao ser questionada pela pesquisadora sobre o que pensava acerca da prostituição, Milena respondeu: “não sou contra, acho legal. Eu acho preferível do que tu roubar, do que tu matar, do que vender droga”. Nessa frase, a prostituição é apontada como uma atividade melhor ou menos condenável moralmente do que as demais, mas parece haver um juízo de que todas são equiparáveis, mesmo que a prostituição seja uma ocupação e as outras ações sejam crimes. Em outro momento, Milena indica refletir sobre a disparidade da comparação entre a prostituição e o tráfico de drogas ao denunciar que “a pessoa que rouba, mata e trafica, ela não sofre preconceito na vila”, enquanto a prostituta é taxada de vagabunda e é discriminada. A prostituição, realizada consensualmente por sujeitos maiores de idade, não prejudica nenhum dos envolvidos, mas mesmo assim é mais estigmatizada em certos espaços do que ações criminosas que ferem a liberdade de outros cidadãos.

A outra perspectiva encontrada no enquadramento da criminalização diz respeito à defesa da repressão ao que se chama de entorno da prostituição, composto por “empresários”, cafetões e donos de casas de prostituição, pessoas que auxiliam nos processos da migração com o objetivo de atuar no mercado do sexo, e clientes. Nos debates sobre a proposta de regulamentação da prostituição no Brasil, a legalização da manutenção de casas de prostituição se constitui como ponto gerador de polêmica, visto que argumentos contrários ponderam que tal medida atende somente aos interesses dos empresários e cafetões do mercado do sexo, sem trazer benefícios para os trabalhadores e trabalhadoras. Sob outro ponto de vista, a descriminalização dos espaços em que são oferecidos serviços sexuais é defendida como modo de aumentar a fiscalização nos locais e ampliar a proteção dos profissionais do sexo, como aponta a fundadora da Rede Brasileira de Prostitutas, Gabriela Leite, em artigo publicado no site da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Rio de Janeiro:

Importante porque permitirá regular a relação de trabalho entre prostituta e donos de casas, boates e termas, ao tirar do Código Penal os artigos referentes ao negócio, hoje ilegal. Essa relação não é formal justamente porque o proprietário é criminalizado, o que leva as prostitutas a serem exploradas, ao contrário do que pensa o senso comum, para o qual a proibição do negócio deixa a prostituta mais protegida (LEITE, Gabriela. **OAB/RJ**, 2013).

Além da proibição de instalação e manutenção de locais para a prostituição, comuns nos países com sistema legal abolicionista sobre o tema – como é o caso do Brasil –, outros países adotam o chamado modelo sueco, também conhecido como modelo nórdico ou novo abolicionismo, que, em uma tentativa de extinguir a atividade, criminaliza os clientes que procuram trabalhadoras e trabalhadores do sexo e impõe sanções que podem chegar a um ano de prisão a esses indivíduos. Tal modelo legal, implantado na Suécia em 1999, e posteriormente copiado por países como Noruega, Finlândia e Islândia, foi criado com o intuito de atuar como um impedimento para a procura por serviços sexuais, o que, de acordo com a proposta, diminuiria o número de prostitutas atuando nas ruas, inibiria a migração para o trabalho sexual e coibiria o tráfico humano para fins sexuais. Acreditava-se que a lei, ao associar o temor de ser preso com o aumento do estigma atribuído à prostituição e seu entorno, provocaria uma mudança no comportamento dos sujeitos que pagavam por sexo. Embora o governo sueco aponte que a medida foi bem-sucedida, trabalhadores do sexo e pesquisadores declaram que não há nenhuma evidência confiável que comprove isso (JORDAN, 2012).

No Brasil, o projeto de lei 377/2011, proposto pelo deputado federal João Campos (PSDB-GO), pretende modificar o Código Penal para tornar crime a contratação de serviços sexuais, com pena de detenção que varia entre um e seis meses. O projeto já passou pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, onde o relator, deputado Marcos Rogério (PDT-RO)³⁶ emitiu parecer favorável em relação à constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito aconselhando a aprovação do PL. Em seu site, o deputado Marcos Rogério mantém um espaço chamado de Observatório da Família, em que são apresentados todos os projetos de lei “que afrontam os valores da família e os princípios cristãos³⁷” – sendo o PL Gabriela Leite um destes projetos condenados. Em maio de 2015, o projeto de lei de João Campos foi desarquivado pela mesa diretora da Câmara.

³⁶ Acreditamos ser relevante informar que os deputados João Campos e Marcos Rogério fazem parte da bancada evangélica da Câmara dos Deputados e são membros da igreja Assembleia de Deus.

³⁷ Disponível em: <http://depmarcosrogerio.com.br/observatorio-da-familia/observatorio-legislativo-da-familia/> Acesso em 11 de agosto de 2015.

A proposta do deputado João Campos é mencionada em duas matérias de nossa análise. Embora ambos os textos posicionem-se criticamente ao PL, é possível identificar o enquadramento da criminalização da prostituição nas falas atribuídas ao parlamentar. Também nesses pronunciamentos é notável a percepção de que a prostituição é responsável pela existência de organizações criminosas que estão envolvidas com o tráfico de seres humanos e a exploração sexual de crianças e adolescentes:

Hoje tramita no Congresso projeto de autoria do deputado João Campo (PSDB-GO) que tem como objetivo criminalizar tanto quem oferece quanto quem contrata serviços sexuais. A justificativa do parlamentar é que “o projeto trata de impedir que a prostituição continue fomentando o tráfico de pessoas e a exploração sexual. Nós não podemos permitir que uma atividade reprovada pela sociedade, às escuras através do crime organizado, esteja fomentando a exploração de meninas, meninos e mulheres” (PROJETO... **Sexuality Policy Watch**, sem data especificada).

O PL 377/2011, apresentado pelo deputado federal João Campos, do PSDB de Goiás, modifica o Código Penal (CP) e torna crime contratar e aceitar a oferta de serviços sexuais. Atualmente, a proposição aguarda parecer na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados. Se aprovada, a pena para quem descumprir a determinação varia entre um ano e seis meses de prisão. “O cliente será punido, mas quem se prostitui, não”, salienta. Para ele, a não criminalização da conduta dos profissionais do sexo pode dar mais tranquilidade para eles abandonarem suas atividades, uma vez que “não será necessária a preocupação com as consequências de se assumir publicamente o fato de ter sido prostituta” (TRIBUNA DO PLANALTO, **Ascom/UFG**, 2013).

O último posicionamento explicita uma compreensão por parte do deputado João Campos de que a criminalização dos clientes facilitaria a saída das mulheres da prostituição, já que a elas não seria atribuída nenhuma sanção. Contudo, o próprio jornalista autor do texto pondera que, se o estigma não diminuiu com a inclusão da prostituição no Cadastro Brasileiro de Ocupações, dificilmente será amenizado com a repressão sobre os consumidores do mercado do sexo. A ideia de coibir a oferta proibindo a demanda evidentemente afetará a vida dos profissionais do sexo, visto que exigirá que tais trabalhadores atuem na clandestinidade para não prejudicar seus clientes.

Não são apenas os parlamentares vinculados a grupos religiosos que defendem que a procura por serviços sexuais seja considerada um delito no Brasil. Essa também é a reivindicação de coletivos feministas que se reconhecem como abolicionistas e que sustentam, como já visto no enquadramento de vitimização, que a prostituição é sempre uma situação de exploração das mulheres por parte dos homens. Três dentre os textos feministas analisados – sendo dois do Comitê pela Abolição da Prostituição e um do Coletivo Manas Chicas –

mencionam as mesmas propostas abolicionistas que, dentre outros, contemplam os seguintes pontos:

1. Nenhuma criminalização às mulheres em situação de prostituição. Por políticas que promovam a saída das mulheres da prostituição e da marginalização social. 2. Por uma lei que criminalize a compra de qualquer ato sexual. Pela responsabilização e criminalização do consumo de sexo (PROSTITUIÇÃO... **Comitê pela Abolição da Prostituição**, 2014).

Assim como na proposta do deputado federal João Campos, os coletivos feministas abolicionistas que defendem a criminalização do cliente deixam claro que as mulheres prostitutas não devem sofrer nenhuma punição e argumentam sobre a necessidade de ações governamentais que as auxiliem a encontrar outra forma de sustento. Para essa perspectiva feminista, explica Piscitelli (2012), o cliente é percebido como culpável por violar os direitos humanos das prostitutas. É o que encontramos na citação indireta da ativista da Marcha Mundial de Mulheres Pola Karlinski:

Como experiência internacional positiva, ela cita a cubana que, a exemplo da Suécia, criminalizou clientes e cafetões, criando uma rede de apoio às mulheres em situação de prostituição para acessar alternativas econômicas (PASSOS, Najla. **Carta Maior**, 2014).

Apesar de apresentada como possível solução para a abolição da atividade por determinados coletivos feministas, a criminalização da prostituição e de seu entorno é criticada por militantes que, assim como as abolicionistas acima citadas, consideram que a prostituição é exploração. É o caso do artigo de Rafaela Rodrigues, ativista da Marcha Mundial de Mulheres:

Criminalizar a prostituição é tornar a mulher culpada por sua própria opressão. Leis que criminalizam a prostituição colaboram para a desigualdade de gênero. Quando a opressão legal é posta acima da opressão social, a subordinação das mulheres é legalmente ratificada, e as mulheres imergem em uma profunda inferioridade civil. (RODRIGUES, Rafaela. **Marcha Mundial de Mulheres**, 2012).

Embora as leis que criminalizem os clientes do mercado do sexo busquem reforçar o estigma associado aos sujeitos que procuram os serviços sexuais e pensem os trabalhadores e trabalhadoras do sexo como vítimas desse mercado, Maqueda Abreu (2009) aponta que a criminalização do entorno da prostituição amplia a vulnerabilidade das prostitutas e aprofunda as representações de que são vítimas ou de que estão na ilegalidade. Com todos os demais participantes do mercado do sexo situados na ilicitude, as prostitutas permanecem sem

garantia de direitos trabalhistas e encontram dificuldades para tornar sua atividade mais segura. A diretora do Programa sobre Tráfico Humano e Trabalho Forçado da American University Washington, Ann Jordan (2012), avalia que, na prática, a lei aumenta a discriminação com as prostitutas que não querem ou não podem sair dessa atividade. Além disso, ao não aceitar distinção entre as migrantes vítimas do tráfico de pessoas e as que saíram de seus países com a intenção de atuar no mercado transnacional do sexo, o modelo nórdico equipara a todas como mulheres que precisam ser salvas ou resgatadas, e na maioria das vezes as deporta. A pesquisadora estadunidense destaca que, a partir da experiência sueca, pode-se perceber que a criminalização dos clientes impôs às prostitutas de rua que atuem em locais mais escondidos e potencialmente mais perigosos, e as expôs a fregueses que, segundo as trabalhadoras, também são mais agressivos ou perigosos, visto que grande parte agora busca serviços sexuais pela internet. Elas também acabam dependendo do apoio de outras pessoas para evitar a polícia e para conquistar clientes, sofrem mais abusos policiais e enfrentam o crescimento do estigma sobre sua atividade. A lei ainda faz com que os clientes se sintam intimidados e não denunciem casos de exploração ou tráfico de pessoas.

A partir destas considerações, acredita-se que a criminalização do entorno do trabalho sexual afete tanto as pessoas que pensam na prostituição como seu modo de sustento, como as que dela desejam sair ou que estão em situação exploratória, pois aprofunda o estigma que envolve a atividade e recai sobre todos os componentes dessas relações. Ao situar as prostitutas como necessariamente vítimas ou como mulheres implicadas em atividades legalmente condenadas, reforça a posição marginalizada que a elas é destinada na sociedade.

4.2.6 A saúde da prostituta: DST e HIV/aids

Durante a leitura inicial dos textos selecionados para a análise, despertou nossa atenção a presença significativa de menções relacionadas à saúde dos profissionais do sexo. Embora a garantia do acesso à saúde e a implantação de políticas públicas específicas sobre o assunto devam ser pensadas como parte dos direitos dos sujeitos que atuam no mercado do sexo, acreditamos que a temática mereça uma atenção particular. Ao mesmo tempo em que o acesso ao atendimento médico se constitui como direito de todos os cidadãos, pode também se transformar em uma estratégia de controle sobre os corpos e as sexualidades e contribuir

para a marginalização e estigmatização de pessoas que fogem do comportamento sexual normativo heterossexual monogâmico reprodutivo, como é o caso dos trabalhadores do sexo.

A relação entre a prostituição e assuntos concernentes à saúde aparece em 14 dos textos: sete deles foram publicados em portais de notícias, quatro em sites institucionais ou de organizações não governamentais, um em site feminista, um em blog sem tema específico e um em site governamental. Proporcionalmente, então, são os espaços comunicacionais de ONGs que mais aludem ao tema, já que a questão é tocada em 40% da amostra dessa categoria.

Sendo a prostituição uma atividade trabalhista que possui como característica singular a manutenção de relações sexuais com diferentes parceiros – embora nem sempre isso aconteça –, não é surpreendente que os textos atribuam relevância aos cuidados com a saúde que devem ser tomados pelos trabalhadores do sexo, bem como destaquem a necessidade de que tais indivíduos sejam acolhidos nos equipamentos públicos de saúde sem enfrentar discriminação devido à sua ocupação. Em distintos textos cita-se a importância de garantir tal acesso a profissionais do sexo, mas isso é manifestado a partir de diferentes perspectivas, como veremos a seguir.

Para algumas fontes, a regulamentação proposta no projeto de lei Gabriela Leite poderá aproximar as prostitutas das políticas públicas de saúde ao retirá-las da marginalidade e promover a fiscalização do funcionamento das casas de prostituição. Nos textos, a presidente da Associação de Prostitutas de Minas Gerais (APROSMIG), Cida Vieira, denuncia que a proteção assegurada pela atual legislação às mulheres não se estende às prostitutas, de modo que tal grupo ainda precisa lutar para ter seus direitos reconhecidos e a atenção à saúde garantida (CHEREM, 2014). As declarações do deputado Jean Wyllys sobre os benefícios da regulamentação também contemplam essa questão:

Se aprovado, o projeto garante a esses profissionais o acesso à saúde, ao direito do trabalho, à segurança pública e, principalmente, à dignidade, defende Wyllys (60% DOS HOMENS... **IG São Paulo**, 2013).

“Então, é melhor para todo mundo que as casas operem na legalidade, que o Estado possa recolher impostos, fiscalizá-las, levar políticas públicas de saúde da mulher e, sobretudo, proteger as crianças e adolescentes”, declarou o deputado Jean Wyllys, em uma entrevista concedida ao portal UOL no dia 15 de janeiro de 2013 (OTTO, Natália. **Sul 21**, 2013).

Por outro lado, militantes feministas consultadas para as matérias defendem que o atendimento médico de qualidade não depende da regulamentação e criticam o projeto de lei

por não assegurar nenhum novo direito às trabalhadoras do sexo. É o caso de Cleone Santos, das Mulheres da CUT, que já atuou como prostituta e afirma:

“A regulamentação não facilita vida das mulheres, só vem para sugar. O que queremos sim ter direito a políticas como saúde pública e de qualidade. Que a prostituta tenha direito de chegar ao médico e poder dizer qual é sua profissão sem ser humilhada. Se houver um profissional preparado lá dentro, não precisa de lei. Dentro do mundo do trabalho, esse trabalhador tem que estar preparado”, comentou [Cleone] (MULHERES... **Carta Capital**, 2013).

Maria Fernanda Marcelino [da SempreViva Organização Feminista] diz que o projeto não garante de fato nenhum direito as profissionais e que o caminho ideal seria o reforço das políticas públicas específicas para prevenir, informar e tirar as mulheres da prostituição. “De fato são necessárias políticas específicas para melhorar a condição delas, que são as principais vítimas dessa situação de exploração. Algumas coisas poderiam ser feitas já de imediato como prioridade no acesso a compra de casas populares, uma linha específica do SUS e programas de geração de renda e capacitação profissional pra que deixem de ser exploradas”, afirmou (PAVAN, Bruno. **Brasil de Fato**, 2014).

Apesar dos diferentes posicionamentos sobre a regulamentação do trabalho sexual e sobre considera-la ou não uma profissão, percebe-se que a ampliação do acesso à saúde é uma pauta comum quando se debate a temática da prostituição. Merece destaque, todavia, que a saúde das pessoas que atuam no mercado do sexo é predominantemente aludida a partir de doenças sexualmente transmissíveis, seja nos textos de nossa análise, seja nas representações do senso comum ou nas políticas públicas brasileiras. Assim, apontamos a existência de um enquadramento comunicacional que associa a prostituição, ou mais especificamente a saúde da mulher prostituta, com o perigo de contágio por DST e HIV/aids.

Buscando contextualizar essa relação, os pesquisadores Kátia Guimarães e Edgar Merchán-Hamman (2005) indicam que a construção de um vínculo, mais metafórico do que factual, entre a prostituição e a transmissão de DST – principalmente de sífilis – serviu como justificativa para medidas repressivas do Estado, implementadas frequentemente por agentes de saúde com o auxílio das forças policiais. Práticas punitivas e discriminatórias tomadas em relação às prostitutas com o advento da sífilis voltaram na década de 1980, com o surgimento da epidemia de aids, quando as prostitutas passaram a fazer parte dos chamados “grupos de risco”. Conforme os autores, a questão do HIV/aids foi então assumida pela agenda política do movimento organizado de prostitutas, que tomou a enfermidade como ponto importante a ser considerado no exercício da atividade. A regulamentação da profissão, uma das pautas da Rede Brasileira, passou a ser defendida como estratégia para a modificação dos fatores que tornam os trabalhadores do sexo mais vulneráveis a doença. Também nesse momento, o

Programa Nacional de DST/aids, considerando as prostitutas como grupo com necessidades específicas, desenvolveu um trabalho de ampliação dos conhecimentos sobre o tema, de apoio às ONGs que atendem prostitutas e de distribuição de preservativos.

Nas conversas com as participantes do NEP e no período de trabalho de campo, tornou-se nítido que a prevenção ao HIV/aids e a outras doenças sexualmente transmissíveis é uma das frentes de atuação basilar da entidade. Em 2013, com o NEP passando por uma fase de recursos escassos, o principal motivo que levava as prostitutas do centro à sede da ONG era a busca de preservativos. A própria fundação do NEP se deu em um momento em que as pautas centrais eram a violência policial e o enfrentamento à epidemia de aids, conforme relato da fundadora, Tina Taborda Rovira, e de Márcia, entrevistada dessa pesquisa que também é dirigente do NEP (DIÁRIO DE CAMPO 3, 15 de maio de 2013). Atualmente, a maior parte dos materiais informativos e cartazes existentes no local possuem como tema a conscientização sobre a prevenção do HIV/aids e demais DST.

Tanto nos textos analisados quanto nas entrevistas com as trabalhadoras do sexo, a preocupação com as doenças sexualmente transmissíveis no âmbito da prostituição se faz presente – sendo, na maioria das vezes, a única questão mencionada no que diz respeito à saúde. Nos textos, esse tema é abordado principalmente a partir do argumento da necessidade de políticas públicas que atendam os sujeitos envolvidos no mercado do sexo sem segregação e estimulem a prevenção. Nesse sentido, matéria da Agência Câmara publicada no blog Diálogos Políticos (07 de novembro de 2012) informa que, de acordo com relatório oficial do Programa Conjunto das Nações Unidas para o HIV/aids (Unaid) referido pelo deputado Jean Wyllys, “as leis punitivas e as práticas discriminatórias de muitos países contra populações com maior risco de contágio de HIV, como profissionais do sexo, prejudicam o progresso contra o vírus”.

Novamente o deputado federal Jean Wyllys aparece como a fonte que mais aborda o assunto. Em entrevista à jornalista Mirella Domenich (2013) publicada no site da ONG Childhood Brasil, o parlamentar avalia que a regulamentação da profissão propiciará ampliar o acesso das pessoas trabalhadoras do sexo às políticas do Ministério da Saúde, e exemplifica citando os programas de prevenção de DSTs. Ele também toca no tema em entrevista veiculada pelo blog Diálogos Políticos e em citação publicada por outro espaço comunicacional:

Temos de levar a Vigilância Sanitária às casas de prostituição, temos de garantir às prostitutas campanhas de prevenção das DSTs (Doenças Sexualmente

Transmissíveis), acesso a camisinha, a serviços de saúde. (REDE BRASIL ATUAL, **Blog Diálogos Políticos**, 2012).

[Citação de Jean Wyllys] Apesar de a profissão ser reconhecida, as casas de prostituição são ilegais. Esse tipo de situação faz com que essas casas não sejam fiscalizadas, pois operam na ilegalidade, deixando as prostitutas em situação de insegurança jurídica e longe do acesso aos serviços públicos. Operar na legalidade irá promover o melhor acesso das prostitutas a políticas públicas, como as do Ministério da Saúde, por exemplo, na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (OBSERVAÇÕES... **Notas Públicas da Liga Humanista**, 2013).

A ênfase na saúde a partir do ponto de vista das doenças sexualmente transmissíveis é percebida ainda em outros textos, independentemente de posicionarem-se de forma favorável ou contrária à regulamentação:

A regulamentação da atividade dos profissionais do sexo visa à inclusão desse grupo marginalizado às propostas de política pública, acesso à políticas de saúde, direitos trabalhistas e segurança pública. Trata-se de tentativa de prover melhores condições de trabalho, higiene e conscientização quanto à DST's, não apenas para esse segmento, mas também para aqueles que buscam seus serviços (CARDEAL, Rayssa. **Site do Programa de Educação Tutorial em Ciências Políticas da UNB**, 2013).

"Um dos grandes desafios enfrentados pelas prostitutas se refere ao convencimento do cliente para o uso do preservativo. De um lado existe a resistência dele quanto à adoção de práticas seguras e, do outro, a fragilidade da prostituta ao lidar com tal situação. Desse modo, além da percepção do risco de infecção por DST/HIV/Aids, são necessárias habilidades das prostitutas para lidar com as diversas situações. A maior vulnerabilidade envolve o preço e a quantidade de programas, a autonomia de negociação direta com o cliente e o acesso a preservativos". Esse assunto, saúde pública, é de interesse tanto das profissionais quanto de toda a sociedade. Quais serão as medidas a serem implementadas para conscientização dos clientes (da necessidade de medidas preventivas) e das ações de saúde voltadas para os profissionais? (OBSERVAÇÕES... **Notas Públicas da Liga Humanista**, 2013).

A preocupação com as DSTs não é encontrada somente nos textos, estando presente também nas entrevistas da maioria das participantes desta pesquisa. Não são, contudo, a inexistência ou a pouca abrangência das políticas públicas que as afligem, mas questões referentes ao cotidiano de quem atua na prostituição, como o receio de contrair alguma enfermidade e a insistência de clientes para realizar o programa sem preservativo. Paola e Alana apontam que as prostitutas expõem sua saúde a situações perigosas:

A gente corre muitos riscos... Eu uso camisinha pra tudo, mas tem gurias aí que já não usam no oral, aquela coisa toda, estão se arriscando. Porque não é só a aids, tem várias doenças, às vezes pode até usar camisinha em tudo, e a pessoa pode estar com uma gripe, alguma coisa, e a gente corre o risco, porque o quartinho é um aperto, não tem respiração pra nada (ALANA, 40 anos, prostituta desde os 20).

[As pessoas acham que as prostitutas] são sem-vergonha, que não prestam, que são vagabundas, que podem pegar uma doença, o que na verdade pode mesmo, isso daí (PAOLA, 29 anos, prostituta há quatro anos).

O comentário de Alana endossa uma reclamação frequentemente escutada no NEP, a de que algumas prostitutas se dispõem a realizar os programas sem preservativos para atrair mais clientes. Segundo ela, tais companheiras de trabalho chegam a anunciar no jornal seus serviços com a declaração “boca sem restrições”. Essa queixa também é feita por Milena, para quem essa atitude prejudica financeiramente as colegas que exigem o uso da camisinha, e por Simone. “Tem coisas que eu acho absurdas que as gurias fazem. Tem meninas que se sujeitam até a pegar uma doença, fazem programa sem camisinha. Mas aí cada um sabe da sua vida”, afirma. Como militante e dirigente do NEP, Márcia defende que o uso de camisinha é inquestionável, “é um instrumento de trabalho”.

Por sua vez, Silvana demonstra indignação com os clientes que tentam ignorar o uso da proteção:

E a única coisa que me deixa muito chateada, muito chateada são os homens que querem fazer oral sem camisinha, querem fazer penetração sem camisinha, muitas vezes eu sou obrigada a agredir, vou ser bem sincera, estou com dedo dolorido porque o cliente tirou a camisinha e veio pra cima às ganhas, com vontade de pegar. Obviamente eu sei me defender e ele se deu mal (SILVANA, 39 anos, prostituta há cerca de três anos).

Buscando evitar esse tipo de situação, o NEP fornece preservativos femininos e insiste para que as trabalhadoras do sexo os utilizem, pois assim não dependem dos parceiros para se proteger. No período em que acompanhei o cotidiano da entidade, porém, pouquíssimas foram as mulheres que demonstraram interesse pelo uso da camisinha feminina ou que as retiravam com frequência na entidade.

Embora desenvolvam iniciativas voltadas aos cuidados com a saúde e à prevenção de doenças que possam ser contraídas através das relações sexuais, a associação dos trabalhadores do sexo aos “grupos de risco” – categoria estigmatizante que não é mais utilizada nos programas e projetos que atuam com o vírus HIV – incomoda as militantes do NEP e da Rede Brasileira de Prostitutas. Durante a pesquisa, foi possível perceber tal desconforto quando um pós-graduando de uma universidade de Porto Alegre esteve na entidade com o objetivo de efetuar uma pesquisa – em parceria com o Ministério da Saúde – que avaliava o serviço de testagem rápida de HIV para os grupos considerados com dificuldade de acesso ao serviço de saúde. Tanto Márcia quanto Tina, a fundadora do Núcleo, afirmaram a ele que as prostitutas e outros grupos estigmatizados como homossexuais e

travestis não enfrentam tantos problemas para conseguir atenção nas instituições de saúde, pois por trás desses sujeitos há movimentos organizados que historicamente já conseguiram conquistar atendimentos e sabem onde reivindicar e para onde encaminhar suas demandas. “Podemos ter dificuldade para conseguir realizar alguns exames, que demoram muito tempo, mas isto acontece com toda a população”, pondera Tina. Para ela, pesquisas como essa voltam a focar em grupos considerados de risco, mesmo que essa expressão não seja usada (DIÁRIO DE CAMPO 13, 31 de julho de 2013).

Ao observar o trabalho do NEP durante o ano de 2013 e, através da entidade e de outras pesquisas, acompanhar os debates da Rede Brasileira de Prostitutas e conhecer a história do movimento organizado no Brasil, nota-se que a prostituição é historicamente tratada pelos governos como uma questão de saúde – e muitas vezes de polícia –, sendo o ministério da Saúde o principal interlocutor governamental das organizações de trabalhadoras do sexo. Tina informa que também nos estados e municípios as parcerias com o movimento são estabelecidas pelas secretarias de saúde. Segundo ela, no início do movimento, entre as décadas de 1980 e 1990, as pautas relacionadas à saúde eram abordadas juntamente com a conscientização sobre direitos e cidadania. Atualmente, porém, ela acredita que não seja mais interesse do ministério unir tais questões. Tal percepção se dá após um episódio polêmico ocorrido em 2013 que desestabilizou a relação da Rede Brasileira de Prostitutas com o ministério da Saúde. Por ocasião do Dia Internacional da Prostituta, celebrado em 02 de junho, a pasta governamental publicou em suas redes sociais campanha composta por banners com imagens e frases de militantes do movimento organizado de prostitutas construídas em uma oficina de comunicação realizada pelo próprio ministério. Dias após a publicação, contudo, o banner com a frase *Sou feliz sendo prostituta*, que estampava a imagem da entrevistada Márcia, foi retirado das páginas do governo. Posteriormente, outras duas frases relacionadas à violência e autoestima das profissionais do sexo foram cortadas³⁸. O ministério relançou a campanha apenas com frases sobre prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e alegou que o material não fora avaliado por seu setor de comunicação. A publicação e o veto transformaram a campanha em tema de notícias e textos opinativos publicados em diversos meios de comunicação, que defenderam que a pressão da bancada religiosa na Câmara dos Deputados foi o motivo para a modificação na homenagem.

³⁸ As frases posteriormente retiradas da campanha eram “O sonho maior é que a sociedade nos veja como cidadãs” e “Não aceitar as pessoas da forma que elas são é uma violência” (BEIJO DA RUA, 11 de junho de 2013). Disponível em <http://www.beijodarua.com.br/materia.asp?edicao=28&coluna=6&reportagem=911&num=1>. Acesso em 20 de agosto de 2015.

Logo após a veiculação do material gráfico, a bancada religiosa de deputados utilizou uma reunião da comissão de Direitos Humanos para criticar a ação do ministério. Em suas falas, os deputados João Campos (PSDB-GO) e Lilian Sá (PSD-RJ) compararam a prostituição ao incesto, à pedofilia e à “prostituição infantil”, enquanto o deputado Costa Ferreira (PSC-MA) defendeu que o papel da mulher é ser mãe, e não prostituta³⁹. A indignação evangélica foi apoiada por setores da igreja católica. No site da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o bispo de Dourados (MS), Dom Redovino Rizzardo, parabeniza os irmãos evangélicos “por se oporem a uma campanha tão humilhante, sinal da degeneração a que pode chegar a sociedade”⁴⁰ (ALLES e COGO, 2013).

A retirada dos banners das redes sociais causou grande impacto na Rede Brasileira de Prostitutas e nas associações a ela filiadas, que divulgaram notas de repúdio e pediram o encerramento de toda a campanha. De acordo com o site Beijo da Rua, produzido pela RBP, as militantes que participaram da elaboração da campanha notificaram extrajudicialmente o ministério revogando a autorização de uso de imagem a ele concedido, já que a mudança na ação deixou de contemplar o enfrentamento ao estigma como estratégia de prevenção de doenças⁴¹. Como resposta ao que considerou como um ato de “higienização da vida”, a RBP estimulou que prostitutas de vários estados brasileiros refizessem os materiais da campanha utilizando suas fotografias e a frase *Sou feliz sendo prostituta*, acrescida do comentário *Abaixo a censura no Brasil! Nós existimos! Direitos iguais para todas as profissões!* A nota de repúdio da Rede condena ainda a posição de vítima que é destinada às prostitutas pelo ministério ao negar que elas possam ser felizes⁴².

Já antes desse fato, em entrevista gravada em 2013 e veiculada no Youtube, Gabriela Leite havia manifestado a contrariedade do movimento com a postura do ministério:

Não queremos mais o financiamento do ministério da Saúde para aids, porque o único financiamento que sempre nos deram foi para aids e não queremos mais isso. Porque prostituta é mulher e não tem doenças só da cintura para baixo. Saúde da mulher é saúde da mulher. Não participamos mais, é uma decisão política, de nenhum edital do ministério da Saúde, não queremos isso, enquanto a questão for só

³⁹ Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2013-06-04/evangelicos-criticam-campanha-eu-sou-feliz-sendo-prostituta.html>. Acesso em 20 de agosto de 2015.

⁴⁰ RIZZARDO, Redovino. Sou feliz sendo prostituta. Publicado em 05 de julho de 2013. Disponível em <http://www.cnbb.org.br/site/articelistas/dom-redovino-rizzardo/12338-sou-feliz-sendo-prostituta>. Acesso em 05 de agosto de 2013.

⁴¹ Disponível em: <http://www.umbeijoparagabriela.com/?p=3004>. Acesso em 20 de agosto de 2015.

⁴² Disponível em <http://www.beijodarua.com.br/materia.asp?edicao=28&coluna=6&reportagem=910&num=1>. Acesso em 20 de agosto de 2015.

aids. O dia em que se pensar na mulher como mulher, nós voltamos a conversar (MURRAY, 2013b)⁴³.

Após o acontecimento acima relatado, foram suscitados diversos debates dentro do NEP sobre como os governos se posicionam em sua relação com as organizações de trabalhadoras do sexo. Assim como colocou Gabriela, a fundadora do NEP Tina Rovira, em conversa com a pesquisadora, expõe que só são feitas campanhas para prostitutas sobre HIV/aids, “como se prostituição fosse aids”. Ela relata que algumas das organizações ligadas à Rede Brasileira já tiveram projetos lúdicos, como a realização de intervenções teatrais nas ruas das cidades, mas o tema principal sempre foi saúde e doenças sexualmente transmissíveis (DIÁRIO DE CAMPO 9, 03 de julho de 2013). A Rede Brasileira, em texto sobre a campanha ministerial, também critica o juízo governamental que permite às prostitutas aparecerem somente como vítimas ou como vetores de doenças, “portanto, sujeito sem voz, que só tem o direito de ser resgatado pelo Estado provedor do único elemento (“pegue a camisinha na sua unidade de saúde”) que irá salvá-las da aids”⁴⁴.

Nesse sentido, é preciso refletir sobre como a atenção voltada aos trabalhadores do sexo apenas na prevenção de DSTs e aids é decorrente ainda das representações médica e midiática dos anos 1980 e 1990, que construíram o senso comum de que “quanto mais ‘respeitável moralmente’ fosse a pessoa – leia-se, praticante do ‘bom sexo’ – menos risco ela correria” (PELÚCIO e MISKOLCI, 2009, p. 135). Deste modo, os pesquisadores apontam que foi atribuída a homossexuais, prostitutas e “promíscuos” a culpabilidade pela doença e foram instituídas, a partir de uma hierarquia de risco, práticas higienistas com o objetivo de despoluir as sexualidades. Assim, usando a ameaça de morte que significava o HIV, foram criados discursos moralizantes que buscavam regrar a conduta sexual dos sujeitos tidos como desviantes. De acordo com os autores, é possível, portanto, pensar na prevenção como estratégia normalizadora dos comportamentos que prega uma vida sexual monogâmica, familiar e reprodutiva como forma de se distanciar da ameaça que determinados sujeitos integrantes dos “grupos de risco”⁴⁵ representavam. Como coloca Miskolci (2012) em outra

⁴³ Entrevista em vídeo com Gabriela Leite realizada e veiculada por Laura Murray, diretora do documentário Um beijo para Gabriela. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=mJ_kfXnRbEM. Acesso em 20 de agosto de 2015.

⁴⁴ Disponível em <http://www.beijodarua.com.br/materia.asp?edicao=28&coluna=6&reportagem=910&num=1>. Acesso em 20 de agosto de 2015.

⁴⁵ Os pesquisadores José Mesquita Ayres, Ivan França Junior, Gabriela Calazans e Haraldo Saletti Filho (2009) explicam que, no início da década de 1980, a noção de grupo de risco foi amplamente difundida, especialmente através dos meios de comunicação, e foi usada como base para as poucas políticas de saúde desenvolvidas na época, que se mostraram ineficazes do ponto de vista epidemiológico e incitadoras de preconceito e marginalização. Nos Estados Unidos, os primeiros grupos conhecidos como de risco foram os chamados quatro

obra, a aids, como epidemia ocasionada por um vírus, poderia ter sido compreendida como doença viral, mas foi construída culturalmente como doença sexualmente transmissível, como se fosse uma punição para as pessoas que não se enquadravam nos comportamentos sexuais que eram pensados como normais.

A ideia de grupos de risco atuou mais como limite sanitário-moral do que como categoria biomédica e, mesmo que tenha sido criticada e questionada ao longo dos anos, “deixou marcas indeléveis no imaginário social no qual as sexualidades dissidentes ainda são sinônimo de perigo” (PELÚCIO e MISKOLCI, 2009, p. 139). Como colocam os pesquisadores, atualmente, com a realização de inúmeras campanhas de prevenção que tornaram a noção de cuidados nas relações sexuais sempre presentes no nosso cotidiano, a contaminação pelo HIV é representada como uma irresponsabilidade, como algo injustificável que leva a homossexuais, profissionais do sexo e clientes a não revelarem essa condição.

Embora os posicionamentos biomédicos e governamentais em relação à questão do HIV/aids e ao tratamento de outras doenças sexualmente transmissíveis exigissem uma abordagem mais ampla para uma melhor compreensão, acreditamos que os pontos aqui levantados ensejam uma reflexão sobre como os profissionais do sexo seguem sendo visibilizados como pertencentes a um grupo de risco, potencialmente perigoso e disseminador de doenças. Ao pensarmos que o ministério da Saúde é o principal interlocutor dentro do governo com este coletivo, e que suas aproximações e estratégias se dão em torno da prevenção de HIV/aids, e não da saúde integral da mulher, compreende-se o enquadramento da prostituição associada predominantemente a DST. Isso não é notável somente nas falas e representações do senso comum, pois também está presente nas declarações do deputado Jean Wyllys e em alguns discursos feministas aqui analisados.

Não se pretende negar que campanhas de prevenção, acompanhamento e tratamentos de saúde para HIV/aids e outras DST são importantes em nossa sociedade, mas busca-se

Hs – homossexuais, hemofílicos, haitianos e usuários de heroína –, tendo sido depois adicionados à categoria os profissionais do sexo e outros sujeitos “desviantes”. Nesse período, a estratégia de prevenção sugeria o isolamento e a abstinência dos indivíduos que faziam parte desses grupos, que não deveriam doar sangue, ter relações sexuais ou usar drogas injetáveis. Os autores afirmam que, como resultado prático, tal estratégia teve poucos êxitos técnicos, mas produziu em grande escala estigma e preconceito. Após críticas e discussões, passou-se a falar em comportamentos de risco, e não mais em grupos, e atualmente trabalha-se com o conceito de vulnerabilidade. Em 2014, contudo, a Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou comunicado alertando que cinco populações-chave não recebem a assistência de saúde necessária, apesar estarem mais vulneráveis ao vírus da aids por possuírem comportamento de alto risco. Segundo a OMS, os grupos de risco seriam compostos por prostitutas, homossexuais, dependentes de drogas injetáveis, transexuais e presos. Disponível em <http://www.dw.com/pt/grupos-de-risco-s%C3%A3o-exclu%C3%ADdos-no-tratamento-e-preven%C3%A7%C3%A3o-da-aids-diz-oms/a-17780215>. Acesso em 25 de agosto de 2015.

indicar que abordar somente esses temas nas políticas específicas de saúde contribui para a estigmatização e marginalização das pessoas trabalhadoras do sexo, que muitas vezes são vistas como vetores de doenças – como denunciado na fala de Gabriela Leite anteriormente citada. Tal postura dá espaço para opiniões como a expressa pelo blogueiro Ronei Mayer no portal Ijuí.com (27 de janeiro de 2014): para ele, “poderá ocorrer um aumento sem precedentes nos casos de DST caso a legislação seja aprovada e a atividade venha a se tornar algo comum na sociedade”.

4.2.7 Corpos, gênero e sexualidade na prostituição

O último enquadramento apresentado nesta pesquisa se refere aos entendimentos sobre a prostituição que permitem problematizar as relações de gênero e apresenta os argumentos que abordam questões ligadas aos corpos e sexualidades das trabalhadoras do sexo e também de seus clientes. Como foi possível perceber ao longo da apresentação dos demais enquadramentos identificados no material coletado para a investigação, as questões de gênero e sexualidade perpassam as mais diferentes concepções sobre a prostituição e são elementares para percebermos as consequências do *estigma de puta* e o espaço marginal destinado aos sujeitos que atuam no mercado do sexo, do mesmo modo que baseiam a compreensão das disputas existentes entre determinados grupos feministas abolicionistas e os defensores da regulamentação da profissão. Assim sendo, diversos pontos alusivos às discussões sobre gênero e sexualidades foram mencionados ao discorrermos sobre os enquadramentos anteriores. É o caso, por exemplo, do ponto de vista que afirma a prostituição como sendo inerentemente uma exploração das mulheres, uma consequência do patriarcado, ou do olhar que aponta que a discriminação sofrida pelas prostitutas se relaciona a uma tentativa de controlar a sexualidade de todas as mulheres.

Recorrendo a Margareth Rago (1991), pode-se pensar na prostituição como vivência que, a partir do século XIX, apresenta distintas formas para a circulação dos desejos – embora a discriminação das prostitutas já fosse utilizada para limitar o comportamento feminino. Coloca a autora:

A prostituição foi vivenciada como linha de fuga da constelação familiar, da disciplina do trabalho, dos códigos normativos convencionais: lugar da desterritorialização intensiva e da constituição de novos territórios do desejo.

Configurou-se, portanto, como espaço onde puderam emergir outros modos de funcionamento desejante – anárquicos, microscópicos, diferenciados –, mais do que como lugar da transgressão do interdito sexual, como é em geral analisada (RAGO, 1991, p. 24).

De acordo com a autora, com a ampliação da participação feminina na esfera pública e no mercado de trabalho, as prostitutas foram rotuladas como a alteridade mais perigosa para que as demais mulheres não esquecessem que seus papéis sociais mais importantes seguiam sendo relacionados à maternidade e ao matrimônio. Nesse sentido, Dolores Juliano (2002) considera que as estigmatizações que recaem sobre as prostitutas e sobre outros grupos de mulheres são ligadas aos papéis de gênero construídos e buscam direcionar a desconfiança para a sexualidade feminina com o objetivo de controlar as condutas sexuais das mulheres não estigmatizadas.

Neste enquadramento, então, serão aprofundados alguns dos aspectos que, no processo de análise dos textos e entrevistas, julgamos que levantem questões particularmente pertinentes à discussão sobre gênero e sexualidades, bem como aqueles que se referem especificamente à noção de corpo. A partir da análise dos materiais, foram encontrados 37 textos que permitem refletir sobre esses tópicos. Tais assuntos predominam nos conteúdos publicados em espaços comunicacionais feministas, estando presentes todos os 14 textos selecionados, e aparecem também em dez matérias de portais de notícias, em três textos de portais religiosos, em três textos de blogs, em seis textos de ONGs e em um texto de site governamental. Partindo dos argumentos utilizados nos materiais, é possível distinguir entendimentos antagônicos sobre a relação da prostituição com os usos dos corpos e das sexualidades: por um lado, pensa-se na atividade como objetificação e exploração dos corpos e sexualidades femininos, enquanto por outro, ela é avaliada como possibilidade de que as mulheres exerçam a autonomia sobre seus corpos e a liberdade sexual.

Destaca-se que, ao tocar nesses aspectos, a maior parte dos autores dos textos considera a prostituição como atividade exercida predominantemente por mulheres – embora não haja diferenciação evidente entre mulheres cis e mulheres transgênero – e, no caso das perspectivas que defendem o fim da prostituição, identifica os homens como os exploradores dessas mulheres, independentemente do papel que ocupam no entorno da atividade. É o que se observa na declaração da feminista Pola Karlinski, ativista da Marcha Mundial de Mulheres, e em outros espaços feministas:

“Ao mesmo tempo em que somos solidárias com as prostitutas, lutamos para superar a prostituição por meio da oferta de políticas públicas que construam alternativas

reais para essas mulheres. Falo em mulheres porque elas são maioria das profissionais do sexo ao redor do mundo, enquanto os homens são maioria entre os clientes, os cafetões e aqueles que lucram com a exploração dos corpos das mulheres” (PASSOS, Najla. **Carta Maior**, 2014).

Não se pode ignorar o fato de que a maioria substancial dos consumidores da prostituição são homens e que a maioria das pessoas prostituídas são mulheres (ou grupos em situação de vulnerabilidade social, como crianças ou travestis) (DOCUMENTO... **Comitê pela Abolição da Prostituição**, sem data especificada).

Pensada então como fenômeno preponderantemente feminino, a crítica mais frequente encontrada nos espaços comunicacionais retrata a prostituição como consequência da desigualdade entre homens e mulheres na sociedade e da disparidade ocasionada pelo sistema capitalista, como é possível observar a seguir:

Disso o projeto não trata: como já dito, não existe paridade entre as chances ofertadas às mulheres e às ofertadas aos homens, no campo do trabalho (como apontou o relatório da OIT), as mulheres tem muito menos chances. Que tal se o projeto se preocupasse com políticas que ofertassem às mulheres maiores possibilidades de escolhas (impedindo que escolhessem a prostituição) e meios para sair dela? Isso seria muito bem vindo, ou não? Seria de interesse das próprias prostitutas. Ou não? (OBSERVAÇÕES... **Notas Públicas da Liga Humanista**, 2013).

Mas os homens não precisam recorrer a prostituição pois lhes é garantido outros empregos e oportunidades, são as mulheres uma subclasse que não precisa ter a mesma chance de proteção e cuidado dada aos homens (LEGALIZAÇÃO... **Ação Antisexistista**, 2014).

Sabemos que a prostituição está associada à pobreza e, na maioria das vezes, a prostituição não é uma escolha profissional ou uma vocação, e sim, uma forma de comercialização do corpo pela falta de oportunidades, por isso, essa questão está diretamente relacionada à desigualdade social no país e à questão de gênero (CASSEMIRO, Livia; COELHO, Natália; SALES, Kátia. **Liberdade, Socialismo e Revolução**, 2013).

A prostituição feminina está inegavelmente associada ao patriarcado, às desigualdades sociais de gênero, à feminização da pobreza e à mercantilização da vida. O sistema capitalista transforma tudo em produto, inclusive as relações e a vida das pessoas, atribuindo-lhe preços para venda no mercado. Aliando-se ao patriarcado, o capitalismo se vale das diferenças de sexo e de gênero para vulnerabilizar o sujeito feminino e potencializar sua exploração. A grande questão é que a prostituição envolve sexo e, na vivência da sexualidade, as mulheres são historicamente oprimidas pelos homens. Contudo, essa realidade, infelizmente, não é uma exclusividade do sexo vendido (FERREIRA, Thaís; QUEIROZ, Laysa; MARONHAS, Maitê. **Marcha Mundial de Mulheres**, 2013).

O ideal burguês de família implicou na dicotomia entre as mulheres: de um lado, a esposa e do outro, a puta; a primeira, sem sexualidade própria, cuja maternidade é obrigatória, submetida aos deveres privados; e a segunda, a prostituta, como complemento perfeito e inverso da primeira. O que elas têm em comum? O fato de estarem “a serviço” do homem que sendo o detentor do poder na relação hierárquica entre os gêneros, reorganiza a sociedade de acordo com o novo modo de produção vigente (MORETTI, Cheron. **Ecosocialismo ou Barbárie**, 2013).

A partir das explicações da historiadora feminista Joan Scott (1990) sobre o conceito de gênero, compreendemos que os entendimentos sobre a prostituição acima expressos podem ser vinculados às ideias das teóricas do patriarcado, que focavam seus questionamentos em torno da subordinação feminina e a interpretavam como resultado da necessidade dos homens de dominarem as mulheres. De acordo com a socióloga brasileira Heleieth Saffioti (2006, p.11), no regime patriarcal “as mulheres são objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, da força de trabalho e de novas reprodutoras”. A autora afirma que, apesar dos avanços conquistados pelas mulheres em diferentes áreas, a base material do patriarcado segue existindo. No sistema patriarcal, o fenômeno que, em uma perspectiva materialista, ela denomina como dominação-exploração das mulheres, e que é entendido como opressão, consiste na discriminação salarial, na dificuldade de conquistar representatividade política e de atingir importantes papéis na economia, mas também no controle da sexualidade e da reprodução das mulheres – que estaria sempre a cargo dos homens. Nessa visão, as relações patriarcais e suas hierarquias de poder são concebidas como influenciando todas as instâncias da sociedade, assim como o direito patriarcal de controle sobre as mulheres se manifesta também no Estado.

No mesmo sentido, Carole Pateman (1993, p. 285) afirma que a prostituição deve ser pensada como parte da lei patriarcal do direito sexual masculino, “uma das maneiras pelas quais os homens têm acesso garantido aos corpos das mulheres” e os utilizam para sua própria satisfação. A prostituição permitiria aos homens exercer seu direito patriarcal com a compra do ato sexual. Pateman critica o argumento da universalidade da prostituição na sociedade e a noção de que ela surge devido à necessidade sexual que seria intrínseca aos homens – tal instinto natural, precisando ser saciado, requereria a existência de uma válvula de escape que pudesse ser acessada. Para ela, a satisfação dos desejos sexuais não exigiria obrigatoriamente o acesso ao corpo de uma mulher, mas essa demanda existe porque utilizar os corpos femininos faz parte da construção sobre a sexualidade masculina: ao contratar serviços sexuais, mesmo que não faça diretamente uso do corpo da mulher, o homem manifesta e exhibe sua masculinidade. Essa ideia pode ser corroborada através da análise das falas de uma de nossas entrevistadas, Raquel. Ela comenta que, ao iniciar as atividades na prostituição, tornou-se mais desconfiada em relação aos homens, porque “vê homens que são bem casados, com mulheres até mais bonitas do que tu, e que mesmo assim procuram prostitutas”. Segundo a entrevistada, eles fazem isso “por questão de se sentir mais homem”.

Para além da fala de Raquel e a partir das percepções de Pateman, a questão dos instintos ou necessidades sexuais é citada nas análises através de diferentes fontes. Em texto publicado em seu site, o deputado federal Arolde de Oliveira (PSD-RJ) condena o comércio legalizado para satisfazer o apelo sexual – em declaração que citamos anteriormente para exemplificar a ideia de que a prostituição diz respeito a questões íntimas e não deve ser regulada pelo Estado:

Para o deputado do PSD [Arolde de Oliveira], o apelo sexual não é uma demanda social mas individual, incluída nas questões de foro íntimo, não cabendo intervenção do Estado. “O motor da prostituição é o apelo sexual. No reino vegetal não existe tal apelo. No reino animal a motivação é cíclica. Entre os seres humanos o apelo sexual é voluntário e contínuo. Porém, a satisfação desse apelo não pode se fazer através do comércio legalizado”, defendeu (COMISSÃO... **Site do deputado Arolde de Oliveira**, 2014).

A compreensão de que os homens teriam uma necessidade natural de atender a instintos sexuais, motivo pelo qual recorreriam às prostitutas, aparece ainda na fala de prostitutas que atuam no centro de Porto Alegre. Paola comenta: “na realidade eles vêm procurar aqui uma carência que eles não têm em casa”. Avaliação semelhante foi manifestada em uma oficina que propus às frequentadoras do NEP com o intuito de debatermos sobre comunicação, da qual participaram somente cinco prostitutas – Eunice, Evelin, Leandra, Olívia e Diana, todas com mais de 40 anos e com larga experiência no mercado do sexo. Ao questionar a opinião delas sobre a prostituição, Eunice alegou que a prostituição é necessária “porque muitas mulheres não fazem sua parte”. Por sua vez, Olívia ponderou:

Acho que o trabalho é importante, porque tem tantos homens sozinhos, carentes, coitados, que precisam de uma mulher. O que seria deles sem nós? Muitos nem vão só para procurar um orgasmo, eles querem conversar, querem carinho, por isso eu sou sempre muito carinhosa (RELATO DA OFICINA Nº1, 19 de junho de 2013).

Retomando as entrevistas realizadas, Silvana, assim como Raquel, sustenta que a prostituição a fez desconfiar dos homens, pois a permitiu perceber que, no pensamento masculino, “a mulher é só um buraco para o homem se esvaziar”. Em outros dois momentos, ela afirma:

Eu entendi que para o homem, o interessante não é a qualidade do sexo, mas a quantidade. Ele precisa de manhã, de tarde, de noite. Eu mantinha relações com esse rapaz com quem eu vivi 12 anos três vezes por dia, de manhã, meio-dia e de noite, e ele mesmo assim procurava a prostituição, porque eles têm necessidade da tal da rapidinha. Olhou a mulher, ficou de pau duro e tem que gozar, tem que se aliviar, como eles dizem, dizem que vão chegar em casa mais tensos, mais bravos, vai

entender. Não dá pra entender direito, mas é mais ou menos isso (SILVANA, 39 anos, prostituta há cerca de três anos).

Infelizmente talvez o casamento da minha mãe, o casamento da tua mãe, de muitas mulheres, que duraram 20, 30, 50 anos de casamento, o marido já não procurava mais a esposa porque ela não queria, ele vinha na prostituição procurar na rua o que não achava em casa. E mesmo quando ele tinha em casa, quando a mulher era nova, bonita, carinhosa, por igual ele vinha na prostituição. 99% dos clientes são casados (SILVANA, 39 anos, prostituta há cerca de três anos).

A objetificação da mulher mencionada por Silvana também é abordada por Simone, que se refere especialmente à representação das garotas de programa. Em sua opinião, as prostitutas são mostradas nos meios de comunicação como se fossem “um pedaço de carne” ou “uma boneca inflável”. Segundo ela, essa forma de exposição influencia os clientes, que procuram prostitutas imaginando que elas se parecem com atrizes de filmes pornográficos e “acham que tu vai fazer tudo que uma atriz pornô faz. E só enxergam isso em ti. E acabam descobrindo que não é bem assim. Mas a grande maioria vem e acha que vai encontrar uma mulher de filme: siliconada, peitão, bundão”.

Pelas passagens acima transcritas, observa-se então a percepção de que os desejos sexuais dos homens dificilmente são controlados, de modo que eles buscam no mercado do sexo formas para saciá-los. Assim sendo, percebe-se em algumas falas a crítica à dificuldade masculina em manter-se monogâmico, enquanto em outras é encontrada a culpabilização da mulher/esposa pela não monogamia, já que seria responsabilidade feminina estar disponível para suprir tais instintos. Esses pensamentos corroboram, portanto, as ponderações de Saffioti (2006) e Pateman (1993) sobre o papel destinado à mulher na sociedade patriarcal. Os comentários sobre a representação da mulher como objeto que serve aos interesses sexuais masculinos dialogam ainda com os entendimentos acerca da sexualidade defendidos por alguns grupos feministas desde as discussões da chamada primeira onda do feminismo. Piscitelli (2005) – baseada na obra de Wendy Chapkis (1997) – destaca que, para alguns grupos, a sexualidade foi considerada desde os primeiros debates feministas como sendo utilizada para objetificar as mulheres, fazendo com que não fossem percebidas como sujeitos e como cidadãs. A opressão das mulheres seria ocasionada por sua vinculação com o sexo e, assim, a prostituição se constituiria como relação inerentemente violenta em que a prostituta é somente um objeto.

A partir da colocação do sexo em discurso, os corpos e sexualidades têm sido descritos, regulados e saneados por distintas instâncias da sociedade. Retomando Foucault, Louro (2003, p. 2) diz que tais instâncias “falam dos corpos, afirmam o que eles são,

explicam-nos, dizem como são, como devem ser. Decidem sobre a sexualidade, o prazer, a vida e a morte”. De acordo com Jeffrey Weeks (2000), o disciplinamento dos corpos e das vidas sexuais dos indivíduos possui o objetivo de garantir a uniformidade moral, a higiene, a saúde e o desenvolvimento econômico, tendo sido ampliado na medida em que a sociedade passou a preocupar-se mais com a vida dos cidadãos. Segundo Louro (2003), as tentativas de traçar padrões de normalidade não são exclusividade de instituições tradicionais como a igreja, o Estado e a ciência, já que também a mídia, o cinema, grupos feministas e coletivos de minorias sexuais buscam decidir como vivenciar a sexualidade e o prazer e experimentar os corpos. Nesse sentido, cabe destacar que a sexualidade e o uso dos corpos são identificados nas análises como temas que fundamentam diversas reflexões acerca da prostituição, especialmente nos conteúdos publicados em espaços feministas.

A perspectiva defendida por Pateman (1993), anteriormente explicitada, está presente em alguns textos que criticam a mercantilização e a demanda pelo livre acesso ao corpo feminino fomentadas pela prostituição. É relevante notar que, embora a autonomia das mulheres em relação a seus corpos e suas vidas seja uma pauta essencial do feminismo, ela não é considerada quando se trata da prestação de serviços sexuais. Isso pode ser observado em artigo escrito por Lívia Casseiro, Natália Coelho e Kátia Sales (2013), militantes da corrente do PSOL Liberdade, Socialismo e Revolução (LSR), em que as autoras destacam não serem contrárias às prostitutas, mas condenam “a prostituição e a comercialização do corpo”. Elas ressaltam que “dispor do próprio corpo da maneira como bem entender sempre será uma bandeira das feministas e socialistas, desde que não esteja ligado à necessidade econômica”. Do mesmo modo, a militante da Marcha Mundial de Mulheres Alana Moraes pontua que a transação financeira implicada na prostituição impede que tais mulheres sejam verdadeiramente autônomas:

Hoje, uma das nossas lutas é para dizer que não é natural que mulheres vendam seus corpos e experimentem uma sexualidade mercantilizada. É fundamental garantir que as mulheres tenham verdadeira autonomia sobre sua vida, e para que elas possam de fato escolher é preciso haver possibilidades reais de escolha com autonomia econômica, salários iguais, acesso às políticas públicas e a uma vida sem violência. Lutamos por autonomia para as mulheres, mas não aquela forjada pelo direito liberal masculino. Uma autonomia livre das regras do mercado. Até que nossos corpos não tenham preço (MORAES, Alana. **OAB/RJ**, 2013).

Em outros artigos, pensa-se na relação entre o corpo e a prostituição a partir das ideias de apropriação, demanda, dominação e controle masculinos, mercantilização e “venda dos corpos”:

Cláudia [Prates, da Marcha Mundial de Mulheres] afirmou que a naturalização da prostituição reforça um imaginário social machista que vê a mulher como um objeto sexual. “Há sempre aquela ideia de que a mulher e seu corpo estão sempre disponíveis. Com que direitos os homens acham que podem dispor do corpo da mulher?”, questionou. “Isso é a institucionalização do patriarcado” (OTTO, Natália. **Sul 21**, 2013).

Reconhecendo a sociedade machista/patriarcal e capitalista em que vivemos, consideramos inaceitável que a prostituição continue a ser naturalizada e, mais do que isso, equiparada a qualquer “prestação de serviços”: a prostituição é uma apropriação do corpo das mulheres pelos homens. Em época de Copa, é importante notarmos que para as mulheres (principalmente as mulheres negras) e para outros grupos em situação de vulnerabilidade social (como travestis), as necessidades financeiras somam-se à visão difundida de seus corpos como mercadorias, ao imaginário racista da “mulata lasciva/devassa”, ao aliciamento por terceiros e à demanda masculina, agravando o quadro do tráfico e da exploração sexual (PROSTITUIÇÃO... **Comitê pela Abolição da Prostituição**, 2014).

Esse projeto considera que a prostituição é um trabalho que algumas mulheres escolhem livremente. No entanto, a voluntariedade dessa escolha não é real, uma vez que essas mulheres entram na prostituição por necessidades financeiras, por terem aprendido a ver seus próprios corpos como mercadoria ou por terem sido forçadas por um terceiro. É inaceitável que a prostituição seja equiparada a qualquer “prestação de serviços”. Ela é intrinsecamente uma apropriação do corpo das mulheres pelos homens, uma violência condizente com toda a exploração da sociedade patriarcal e capitalista em que vivemos (NESTE 8... **Comitê pela Abolição da Prostituição**, 2014).

A verdade é que os corpos dos homens são deles, eles são os proprietários de seus corpos. Já as mulheres devem pertencer aos homens (maridos, amantes, clientes, pais, irmãos...), ao estado, a igreja e ao poder legislativo (também majoritariamente masculinos). São os nossos corpos que são estuprados, são os nossos corpos que são controlados e objetificados, são os nossos corpos que são mercantilizados e são os nossos corpos que engravidam – porém não temos poder de decisão pelo mesmo. A prostituição não diferentemente também é fruto desta dominação masculina (LEGALIZAÇÃO... **Ação Antisexistista**, 2014).

A realidade é que a demanda e acesso dos homens aos corpos das mulheres está naturalizada e garantida como um direito masculino. No entanto, não podemos considerar a prostituição como mero “trabalho” ou “oferecimento de serviço sexual”, pois o que está implicada nesta relação não é uma simples venda de força de trabalho, mas o próprio corpo da mulher. Neste sentido, naturalizar a prostituição como trabalho para regulamentá-la como “profissão do sexo” seria normalizar o direito de acesso sexual dos homens às mulheres e banalizar o estupro (COLETIVA MANAS CHICAS. **Site da Coletiva Manas Chicas**, 2014).

Ao normalizarmos a ideia da prostituição na vivência social, estamos contribuindo para mascarar as formas de violência contra as mulheres, para naturalizar a ideia de dominação masculina e para alimentar um sistema econômico extremamente articulado e lucrativo que explora o corpo de mulheres e meninas (PARADIS, Clarisse. **Marcha Mundial de Mulheres**, 2013).

Diferente do que se vem afirmando, a prostituição não se define pela troca de sexo por dinheiro, simplesmente, mas também na relação desigual sobre o controle dos corpos das mulheres (MORETTI, Cheron. **Ecosocialismo ou Barbárie**, 2013).

A expressão “venda dos corpos” também é empregada em textos publicados em portais religiosos que condenam moralmente a atividade e o projeto de lei que, segundo

matéria de Tiago Chagas (2014) para o Portal Gospel+, “prevê a transformação das pessoas que vendem o corpo em profissionais liberais, com acesso à aposentadoria e programas sociais do governo”. No Portal da Comunidade Católica Vida e Aliança Jesus Está Vivo (PROFISSIONALIZAÇÃO..., sem data), o uso do termo profissionais do sexo é taxado como “eufemismo para atenuar a degradação moral que é a venda do próprio corpo para obtenção de lucro”. Contudo, o pensamento de que a prostituta vende seu corpo é criticado pelas militantes do NEP, que alegam que as trabalhadoras do sexo prestam serviços sexuais, mas continuam sendo as donas de seus corpos. Essa perspectiva é apresentada também em artigo de Gabriela Feolla (2014), publicado pelo blog Papo de Homem, a respeito de atividade realizada no Dia Internacional da Prostituta:

Naquela noite, com as meninas das Daspu, eu aprendi muitas coisas, uma delas é que a puta não vende o corpo. Ela presta serviços sexuais. Essa mudança de vocabulário representa muito porque assegura à mulher que é profissional do sexo, o poder sobre o próprio corpo. [...] Mesmo que o cara pague, ela ainda é dona do seu corpo e tem poder sobre ele.

Três textos de nossa análise discorrem sobre o incômodo que é manifestado por alguns grupos com o uso do corpo para a prostituição. Em artigo publicado no site do Programa de Educação Tutorial em Ciências Políticas da UNB, artigo de Rayssa Cardeal (2013) defende a regulamentação da prostituição e registra que a atividade é um tabu em muitos países e a “venda do corpo” para proporcionar satisfação para outra pessoa não é aceita pelas sociedades conservadoras. Segundo ela, há uma concepção de que “o corpo, visto como algo que deve ser conservado em sua ‘pureza’, seria desrespeitado da forma mais vil se empregado para esse fim”. As outras duas matérias expõem opiniões do deputado federal Jean Wyllys sobre os posicionamentos abolicionistas em relação à prostituição, em que ele aponta que alguns grupos de esquerda ou de feministas possuem apreciações moralistas e machistas sobre os usos dos corpos e sobre as sexualidades:

O deputado nega que seu projeto reforce a mercantilização da mulher. “Há uma parte da esquerda e do feminismo que tem uma posição conservadora e moralista sobre o uso do corpo e sobre a sexualidade (moralista e, inclusive, machista!), pela qual comete a contradição ideológica de defender o direito da mulher a abortar mas, ao mesmo tempo, pretender que o Estado tutele o corpo dela quando se trata da prostituição” (CARVALHO, Igor. **Revista Fórum**, 2014).

Mesmo alguns campos feministas têm criticado o projeto porque afirmam que a prostituição é um subproduto do capitalismo. Respondendo a essas críticas Jean Wyllys disse: “A prostituição é anterior ao capitalismo. Há relatos na Bíblia e em textos da antiguidade. No mais, todos nós somos explorados, nossos corpos estão a

serviço do capital em diversos âmbitos da vida, nas mais variadas profissões” (PROJETO... **Sexuality Policy Watch**, sem data especificada).

A partir dessas considerações, portanto, percebe-se que não encontramos apenas a visão de que a prostituição é um fenômeno da sociedade patriarcal criado para garantir o acesso dos homens aos corpos das mulheres. Guacira Lopes Louro (2011) pondera que, mesmo tendo sido fundamentais, as denúncias sobre a opressão a que são submetidas as mulheres e sobre o silenciamento de suas vozes acarretaram também a consolidação de noções que vitimizam as mulheres ou que as culpam por sua posição social subordinada.

Resgatando a abordagem de Joan Scott, Louro (2011, p. 35) aponta que é necessário acabar com a lógica que concebe os gêneros como dicotômicos e que é utilizada nas tentativas de compreensão da sociedade. Nessa perspectiva dicotômica, “usualmente se concebem homem e mulher como polos opostos que se relacionam dentro de uma lógica invariável de dominação-submissão”. A única forma de relação entre o masculino e o feminino, pontua, seria a de um polo dominante e outro dominado, em uma via de mão única. Como evidencia a autora, essa ideia é problemática para a teoria feminista, pois fixa cada gênero em um lugar específico, desconsiderando que os sujeitos dessa oposição se relacionam também a partir de suas diferenças de classe social, raça e geração, entre outras identidades que os influenciam no estabelecimento de solidariedades ou de antagonismos. É preciso perceber, então, que a oposição é construída, não é inerente, e que o poder pode ser exercido em várias direções, já que “os grupos dominados são, muitas vezes, capazes de fazer dos espaços e das instâncias de opressão lugares de resistência e de exercício de poder” (LOURO, 2011, p. 37). Sem ignorar que as mulheres, assim como os homens que não se enquadram nos padrões da masculinidade hegemônica, são mais frequentemente constituídas como o outro, o diferente, a pesquisadora salienta a existência de possibilidades e diferentes formas de resistência desses sujeitos. Em outra obra, Louro (2001) ressalta que é necessário considerar que as posições de gênero e de sexualidade se multiplicaram e que as fronteiras entre esses lugares são continuamente atravessadas – sendo que alguns sujeitos se posicionam socialmente justamente nas fronteiras.

Em um sentido semelhante, Juliano (2002) alega que defender que as prostitutas precisariam ser resgatadas ou julgar a prostituição como peça fundamental do sistema patriarcal tem como resultado impedir que a transgressão social realizada por essas pessoas possa ser capitalizada como rebeldia. A estigmatização da prostituição, seja como moralmente condenável, seja como relação inegavelmente exploratória, enfraquece o potencial questionador que pode estar presente nas práticas marginalizadas. Desse modo, as

transgressões à norma estabelecida para as mulheres faz com que sejam desvalorizadas e situadas em uma posição social sem reconhecimento e legitimidade – inclusive por movimentos que têm a pretensão de defendê-las.

Ao refletirmos sobre a questão dos corpos, consideramos, seguindo Guacira Lopes Louro (2000), que em nossos cotidianos encontramos diversos investimentos pedagógicos com o sentido de fortalecer práticas e identidades sexuais hegemônicas, mas buscamos maneiras de responder, transformar ou subverter as imposições disciplinares que são feitas aos nossos corpos. Há que se considerar que a experiência corporal não é universal e que, como pontua a antropóloga Maria Luiza Heilborn (1997), ela é determinada por construções culturais que fazem com que a própria sensação corporal seja produto destas ideias. Existem, então, diferentes formas de relação com os corpos e com as sensações produzidas por ele, relacionados a processos culturais que definem quais as maneiras aceitáveis para lidar com os corpos e que se conectam à construção das sexualidades. Assim sendo, a sexualidade se diferencia e possui significados distintos entre os grupos que compõem a sociedade, sendo elaborada de modos peculiares que podem variar conforme o gênero e classe social, mas também de acordo com elementos como a vida familiar, a socialização escolar, os contatos com a vizinhança, as redes de amigos e o acesso aos meios de comunicação (HEILBORN, 2002).

Pensamos, então, que tais relações distintas com os corpos possam existir entre as trabalhadoras do sexo e participantes de grupos contrários à prostituição, ou mesmo dentre o coletivo das prostitutas – que é heterogêneo e composto por pessoas de diferentes trajetórias, gerações, classes sociais, escolaridades, crenças religiosas, dentre outras características que as distinguem. Portanto, julgar que todas as mulheres deveriam pensar da mesma forma sobre seus corpos e os usos que dele fazem em relação à sexualidade, baseadas no entendimento de que tais corpos não poderiam ser utilizados em relações sexuais que envolvam remuneração, apresenta-se como tentativa de regram a sexualidade ao prever que ela só poderia manifestar-se de um jeito. Inspirados por observações de Fernando Seffner (2011) sobre a conexão entre a conquista de direitos e a normalização da população LGBT – que aqui empregamos para abordar a prostituição –, é possível indagar o quanto determinados grupos feministas, preocupados com a opressão patriarcal e com a exploração das prostitutas, ignoram outras formas de desejo ou de envolvimento sexual existentes e acabam marginalizando as mulheres envolvidas nessas práticas.

Ao definir que as relações sexuais derivadas da prostituição devem ser sempre combatidas, se estaria desconsiderando que a atividade pode representar para algumas das trabalhadoras do sexo – mesmo que não para todas – escolha resultante de seus desejos ou espaço de satisfação e prazer, como foi possível identificar nas falas de algumas entrevistadas. Ao ser questionada se gostava ou não de seu trabalho, Milena respondeu: “Gosto, gosto, porque eu gosto de sexo. Não me estresso com isso [fazer programa]. Eu não gosto de homem cavalo, fedorento, mas eu gosto em si do sexo”. Já Paola explica seu início na prostituição e Simone fala sobre sua relação com a atividade:

Eu tava solteira, sabe aquela coisa, solteira, não tem compromisso com nada, tipo, ah, transar por dinheiro mesmo, se tiver que transar na rua transam, então porque eu não posso fazer isso por dinheiro?[...] Na realidade eu já gostava de sexo, então eu juntei o útil ao agradável (PAOLA, 29 anos, prostituta há quatro anos).

Pra gente, isso aqui é uma espécie de vício, no momento em que tu começa é muito difícil sair, e pro homem é a mesma coisa. No momento em que ele acostuma a vir em cabaré e ficar com vários tipos de mulher, ele não vai ficar com só uma. Isso é hábito, eu já percebi. É que nem eu, fazendo estágio, trabalhando em outra coisa, tu sente falta disso aqui. Entende? (SIMONE, 33 anos, prostituta desde os 18).

Por sua vez, Ana sustenta que escolheu a prostituição em detrimento de outras possibilidades de emprego pela diversão proporcionada pelo mercado do sexo, já que era solteira, tinha casa própria e não tinha filhos. Ela relata ainda que sua ocupação atraía a curiosidade das amigas:

Em 2004, eu estudava ainda, eu tinha um grupo de amigas que sabiam e tavam louca pra ir, só não iam porque não tinham coragem, mas fazia uma festinha particular elas adoravam, iam de graça. Elas não queriam cobrar, mas adoravam a ideia, perguntavam coisas (ANA, 33 anos, foi prostituta por 10 anos).

O olhar sobre a prostituição concebendo-a como vinculada aos desejos e à liberdade sexual é exibido em dois textos da análise, que usam como fontes o presidente da ONG DaVida, Roberto Domingues, e Raquel Pacheco, que atuou como prostituta e ficou conhecida como Bruna Surfistinha:

Segundo Domingues, as prostitutas exercem um papel fundamental ao alargar os limites do que sejam sexualidade, prazer e desejo. “Ao se colocarem na esfera pública como iguais em direitos, elas alteram o campo de força social, impondo uma transformação ao poder vigente, o que representa um avanço democrático”, conclui (PROJETO... **Conexão Jornalismo**, 2014).

Bruna é personagem para Raquel, a última se declara feminista e acredita que sua antiga profissão é uma forma de lutar pela liberdade sexual feminina. Enquanto era Bruna, buscava o prazer, dos outros e também o seu próprio, já como Raquel

acredita que esta busca é tão válida quanto a busca por si mesmo (ALBUQUERQUE, Hellen. **Bem Paraná**, 2013).

As últimas citações dos textos e das entrevistas sugerem, por fim, que se pode compreender a prostituição também como fenômeno que está ligado ao modo como os sujeitos percebem o sexo, seus corpos e seus desejos, e que permite a experimentação sexual. Percebe-se, ainda, a possibilidade de que a atividade seja positivada ao pensarmos nela como potencial resistência às normas de gênero que impõem relacionamentos heterossexuais monogâmicos com fins reprodutivos como padrão a ser seguido⁴⁶. Como pondera Olivar (2012, p. 109), muitas mulheres prostitutas

compartilham um conjunto de saberes e poderes sobre seus corpos, o sexo, o casamento, as relações com os homens, a rua e a noite, o dinheiro, os limites do seu negócio, o que foi aprendido nas suas trajetórias de vida e no vai e vem da própria prostituição, e não em nenhuma organização de “resgate” ou “empoderamento”. É ali que o dinheiro, com o tesão, o amor, o lazer, o divertimento, se constrói cuidadosamente como um objeto de desejo e de mediação da troca sexual, não como uma ferramenta de compra, alienação ou dominação.

Nesse sentido, então, o antropólogo reflete sobre a possibilidade de incluir a prostituição no debate sobre os direitos sexuais – o direito a viver e expressar os afetos e a sexualidade sem discriminação e violência – pensando a relação deste e de outros grupos sociais com o trabalho e o prazer.

Buscamos, na presente categoria, desenvolver algumas questões suscitadas pelas abordagens encontradas nos textos e nas entrevistas sobre os corpos, a sexualidades e as questões de gênero. Embora o enquadramento preponderante sobre este tema atribua a existência da prostituição à necessidade patriarcal de acesso aos corpos femininos, o que pode ser constatado especialmente nos debates propostos por espaços feministas que fazem parte de nossa análise, foi possível identificar que existem outros entendimentos que problematizam essa visão e sugerem que a prostituição também pode ser espaço para afirmação da autonomia e da liberdade sexual de muitas mulheres.

⁴⁶É relevante, contudo, considerar que muitas das trabalhadoras do sexo, como pontua Olivar (2012), possuem uma percepção da prostituição como relativamente dessexualizada, pois, para que a concebam como trabalho viável, buscam estabelecer uma distância de seu próprio erotismo e de seu corpo.

4.3 REFLEXÕES SOBRE OS ENQUADRAMENTOS

Durante a realização da análise dos enquadramentos desenvolvida no capítulo anterior, nos deparamos com a necessidade de relacionar certas questões apresentadas em enquadramentos distintos. Foi possível reconhecer que o tema possui diferentes ângulos a serem considerados, de modo que se torna difícil defini-lo como sendo somente a) “um trabalho como outro qualquer”, b) a possibilidade de apropriação do corpo feminino pelos homens, c) a exploração de mulheres pobres, d) uma ameaça às famílias ou e) uma forma de resistência contra a normatividade de gênero que define que a sexualidade das mulheres deve ser reduzida ao matrimônio. Parece-nos restritivo, então, pensar o fenômeno a partir de apenas uma perspectiva, pois a abordagem sobre a prostituição requer que passemos pelas dimensões do trabalho e da troca comercial, mas deve também compreendê-la “como ideia cultural, nome, corpo e espaço de prática e experiência” (OLIVAR, 2013, p. 35).

Contudo, aliada ao período de observação e atuação junto às prostitutas que frequentam o NEP, a exploração dos conteúdos dos textos e das entrevistas revela enquadramentos e entendimentos limitantes sobre a temática. É notório que frequentemente as prostitutas não são pensadas como sujeitos de direitos⁴⁷ na nossa sociedade, seja nos enquadramentos comunicacionais, nos discursos do senso comum ou nos posicionamentos do poder público. Embora a prostituição seja uma ocupação reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em distintas passagens ela não parece ser considerada uma possibilidade racional de atividade para homens e mulheres – nem como trabalho, nem como espaço de experiências ligadas à sexualidade e aos desejos. Situadas em um limbo legal que não criminaliza a prostituição, somente seu entorno, mas tampouco a legitima como profissão, as prostitutas se tornam sujeitos das políticas de Estado unicamente na área da saúde, mais especificamente nos projetos de prevenção a doenças sexualmente transmissíveis. Nesse sentido, acreditamos ser viável pensar que as trabalhadoras e os trabalhadores do sexo são público alvo de iniciativas governamentais com caráter de “redução de danos”: o país não assume de fato a perspectiva abolicionista e, a partir disso, coíbe a prostituição e cria

⁴⁷ Conforme afirmam Guareschi, Lara e Adegas (2010, pp. 336-337), “na construção do Estado moderno, emergem diferentes tecnologias de poder (disciplinar e biopolítica) que, ao regulamentarem as políticas públicas a partir dos direitos Humanos, constituem o sujeito de direitos. O Estado moderno teria construído, ao longo dos últimos séculos, a figura de um sujeito dotado de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais a partir de diferentes práticas estatais e não-estatais de intervenção nos fenômenos relativos à vida da população”.

alternativas de renda para as prostitutas, mas tampouco a afirma como profissão e busca garantir mais direitos e melhores condições para as pessoas que nela estão envolvidas. Ao mesmo tempo, são tomadas medidas para evitar a disseminação do HIV/aids e de outras DSTs em uma visão que pode reforçar a estigmatização desse coletivo.

Essa vinculação da prostituição à aids – enfermidade que é construída socialmente como ligada ao desvio e na qual os indivíduos são divididos entre as vítimas, como os hemofílicos e as crianças, e os “culpados” pela sua contaminação, como a população LGBT, os usuários de drogas e as prostitutas (SEFFNER, 1998b) – é notada nos espaços comunicacionais e se faz presente também nas entrevistas, visto que algumas das participantes da pesquisa demonstram perceber-se como vulneráveis e expostas a doenças. Ao fazer essa constatação, não pretendemos menosprezar a necessidade de que as pessoas trabalhadoras do sexo sejam contempladas pelas políticas de saúde que buscam prevenir DSTs e o HIV/aids, já que a vulnerabilidade à infecção aumenta quando o indivíduo está desinformado, não está preocupado, não possui acesso a serviços de apoio e saúde ou não possui confiança para mudar comportamentos (MANN, 1993 apud SEFFNER, 1998a). Todavia, a ênfase em trabalhar com esse grupo somente a partir de tal perspectiva, desconsiderando a saúde integral da mulher, corrobora a imagem de que as prostitutas são disseminadoras de doenças sexualmente transmissíveis e dá espaço para posicionamentos higienistas que avaliam que as pessoas trabalhadoras do sexo devem ser incluídas nas políticas públicas com o intuito de que não contaminem o restante da população (ALLES e COGO, 2013).

Por outro lado, é oportuno considerarmos que as prostitutas não são as únicas trabalhadoras expostas a adoecerem em suas atividades laborais. A infecção com HIV/aids, por exemplo, também é uma possibilidade para os profissionais da área da saúde. Em 2001, o ministério da Saúde brasileiro lançou um Manual de Procedimentos sobre doenças relacionadas ao trabalho, apontando que novas tecnologias e novos métodos gerenciais resultaram na intensificação do trabalho e na instabilidade do empregado, modificando o panorama de doenças relacionadas às atividades profissionais. Nesse guia, são citadas dezenas de doenças associadas aos mais distintos trabalhos, sejam elas infecciosas, do sangue, do sistema nervoso, dos olhos, dos ouvidos, de pele, dos sistemas circulatório, respiratório, digestivo, urinário e osteomuscular, tumores, nutricionais e transtornos mentais e de comportamento (BRASIL, 2001). Com essa observação, portanto, buscamos pontuar que DSTs e aids, sendo doenças transmissíveis, requerem prevenção e tratamento para evitar o alastramento, mas a exacerbação dos riscos à saúde implicados na prostituição nos remete à

reflexão de Juliano (2002) sobre certos questionamentos ou ponderações que são feitos somente quando se trata do mercado do sexo – em relação à saúde, aos motivos de escolha, à mercantilização do corpo ou a possibilidade de felicidade na atuação laboral – e que servem para desqualificar essas ocupações e negatizar as vantagens que podem ser levadas em conta pelas pessoas que decidem atuar na prostituição.

Tentando fazer com que as prostitutas sejam percebidas como cidadãs e deixem de ser amparadas somente no que diz respeito à prevenção de Hiv/aids, o movimento organizado em torno da Rede Brasileira de Prostitutas, assim como as entidades internacionais, tem buscado fortalecer a representação trabalhista da prostituição. Marlene Teixeira Rodrigues (2009) menciona a tentativa de ressignificação da prostituição feita pelos movimentos de prostitutas a partir do viés do trabalho, com o objetivo de deslocar o tema dos espaços de saber das ciências jurídicas e da saúde pública para as perspectivas de cidadania e direitos humanos. Também Piscitelli (2005) comenta que, dentro dos debates feministas e acadêmicos, parte dos pesquisadores atua em colaboração com ideias de pessoas trabalhadoras do sexo que se afirmam sujeitos de direitos enquanto pertencentes a uma categoria ocupacional. Afirmar a prostituição como trabalho atribui seriedade e legitimidade à ocupação, elabora uma representação positiva e coloca em pauta a luta pela garantia dos direitos trabalhistas. Nesse sentido, Olivar (2012, p. 96) ressalta que “o foco no trabalho tem permitido às prostitutas organizadas construir alianças que nunca antes teriam imaginado com ‘os cidadãos liberais’ e combater o estigma de *vadiagem* que por décadas cossustentava a violência contra elas”.

A tentativa de distanciamento das ideias de ócio, boemia e vadiagem que frequentemente são relacionadas à prostituição é nítida nas falas de algumas de nossas entrevistadas. Alana conta que trabalha cerca de 12 horas por dia, em dois locais, para prover tudo o que as filhas necessitam, por isso vai de casa para o trabalho e do trabalho para casa. Como anteriormente relatado, ela faz questão de destacar que a prostituição permitiu que ela comprasse uma boa casa e proporcionasse às filhas oportunidades de estudo que ela não teve. Assim como ela, Silvana destaca “que a prostituição não é só bagunça, é pra sustentar uma família mesmo, pra remédio, roupa, calçado, comida” e afirma que, diferentemente de suas colegas, não é uma mulher “vulgar”. Percebe-se, então, concordando com Olivar (2012, 2013), que para algumas mulheres enfatizar a perspectiva trabalhista parece exigir uma representação dessexualizada da prostituição, distanciada das noções de sensualidade, prazer e diversão que fazem parte do senso comum sobre a atividade. De acordo com o pesquisador,

para que a prostituição possa ser julgada por elas como seu trabalho é preciso que a moral laboral não seja confundida com o conteúdo sexual e a mulher prostituta consiga se apartar de seu próprio erotismo.

Assim sendo, acreditamos que a dessexualização e a consolidação do caráter laboral da prostituição se constituem como estratégias de combate ao estigma nas narrativas das prostitutas. Juntamente com esses fatores, identificamos o destaque para a situação financeira favorável – em relação às atividades anteriormente desempenhadas – propiciada pela ocupação. É relevante que, embora não tenham determinados direitos reconhecidos, sejam moralmente condenadas e por vezes alvo de controle policial e sanitário, a melhor situação econômica é apontada por algumas como fator determinante para que permaneçam na ou retornem à prostituição e convivam com o estigma e a marginalização. Assim, podemos pensar que, em uma sociedade que atribui tamanho valor ao trabalho, a ênfase na situação econômica e em uma melhor qualidade de vida oportunizadas pela prostituição busca atenuar os juízos negativos sobre a ocupação que se refletem nas percepções das entrevistadas sobre sua própria atividade. Tal realce é recorrente também nos textos analisados, que divulgam os ganhos financeiros mensais das prostitutas consultadas como fontes, como se fosse necessário indicar justificativas para a escolha pela prostituição.

A partir disso, propõe-se aqui a reflexão sobre a ascensão dessas pessoas à condição de cidadãs através do consumo. Retomando Zygmunt Bauman (1999), compreende-se a esfera do consumo como a que pode conceder a elas um espaço de reconhecimento na sociedade. Para o sociólogo polonês, a sociedade molda seus membros para que assumam o dever de desempenhar o papel de consumidor. Todos podem desejar ser consumidores, embora nem todos o possam ser de fato – os sujeitos que não conseguem recursos para consumir são considerados inúteis, redundantes, indesejados. Em outra perspectiva, Nestor García Canclini (2006) coloca que, atualmente, as pessoas sentem que questões relacionadas à cidadania, como a que lugar pertencemos e quais os direitos que temos, por exemplo, são melhor respondidas pelo consumo de bens e dos meios de comunicação do que por instituições políticas e regras da democracia. Para ele, o consumo não deve ser analisado como somente a posse de objetos, mas como parte de interações socioculturais e como apropriação coletiva em relações de solidariedade e distinção entre os sujeitos. Independentemente do olhar sobre o tema, as narrativas sugerem que, para além da positivação que a atribuição de trabalho traz à prostituição, a inserção na esfera do consumo proporcionada pela atividade já garante que sejam concebidas como cidadãs em momentos de seu cotidiano, especialmente quando

conseguem omitir ou se distanciar da característica que as estigmatiza. Voltando ao exemplo de Alana, notamos que as condições materiais conquistadas pela prostituição fazem com que ela seja reconhecida e respeitada no bairro em que vive.

Nessa configuração, as discussões e argumentos apresentados na análise conduzem à compreensão de que não há cidadania engendrada na prostituição em si. Em uma parte significativa dos enquadramentos aqui expostos, subentende-se que a cidadania seria concedida às prostitutas em momentos específicos: quando são parte de grupo contemplado por políticas públicas de saúde, quando se apresentam como pessoas com condições de consumir, quando conseguem sair da prostituição e encontrar outras formas de sustento consideradas menos exploratórias. Tomando a noção de cidadania como um conjunto de direitos, um conjunto de responsabilidades e um sentimento comum de que se faz parte de uma sociedade (CORTINA, 2005), interpretamos como pouco provável que as pessoas trabalhadoras do sexo se reconheçam e sejam reconhecidas como cidadãs plenas, visto que não possuem direitos garantidos a outros sujeitos e são discriminadas, vitimizadas ou culpabilizadas por uma de suas identidades.

Depreende-se então que é a partir da perspectiva trabalhista que as prostitutas mais se aproximam da conquista da cidadania enquanto grupo social. Tanto nos textos que fazem parte do corpus da pesquisa quanto nos debates públicos acerca da prostituição, raras são as reflexões que sugerem uma positivação para além da ideia de trabalho e que problematizam questões como os direitos sexuais, a liberdade dos corpos e a autonomia feminina, e que observem a singularidade dos sujeitos. Assim, considerando que a representação da diversidade dos indivíduos que atuam na prostituição permite a construção de entendimentos não dicotômicos sobre o tema que evidenciem as diferentes motivações, desejos e sensações das prostitutas – e que promovam a cidadania e combatam a discriminação dessas pessoas, independentemente da concepção da prostituição como escolha de vida ou como situação passageira – acreditamos ser essencial a visibilização das narrativas, opiniões e demandas de pessoas trabalhadoras do sexo nos espaços comunicacionais. Durante a investigação dos enquadramentos, a visibilidade (ou a falta de) se constituiu como problemática que merece atenção ao refletirmos sobre os enquadramentos da prostituição publicizados nos meios de comunicação. A seguir, portanto, expomos breves considerações acerca da participação das prostitutas nas discussões públicas e midiáticas travadas sobre sua ocupação, buscando também pensar sobre os sujeitos que são tidos como legítimos para abordar o assunto nos espaços comunicacionais analisados.

4.4 A VISIBILIDADE DA PROSTITUTA

Na análise apresentada até aqui, constatamos a existência de uma disputa pelo estabelecimento dos significados da prostituição na sociedade por diferentes grupos. Em alguns casos, encontramos explicações causais para o fenômeno, como se ele pudesse ser examinado sem levar em consideração sua complexidade e a diversidade dos sujeitos que nele atuam.

Merece destaque que, embora não seja notória em diversos textos analisados, tal complexidade é observável nas falas das prostitutas que participaram da nossa investigação. Pode ser constatada nas narrativas de Paola, Milena e Alana, que atestam ser prostitutas para sustentar os filhos, mas relatam que o início na prostituição se deu por outros motivos: Alana decidiu largar um emprego de secretária para dedicar-se somente à prostituição, enquanto Paola e Milena, ainda sem filhos, consideraram que poderia ser um trabalho adequado, já que elas gostavam de sexo. Ou na de Simone, que revela sentir falta da prostituição nos momentos em que se dedica a outras atividades, ao mesmo tempo em que afirma não ser digna para frequentar uma igreja. Assim, compreendemos que conhecer as trajetórias e opiniões das trabalhadoras do sexo oportuniza refletir sobre a prostituição sem recorrer a explicações prontas e fixas.

Ouvir os posicionamentos dos sujeitos que vivenciam a experiência da prostituição se constitui, portanto, como fundamental para a elaboração de percepções sobre o tema. Contudo, no material analisado não encontramos muitos indícios de que tal escuta seja entendida como necessária, visto que trabalhadoras do sexo ou mulheres que já atuaram na prostituição são utilizadas como fontes somente em 18 textos, que representam 27,7% da mostra da pesquisa. Ao todo, há 31 falas ou citações de prostitutas – todas mulheres –, sendo duas de “ex-prostitutas” e 16 correspondentes a mulheres com alguma visibilidade midiática: em sete textos, Gabriela Leite é fonte ou são apresentadas citações suas retiradas de outros espaços comunicacionais; Cida Vieira, presidente da Associação de Prostitutas de Minas Gerais, é fonte em quatro textos; Lola Benvenuti, em três; e Raquel Pacheco, a Bruna Surfistinha, em dois.

Também são consideradas fontes apropriadas nas abordagens sobre o tema: 16 intelectuais, pesquisadores ou professores universitários – dentre eles, Jurgen Habermas, Gayle Rubin, Margareth Rago, Ana Paula Silva e Thomas Blanchette, Elisiane Pasini e Richard Poulin –; onze parlamentares, que são os deputados federais Jean Wyllys (PSOL-RJ), Pastor Eurico (PSB-PE), Marco Feliciano (PSC-SP), Arolde de Oliveira (PSD-RJ), João Campos (PSDB-GO), Flávia Moraes (PDT-GO) e Rubens Bueno (PPS-PR), os deputados federais que deixaram o Congresso em 2014 Anthony Garotinho (PR-RJ), Domingos Dutra (SDD-MA) e Severino Ninho (PSB-PE) e o deputado estadual de Minas Gerais Carlos Henrique (PRB); oito militantes feministas, sendo seis representantes da Marcha Mundial de Mulheres. São citados ainda posicionamentos de entidades e setoriais como a Mulheres da CUT e a Mulheres em Luta (PSTU), a organização francesa Scelles, as entidades de prostitutas DaVida e Aprospb (Paraíba) e o fórum Observatório de Sexualidade e Política.

Sendo o proponente do projeto de lei que pretende regulamentar a prostituição, o deputado federal Jean Wyllys se consolida como a principal fonte para tratar sobre o assunto. Suas declarações são empregadas em 29 textos, ou seja, em quase 45% do corpus da pesquisa – em portais de notícias, em sites governamentais e de ONGs e também em espaços comunicacionais que combatem a prostituição. Ele aparece, portanto, em onze textos a mais do que as trabalhadoras do sexo. O parlamentar é o mais qualificado para explicar as intenções do projeto, sua forma de implementação e as mudanças sociais que ele pode acarretar. Todavia, sendo uma medida que tenta melhorar as condições de vida das trabalhadoras e dos trabalhadores do sexo, não seria importante considerar e apresentar também as opiniões e ponderações desses sujeitos quanto à mudança proposta, seja nas notícias que buscam informar os leitores, seja nos artigos que se posicionam de forma contrária ou favorável ao PL? A compreensão da prostituição oferecida pelas pessoas que nela atuam nos parece indispensável para a formação de pareceres sobre o fenômeno. Embora não consideremos que somente os sujeitos envolvidos possam se posicionar sobre um tema específico, ouvir o que as pessoas estigmatizadas e marginalizadas têm a dizer sobre suas práticas cotidianas permite ampliar as perspectivas de entendimento sobre a questão. Com base na convivência e nas entrevistas realizadas com prostitutas que atuam no centro de Porto Alegre, constatamos que não é plausível representá-las somente a partir das ideias dicotômicas de vitimização ou culpabilização por suas experiências nessa posição moralmente condenada em nossa sociedade.

Sob essa perspectiva, problematiza-se aqui a escassa presença das falas e reivindicações de trabalhadoras do sexo no conteúdo produzido, que, ao tematizar a prostituição e sua regulamentação, se refere à vida delas. Nas 23 matérias publicadas em portais de notícias que fazem parte da análise, há falas de prostitutas (ou de um representante da ONG DaVida) em oito textos; dentre os 14 textos feministas, um apresenta relato de prostituta sistematizado pela Associação de Prostitutas da Paraíba e outro cita fala de Gabriela Leite para criticá-la; nenhum dos conteúdos publicados em espaços religiosos apresenta trabalhadoras do sexo como fonte. É digno de realce que, embora o projeto de lei seja destinado a todas as pessoas que atuam na prostituição, nenhum homem trabalhador do sexo é consultado. Apenas uma das 65 matérias, intitulada “Prostitutas defendem a legalização da prostituição: ‘Estariamos mais seguras’” (MARTINS, 2014), possui como tema central a opinião das profissionais do sexo sobre a regulamentação de seu trabalho. Em sua maioria, as declarações de prostitutas que constam no material analisado são atribuídas a representantes do movimento organizado, como Gabriela Leite e Cida Vieira, que afirmam a participação da Rede Brasileira de Prostitutas na construção do projeto, e, assim sendo, posicionam-se de forma favorável a ele, ou então são de Lola Benvenuti e Bruna Surfistinha, que conquistaram um reconhecimento midiático e se apresentam como diferenciadas das demais – apesar de não atuarem mais, ambas defendem a regulamentação nos espaços comunicacionais investigados.

O que é posto em circulação nos espaços de visibilidade midiáticos pode fazer com que conheçamos experiências e realidades que não acessamos em nossas rotinas. Como coloca John B. Thompson (2012), o desenvolvimento da mídia aumentou a capacidade que temos de acompanhar fenômenos que dificilmente fariam parte de nosso cotidiano. O sociólogo defende que

a luta por se fazer ouvir e ver (e impedir que outros o façam) não é um aspecto periférico das turbulências sociopolíticas do mundo moderno; pelo contrário, está no centro dele. O desenvolvimento dos movimentos sociais, como o movimento das mulheres e dos direitos civis, fornecem amplo testemunho de que as reivindicações de grupos até então subordinados ou marginalizados só se conquistam através de lutas pela visibilidade midiática. A evolução de tais movimentos também comprova o fato de que, ao conquistar algum grau de visibilidade na mídia, as reivindicações e preocupações de indivíduos particulares podem ter algum reconhecimento público, e por isso podem servir como um apelo de mobilização para indivíduos que não compartilham o mesmo contexto temporal-espacial (THOMPSON, 2012, p. 310).

De acordo com Rousiley Maia (2008), os meios de comunicação viabilizam oportunidades para que os sujeitos produzam sentidos sobre si e sobre suas relações com os

outros. A visibilidade pode, portanto, fomentar debates politicamente relevantes, colocando em pauta lutas e demandas dos movimentos sociais e provocando mudanças nas relações sociais que se estabelecem presencialmente. Levar em conta visões diferentes e escutar o que dizem os outros, sustenta a autora, pode contribuir para modificar ou subverter representações e discursos hegemônicos. Consideramos, então, que a visibilidade das narrativas de trabalhadoras e trabalhadores do sexo possui a potencialidade de transformar representações sociais negativas construídas sobre esses sujeitos e de expor a heterogeneidade das pessoas que atuam como profissionais do sexo. Suas histórias, trajetórias e opiniões podem ampliar as reflexões sobre a temática e alterar os estereótipos que definem a prostituta como uma completa vítima ou como uma devassa destruidora de famílias, pois oportunizam descobrir que muitas dessas mulheres também têm famílias, filhos, netos, companheiros ou companheiras, frequentam instituições religiosas, são consumidoras e muitas vezes também estudantes. Aproximar-se do que as prostitutas pensam sobre suas próprias experiências na prostituição suscita ainda ponderações sobre as diferentes formas de relação com os corpos e as sexualidades e põe em discussão questões de gênero e suas interseccionalidades.

Compreende-se, ainda, que a exposição nos espaços comunicacionais da vivência de um sujeito estigmatizado e das dificuldades por ele enfrentadas pode atuar como modo de tornar visíveis as trajetórias de muitos (THOMPSON, 2012). Entretanto, as experiências das prostitutas encontram pouco espaço nos conteúdos analisados e quando aparecem costumam ser expostas seguindo um padrão que busca explicar sua “queda” no mercado do sexo e apresentar seu rendimento mensal como forma de justificar sua escolha – como já apontamos na análise dos enquadramentos. Observa-se, então, que há muitas pessoas falando sobre prostituição, mas poucas são as vozes prostitutas contempladas. Assim sendo, compartilhando dos entendimentos de Ronaldo Henn (2006) de que os nossos conhecimentos sobre o mundo são elaborados tendo como referência o que é exposto ou excluído dos espaços comunicacionais, sendo os coletivos mais marginalizados submetidos a silenciamentos midiáticos acerca de suas memórias, concebe-se que as ideias circulantes sobre a prostituição são construídas predominantemente por sujeitos que não partilham dessa realidade e que muitas vezes sequer se aproximam dela. Com frequência, como se constata pela análise realizada, as prostitutas são suprimidas das discussões que as afetam, como é o caso da regulamentação da atividade como profissão.

Baseando-nos nas considerações de Verônica Figueiredo e Dione Moura (2013), que discorrem sobre o silenciamento das vozes indígenas nas notícias que falam sobre esses

povos, pensamos que o desinteresse ou a falta de esforço para que as prostitutas também sejam fontes permite que os sentidos acerca da prostituição sejam construídos por outros sujeitos e instituições. Quando o assunto é tematizado, repetidamente são exibidas representações ou estereótipos elaborados por outros grupos, e, por vezes, encontra-se a ideia de que as prostitutas não podem ser consideradas racionais e autônomas, por não terem consciência da opressão que sofrem – noção criticada por Laura Agustín (2013a) e Meena Seshu⁴⁸, secretária geral da organização indiana Sangram, que trabalha pelos direitos das trabalhadoras do sexo – e, assim sendo, é provável que também não sejam vistas como fontes qualificadas para falar sobre si próprias. Nesse sentido, também Rousiley Maia (2008, p. 213) coloca que mesmo que os cidadãos estigmatizados possuam habilidades e recursos para se pronunciar, “suas visões podem ser desconsideradas, uma vez que preceitos profundamente arraigados podem impedir que seus argumentos sejam efetivamente valorizados”. Entendemos, então, que a ausência de suas opiniões acaba repercutindo nas informações que são postas em circulação sobre as vidas das trabalhadoras e dos trabalhadores do sexo.

A visibilidade das narrativas das prostitutas nos espaços comunicacionais se constitui como meio para que, contemplando a singularidade dos sujeitos, a heterogeneidade do grupo e a complexidade do fenômeno sejam publicizadas e, então, incorporadas aos debates sobre o tema da prostituição e de sua regulamentação. Ponderando que não aparecem frequentemente como fontes em conteúdos comunicacionais, pode-se refletir sobre a pertinência de que os próprios movimentos organizados de prostitutas colocassem em circulação as narrativas de suas integrantes com o objetivo de difundir outras representações sobre essas pessoas. Como abordado no terceiro capítulo dessa pesquisa, autores como Silverstone (2002) e Castells (2003) ressaltam que a internet possibilita o surgimento de novas vozes nos debates desenvolvidos pelos meios de comunicação e permite que os valores e demandas de grupos específicos, minorias e grupos marginalizados sejam conhecidos por outras pessoas e exerçam influência em instituições e organizações a partir da visibilidade que adquirem. Também Jenkins, Ford e Green (2013) afirmam que o espalhamento das narrativas através das tecnologias digitais pode atingir públicos inesperados e angariar novos apoios às causas dos movimentos sociais, atraindo por vezes a atenção dos meios de comunicação tradicionais. Através da internet, portanto, há diferentes modos para que as ideias, opiniões e reivindicações de prostitutas revelem a diversidade de trajetórias e a dificuldade de

⁴⁸ No artigo *Feminists might learn a trick or two from sex workers*, publicado no site *Contestations – dialogues on women’s empowerment*. Disponível em <http://www.contestations.net/issues/issue-5/feminists-might-learn-a-trick-or-two-from-sex-workers/>. Acesso em 25 de setembro de 2015.

compreendê-las categorizando-as fixamente em determinadas posições. Tais relatos ou textos possuem ainda a propriedade de expor as dificuldades de assumir uma identidade estigmatizada.

Contudo, a estigmatização da prostituição é responsável pela clandestinidade da atividade e faz com que parte significativa das mulheres com quem convivemos durante a pesquisa pense na visibilidade como um problema, pois elas têm receio das consequências para a vida pessoal de cada uma, visto que muitas não revelam no que trabalham para seus familiares. Mesmo quando a família sabe, a exposição midiática pode ser considerada um incômodo – é o caso de Márcia, que, por experiências negativas como militante, evita o contato com a imprensa. Como anteriormente explanado, ela teve sua fotografia veiculada em importantes meios de comunicação brasileiros devido à polêmica gerada pela campanha do ministério da Saúde por ocasião do Dia Internacional da Prostituta de 2013. Todos os integrantes de sua família próxima sabem que Márcia é prostituta e militante, inclusive seus netos, que ainda são crianças. Embora nenhum deles faça julgamentos morais ou critique sua atividade, ela se sentiu desconfortável com a circulação de sua imagem por medo de que seus netos pudessem ser alvo de comentários maldosos na escola ou no bairro em que vivem. Verifica-se, então, que a exposição comunicacional da identidade de prostituta afeta também aos sujeitos que cercam os trabalhadores e trabalhadoras do sexo e pode estender a estigmatização e a discriminação a eles.

Ter sido alvo de opiniões negativas na cobertura comunicacional abalou Márcia emocionalmente e reforçou sua desconfiança em relação à imprensa:

Ligava a TV, passou em tudo que era canal, mas em forma de deboche, isso que eu não gostei da imprensa. Claro que tem a questão da comédia, que eles fazem com todo mundo, também com os políticos, mas fiquei pensando, ninguém se defende, ninguém se ofende com isso? Acho que não deveriam ficar rindo das coisas, deveriam comentar sobre o assunto de uma forma positiva, não tudo negativo. Acharam negativo eu ser prostituta e ser feliz, acharam muito negativo isso, por que negativo? Se a prostituição tá em qualquer esquina por aí, ela existe, não é inventada (MÁRCIA, 55 anos, prostituta há 29 anos).

Porque quando aparece [na mídia] é pra desmoralizar, é pra criticar, aí ninguém quer falar. Eu sou uma, eu não me interesso de ir num programa de TV. Se me convidar, eu não vou. Porque quem tá olhando, além de quem tá te entrevistando, além do programa, que a gente sabe que pode até te dar uma risadinha, mas está pensando “sai dessa vida”, que é isso que eles veem. Te olham dos pés a cabeça. E quem tá assistindo é pior (MÁRCIA, 55 anos, prostituta há 29 anos).

Assim como ela, Alana também não considera que a abordagem da temática nos espaços comunicacionais seja proveitosa. Segundo ela, a prostituição “é uma coisa de cada

um”, “é uma coisa da gente, então não acho que tem que comentar”. Já outras entrevistadas demonstraram interesse quando questionadas sobre a possibilidade de que prostitutas compartilhassem suas experiências em espaços comunicacionais. Paola, Raquel e Silvana acreditam que tais iniciativas poderiam ampliar o conhecimento sobre o tema e modificar ideias preconceituosas. Silvana defende que assim as prostitutas poderiam ser mostradas como mulheres trabalhadoras, que investem em suas famílias e casas, e não se preocupam somente com festas. Todas elas, porém, apontam a questão da clandestinidade como problemática a ser considerada, pois a exposição de seus rostos ou nomes pode prejudicá-las ou ampliar a discriminação para outras instâncias de suas vidas:

Eu gostaria. Eu até iria, só que, claro, não mostrar meu rosto né. Eu iria, eu gosto de falar. É bom ter palestras, passeatas, essas coisas, pro povo ir abrindo a mente e largando as prostitutas de mão (PAOLA, 29 anos, prostituta há quatro anos).

Eu fico na dúvida se não seria muita exposição para quem trabalha com isso, mas talvez as pessoas conseguissem ter um pouco mais de conhecimento, né (RAQUEL, 23 anos, prostituta desde os 20)

Importante [a visibilidade] é, mas eu não tenho certeza se muitas vão colocar a cara a tapa, porque acho que 99% das mulheres que trabalham com prostituição não é escancarado, não é todo mundo que sabe. Seria muito importante para ver que a prostituição não é só pra bagunça, é pra sustentar uma família mesmo, pra remédio, roupa, calçado, comida. Seria importante, mas eu duvido muito que elas aceitassem falar (SILVANA, 39 anos, prostituta há cerca de três anos).

A análise das falas das prostitutas revelou que esconder seu trabalho de familiares e entes queridos se constitui para elas como uma das maiores dificuldades enfrentadas no exercício diário de sua atividade e as leva a criar formas para distanciar sua vida familiar de seu local de atuação. O receio de que possam ser discriminadas ou ter vínculos familiares desfeitos é motivo para que permaneçam na clandestinidade e evitem a visibilidade comunicacional, que poderia ser estabelecida como estratégia de combate ao estigma. Dentre as entrevistadas, Ana foi a única que já havia pensado em relatar suas experiências como prostituta na internet. Ela afirma ter iniciado um blog e escrito alguns textos resgatando suas primeiras histórias na prostituição, mas problemas em seu computador a impediram de continuar. Para ela, mais do que um meio para informar outras pessoas sobre a prostituição, o blog possui a função de um diário em que ela pode organizar suas memórias.

É possível identificar ainda que a comunicação não é percebida pelas militantes do NEP como ferramenta a ser utilizada no combate à discriminação. Embora as entrevistadas demonstrem interesse em relatar suas vivências e considerem que a visibilidade do tema nos espaços comunicacionais pode apresentar noções e vozes silenciadas nas coberturas

mediáticas a partir da construção de novos enquadramentos, a produção de conteúdo comunicacional não é uma iniciativa delas e tampouco é algo que elas conheçam ou busquem na internet. Além disso, embora a internet possibilite a publicação de conteúdo sem a necessidade de que seus nomes e rostos sejam revelados, o receio de que sua ocupação seja conhecida ou de que seus familiares sejam expostos as afasta desse instrumento de representação de si mesmas. É pertinente levar em conta que, como coloca Fernanda Bruno (2004) baseada em Foucault, tornar visível o indivíduo desviante faz com que ele seja constantemente relacionado a uma identidade específica, frequentemente marginalizada, que pode piorar suas condições de vida. Enquanto poucas pessoas de suas relações conhecem sua atividade laboral, as prostitutas conseguem manejar suas representações de si próprias e, como coloca Goffman (1988), controlar as informações para encobrir o que a torna alvo de discriminação. A partir do momento em que sua identidade estigmatizada é visibilizada publicamente em um espaço comunicacional, os sujeitos precisam lidar com essa nova situação em que qualquer indivíduo pode reconhecê-la e sentir-se no direito de julgá-la, como percebemos no exemplo de Márcia acima relatado.

A estigmatização reforça a invisibilidade pública dessas pessoas, que raramente são questionadas sobre suas próprias vidas e que são mantidas e se mantêm na clandestinidade e às margens da sociedade para evitar a humilhação pública que a visibilidade pode trazer. Como pontua Fernando Braga da Costa (2004), a invisibilidade pública coloca os sujeitos em uma posição de rebaixamento social e político e a humilhação social, fenômeno constitutivo da invisibilidade pública, é expressão dessa desigualdade política em que os sujeitos são excluídos dos âmbitos da iniciativa e da palavra, o que influencia seus afetos, seus pensamentos, suas ações e seus corpos.

Ao refletirmos sobre o papel da comunicação na construção da realidade e pensarmos que os enquadramentos comunicacionais elaborados e postos em circulação possuem a potencialidade de contribuir para a manutenção ou para a transformação de situações de desigualdade ocasionadas pelas diferenças sociais, consideramos que há espaço para que comunicadores, especialmente jornalistas, considerem suas narrativas na elaboração de textos – respeitando as particularidades e sensibilidades que envolvem a divulgação de seus dados e imagens – para que essas pessoas possam passar a ser vistas como cidadãs, como protagonistas de suas histórias e agentes de suas vidas. Assim sendo, concordamos com Liliane Brignol (2010) sobre a importância dos meios de comunicação na construção de participações cidadãs desses sujeitos, visto que através da comunicação se pode elaborar ou

difundir outras representações simbólicas. De acordo com a pesquisadora, os meios de comunicação ainda possuem a capacidade de promover o encontro e a mobilização das pessoas para que, apropriando-se das tecnologias, possam posicionar-se e sentir-se participantes de um coletivo. A divulgação de suas narrativas e a consequente construção de outros enquadramentos comunicacionais sobre a prostituição, portanto, ao retirá-los da invisibilidade pública, pode ter um papel relevante na percepção de que a clandestinidade não é mais necessária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estimar o que os outros veem nunca será coincidir com os olhos deles. A compreensão mais segura vai sempre depender de ouvi-los. Não pede adesão irrefletida às opiniões do oprimido, mas alguma passagem para o lugar onde forma suas opiniões. Desde então, pede para dali formar minhas opiniões, dali desse lugar que não é o meu, não é o lugar do outro, mas um lugar intermediário, feito de quem saiu do seu e foi sentar-se em lugar estranho, ao lado de um nativo. Sentar-se ao lado traz conversa entre cidadãos e o gosto pela opinião dos outros. E o fim de conversa é o começo de outras. Nem sempre os nativos, para falar, precisam que nos sentemos ao lado deles: mas nós, para ouvi-los, precisamos sempre (GONÇALVES FILHO, 2004).

Escrita por um pesquisador da área da Psicologia no prefácio da importante pesquisa de Fernando Braga da Costa (2004) sobre a invisibilidade pública, a citação que abre a seção com nossas reflexões finais diz muito sobre a compreensão de comunicação que baseia a presente pesquisa e que considera que a escuta do outro é fundamental para a construção de uma comunicação mais cidadã, mais participativa e menos reprodutora de representações e discursos que reforçam desigualdades. Mesmo que tenhamos encontrado tal frase somente durante a escrita da tese, essa compreensão orienta minhas/nossas pesquisas durante toda a trajetória acadêmica, juntamente com a defesa que Boaventura de Sousa Santos (2009b) faz acerca da importância de reconhecermos as experiências e os conhecimentos que são desperdiçados e desacreditados em nossa sociedade por não serem originários de investigações consideradas científicas.

Assim como Cogo (2012, p. 49), entendemos “os meios de comunicação como espaços estratégicos para a expressão, mobilização, transformação sociocultural e política e para a produção de igualdade”, embora tenhamos em conta que tais espaços também podem colaborar para o aprofundamento de marginalizações e exclusões ao compartilhar noções preconceituosas sobre grupos ou indivíduos, e, desta forma, reforçar as desigualdades. Tendo essas premissas como inspiração para a nossa forma de olhar para a comunicação e de nos portarmos como pesquisadores, nossa proposta na presente pesquisa foi identificar de que forma a prostituição e as prostitutas são representadas em espaços comunicacionais da internet, buscando reconhecer os enquadramentos comunicacionais oferecidos para que o fenômeno possa ser compreendido pela sociedade. Tomando as narrativas das prostitutas

como essenciais para as reflexões sobre a atividade, procuramos observar como os enquadramentos estabelecidos pelos textos analisados se aproximam ou se distanciam dos pensamentos das mulheres com quem convivemos.

No esforço de tentar responder a essas inquietações, propusemos um diálogo com autores e estudos de diferentes áreas do conhecimento, especialmente da antropologia, da sociologia, da psicologia, da educação e do direito. A partir de uma perspectiva comunicacional e considerando a centralidade dos meios de comunicação ao espalhar narrativas e entendimentos sobre o mundo e sobre os acontecimentos, essas contribuições teóricas foram essenciais para refletirmos sobre os sentidos acerca da prostituição que circulam na sociedade, baseiam os debates sobre o tema e afetam as prostitutas e suas interações. Procuramos mobilizar um embasamento teórico que colocasse os conceitos de narrativa e enquadramentos comunicacionais, assim como as ideias sobre a convergência midiática, em interlocução com pesquisas sobre prostituição e outras temáticas que envolvem problematizações acerca das construções de gênero e sexualidade que pudessem nos auxiliar a pensar sobre os modos de representação do trabalho sexual na contemporaneidade. Durante o percurso da tese, o surgimento de novos questionamentos nos apontou a necessidade de observarmos o fenômeno da prostituição também considerando outras problemáticas, como a saúde e a visibilidade dos coletivos estigmatizados.

Metodologicamente, dividimos a investigação em distintos movimentos. Primeiramente, lidamos separadamente com a coleta e análise de textos e com as narrativas das trabalhadoras do sexo, para posteriormente integrá-los ao discorrermos sobre os sentidos presentes nos enquadramentos identificados. Nas diferentes estratégias, dedicamo-nos à observação participante na sede do Núcleo de Estudos da Prostituição de Porto Alegre e à realização de entrevistas com mulheres prostitutas que frequentam a entidade e atuam na área central da cidade, e também pesquisamos, selecionamos e categorizamos conteúdos disponíveis em espaços comunicacionais da internet. Acreditamos que os textos analisados não encerram todos os argumentos possíveis sobre a prostituição e sua regulamentação, mas, por abrangerem diferentes produtores e locais de publicação, permitiram que mapeássemos pontos significativos que estão presentes no debate público.

Isto posto, após a análise dos 65 textos e das entrevistas realizadas, pudemos estabelecer sete amplas categorias que abarcam os diferentes enquadramentos utilizados para pensar sobre a prostituição: exploração, trabalho, marginalização, estigmatização, criminalização, cuidados com a saúde e corpo, gênero e sexualidade. Partindo dessas

categorias, identificamos enquadramentos que propõem que a prostituição é sempre exploração das mulheres, especialmente das pobres, por um sistema patriarcal; uma forma de trabalho que permite o acesso a direitos, concebe o protagonismo dos sujeitos e pode proporcionar autonomia; uma atividade marginalizada em nossa sociedade, o que expõe as pessoas que a desempenham à estigmatização, à dificuldade de garantir direitos e à violência; um assunto que se relaciona diretamente à saúde pública, especialmente no que concerne a prevenção de DSTs e da aids. Encontramos ainda enquadramentos comunicacionais que abordam a questão através de representações que corroboram estereótipos e preconceitos, vinculam a prostituição a atividades criminalizadas ou então propõem a criminalização de seu entorno. Por fim, distinguimos argumentos e opiniões que suscitam a reflexão sobre o tema a partir dos debates sobre gênero e sexualidade. É interessante observar que, mesmo perpassando toda a discussão sobre o assunto, questões referentes às compreensões sobre gênero e sexualidade pouco são problematizadas nos textos e nas falas.

Embora algumas categorias apresentem pontos semelhantes e assuntos que se relacionam, a divisão oportunizou que determinadas questões fossem tratadas de forma específica. A estigmatização das prostitutas, por exemplo, precisa ser considerada dentro do contexto de marginalização da atividade, que está relacionado às construções dominantes sobre o corpo, gênero e sexualidade. Todavia, julgamos importante diferenciar os enquadramentos que reforçam os preconceitos dos que somente atestam que a marginalização existe, pois eles possuem a capacidade de sugerir posicionamentos variados sobre o tema: enquanto os argumentos estigmatizantes podem reforçar atitudes discriminatórias em relação a essas pessoas, apontar as condições de marginalização pode instigar maior empatia. Em outro exemplo, também cremos ser necessário ponderar a noção de que a prostituição é sempre exploração de mulheres à luz de estudos feministas e de gênero. Contudo, sendo a exploração uma compreensão muito presente nos textos, ela mereceu destaque em uma categoria particular para a realização de uma reflexão mais ampla.

Realçamos a existência de disputas de significado em torno de como o trabalho sexual deve ser julgado pela população e tratado pelo Estado – através de definições legais e políticas públicas. Dentre os posicionamentos localizados, há os que creem que as prostitutas são vítimas, mulheres oprimidas pela miséria, pela falta de oportunidades e por uma estrutura social machista. Concordamos com Dolores Juliano (2010) que essa classe de argumentos confunde a natureza da atividade, que se refere principalmente a serviços sexuais, com as condições de exploração em que ela pode ocorrer e que podem ser transformadas e

combatidas. Além dessa posição, há também quem alega que a prostituição é uma questão íntima, que não deve ser regulada nem tematizada pelo Estado – o que mantém as pessoas trabalhadoras do sexo em uma situação de insegurança e de lacuna de direitos. Há ainda os que avaliam que ela pode se constituir em uma possibilidade de trabalho ou em uma escolha e os que, mesmo defendendo que a prostituição não deveria existir, se unem aos apoiadores da perspectiva trabalhista visando a garantia de direitos e a menor estigmatização de quem está na atividade.

As percepções apontadas estão presentes em diferentes espaços comunicacionais, que mobilizam pessoas de variados grupos e coletivos para falar sobre o tema. Embora algumas ideias estejam presentes de forma predominante no material analisado, como é o caso da comprovação de que as prostitutas são marginalizadas na sociedade, é possível conectar certos enquadramentos com as procedências autorais/organizacionais. A noção de exploração manifesta-se com maior frequência nos textos feministas e também é notável no conteúdo publicado por espaços religiosos, assim como os olhares estigmatizantes são manifestos predominantemente nos textos religiosos. As citações que se referem às estratégias de saúde prevalecem nos portais de notícias e também nos sites institucionais, de ONGs ou de partidos políticos, enquanto as problematizações a partir dos estudos sobre gênero e sexualidade se sobressaem nos conteúdos feministas. Por sua vez, a perspectiva trabalhista é citada ou desenvolvida em distintos espaços, especialmente a partir das declarações e entrevistas do deputado federal Jean Wyllys, ou então expondo falas de militantes do movimento de prostitutas.

Dentro dessas perspectivas, foi possível presumir que a cidadania é associada à prostituição e às prostitutas a partir de pontos específicos. Muitos coletivos e sujeitos defendem o viés trabalhista como modo de serem percebidas como cidadãs, e embora esse posicionamento se constitua como relevante na luta por direitos e melhores condições de trabalho, também dá espaço a medidas e opiniões que propõem a normatização de comportamentos e certa “higienização” da prostituição. Já as prostitutas, em suas falas, destacam a inserção na sociedade através da esfera do consumo, que inclusive lhes permite se destacar entre amigos, familiares e vizinhos. Por outro lado, o governo brasileiro as inclui enquanto categoria/classe somente em políticas públicas da área de saúde, dedicando projetos a essas pessoas especificamente no que tange à prevenção de HIV/aids e outras doenças sexualmente transmissíveis. É perceptível que nas instâncias em que a atividade que as sustenta é ou precisa ser publicizada, não se concebe que as prostitutas deveriam possuir os

mesmos direitos e receber o mesmo tratamento que o Estado dedica aos cidadãos que possuem outra ocupação. Nesse sentido, finalizamos essa pesquisa inquietos com a necessidade de pensar a prostituição cogitando outros aspectos – como faz José Miguel Olivar (2012) ao propor uma reflexão inserida no debate acerca de direitos sexuais – que promovam a identificação das prostitutas como cidadãs em todos os âmbitos de suas vidas.

Além disso, a constatação de que se atribui ao deputado Jean Wyllys o papel de principal fonte para falar sobre a prostituição e sua regulamentação fomentam algumas problematizações. Como exposto durante a pesquisa, o fato de ser o proponente do projeto de lei o constitui como sujeito com propriedade para abordar o assunto. Contudo, é importante perceber que suas falas por vezes corroboram alguns estereótipos sobre a atividade, como é o caso da associação da prostituição a doenças sexualmente transmissíveis ou a condições de exploração. Assim, consideramos que, mesmo sendo o parlamentar um aliado da Rede Brasileira de Prostitutas e um importante apoio na luta pela conquista de mais direitos, sua presença nos conteúdos comunicacionais não substitui a relevância das narrativas das prostitutas e da circulação de suas vozes e experiências para a construção de posicionamentos acerca do tema.

Entretanto, como pudemos perceber ao longo da análise, essas narrativas pouco aparecem nos textos coletados. Avaliando que elas podem revelar outras visões sobre a prostituição, empenhamo-nos em trazer esses relatos para refletirmos sobre o âmbito da comunicação e os enquadramentos comunicacionais. Propondo-nos a investigar como um grupo socialmente marginalizado como o das pessoas trabalhadoras do sexo é visibilizado em espaços comunicacionais, nos apropriamos do conceito de memórias subterrâneas utilizado por Michael Pollak (1989) para ponderar que, assim como ocorre com outros grupos minoritários, as memórias e narrativas desses sujeitos costumam se opor às memórias oficiais e, quando conseguem ser postas no espaço público, passam à contestação e reivindicação de outros sentidos sobre esses coletivos. Para que possam se narrar, contudo, é preciso encontrar uma escuta.

Retomamos então a frase de José Gonçalves Filho (2004) que abre a seção de considerações finais para observar que, assim como consideramos que ouvir o que os sujeitos estigmatizados têm a dizer sobre suas experiências é essencial para que elaborem conteúdos comunicacionais sobre os coletivos de que fazem parte e sobre a realidade que vivenciam, buscamos privilegiar essas vozes também na construção e no desenvolvimento da pesquisa. O período passado junto ao Núcleo de Estudos da Prostituição proporcionou-nos acompanhar o

cotidiano de mulheres prostitutas, visitar seus locais de trabalho e conhecer suas histórias e trajetórias, seja a partir de conversas corriqueiras travadas na sede da entidade, seja nas entrevistas que conseguimos realizar graças à familiaridade conquistada por nossa presença constante no local. O acolhimento com que fui recebida pelas militantes tornou mais fácil o contato com as demais prostitutas e propiciou que eu fosse tomada por essas mulheres como mais uma integrante da organização. Ser considerada uma “voluntária” e participar da entrega de preservativos permitiu que eu escutasse inúmeros diálogos e conseguisse perceber que, em muitas ocasiões, a prostituição é vista por elas de uma forma mais leve do que se pensa no senso comum. Por outro lado, a participação também oportunizou acessar relatos sobre exploração, miséria e violência doméstica, em outros momentos. Através desses contatos tão ricos, foi possível conhecer diferentes olhares sobre a prostituição e variadas formas de perceber-se prostituta, o que nos levou a compreender que as análises sobre a temática precisam contemplar a sua complexidade.

Acreditamos que apresentar os enquadramentos comunicacionais encontrados no material selecionado aliados aos relatos e observações das prostitutas evidencia a multiplicidade de compreensões sobre esse assunto e sobre as próprias experiências das entrevistadas, além de mostrar que os significados atribuídos à prostituição por vezes se mostram ambíguos tanto nas falas das mulheres quanto nos discursos expostos nos meios de comunicação. As narrativas que pudemos acessar durante a pesquisa nos revelam que as próprias prostitutas reproduzem certos discursos que colaboram para sua estigmatização, nem sempre se percebem como pertencentes a um mesmo grupo social e por vezes procuram se estabelecer como diferenciadas, em um sentido moralmente positivante, ao se distanciar das condutas “condenáveis” de suas colegas. A pluralidade de ponderações possibilitadas pela convivência e pela escuta das prostitutas constitui o que avaliamos como uma das principais contribuições de nossa pesquisa. Elas nos mostram que pensar a prostituição, elaborar e difundir ideias sobre o fenômeno exige problematizar relações de gênero e classe, pesar questões trabalhistas e sanitárias e considerar as concepções acerca dos corpos, sexualidades e desejos normatizados em nossa sociedade.

Deste modo, entendemos que a transformação das noções estigmatizantes sobre a prostituição e a construção de enquadramentos comunicacionais que abranjam a complexidade do fenômeno exige estar atento ao que as prostitutas têm a dizer sobre seu trabalho, seus corpos e suas sexualidades. Sabemos que as mulheres que conhecemos, tão diferentes entre si, não podem ser etiquetadas como vítimas ou como culpadas por seus

destinos. Ouvindo-as, então, é possível pensar que a prostituição pode significar exploração e sofrimento, prazer e diversão, trabalho e sustento, além de outros distintos significados. Retomamos pela última vez a Dolores Juliano (2010), cujos escritos tanto contribuíram com essa pesquisa, para ressaltar a importância de aceitar suas vozes como válidas e de tomar essas pessoas não como quem desconhece sua condição e precisa ser salva, mas como protagonistas de suas próprias vidas, sujeitos cujas opções se legitimam segundo o contexto em que foram realizadas.

No início da pesquisa, supúnhamos que o espalhamento de narrativas facilitado pela convergência midiática e pelos usos da internet pudesse propiciar que distintos argumentos que se referem ao tema se tornassem notórios. Contemplávamos ainda a possibilidade de que as próprias prostitutas construíssem representações sobre si mesmas e colocassem em circulação noções que combatessem as visões estigmatizantes que as prejudicam. Com o desenvolvimento do trabalho, observamos que há sim uma disputa pelo estabelecimento dos sentidos da prostituição e constatamos que alguns grupos e visões exploram as ferramentas comunicacionais para ampliar as oportunidades de exposição de seus pontos de vista, como é o caso de coletivos feministas abolicionistas citados no decorrer da análise. Percebemos ainda que a relativa facilidade de expressar-se nos espaços comunicacionais da internet tem como resultado não apenas o questionamento de representações negativas e o combate à discriminação, mas viabiliza o reforço de estereótipos e corrobora a polarização entre vítimas e exploradores que concebe explicações fixas para a atividade e as pessoas que a desempenham. Com frequência, tais conteúdos reproduzem o silenciamento das prostitutas. Assim, além de percebermos que as potencialidades dos usos da internet não se mostram atrativas para que as prostitutas exibam suas opiniões, tampouco os espaços analisados escritos por sujeitos de diferentes grupos sociais demonstram constituir-se como visibilizadores das suas narrativas.

Ao reparar durante a análise que há poucas declarações de prostitutas nos textos, um novo questionamento formou-se a partir da concepção de visibilidade. A experiência com as prostitutas, tendo o NEP como base, permitiu que percebêssemos que elas têm muito a falar e que a visibilização de suas histórias pode se constituir como uma estratégia de aproximação com as outras mulheres e de modificação dos olhares e posturas preconceituosas que prejudicam algumas de suas interações cotidianas. Contudo, essas mesmas atitudes discriminatórias e a profunda marginalidade do fenômeno em nossa sociedade são empecilhos para que muitas mulheres se reconheçam e revelem prostitutas fora de seus espaços de

trabalho. Assim, ainda constitui-se como um desafio para nós refletir sobre como estimular que as narrativas sejam postas em circulação, como forma de tornar visíveis outras representações sobre a atividade, sem expor suas autoras à rejeição que atualmente existe aos sujeitos que se dedicam a essa ocupação. Avaliamos que a conquista de espaços midiáticos para as opiniões das prostitutas pode, em longo prazo, auxiliar a combater o estigma e a retirá-las da invisibilidade pública em que não são reconhecidas como cidadãs, mas a curto prazo também pode aumentar a discriminação que sofrem individualmente. Como lidar com esse paradoxo, portanto, é uma dúvida suscitada pelas reflexões presentes nesta tese.

Visto então que a estigmatização dificulta iniciativas individuais de narração de suas experiências, cogitamos como uma possibilidade a compreensão de que cabe aos comunicadores e ao movimento social organizado possibilitar espaços para que essas vozes possam se expressar, seja como fontes, seja como produtoras de seus próprios relatos nos espaços comunicacionais dos movimentos de prostitutas, sem que exista a necessidade de que suas identidades sejam conhecidas. Pensando nos comunicadores e, especialmente, nos jornalistas como sujeitos que participam da construção da realidade a partir das narrativas e discursos que tornam públicos e dos entendimentos sobre o mundo que propõem em seus textos, acreditamos na potencialidade da produção comunicacional para elaborar interpretações sobre a prostituição que não se detenham a enquadramentos fixos sobre o tema, que tornem nítida a diversidade de experiências e saberes possíveis na prostituição e que fomentem, através da comunicação, a participação cidadã das pessoas trabalhadoras do sexo e a percepção de que tais sujeitos são agentes de suas próprias vidas.

REFERÊNCIAS

60% dos homens do Congresso usam prostitutas, diz o deputado Jean Wyllys. **IG São Paulo**, 15 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2013-01-15/60-dos-homens-do-congresso-usam-prostitutas-diz-o-deputado-jean-wyllys.html>. Acesso em 03 de novembro de 2015.

AGÊNCIA CÂMARA. Projeto de lei quer regulamentar prostituição no Brasil. **Blog Diálogos Políticos**, 07 de novembro de 2012. Disponível em: <https://dialogospoliticos.wordpress.com/2012/11/07/projeto-de-lei-quer-regulamentar-prostituicao-no-brasil/>. Acesso em 04 de novembro de 2015.

AGUSTÍN, Laura. Helping women who sell sex: the construction of benevolent identities. **The Naked Anthropologist**, 16 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.lauraagustin.com/helping-women-who-sell-sex-the-construction-of-benevolent-identities>. Acesso em 04 de novembro de 2015.

_____. Prostitution Law and the Death of Whores. **The Naked Anthropologist**. 26 de agosto de 2013a. Disponível em: <http://www.lauraagustin.com/prostitution-law-and-the-death-of-whores-in-jacobin-magazine>. Acesso em 25 de setembro de 2015.

_____. Stigma and disqualification are not the same as hatred and fear. **The Naked Anthropologist**. 28 de agosto de 2013b. Disponível em: <http://www.lauraagustin.com/stigma-and-disqualification-are-not-the-same-as-hatred-and-fear>. Acesso em 22 de julho de 2015.

_____. Sweden and prostitution law: the conditions of possibility. **The Naked Anthropologist**, 13 de janeiro de 2014. Disponível em: <http://www.lauraagustin.com/sweden-and-prostitution-law-the-background>. Acesso em 04 de novembro de 2015.

ALBUQUERQUE, Hellen. Raquel Pacheco, Bruna Surfistinha e a liberdade sexual da mulher. **Bem Paraná**, 10 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www.bemparana.com.br/indumentaria/tag/lei-grabriela-leite/>. Acesso em 04 de novembro de 2015.

ALLES, Natália; COGO, Denise. “Sou feliz sendo prostituta”: mídia e produção de subjetividades. **Revista Esferas**, v.1, n.3, 2013.

ANJOS, Anna Beatriz. Lola Benvenuti: “Ser feminista é ser dona do seu corpo”. **Revista Fórum**, 02 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2014/07/lola-benvenuti-ser-feminista-e-ser-dona-seu-corpo/>. Acesso em 03 de novembro de 2015.

ARFUCH, Leonor. **El espacio biográfico: dilemas de la subjetividade contemporanea**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica de Argentina, 2002.

AYRES, José Ricardo Mesquita; FRANÇA Jr, Ivan; CALAZANS, Gabriela; SALETTI Filho, Haraldo. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios.

In: CZERESNIA, Dina; FREITAS, Carlos (org.). **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

BAITELLO Jr, Norval. **O animal que parou os relógios: ensaios sobre comunicação, cultura e mídia.** São Paulo: Annablume, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas.** Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1999.

_____. **Vidas desperdiçadas.** Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2005.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social de realidade**

BELELI, Iara; OLIVAR, José Miguel. Mobilidade e prostituição em produtos da mídia brasileira. In: PISCITELLI, Adriana; ASSIS, Gláucia; OLIVAR, José Miguel (Orgs). **Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil.** Campinas: Unicamp, 2011.

BLANCO, Carmen. **Nais, damas, prostitutas e feirantes.** Galícia: Xerais, 1995.

BLUMER, Herbert. **Symbolic Interactionism: perspective and method.** New Jersey: Prentice Hall, 1969.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Relatório do deputado federal Antônio Carlos Magalhães Neto sobre Projeto de Lei 98/2003. Dispõe sobre a exigibilidade de pagamento por serviço de natureza sexual e suprime os artigos 228, 229 e 231 do Código Penal. 2005; Disponível em http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=308020&filename=Tramitacao-PL+98/2003. Acesso em 24 de outubro de 2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Relatório do deputado federal João Campos sobre Projeto de Lei 98/2003. Dispõe sobre a exigibilidade de pagamento por serviço de natureza sexual e suprime os artigos 228, 229 e 231 do Código Penal. 2010. Disponível em http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=825922&filename=Tramitacao-PL+98/2003. Acesso em 24 de outubro de 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Doenças relacionadas ao Trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde. 2001. Disponível em http://dtr2004.saude.gov.br/susdeaz/instrumento/arquivo/16_Doencas_Trabalho.pdf. Acesso em 01 de novembro de 2015.

BRIGNOL, Liliane Dutra. Migrações Transnacionais e Usos Sociais da Internet: identidades e cidadania na diáspora latino-americana. 2010. 405 p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

BROMBERG, Sarah. **Feminist issues in Prostitution.** 1997. Disponível em http://www.policeprostitutionandpolitics.com/pdfs_all/PDFS%20for%20Maxine%20Prop%2035/Judge%20Jack%20Camp%20arrest%20info/Prostitution%20and%20feminism/Feminist%20Issues%20in%20Prostitution.pdf. Acesso em 01 de novembro de 2015.

BRUNO, Fernanda. Máquinas de ver, modos de ser: visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias de informação e comunicação. **Revista Famecos**, n. 24, julho de 2004.

BUARQUE, Chico. Folhetim. **Ópera do Malandro** – disco 2. Polygram/Phillips, 1979.

CANUTO, Luiz Cláudio. CPI do Tráfico de Pessoas quer comissão especial para regulamentar prostituição. **Câmara Notícias**, 13 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/TRABALHO-E-PREVIDENCIA/449195-CPI-DO-TRAFICO-DE-PESSOAS-QUER-COMISSAO-ESPECIAL-PARA-REGULAMENTAR-PROSTITUICAO.html>. Acesso em 04 de novembro de 2015.

CARDEAL, Rayssa. Pelo direito à profissão sexual, não exploração sexual. **PetPol UNB**, 04 de setembro de 2013. Disponível em: <http://petpol.org/2013/09/04/exploracao-sexual/>. Acesso em 04 de novembro de 2015.

CAREY, James. Interactive Media. International Encyclopedia of Communication 2. New York: Oxford University Press, 1989.

CARVALHO, Isabel Moura. Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 9, n.19, p. 282-302, 2003.

CARVALHO, Carlos Alberto. O enquadramento como conceito desafiador à compreensão do jornalismo. **Anais do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – Intercom**, 2009. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/resumos/R14-0206-1.pdf>. Acesso em 07 de novembro de 2014.

CARVALHO, Igor. Coordenadora da Marcha das Mulheres diz que Jean Wyllys quer regulamentar cafetinagem. **Revista Fórum**, 08 de março de 2014. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2014/03/coordenadora-da-marcha-das-mulheres-diz-que-jean-wyllys-quer-regulamentar-cafetinagem/>. Acesso em 03 de novembro de 2015.

CASSEMIRO, Lívia; COELHO, Natália; SALES, Kátia. Prostituição e mercantilização do corpo da mulher – quem ganha com isso? **Liberdade, socialismo e revolução**, 07 de março de 2013. Disponível em: <http://www.lsr-cit.org/mulheres/30-mulheres/1012-prostituicao-e-mercantilizacao-do-corpo-da-mulher--quem-ganha-com-isso->. Acesso em 04 de novembro de 2015.

CASTEL, Robert. **A metamorfose da questão social**: uma crônica do salário. 2004.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CECARELLI, Paulo Roberto. Prostituição – corpo como mercadoria. **Mente e Cérebro Sexo**, vol. 4, dez. 2008. Disponível em: <http://ceccarelli.psc.br/pt/wp-content/uploads/artigos/portugues/doc/prostituicao.pdf> Acesso em 28 de julho de 2015.

CHAGAS, Tiago. Deputado evangélico fará parte de comissão que analisa projeto de Jean Wyllys para a legalização da prostituição. **Gospel +**, 20 de março de 2014. Disponível em:

<http://noticias.gospelmais.com.br/deputado-evangelico-comissao-legalizacao-prostituicao-66102.html>. Acesso em 04 de novembro de 2015.

CHANTER, Tina. **Gênero**: conceitos-chave em filosofia. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CHAPKIS, Wendy. **Live sex acts**. Women performing erotic labour. Londres: Cassel, 1997.

CHEREM, Carlos Eduardo. Profissionais do sexo disputam título de Miss Prostituta em MG. UOL, 28 de setembro de 2014. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/09/28/profissionais-do-sexo-disputam-titulo-de-miss-prostituta-em-mg.htm>. Acesso em 03 de novembro de 2015.

COGO, Denise. A Comunicação cidadã sob o enfoque do transnacional. INTERCOM (São Paulo), n. 33, pp. 81-103, 2010.

_____. Cidadania comunicativa das migrações transnacionais: usos de mídias e mobilização social de latino-americanos. In: COGO, Denise; HUERTAS, Amparo; ELHAJJI, Mohammed (org.). **Diásporas, migrações, tecnologias da comunicação e identidades transnacionais**. Bellaterra: Institut de la Comunicació, Univeritat Autònoma de Barcelona, 2012.

COGO, Denise; BRIGNOL, Liliane. Redes sociais e os estudos de recepção na internet. **Matrizes**, vol. 4, n.2, pp. 75-92, jan./jun. 2011.

COLETIVA MANAS CHICAS. Prostituição: exploração sexual das mulheres, 18 de maio de 2014. Disponível em: <https://manaschicas.wordpress.com/2014/05/18/prostituicao-exploracao-sexual-das-mulheres/>. Acesso em 04 de novembro de 2015.

COMISSÃO vai analisar projeto que descriminaliza a prostituição. **Site Arolde de Oliveira**, 17 de março de 2014. Disponível em: <http://www.aroldedeoliveira.com.br/noticia/comissao-vai-analisar-projeto-que-descriminaliza-prostituicao/>. Acesso em 04 de novembro de 2015.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo**: para uma teoria da cidadania. Tradução Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

COSTA, Renata. Nós e os outros no programa A Liga. **Anais do VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. São Luís do Maranhão, 2010.

CUNHA, Regina. Realização da Copa reacende debate sobre prostituição. **Câmara Notícias**, 23 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/TRABALHO-E-PREVIDENCIA/434746-REALIZACAO-DA-COPA-REACENDE-DEBATE-SOBRE-REGULAMENTACAO-DA-PROSTITUICAO.html>. Acesso em 04 de novembro de 2015.

DAICH, Deborah. Prostitución, trata y abolicionismo. Conversaciones con Dolores Juliano y Adriana Piscitelli. **Avá**, n. 20, pp. 97-110, 2012.

DEPUTADO ingressa com projeto que regulamenta prostituição. **Sul 21**, 12 de julho de 2012. Disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/deputado-ingressa-com-projeto-que-regulamenta-atividade-de-profissionais-do-sexo/>. Acesso em 03 de novembro de 2015.

DOCUMENTO em relação ao Projeto de Lei nº. 4.211 (PL Gabriela Leite). **Comitê pela Abolição da Prostituição**, sem data. Disponível em: <https://comiteabolicaooprostituicao.wordpress.com/documento-em-relacao-ao-projeto-de-lei-no-4-211-pl-gabriela-leite/>. Acesso em 04 de novembro de 2015.

DOMENICH, Mirella. Para deputado, regularização da prostituição pode coibir exploração sexual de crianças e adolescentes. **Childhood Brasil**, 08 de março de 2012. Disponível em: <http://www.childhood.org.br/para-deputado-regularizacao-da-prostituicao-pode-coibir-exploracao-sexual-de-criancas-e-adolescentes>. Acesso em 04 de novembro de 2015.

FEOLLA, Gabriela. Sobre a Daspu, o Puta Dei e o respeito que todos merecem. **Papo de Homem**, 21 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.papodehomem.com.br/18-sobre-a-daspu-o-puta-dei-e-o-respeito-que-todos-merecem/>. Acesso em 03 de novembro de 2015.

FERRAÇA, Mirielly. De más a boazinhas: a prostituição no fio do discurso da moral. **Revista Língua e Literatura**, v. 15, n. 25, p. 173 – 196, Frederico Westphalen, 2013. Disponível em <http://www.revistas.fw.uri.br/index.php/revistalingueliteratura/article/view/862/1675>. Acesso em 28 de julho de 2015.

FERREIRA, Thaís; QUEIROZ, Laysa; MARONHAS, Maitê. Prostituição: por que seguimos ignorando o que elas estão dizendo? **Marcha Mundial de Mulheres**, 14 de agosto de 2013. Disponível em: <https://marchamulheres.wordpress.com/2013/08/14/prostituicao-por-que-seguimos-ignorando-o-que-elas-estao-nos-dizendo/>. Acesso em 04 de novembro de 2015.

FIGUEIREDO, Verônica; MOURA, Dione. Silenciamento e ausências: a saúde dos povos indígenas na mídia impressa brasileira. **Comunicologia** – Revista de Comunicação e Epistemologia da Universidade Católica de Brasília. Vol. 6, n. 2, pp-69-90, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Historia de la sexualidad 1** –la voluntad del saber. Buenos Aires: SigloVeintiuno Editores, 2010.

GANDY JR., Oscar. Epilogue – FramingattheHorizon: a RetrospectiveAssessment. In: REESE, Steven; GANDY, Oscar; GRANT, August (ed.). **Framing Public Life: perspectives on media and our understanding of the social world**. Nova Iorque: Routledge, 2001.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Consumidores e cidadãos**. Tradução Maurício Santana Dias. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.

_____. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Frame analysis: los marcos de la experiencia**. Tradução José Luis Rodrigues. Madri: Centro de Investigaciones Sociologicas, 2006.

GOMES, Camilla de Magalhães. Nem toda prostituta é Gabriela Leite: prostituição, feminismo e leis. **Blogueiras feministas**, 12 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2013/12/nem-toda-prostituta-e-gabriela-leite-prostituicao-feminismo-e-leis/>. Acesso em 04 de novembro de 2015.

GOMES, Leandro. A prostituição representada nos novos formatos telejornalísticos: a abordagem discursiva do tema nos programas A Liga e Profissão Repórter. **Revista Ecos**, n. 10, p. 193-200, Cáceres (MT), 2011.

GONÇALVES FILHO, José Moura. Prefácio. In: COSTA, Fernando Braga da. **Homens Invisíveis: relatos de humilhação**. São Paulo: Globo, 2004.

GREGORIO, Carmen. Mujeres inmigrantes: colonizando sus cuerpos mediante fronteras procreativas, étnico-culturales, sexuales y reproductivas. **Viento Sur**, n. 104, jul. 2009.

GRUPO DAVIDA. Prostitutas, “traficadas” e pânicos morais: uma análise da produção de dados em pesquisas sobre o “tráfico de seres humanos”. **Cadernos Pagu**, n. 25, Campinas, jul./dez. 2005, pp. 153-184.

GUARESCHI, Neuza; LARA, Lutiane; ADEGAS, Marcos. Políticas públicas entre o sujeito de direitos e o *homo aeconomicus*. **Psico**, vol. 41, n.3, pp. 332-339, jul./set. 2010.

GUIMARÃES, Katia; MERCHÁN-HAMMAN, Edgar. Comercializando fantasias: a representação social da prostituição, dilemas da profissão e a construção da cidadania. **Estudos feministas**, n. 13 (3): 320, Florianópolis, pp. 525-544, setembro-dezembro 2005.

GUY, Donna. **El sexo peligroso: La prostitución legal en Buenos Aires 1875-1955**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1994.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2007.

HEILBORN, Maria Luiza. Corpo, Sexualidade e Gênero. In: DORA, Denise (org.). **Feminino Masculino - igualdade e diferença na justiça**. Porto Alegre: Editora Sulina, 1997.

_____. Fronteiras simbólicas: gênero, corpo e sexualidade. **Cadernos Cepia**, nº 5, pp. 73-92, dez. 2002.

HENN, Ronaldo. Direito à memória na semiosfera midiaticizada. **Fronteiras – estudos midiáticos**. Vol. 3, pp. 177-184, set. /dez. 2006.

_____. **El ciberacontecimiento: producción y semiosis**. Barcelona: UOC, Colección Atlántica de Comunicación, 2014.

JENKINS, Henry. **Convergence culture – la cultura de la convergencia de los medios de comunicación**. Barcelona: Paidós, 2008.

JENKINS, Henry; FORD, Sam; GREEN, Joshua. **Spreadable Media - creating value and meaning in a networked culture**. Nova York: New York University Press, 2013.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidades de gênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012. Disponível em:
http://www.researchgate.net/profile/Jaqueline_Jesus/publication/234079919_Orientaes_sobre

[Identidade de Gnero Conceitos e Termos/links/02bfe50eebe482dd4c000000.pdf](#). Acesso em 28 de outubro de 2015.

JORDAN, Ann. The Swedish law to criminalize clients: a failed experiment in social engineering. **Issue Paper**, n.4, 2012.

JULIANO, Dolores. **La prostitución: el espejo oscuro**. Barcelona: Icaria Editorial, 2002.

_____. El trabajo sexual em la mira. Polémicas y estereotipos. **Cadernos Pagu**, n. 25. Campinas, pp. 79-106, jul./dez. 2005.

_____. **Excluidas y marginales: una aproximación antropológica**. Madrid: Ediciones Cátedra, 2010.

KEMPADOO, Kamala. Mudando o debate sobre tráfico de mulheres. **Cadernos Pagu**, n. 25. Campinas, jul./dez. 2005, pp. 55-78.

LEGALIZAÇÃO da prostituição e projeto de lei de Jean Wyllys: legalizando a mercantilização dos corpos de mulheres, protegendo os que as exploram. **Ação Antisexista**, 14 de junho de 2014. Disponível em: <http://anarcopunk.org/acaoantisexista/texto/legalizacao-da-prostituicao-e-projeto-de-lei-de-jean-wyllys-legalizando-a-mercantilizacao-dos-corpos-de-mulheres-protetendo-os-que-as-exploram/>. Acesso em 04 de novembro de 2015.

LEI Gabriela Leite divide opiniões dentro da própria esquerda. **Agência Pulsar**. Disponível em: <http://agenciapulsar.org/brasil2013/mais/politica/brasil-mais/lei-gabriela-leite-divide-opinioes-dentro-da-propria-esquerda/>. Acesso em 05 de junho de 2015.

LEITE, Gabriela; ZANELATTO, Marcia. **Filha, mãe, avó e puta** – a história de uma mulher que decidiu ser prostituta. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LEITE, Gabriela. Aprovação do projeto vai regular relação de trabalho entre prostituta e dono de estabelecimento. **OAB/RJ**, abril de 2013. Em: <http://www.oabRJ.org.br/materia-tribuna-do-advogado/17695-Regulamentacao--da-atividade-de-profissionais-do-sexo--Projeto-de-Lei-42112012>. Acesso em 04 de novembro de 2015.

LIMA, Gláucia. Lei Gabriela Leite quer regularizar situação das prostitutas. **Blog da Gláucia Lima**, 08 de abril de 2014. Disponível em: <http://glaucialima.com/lei-gabriela-leite-quer-regularizar-situacao-das-prostitutas/>. Acesso em 03 de novembro de 2015.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, pp. 541-553, 2001

_____. Corpos que escapam. **Labrys. Estudos Feministas** (online), v. 04, 2003. Disponível em: http://www.pibid.ufpr.br/pibid_new/uploads/edfisica2011/arquivo/243/corpos_que_escapam.pdf. Acesso em 17 de setembro de 2015.

_____. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-posições**, v. 19, n. 2 (56), maio/ago 2008.

_____. **Gênero, sexualidade e educação** – uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2011.

MAIA, Rousiley. 2008. Visibilidade midiática e deliberação pública. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. **Comunicação e democracia: problemas & perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008.

MAQUEDA ABREU, Maria Luisa. **Prostitución, feminismos y derecho penal**. Granada: Editora Comares, 2009.

MAROCCO, Beatriz. **Prostitutas, jogadores, pobres e vagabundos no discurso jornalístico**: Porto Alegre, século XIX. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Ofício de cartógrafo**: travesías latinoamericanas de la comunicación en la cultura. México, D.F: Fondo de Cultura Económica, 2002.

MARTINS, Carolina. Pensado para a Copa, projeto que legaliza prostituição está parado na Câmara. **R7**, 23 de março de 2014. Disponível em: <http://noticias.r7.com/brasil/pensado-para-a-copa-projeto-que-legaliza-prostituicao-esta-parado-na-camara-23032014>. Acesso em 03 de novembro de 2015.

_____. Prostitutas defendem legalização da profissão: “Estariamos mais seguras”. **R7**, 23 de março de 2014. Disponível em: <http://noticias.r7.com/brasil/prostitutas-defendem-legalizacao-da-profissao-estariamos-mais-seguras-23032014>. Acesso em 03 de novembro de 2015.

MARTINS, Dan. Evangélicos fazem campanha contra Projeto de Lei de Jean Wyllys para regularizar a prostituição. **Gospel +**. Disponível em: <http://noticias.gospelmais.com.br/evangelicos-contralei-jean-wyllys-legalizar-prostituicao-48359.html>. Acesso em 04 de novembro de 2015.

MATA, María Cristina. Comunicación y ciudadanía: problemas teórico-políticos de su articulación. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, vol. III, n. 1, pp. 5-15, jan./abr./2006.

MAYER, Roney. PL 4.211 Legalização da prostituição no Brasil uma afronta a moralidade. **Ijuí.com**, 27 de janeiro de 2014. Disponível em: <http://www.ijui.com/blog-do-ronei-mayer/58092-pl-4211-legalizacao-da-prostituicao-no-brasil-uma-afronta-a-moralidade.html>. Acesso em 04 de novembro de 2015.

MCCOMBS, Maxwell; GHANEM, Salma. The convergence of Agenda Setting and Framing. In: REESE, Steven; GANDY, Oscar; GRANT, August (ed.). **Framing Public Life: perspectives on media and our understanding of the social world**. Nova Iorque: Routledge, 2001.

MEAD, George H. **Espíritu, persona y sociedad** : desde el punto de vista del conductismo social. Barcelona: Paidós, 1982.

MENESES, Maria Paula. Corpos de violência, linguagens de resistência: as complexas teias de conhecimento no Moçambique contemporâneo. In: SOUSA SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula (orgs). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

MONTEIRO, Mariana. Regulamentação de profissões: prostituta – Bloco 4. **Rádio Câmara**, 15 de setembro de 2014. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/474258-REGULAMENTACAO-DE-PROFISSOES-PROSTITUTA---BLOCO-4.html>. Acesso em 04 de novembro de 2015.

MORAES, Alana. Quanto vale (ou é por quilo) a autonomia das mulheres no mercado da prostituição? **OAB/RJ**. Disponível em: <http://www.oabrj.org.br/materia-tribuna-do-advogado/17695-Regulamentacao--da-atividade-de-profissionais-do-sexo--Projeto-de-Lei-42112012>. Acesso em 04 de novembro de 2015.

MORETTI, Cheron. Um “cativeiro” chamado prostituição: crise civilizatória e projeto de desenvolvimento no Brasil. **Ecosocialismo ou Barbárie**, 06 de dezembro de 2013. Disponível em: <https://ecosocialismooubarbarie.wordpress.com/2013/12/06/um-cativeiro-chamado-prostituicao-crise-civilizatoria-e-projeto-de-desenvolvimento-no-brasil/>. Acesso em 04 de novembro de 2015.

MORRE Gabriela Leite, fundadora da Daspu defensora das prostitutas. **Revista Fórum**. 11 de outubro de 2013. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/10/morre-gabriela-leite-fundadora-da-daspu-e-defensora-das-prostitutas>. Acesso em 03 de novembro de 2015.

MOSCHKOVICH, Marília. O feminismo em disputa. **Outras Palavras**, 28 de março de 2012. Disponível em: <http://outraspalavras.net/posts/o-feminismo-em-disputa/>. Acesso em 04 de novembro de 2015.

_____. Trabalho sexual, dignidade e preconceitos. **Outras Palavras**, 10 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://outraspalavras.net/posts/trabalho-sexual-dignidade-e-preconceitos/>. Acesso em 03 de novembro de 2015.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Jornalismo e configuração narrativa da história do presente. **Contracampo**, Niterói, n. 12, p. 23-50, 2005.

_____. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: BENETTI, Marcia; LAGO, Cláudia (orgs). **Metodologia da pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. Narrativas: representação, instituição ou experimentação da realidade? **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJOR)**, São Paulo, 2009.

MULHERES da CUT são contra regulamentação da prostituição. **Carta Capital**, 05 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/mulheres-da-cut-sao-contraregulamentacao-da-prostituicao-2612.html>. Acesso em 03 de novembro de 2015.

MUÑIZ, Carlos; IGARTUA, Juan José. Encuadres noticiosos e inmigración. Un análisis de contenido de la prensa y televisión españolas. **Zer – Revista de Estudios de Comunicación**, vol. 9, n. 16, 2004.

MUÑOZ, Sandra. Viva as Vadias: mulher, prostituição e empoderamento. **Correio 24 horas**, 01 de maio de 2014. Disponível em: <http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/viva-as-vadias-mulher-prostituicao-e-empoderamento/?cHash=61fc4d62ee3a8c659baebb6056fc0c85>. Acesso em 03 de novembro de 2015.

MURRAY, Laura. **Por que Gabriela gosta da palavra puta?** Disponibilizado em 12 de junho de 2013^a. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=CvKkGPiXv0o>. Acesso em 05 de novembro de 2015.

_____. **O que precisa saber sobre Gabriela Leite?** Disponibilizado em 10 de outubro de 2013^b. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=mJ_kfXnRbEM. Acesso em 03 de novembro de 2015.

NANÔ, Fabiana. Deputado quer aprovar até a Copa projeto de lei que regulamenta prostituição no Brasil. **UOL**, 15 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/01/15/deputado-quer-aprovar-ate-a-copa-do-mundo-projeto-de-lei-que-regulariza-a-prostituicao-no-brasil.htm#fotoNav=2>>. Acesso em 03 de novembro de 2015.

NESTE 8 de março, queremos o fim da exploração sexual das mulheres! **Comitê pela Abolição da Prostituição**, 08 de março de 2014. Disponível em: <https://comiteabolicaoprostituicao.wordpress.com/2014/03/08/neste-8-de-marco-queremos-o-fim-da-exploracao-sexual-das-mulheres/>. Acesso em 04 de novembro de 2015.

OBSERVAÇÕES críticas sobre o PL nº. 4.211/2012, de autoria do deputado Jean Wyllys. **Notas Públicas da Liga Humanista**, dezembro de 2013. Disponível em: <http://notas.ligahumanista.org/2013/12/observacoes-criticas-sobre-o-pl-n.html>. Acesso em 04 de novembro de 2015.

OLIVAR, José Miguel Nieto. Prostituição feminina e direitos sexuais... diálogos possíveis? **Sexualidad, salud y sociedad**, n.11, pp. 88-121, ago. 2012.

_____. **Devir Puta**: Políticas de prostituição de rua na experiencia de quatromulheres militantes. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

OLIVEIRA, Gabriel. Vereadores da bancada evangélica criticam PL que regulamenta profissão de prostituta. **Blog da Bia Oliveira**, 17 de junho de 2014. Disponível em: <http://blogdabiaooliveira.com.br/vereadores-da-bancada-evangelica-criticam-pl-que-regulamenta-profissao-de-prostituta/>. Acesso em 04 de novembro de 2015.

OSTERGREN, Petra. Sex workers critique of Swedish Prostitution Policy, sem data. Disponível em: <http://www.petraostergren.com/upl/files/115326.pdf>. Acesso em 04 de novembro de 2015.

OTTO, Natália. Projeto de lei legaliza casas de prostituição e amplia direitos de profissionais do sexo. **Sul 21**, 24 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/projeto-de-lei-legaliza-casas-de-prostituicao-e-amplia-direitos-de-profissionais-do-sexo/>. Acesso em 03 de novembro de 2015.

OTTONI, Ana Vasconcelos. Finais trágicos nos prostíbulos: imprensa, notícias sensacionais e homicídios de meretrizes no Rio de Janeiro do início do século XX. **Dialogus**, v. 4, 2008.

PARADIS, Clarisse. A “regulamentação” da prostituição e a vida das mulheres. **Marcha Mundial de Mulheres**, 18 de janeiro de 2013. Disponível em: <https://marchamulheres.wordpress.com/2013/01/18/a-regulamentacao-da-prostituicao-e-a-vida-das-mulheres/>. Acesso em 04 de novembro de 2015.

PASINI, Elisiane. Prostituição e a Liberdade do Corpo. CLAM, 2005. Disponível em <http://www.clam.org.br/pdf/Elisiane.pdf>. Acesso em 01 de outubro de 2015.

PASSOS, Najla. Às vésperas da Copa, regulamentação da prostituição ainda divide opiniões. **Carta Maior**, 03 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/as-vesperas-da-Copa-regulamentacao-da-prostituicao-ainda-divide-opinioes/4/31078>. Acesso em 03 de novembro de 2015.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Tradução Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PAVAN, Bruno. A prostituição em xeque. **Brasil de Fato**, 10 de abril de 2014. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/28090>. Acesso em 03 de novembro de 2015.

PELÚCIO, Larissa; MISKOLCI, Richard. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. **Sexualidad, salud y sociedade**, n.1, pp. 125 – 157, 2009.

PEREIRA, Verbena Laranjeira. Gênero: dilemas de um conceito. In: STREY, Marlene; CABEDA, Sonia; PREHN, Denise. **Gênero e cultura: questões contemporâneas**. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

PHETERSON, Gail. **El prisma de la prostitución**. Madri: Talasa Ediciones, 1996.

PISCITELLI, Adriana. Gênero em perspectiva. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 141-155, 1998.

_____. Apresentação: Gênero no mercado do sexo. **Cadernos Pagu**, n.25, pp.7-23, jul./dez. 2005.

_____. Entre “máfias” e a “ajuda”: a construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas. **Cadernos Pagu**, n. 38, pp. 29-63, jul./dez. de 2008,.

_____. Feminismos e prostituição no Brasil: uma leitura a partir da antropologia feminista. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 36, pp. 11-31, 2012.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, vol. 2, vol.3, pp. 3-15, 1989.

PROFISSIONALIZAÇÃO da prostituição antes da Copa do Mundo. **Comunidade Católica de Vida e Aliança Jesus Está Vivo**. Disponível em: <http://www.jesusestavivo.org.br/jean-wyllys-quer-profissionalizacao-da-prostituicao-antes-da-copa-do-mundo/>. Acesso em 04 de novembro de 2015.

PROJETO de lei brasileiro legaliza e regulamenta prostituição. **Sexuality Policy Watch**. Em: <http://sxpolitics.org/ptbr/pelo-mundo-69/3514>. Acesso em 04 de novembro de 2015.

PROJETO quer regulamentar atividade das prostitutas. **Conexão Jornalismo**, 24 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://www.conexaojornalismo.com.br/todas-as-noticias/projeto-quer-regulamentar-atividade-das-prostitutas-0-24063>. Acesso em 03 de novembro de 2015.

PROSTITUIÇÃO e Copa. **Comitê pela Abolição da Prostituição**, 21 de junho de 2014. Disponível em: <https://comiteabolicaoprostituicao.wordpress.com/2014/06/21/prostituicao-e-copa/>. Acesso em 04 de novembro de 2015.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RAYMOND, Janice. Não à legalização da prostituição – 10 razões para a prostituição não ser legalizada. Tradução Priscila Siqueira. 2003. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/203791084/10-motivos-para-prostituicao-nao-ser-legalizada#scribd>

REDE BRASIL ATUAL. Jean Wyllys quer regulamentar atividade dos profissionais do sexo antes da Copa e das Olimpíadas. **Blog Diálogos Políticos**. Disponível em: <https://dialogospoliticos.wordpress.com/2012/12/05/jean-wyllys-quer-regulamentar-a-atividade-dos-profissionais-do-sexo-antes-da-copa-e-das-olimpiadas/>. Acesso em 04 de novembro de 2015.

REESE, Steven. Prologue – Framing Public Life: A Bridging Model for Media Research. In: REESE, Steven; GANDY, Oscar; GRANT, August (ed.). **Framing Public Life: perspectives on media and our understanding of the social world**. Nova Iorque: Routledge, 2001.

RESENDE, Fernando. O jornalismo e a enunciação: perspectivas para um narrador-jornalista. **Contracampo**, Niterói, n.12, p. 85-102, 2005.

_____. O discurso jornalístico contemporâneo: entre o velamento e a produção de diferenças. **Revista Galáxia**, São Paulo, n.14, p. 81-93, dez. 2007.

_____. A narratividade do discurso jornalístico – a questão do outro. **Revista Rumores**, São Paulo, edição 6, volume 1, setembro-dezembro 2009a.

_____. O jornalismo e suas narrativas: as brechas do discurso e as possibilidades do encontro. **Revista Galáxia**, São Paulo, n.18, p. 31-43, dez. 2009b.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa – a intriga e a narrativa histórica**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. Polícia e prostituição feminina em Brasília – um caso de estudo. 2003. 369 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, 2003.

_____. A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer? **Revista Kátal**, vol. 12, n.1, pp. 68-76, jan./jun. 2009.

RODRIGUES, Rafaela. Prostituição, reconhecimento e outras coisas. **Marcha Mundial de Mulheres**, 21 de setembro de 2013. Disponível em: <https://marchamulheres.wordpress.com/2012/09/21/prostituicao-reconhecimento-e-outras-coisas/>. Acesso em 04 de novembro de 2015.

RUBIN, Gayle. Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade. **Cadernos Pagu**, nº. 21, pp. 01-88, 2003.

SÁDABA, Teresa. **Framing**: el encuadre de las noticias – el binomio terrorismo-medios. Buenos Aires: La crujía, 2007.

SAFFIOTI, Heleith. Ontogênese e Filogênese do Gênero, São Paulo, 2006. Trabalho não publicado. Disponível em <http://www.contag.org.br/imagens/f759ontogenesedogeneroHELEIETHSAFFIOTI.pdf>. Acesso em 02 de setembro de 2015.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação e Realidade. Porto Alegre:, IE/UFRGS, v. 15, n. 2, jul./dez. 1990.

SEFFNER, Fernando. **Cidadania, doença e qualidade de vida: o caso da aids**. In: VIOLA, Solon; RITTER, Paulo (Org.). Cidadania e Qualidade de Vida. Canoas: UNILASALLE, 1998a.

_____. O conceito de vulnerabilidade: uma ferramenta útil em seu consultório. **Aletheia** (ULBRA), v. 7, p. 53-58, 1998b.

SEFFNER, Fernando. Composições (com) e resistências (à) norma: pensando corpo, saúde, política e direito LGBT. In: COLLING, Leandro (org.). **Stonewall 40+ o que no Brasil?** Salvador: EDUFBA, 2011.

SEMPRINI, Andrea. **Multiculturalismo**. Bauru: EDUSC, 1999.

SILVA, Iara Ilgenfritz da. **Direito ou punição?** Representação da sexualidade feminina no Direito Penal. Porto Alegre: Editora Movimento, 1985.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2007.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SIRONI, Fernanda. O paternalismo do Estado e os crimes relacionados à prostituição. **Jus Navigandi**. Teresina, ano16, n. 2968, 17 ago. 2011. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/19788>. Acesso em: 19 de agosto de 2013.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

SOUSA SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula (orgs). Introdução. **Epistemologias**

do Sul. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SOUSA SANTOS, Boaventura. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SOUSA SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula (orgs). **Epistemologias do Sul.** Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SWAIN, Tania Navarro. Banalizar e naturalizar a prostituição: violência social e histórica. **Unimontes Científica**, vol.6, n.2, jul./dez. 2004, pp. 23-28.

TABET, Paula. Yo soy la carne, yo soy el cuchillo. In: PHETERSON, Gail (org.). **Nosotras, las putas.** Madri: Talasa, 1992.

TANKARD, James W. The empirical approach to the study of Media Framing. In: REESE, Steven; GANDY, Oscar; GRANT, August (ed.). **Framing Public Life: perspectives on media and our understanding of the social world.** Nova Iorque: Routledge, 2001.

TEDESCO, Letícia. Explorando o negócio do sexo: uma etnografia sobre as relações afetivas e comerciais entre prostitutas e agenciadores em Porto Alegre/RS. 2008. 208 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade:** uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 2012.

TRIBUNA DO PLANALTO. Deputado goiano quer criminalizar prostituição. **Ascom UFG**, 22 de abril de 2013. Disponível em: <http://www.ascom.ufg.br/n/45577-deputado-goiano-quer-criminalizar-prostituicao>. Acesso em 04 de novembro de 2015.

VALENTE, Edson. Garotas de programa não querem registro na carteira de trabalho. **UOL**, 29 de agosto de 2012. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2012/08/29/garotas-de-programa-nao-querem-registro-na-carteira-de-trabalho.htm>. Acesso em 03 de novembro de 2015.

VEIGA DA SILVA, Márcia. **Masculino, o gênero do jornalismo:** modos de produção das notícias. Florianópolis: Editora Insular, 2014.

VIEGAS, Roger. Projeto de lei que regulamenta prostituição no Brasil promete deixar debate mais acirrado no Congresso em 2013. **Sistema MPA de Comunicação**, 28 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://www.sistemampa.com.br/noticias/politica/projeto-de-lei-que-regulamenta-prostituicao-no-brasil-promete-deixar-debate-mais-acirrado-no-congresso-em-2013>. Acesso em 03 de novembro de 2014.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.

WYLLYS, Jean. As prostitutas também são mulheres trabalhadoras. **Carta Capital**, 05 de dezembro de 2013. Em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/cut-as-prostitutas-tambem-sao-mulheres-trabalhadoras-5575.html>. Acesso em 03 de novembro de 2015.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2007.

APÊNDICE A – ENTREVISTA COM ALANA

Entrevista realizada em novembro de 2013, no local de trabalho dela, uma sala de prostituição situada em uma galeria do centro de Porto Alegre.

Na época, Alana tinha 39 anos, morava na zona Norte de Porto Alegre, com as duas filhas, que tinham 12 e 17 anos. É natural de Rosário do Sul e veio a Porto Alegre aos 18 anos. Completou o Ensino Fundamental. Não tem companheiro, mas viveu com o pai da filha mais nova por pouco tempo. Foi mãe solteira da filha mais velha.

N – Os pais delas te ajudam?

A - O da pequena me ajuda porque eu coloquei ele na justiça. O da grande eu coloquei na justiça, mas não consegui nada. É praticamente eu sozinha, o pai da pequena me dá 100 e poucos por mês, não dá pra nada, nem prum par de tênis bom não dá.

N – Me conta como é um dia teu.

A – Meu dia é assim, acordo de manhã bem cedo, vou no colégio, faço o que tenho que fazer, aí venho pra cá (Malcon), passo o dia aqui, aí vou pro outro trabalho e chego em casa pelas 23h, por aí. Começo a trabalhar na Malcon pelas 9h, 9h30min, e fico até 18h30min, e no outro das 19h às 21h.

N – E onde é esse outro?

A – É na Dr. Flores.

N – Lá é tipo boate?

A – Não, é privezinho também, só que é um monte de salinhas.

N – Desde quando tu trabalha como prostituta?

A – Ah, assim, eu comecei com 20 anos, aí trabalhei um pouco, engravidei da minha filha mais velha, que eu ganhei ela com 22, daí fiquei parada um ano e pouco, ganhei ela e fiquei mais um tempo parada. Aí voltei, e depois me juntei com o pai da minha pequena, fiquei com ele 6 anos, aí fiquei 6 anos afastada, aí que eu voltei mesmo direto faz uns 8 anos.

N – Como é que foi esse início, como é que tu começou, por que tu começou?

A – Ah, é que eu vim morar aqui em Porto Alegre, comecei a trabalhar em escritório, em loja, aí um dia eu ia passando e vi tipo uma boate em que dizia precisa-se de garçõnete, aí pensei pra trabalhar de noite, fazer um bico, eu e meus bicos, sempre tive essa mania de trabalhar em dois empregos, aí passei lá e vi que não era o que eu pensava, que era outra

coisa, mas a dona me convidou pra ficar e eu fiquei e gostei. Ganhei bastante dinheiro, aí gostei. Aí fiquei nos dois, no meu emprego no escritório e nesse. Aí depois de um tempo eu larguei o escritório e segui nesse.

N – Valia mais a pena pra ti largar o escritório e ficar na boate?

A – Sim, o dinheiro era fácil, né.

N- E como é que foi, como tu te sentiu nesse começo...

A – Ah, quando eu comecei eu não sabia nada, né, aí minhas outras colegas foram me ensinando né, não sabia nem colocar a camisinha, nada. Elas foram me ensinando, porque eu tinha recém vindo lá de fora né.

N – E tu já trabalhou como prostituta em vários lugares, tu percebe uma diferença entre os lugares?

A – Ah, diferença, em boate tu tem que beber, tem que ficar ali conversando, aquela coisa toda né. Privê não, o cliente chega, escolhe, tu dá teu valor e se quiser ficar, fica, se não quer, vai embora, tu não precisa ficar conversando nem bebendo.

N – Tu gosta mais de trabalhar assim em privê?

A – Toda vida.

N – Desde que tu começou tu parou só por causa das filhas?

A – Parei só por causa das minhas filhas.

N – Tu pode me dizer qual é o preço médio que vocês cobram?

A – Aqui na Galeria é a partir de 20, mas se chega um com 10 e quer um oral, alguma coisa, a gente faz. Não perde. Até mesmo porque a galeria aqui é assim, é 10, 15, e 20, mas mais é 20.

N – E no outro trabalho é mais caro?

A – Lá é 20 e 30, mas claro que às vezes vem os baixos e a gente pega também, não perde né. Mas lá é menos que aqui, no caso, aqui tem bem mais baixos do que lá.

N – E lá funciona só de tardezinha?

A – Não, lá é o dia todo, até umas 21h, 21h30min da noite, então como eu trabalho aqui o dia inteiro eu consegui esse horário pra mim lá.

N – E tu prefere trabalhar nos dois lugares do que ficar lá o dia inteiro?

A – É porque eu preciso, eu tenho duas filhas. A minha maior já tá estagiando e tudo, mas sempre precisa de alguma coisa, e a minha pequena depende de mim pra tudo ainda.

N – E tu fica o dia inteiro fora, elas ficam sozinhas?

A – A minha grande estuda de manhã e faz estágio de tarde e tá fazendo pré-vestibular de noite. Aí se ela passa esse ano ela vai entrar na justiça pra poder exercer, porque não tem idade ainda. Aí se não passa ela faz ano que vem de novo. E a minha pequena fica em casa, tem a vizinha que repara pra mim, agora coloquei uma pessoa pra buscar no colégio.

N – E elas sabem no que tu trabalha?

A – A minha grande sabe, e a minha pequena esses dias me perguntou, eu expliquei pra ela e ela não falou nada, não sei se ela entendeu, mas não quis forçar muito. Mas ela sabe.

N – E teus pais?

A – Assim, meus pais sabem, eu acho que eles sabem, mas nunca me perguntaram, nunca me falaram nada, até mesmo porque eu não dependo deles pra nada, então não tem motivo para vir me perguntar ou exigir, entendeu? Se eu peço alguma coisa pra eles eu pago, não devo nada.

N – Tu não tem então nenhum receio de que eles descubram?

A – Ah, tenho vergonha, no caso, se chegam a vir me perguntar eu vou ficar meio assim, mas eles nunca me perguntaram. Mas eles sabem, a minha mãe sabe, mas nunca me falou nada, o meu pai às vezes eu tenho dúvida, mas ele sabe.

N – E teus amigos, as pessoas com quem tu convive?

A – A maioria sabe.

N – Como tu acha que é pra eles?

A – Eles me respeitam, até porque falam que eu sou uma pessoa bem diferente.

N – Como é pra ti ser prostituta, como tu te sente?

A – A gente está tão acostumada que pra mim é normal, né, eu já estou acostumada, sei lá.

N – Tem alguma coisa que te incomoda?

A – Me incomoda que a gente não tem tempo pra nada, porque tem que estar sempre à disposição, porque se não está aqui, não ganha. E se está, às vezes tem que ficar a manhã inteira aqui parada pra nada. Nesse sentido às vezes me incomoda um pouco que não tem um salário fixo, se eu fico doente, se eu não venho, eu não ganho. E aí eu tenho que estar sempre correndo atrás.

N – Mas o fato de fazer programa não te incomoda...

A – Tem algumas coisas que me incomoda, fazer anal, por exemplo, eu tenho horror, eu detesto, mas pra ganhar um pouquinho mais eu tenho que fazer, até porque a maioria da

concorrência faz, se eu não faço eu fico pra trás, então eu tenho que me sujeitar, mas se eu puder escapar eu escapo.

N – E como são os clientes?

A – A maioria é tranquilo. Quanto a isso eu não tenho dificuldade, é muito difícil eu me estressar com algum, até porque quando eu me estresso eu faço questão de não atender, entendeu. Aí até eles já me conhecem, já sabem o meu sistema. O dia que eu não to com paciência, que eu já conheço os clientes e sei como eles são, eu não atendo. Aí eles ficam na deles e depois voltam e fazem comigo igual.

N – Vocês têm clientes fixos?

A – Tem...

N – Algumas gurias me disseram que tem cliente que vem todo dia, vocês têm algum assim?

A – Todos os dias eu não tenho, eu tenho assim que vem toda semana, todo mês. Alguns chegam a vir duas vezes no mesmo dia, mas aí é porque é aquele momento, depois já passa, entendeu.

N – E o que tu pensa sobre a prostituição, qual a tua ideia sobre isso?

A – Como eu vou te explicar... É um dinheiro que entra fácil, assim como tu não tem, logo tu já tem, mas não é um futuro garantido, entendeu. A gente corre muitos riscos... Eu uso camisinha pra tudo, mas tem gurias aí que já não usam no oral, aquela coisa toda, estão se arriscando. Porque não é só a Aids, tem várias doenças, às vezes pode até usar camisinha em tudo, e a pessoa pode estar com uma gripe, alguma coisa, e a gente corre o risco, porque o quartinho é um aperto, não tem respiração pra nada.

N – Tu acha que tem bastante gente que não usa camisinha?

A – Tem, bastante, inclusive no anúncio do jornal elas já colocam boca sem restrições, boca não sei o que, tudo é sem camisinha.

N – O que tu acha que as outras pessoas, inclusive os clientes, pensam sobre a prostituição?

A – Os clientes é aquilo, né, aqui eles vêm, elogiam e tudo, a gente sabe que eles vêm só pra usar a gente e tchau. Agora um assumir a gente não é bem assim. Eles separam, vêm, fazem o que tem que fazer, pagam e tchau.

N – Algum cliente já te perguntou por que tu trabalha nisso?

A – Ah, vários já. Tem uns que até me aconselham, perguntam por que eu não arrumo um emprego...

N – Eles acham que aqui não é um emprego?

A – Na cabeça deles, eles vêm, fazem as coisas, mas a gente vê que não... tem alguns que já me deram vários conselhos, pra fazer o carnê da aposentadoria.

N – Tu paga o INSS?

A – Como eu nunca paguei, eu fui me informar e me disseram que era pra eu esperar meus 40 anos para começar a pagar, que ia dar no mesmo. Entendeu, aí eu vou fazer 40 anos no ano que vem e já fiz o meu carnê, esse mês eu já começo a pagar. Aí os clientes estão sempre me aconselhando. Até inclusive eu tenho clientes que vêm não porque estão com aquela coisa, mas vem pra me ajudar, ficaram amigos meus, né. A gente vê, nota quando um cliente está realmente a fim e quando vem só pra dar uma ajuda.

N – E tem clientes que vêm só pra conversar também?

A – Ah, tem, às vezes vem pra dar uma conversada. Claro que aqui a gente nem deixa muito, nem tem como, o que entra é pra fazer o programa e deu. Tem uns que vem e gostam de dar uma conversada.

N – E o que tu achas que as outras pessoas pensam sobre a prostituição?

A – Ah, ninguém aceita. Tem bastante (preconceito).

N – Tu já sentiu alguma vez o preconceito em relação a ti?

A – Ah sim, sinto, quase todos os dias. Inclusive até em casa eu já enfrentei essa barra com a minha filha mais velha, quando ela descobriu o que eu fiz ela ficou, até hoje ela fica assim, tem esse preconceito. Tanto é que desde que ela descobriu o que eu faço, na cabeça dela é só trabalhar e progredir na vida para ver se um dia ela me tira disso. Agora inclusive ela botou eu a fazer um curso de informática, ela tá feliz da vida, falou pra todas as colegas dela, falou pra todo mundo que eu vou fazer um curso. Quando ela vê um emprego por aí, ela vem e me fala. Claro que a gente brigou muito, eu já botei ela até pra fora de casa em função disso. Mas agora ela parou com isso, mas ela está sempre tentando... quando vê um emprego, me diz, mãe, tem um emprego, mas não me diz, mãe, pega esse emprego, mas eu sei qual é. Agora ela está com essa fixação: é só estudar, estudar e estudar, e trabalhar, trabalhar e trabalhar para ser alguém na vida por conta disso. “Mãe, tu vai ver, eu vou ficar bem e vou sustentar tu e a mana”.

N – Então pra ela tu trabalhar como prostituta...

A – Ela tem muito preconceito. No último. Até a minha pequena às vezes fica meio assim, isso que ela não entendeu ainda muito bem. Elas ficam pensando “bah, mãe, tu com essa idade”, elas ficam.

N – E com outras pessoas tu sente? Tu tem algum exemplo?

A – Sinto, sim. Ah, os meus vizinhos, eles estão sempre tentando saber o que eu faço, da onde eu tiro dinheiro, porque eu estou sempre em construção, estou sempre em correria, e as minhas gurias estão sempre bem, então eles ficam tudo... tem alguns que desconfiam, claro, mas nunca me falaram nada porque, como vou te explicar, eu nunca dei entrada. Eu me dou com todo mundo, mas nunca dei entrada para ninguém falar nada, não devo nada pra eles, se eu peço um favor ou alguma coisa eu pago, entendeu, não sei como te explicar. Então nunca dei motivo para eles virem me criticar diretamente.

N – E aqui na Galeria, tu sente alguma coisa?

A – Ah, sim, ninguém gosta. Até as pessoas cumprimentam a gente no corredor, mas por educação, não porque gostem.

N – Por que tu acha que as pessoas se incomodam?

A – Ah, porque eles ficam pensando, com tanta coisa pra fazer, escolheram logo isso. É o que falam, né.

N – E se eu te perguntar se tu gosta do teu trabalho ou se tu não gosta, o que tu me diz?

A – Eu não gosto.

N – E tu fica nele por quê?

A – Porque eu não tenho opção. Como eu me viro sozinha, eu não tenho marido, não tenho ninguém que pudesse me dar um apoio na hora que me faltasse, ou algo assim, eu não tenho como pegar um outro emprego. Porque uma pessoa que não tem estudo vai pegar um emprego e vai ganhar o que, um salário no mês. A não ser que tenha muita sorte e consiga ganhar um salário e meio, por aí. E aí, como eu vou sustentar uma casa e duas filhas com um salário e meio por mês? Não tem como. Agora nem coloco minha mais velha mais, porque graças a deus ela já está se defendendo, mas como ela é de menor ainda, qualquer coisa quem tem que sou eu. Mas eu tenho a pequena que depende de mim pra tudo, eu tenho que pagar a passagem, eu tenho que pagar o curso, eu tenho que pagar a pessoa pra levar e buscar, entendeu. Não é fácil. Eu sei que tem famílias aí que se viram, mas é aquilo, eu quero dar uma vida melhor pras minhas filhas, né, e já que eu to nessa, eu quero deixar pra elas uma casa boa, já que eu parti pra essa, então não tem como.

N – Mas quando tu começou tu não tinha filho, né?

A – Não tinha filho. Mas como eu era muito guria, vim lá de fora, trabalhava em escritório, trabalhava em loja, com aquele salário ali. Aí eu como te disse, acho que eu sempre

fui meio ambiciosa, eu sempre procurei mais, toda a vida, trabalho assim, pode ver, eu estou sempre procurando mais, trabalho de dia e de noite, estou sempre procurando mais. E quando comecei a trabalhar também era assim, eu trabalhava em escritório e queria mais dinheiro, entendeu? Queria trabalhar em outra coisa, aí eu fui procurar e fui onde tinha placa precisando de garçõete, pra de noite.

N – Quando tu começou tu achava que tu gostava, ou tu nunca gostou?

A – Eu gostei do dinheiro, entendeu, e naquela época as coisas eram mais fáceis do que agora, não tinha tanta exigência, os clientes não eram como agora, porque agora a maioria é brocha, a maioria é doente, entendeu, naquela época não tinha tanto isso. Era diferente, o dinheiro era mais fácil também.

N – A dificuldade que tu vê maior é de lidar com os clientes?

A – É, a maioria é brocha, eles pagam pouco e exigem muito, antigamente não era assim, antigamente tu pedia, eles pagavam e deu. Mas como eu era guria, eu não aproveitei muito. Aí eu comecei a aproveitar agora de 8 anos pra cá, que eu comprei a minha casa, to construindo, tenho carro, a minha casa é muito boa, graças a deus, é enorme de grande, apesar de que agora choveu tudo lá por causa da laje, mas isso é coisa que acontece com quem tem laje. E minhas filhas sempre andam bem vestidas, estão sempre fazendo curso, e eu, mal ou bem, como e bebo o que eu quero.

N – Isso tudo são coisas que a prostituição te dá?

A – Foi de 8 anos pra cá que eu comecei a adquirir alguma coisa, foi quando eu já tinha minhas duas que eu amadureci, não sei como se diz. Antigamente eu só pensava em comprar roupa e calçado, roupa e calçado. Sair, passear e aproveitar a vida, entendeu. De 8 anos pra cá que eu mudei.

N – Tu lembra de ter escutado alguma vez as pessoas com quem tu convive falarem sobre prostituição?

A – A gente escuta bastante.

N – O que tu lembra?

A – Ah, falam mal, né, dizem... até mulheres que sabem que a gente faz esse tipo de coisa começam a se cuidar com os maridos, achando que a gente vai. Que nem assim, eles não sabiam que eu trabalhava assim quando eu me mudei pra lá, quando eu comprei a casa e fui pra lá. Aí como eles viram que eu era sozinha com as minhas filhas, eu tive que brigar, bom, hoje eu sou respeitada lá onde moro porque eu tive que fazer vários bafão com a mulherada,

porque achavam que eu ia dar em cima dos maridos, e nem sabem o que eu faço. Agora devem desconfiar, né, mas na época não sabiam, eu tava recém chegando. Então é tudo assim.

N – Bom, e sobre os meios de comunicação, já que a minha pesquisa gira em torno disso, eu queria saber quais são os meios de comunicação que tu usa, tu vê TV, rádio?

A – Televisão eu não sou muito, eu gosto de olhar novelas e alguns filmes que me interessem, mas aqui, como a televisão fica ligada o dia inteirinho, e eu tenho que ficar sentada aqui, muitas vezes eu nem estou prestando atenção no que estão falando, estou com meu pensamento em outro lugar, ou estou lendo o jornal. Mas nas novelas eu já fico, não gosto nem que falem comigo (risos).

N – Tu escuta rádio?

A – Rádio eu escuto, eu gosto muito de escutar rádio, mas o dia que mais escuto é no sábado.

N – E qual rádio tu escuta?

A – Continental. Escuto música, eu gosto de música.

N – E tu lê jornal?

A – Leio, todos os dias eu leio todo o Diário Gaúcho. Revistas eu gosto muito, de revistas de novela, coisinhas assim. Eu pareço uma adolescente, gosto de novela, nada assim de notícia, não sou muito. Nem em revista sou muito. Mas eu estou sempre comprando revista, tenho essa mania.

N – E tu usa a internet?

A – Uso.

N – Tu tem facebook, essas redes sociais?

A – Não, a minha filha não quis fazer (risos).

N – Ela não quis fazer pra ti?

A – Não quis, agora que eu vou fazer o curso de informática que eu vou aprender e fazer um pra mim.

N – Ah, elas te ajudam a mexer na internet?

A – Me ajudam sim.

N – E o que tu olha na internet?

A – Ah, eu olho só novelas (dá gargalhadas). Eu leio tudo o que vai passar na semana. Gosto muito de olhar as fotos no facebook das pessoas, eu entro no da minha filha e fico olhando as fotos.

N – Tem algum site que tu entra que não seja de novela?

A – Não.

N – Vocês anunciam em jornal?

A – No Diário Gaúcho.

N – E na internet não?

A – Não. Na internet não.

N – Vocês já pensaram em anunciar na internet?

A – Não, nem tem como, né, tem que botar foto e coisa, e aí não dá. Não to mais em condições pra isso. Até às vezes tem clientes que perguntam se tu tem facebook.

N – Tem clientes que queriam ser amigos no facebook?

A – Sim, eles perguntam se tem facebook, tem um outro nome que eles também usam, não sei como eles falam, mas eu não to mais em condições né.

N – E se tu tiver facebook tu achas que vai passar pros teus clientes?

A – Não, só pros meus amigos assim, fora dessa vida.

N – E tu tem internet no teu celular?

A – Não.

N – Tu lembra de ter visto alguma coisa sobre prostituição nos meios de comunicação, na TV?

A – Já vi, tu quer dizer sobre crítica ou sobre o que?

N – Pode ser sobre crítica ou sobre qualquer outra coisa...

A – Na verdade tem uma coisa que os clientes fazem que eu não vi, mas que as colegas já viram, que comentaram, que os clientes falam da gente.

N – Que é o GPGuia.

A – Eu acho que é isso. Ali eles falam de tudo, a sala, o endereço, todas as características. "Fui lá naquela gorda e tá virada em pneu", "fui lá naquela outra e mais velha que não sei o que", "fui na outra e era bonitinha, mas só faz não sei o que". É uma coisa que eles criaram que é só de críticas. Ali eles botam tudo sobre a gente, tem de mim e de várias pessoas.

N – E o que tu acha disso?

A – Eu não dei bola, né, porque eu sou muito realista, eu sei que eu estou assim. Eu, na minha cabeça, não deveria mais estar (trabalhando nisso), mas como eu não tenho solução, como eu te expliquei, eu tenho uma menina que depende de mim pra tudo, então não tem como eu sair, até porque se eu quisesse pegar um emprego agora eu não tenho experiência, não tenho nada, então vai ser muito difícil até engrenar em alguma coisa. Então eu quero ver

se a mais velha se encaminha e quando a pequena estiver mais ou menos encaminhada para eu poder procurar alguma coisa. Eu já vou olhando, já vou pensando. Eu estou sempre procurando alguma coisa, mas não sei o que, entendeu. Eu to sempre olhando jornal, tentando achar alguma coisa, estou sempre assim, até uma hora vai pintar. Mas por enquanto eu não tenho como sair. Até agora como está pra fechar a galeria, não sei se tu já ouviu falar [não], tá pra fechar as salas, eu vou ter que ir pra outro lugar trabalhar, não vou poder parar.

N – Mas tem essa história de que vai fechar?

A – parece que vão fechar tudo.

N – Mas todas as salas ou só as de prostituição?

A – Primeiro estão falando no quarto andar, mas se tiram o quarto andar todas vão sair, porque como vão fazer isso, não existe, nenhuma é diferente da outra, não tem como.

N – Tá, e além do GP Guia, tu já viu alguma outra coisa?

A – Já ouvi críticas, até nos ônibus, de noite a gente vê as pessoas conversando, principalmente por onde eu vou tem aquelas que ficam na rua e as pessoas criticam, falam dentro do ônibus.

N – Tu lembra alguma coisa que falaram?

A – Eles dizem: olha ali ó, que horror, tanta coisa que tem pra fazer e vão escolher logo isso. Ninguém aceita. Ninguém. Eu sei porque as minhas próprias filhas, a minha pequena, como eu te disse, não entendeu direito, mas ela fica assim. Mas a minha grande não entendeu (a escolha) e até hoje não entende, ela critica e se ela tiver a oportunidade ela fala. E as próprias colegas dela já andaram criticando e ela teve que ficar quieta por causa de mim. Claro que não falaram diretamente a mim, porque não sabem, mas nos colégios é o que mais falam hoje em dia.

N – Tu fala bastante que as pessoas criticam a escolha, tu pensa nisso como uma escolha?

A – É uma escolha.

N – E pra ti é um trabalho?

A – Eu vejo, né, mas é aquilo, eu sei que não é...

N – Não é o que?

A – Não é um trabalho, né. Eu ajo assim, mas eu sei que não é.

N – Por que tu acha que não é um trabalho?

A – Porque é uma coisa que tu não tem o fixo, tu não tem aposentadoria, tu não tem ganho nenhum a não ser o que tu ganha no dia.

N – Mas o trabalho que tu faz, isso tu considera um trabalho? Não é um emprego...

A – Pra mim sim, mas não é um emprego. Agora, se por exemplo eu fico doente, eu não ganho nada, de jeito nenhum. Se fecha aqui, eu vou sair com uma mão na frente e outra atrás, todos esses anos que eu trabalhei aqui, não vou ganhar nada. Então não é um emprego, eu considero como meu trabalho, mas não é. Nem sei como te dizer. É uma coisa que se eu venho, eu ganho, mas se eu não vir eu não ganho.

N – Já que tu gosta de novela, tu lembra de ter visto alguma coisa na novela?

A – Já vi críticas de prostituição... já olhei várias, mas os nomes eu não lembro. Teve críticas, teve homens de bons, como diz, de bom porte, que se apaixonaram pela prostituta e não queriam aceitar, não queriam ficar porque ela era assim, entendeu? É uma crítica, né.

N – Tu olhou essa novela Salve Jorge, que falava da prostituição na Turquia, o que tu achou?

A – É bem assim que acontece, né. Tem pessoas, é a ganância, né, que nem eu. Se tu for parar pra analisar, eu trabalhava em escritório na época e queria mais, aí eu cheguei lá, tinha vindo de fora há pouco e não sabia como era, estava escrito precisa-se de garçõete e eu fui achando que eu ia trabalhar de garçõete, aí cheguei lá, a mulher conversou, não me obrigou a nada, conversou, me explicou como era e pediu se eu não queria ficar ali aquela noite pra ver como funcionava. Eu fiquei, ela mandou as outras colegas que estavam lá me explicar e me botar os clientes, aí como eu era novinha e estava chegando, as novinhas quando estão chegando, os clientes ficam... aí eu ganhei muito dinheiro e fui indo, fui indo. Aí eu trabalhava de dia no escritório e ali de noite, até que chegou um dia que eu tive que escolher e eu optei por largar o escritório. Ninguém me obrigou a nada, eu optei. Aí depois engravidei, veio as minhas filhas e foi complicando mais.

N – Tu já procurou alguma vez na internet sobre prostituição?

A – Não.

N – Se tu for pensar, como tu acha que a prostituta é mostrada na TV...

A – Ai, eu acho que está mostrando que não é o certo, no caso.

N – E tu, pessoalmente, acha que não é o certo?

A – Não, não é. Eu jamais vou querer isso pras minhas filhas. Deus me livre, eu não aceito, então eu sou preconceituosa também.

N – Mas tu acha que é uma coisa que causa sofrimento? Por que tu não aceita?

A – Ah, causa, porque a gente está sempre. Eu to com vários problemas por causa disso, eu estou com ansiedade, tudo devido a esperar, esperar, esperar. E aí tu faz as contas,

mas tu não sabe quanto tu vai ganhar, aí quando tu chega a ganhar tu já gastou né. É um sofrimento ficar o dia inteiro aqui trancada esperando, isso é um sofrimento. Aí às vezes vem um, eu já to mais velha, gordinha, to isso e aquilo, aí vem uns que vem pra massacrar mesmo, porque a gente não está pra, então eles vem pra pagar o que querem e deu. Aí tu pega ou não, mas tu tá aqui esperando o dia inteiro, então tu é obrigada a pegar.

N – E tem cliente que entra, olha e vai embora?

A – A maioria, às vezes só entra, não é aquilo que eles querem, a gente vê. Tem uns que até saem rindo e debochando ali no corredor. Saem dando risada, falando ah, ali é umas velhas, é a gorda, saem falando mal. Eu não dou bola, porque eu sei que tá certo eles, eles que vão pagar tem que escolher, né? Tem tantas gurias bonitinhas e novinhas.

N – Mas não precisam debochar né?

A – Mas é assim, fazer o que?

N – E como tu acha que a mulher prostituta deveria ser mostrada?

A – Ah, não tenho nem ideia.

N – Tu acha que essa história do preconceito, tem alguma coisa que poderia ser mudada?

A – Ah, não sei te dizer. A única coisa que eu acho é que a gente deveria ter nossos direitos. Só isso. Porque a gente trabalha a vida toda nisso e não tem direito nenhum.

N – Tu acha que se tivesse os direitos e fosse mostrado mais como um trabalho, teria menos preconceito?

A – Aí eu não sei, né, porque a cabeça das pessoas é diferente uma das outras.

N – Não sei se tu sabe que existe um projeto de lei que pretende regulamentar a prostituição como profissão...

A – Sim, aí eu, no meu caso, eu gostaria muito que acontecesse isso pras gurias, o meu tempo já passou, pra mim mesmo se viesse essa lei não ia dar mais, mas pras gurias que estão começando, pras novinhas que ainda tem condições seria uma boa, mas eu na minha cabeça não queria que fosse exposta, no caso. Por exemplo, eu queria ter todos os meus direitos, mas não queria que ninguém soubesse.

N – Se tivesse que assinar carteira e na carteira estivesse escrito tu não ia querer...

A – Não. Queria que usasse um nome fantasia, que nem tem nas empresas, as empresas a maioria tem nome fantasia, né, não queria que colocasse ali diretamente o que eu faço e o que eu sou, né, até mesmo porque isso é uma coisa que interessa a mim, né. Até mesmo se a pessoa vai partir prum outro tipo de coisa, tá ali na carteira, é ruim né.

N – Tu acha que seria importante que as mulheres tivessem um espaço para contar as experiências delas?

A – Eu acho que não, porque se tivesse eu não ia falar. Eu acho que é uma coisa de cada um, sei lá, na minha cabeça... até no NEP mesmo, eu já fui em várias reuniões, mas só escutei, eu nunca falei nada. Nunca falei, nunca nada, porque é uma coisa que é da gente, então não acho que tem que comentar. Porque é como eu te disse, eu, em si, sou preconceituosa, mesmo eu trabalhando. Eu sou, e é uma coisa... a minha irmã, ela agora fez 22, e ela quis já vir trabalhar e eu não deixei. E ela é drogada, ela usa drogas, ela usa pedra e tudo e eu não deixei ela vir trabalhar assim. É porque eu acho que não é uma boa, se a pessoa tem condições de arrumar outra coisa, porque eu vou enfiar aqui? Não tem como. E jamais eu ia aceitar que uma filha minha fizesse isso. É o que eu te digo, eu sou (preconceituosa), no último.

N – Só pra finalizar: o que tu acha do NEP, do trabalho que elas fazem?

A – O NEP, eu acho bom. Elas têm experiência mais do que nós, já passaram por várias coisas, são do tempo em que tinha gigolô, são do tempo em que apanhava das polícias e de todo mundo, inclusive de clientes, como elas já falaram. Só que assim, no meu ver elas são muito abertas, demais, pra sociedade.

N – Tu achas que elas se expõem demais?

A – Uhum.

N – Tu achas que isso é ruim?

A – Eu, no meu ver, pra mim é, porque eu não sou assim. E às vezes eu acho que elas querem que a gente se comporte assim, mas eu acho que é errado. Não é porque eu sou (prostituta) que eu tenho que querer ser para a sociedade, e querer que a sociedade seja (menos preconceituosa?). Não tem como. Elas querem que a pessoa venha, pergunte e eu diga “eu sou profissional do sexo”. Como eu vou dizer uma coisa dessas? Não tem como. É como se tivesse induzindo as outras pessoas a seguir meu caminho.

N – Tu acha?

A – Eu acho, como eu vou ter orgulho, eu sou profissional, eu não sei... cada pensamento é um pensamento, e o meu é esse. E às vezes a gente vai nas reuniões e elas querem que a gente tenha orgulho. Tudo bem, cada um cada um, mas no meu ver eu não tenho orgulho de nada e nem quero que ninguém siga o meu caminho. Bem pelo contrário, inclusive as minhas filhas, eu quero que elas progridam e sejam alguém na vida, que façam cursos e coisa.

N – Tu achas que quem é prostituta não é alguém na vida?

A – É, mas é aquilo, sofre muito com o preconceito e eu não quero, por exemplo, pras minhas filhas eu não quero. Eu corro risco, eu tenho uma adolescente de 17 anos, vai fazer 18. Ela pode arrumar um namorado e o namorado vir aqui e dar de cara comigo. Já pensou, a minha filha perde ele na hora e ainda vai servir de chacota. É um preconceito, né? As minhas próprias filhas estão correndo risco. Pode vir um amigo dos amigos, entendeu? É ruim, né? “Ah, eu vi a mãe da Y... lá! A mãe da Y... não tem vergonha! Onde já se viu?”, entendeu? E aí? E olha que eu me cuido, quando não tem como olhar ali. Esses tempos veio um rapaz aí, que é marido de uma colega minha, e queria porque queria fazer programa, e eu disse que não ia atender ele. Daí ele até depois me ligou e pediu desculpas e eu disse pra ele, se tu é marido da minha amiga, como eu vou te atender? Não tem, se eu não conheço tudo bem, mas agora conhecendo a tua esposa e tudo, como eu vou? É muito chato, né, depois eu vou lá na casa deles, ou vou encontrar eles nos bailinhos, ou eles vão na minha, e eu dormi com o marido? Dormi não, mas... é muito constrangido, eu acho. Então cada caso é um caso, né. Eu jamais. Não que eu não seja alguém. Eu me considero muito, porque eu tenho meus objetivos nessa vida, tanto é que eu não tinha quando era muito guria, todo mundo tem, aquela coisa, mas desde que eu ganhei minhas filhas eu só faço adquirir, entendeu. Conquistei e ainda quero conquistar mais, mesmo que eu não tenha muitas condições agora, tudo o que eu puder eu quero fazer, inclusive investir nas minhas filhas. Quero pagar cursos, quero, sabe... até porque eu nem me importo muito comigo, eu me importo com a minha saúde e a minha higiene, mas em andar bem-vestida, eu não me importo, eu me importo é com as minhas filhas, eu quero que elas andem bem, do tempo de eu ir ali comprar uma muda de roupa pra mim, eu vou lá e pago um curso ou uma passagem pra elas, entendeu. Até mesmo porque eu venho de casa, me encerro aqui o dia inteiro, saio daqui, passo no mercado e vou cheia de sacolas pra casa. Vou andar de saltão o dia inteiro? Não tem como, entendeu?

APÊNDICE B – ENTREVISTA COM ANA

Entrevista realizada em 28 de agosto de 2013, na sede do NEP.

No momento da entrevista, Ana tinha 32 anos e morava em Porto Alegre com o esposo e a filha de três anos. Fez ensino médio e curso profissionalizante de cozinheira pelo Senac e aguardava ser nomeada para um cargo público. Não atuava mais como prostituta desde seu casamento, mas continuava frequentando eventualmente o NEP.

N – Tu trabalhou como cozinheira?

A – Antes do curso eu fiz alguns como auxiliar de cozinha. Nos intervalos, quando eu não trabalhava na noite, e de dia também, eu trabalhava em restaurantes, eu pegava a área da cozinha.

N – Agora tu não estás trabalhando?

A – Não, quando eu casei, eu resolvi fazer o curso profissionalizante, em seguida engravidei, fiz tratamento pra engravidar. O nosso acordo foi de eu ficar em casa cuidando da filha né, até estou grávida de novo, de 4 meses já. Em princípio eu gostaria de ficar em casa, mas como eu fiz um concurso e passei, eu vou começar a trabalhar em seguida. Concurso público para agente comunitária de saúde.

N – E tu está casada há quanto tempo?

A – Em janeiro fez 5 anos.

N – Tu trabalhou como prostituta por quanto tempo?

A – Olha, desde que eu comecei até que eu casei deu quase 10 anos. Com intervalos, daí eu fiquei com algumas pessoas, tipo casei né, morei junto por mais de ano.

N – Aí sempre que tu casava tu parava?

A – Sim. Só com um que eu fui pro interior, daí eu voltei pra Porto Alegre e visitava ele só final de semana, então trabalhava em Porto Alegre e final de semana ia pro interior.

N – Como é que tu começou a trabalhar na prostituição?

A - Eu, diferente da maioria, foi por diversão mesmo. Eu tinha uma oferta de emprego e achei uma luzinha vermelha aberta, entrei , gostei e fiquei.

N - Tu começou aqui em Porto Alegre?

A - Na verdade eu comecei naqueles barzinhos de beira de estrada que discretamente faz, né. Eu fiz uns dois, três meses, era mais a bebida né, no interior, daí eu voltei pra Porto Alegre com uma promessa de emprego, mas ah, de noite é mais divertido.

N - Tu gostava, então?

A - Sim, sempre gostei. Fui eu que escolhi mesmo. Eu não tinha, ah, eu era solteira, tinha a minha casa própria, não tinha filho, não tinha ninguém, ah, vamos se divertir, pelo menos.

N - Tu trabalhou em vários lugares?

A - Não muito, nunca fui de rodar, eu sempre fui de ficar bastante.

N - Tu trabalhava em sala ou como era?

A - Já trabalhei em danceteria de noite, comecei de noite, depois eu passei pra uma de dia, até aqui no centro mesmo, que era no mesmo ritmo, ficava até 11 horas da noite. Aí depois eu conheci uma sala, em que eu fiquei muitos anos, inclusive quando a senhora ficou doente eu fiquei cuidando um tempo pra ela. Mais tempo que eu fiquei seguido foi com ela, mas na noite eu fiquei pra bairro. Fiquei bastante, tomava conta quase.

N - E a sala era aqui na Malcon?

A - Era aqui no centro mesmo.

N - Era durante o dia?

A - Era horário comercial, aquele esquema todo.

N - Quais são as diferenças que tu percebia entre os lugares em que tu trabalhou?

A - AH, eu me divertia mais de noite. De noite tu ganha mais, cobra mais. De dia tem que trabalhar muito mais pra ganhar o mesmo valor, mas dá também, tem épocas. A diferença básica era o dinheiro e a bebida, se bebe muito de noite, mas também se cobra mais. E de dia é o horário, né, de dia serve mais para quem tem que disfarçar, digamos assim. Uma vez eu arrumei um namorado que eu disfarçava, dizia que eu trabalhava de secretária num prédio chique, mas que visita não podia subir, essas coisas. Então o dia serve para disfarçar, tem muuuuuitas mulheres casadas, isso é normal.

N - E tu pode me dizer algum nome dessas boates em que tu trabalhava?

A - Sim, eu trabalhei no Luid, que teve uma filial no centro na Dr. Flores, mas já fechou. Tem uma lá na Bento, e foi lá que eu trabalhei bastante tempo, até hoje me dou bem com os donos.

N - Tu conseguia fazer um dinheiro bom?

A – Sim, honestamente eu era uma das que mais ganhava, e guardava também, as meninas ficavam impressionadas, ah, tu come camarão? Eu como, eu não sou chata, mas é que eu não gasto em besteira. Nunca usei drogas, não vou dizer que não experimentei, mas isso é uma coisa comum no meio. Inclusive nessa algumas meninas eu corria de lá, o dono me dava a liberdade de correr elas de lá, não vai estragar o ambiente, né. Não que não tivesse fama. Realmente, eu sempre ganhava melhor.

N – E tem muitas gurias envolvidas com drogas?

A – Conheci algumas, e umas que era mesmo estilo que eu. Eu não gostaria. Como eu trabalhava muito, tinha horário pra chegar, todos os dias eu abria, chegava junto pra abrir, o dono na época não queria me perder, porque uma funcionária que chegava todos os dias é difícil de encontrar. Aí ele me dava às vezes a liberdade de escolher, olha, essa aqui não está servindo pra casa, não dá. Então quantas vezes eu corri elas. Então tinha, tinha sim [que usava drogas], mas nunca foi um exagero. Pelo menos não na minha época, depois não sei como foi.

N – Teu marido sabe que tu trabalhava com isso?

A – Sim, sabe. Ele não me conheceu, me conheceu em outro lugar, mas ele sabe.

N – E como é pra vocês?

A – Nós esquecemos o passado, a gente não comenta, se tem algum assunto relevante, pra dizer que fulano de tal eu conheci em tal lugar, aí a gente já isola a pessoa.

N – Pra ele não é muito tranquilo, então?

A – Não, ele não gosta da ideia. Ele sabe e tudo, nunca me julgou por nada, sempre trabalhei por diversão, então ele não tem problema, mas a gente também evita o assunto. Foi tudo conversado antes, conversamos tudo o que tinha pra falar antes. E ele vivia na noite também, em outros locais.

N – E teus pais, sabiam, como é?

A – Ah, eles fazem de conta que não sabem, eu faço de conta que eles não sabem, mas ah, sabiam, né.

N – E como era pra ti trabalhar como prostituta?

A – Para mim era divertido, era meu trabalho, eu tinha horário para entrar e para sair, se um dia não tinha vontade de trabalhar também não ia, não tem problema, tranquilo.

N – Mas era um trabalho que tu gostava?

A – Sim.

N – Tinha alguma coisa que te incomodava nesse trabalho?

A – Basicamente não, eu sempre fui muito espontânea, se não gostava, se tinha um cliente que eu não gostava, não atendia e deu.

N – Como tu acha que as outras pessoas enxergam a prostituição?

A – De preconceito, essas coisas, não tive muito. Em 2004, eu estudava ainda, eu tinha um grupo de amigas que sabiam e tavam louca pra ir, só não iam porque não tinham coragem, mas fazia uma festinha particular elas adoravam, iam de graça. Elas não queriam cobrar, mas adoravam a ideia, perguntavam coisas. Nessa mesma época arranjei um namorado, depois que eu contei pra ele nunca mais apareceu, mas na hora não falou nada. Mas eu não vejo assim das pessoas julgarem, não.

N – Talvez não o que falam pra ti, mas o que tu acha que a sociedade em geral pensa sobre isso?

A – Nunca parei pra pensar no assunto, porque nunca dei muita bola pro que as pessoas pensavam. Acho que julgam sim, mas acho que já passou muito, acho que hoje a mente está muito mais aberta. Julgam bastante, mas essas coisas de esculachar na rua, acho que isso não existe mais. As gurias mesmo contavam nas palestras como era difícil antes, hoje não vejo nada disso, de repente por eu não dar bola, de repente pode até existir, mas por eu nunca me importar com o que as pessoas pensam eu não vi dessa forma.

N – E tu tem alguma religião?

A – Olha, não frequento nenhuma. Já fui da evangélica, às vezes passo ali, mas frequentar não.

N – Tu sabe o que a igreja pensa sobre o assunto?

A – Ah, a igreja sim, a igreja condena tudo, né. Inclusive meus pais são, mas eles nunca me julgaram, nem falaram nada. Minha mãe às vezes dá uma letrinha né. Mas a igreja condena, é coisa do capeta.

N – Tu vê TV bastante, ouve rádio, lê jornal?

A – Eu prefiro ouvir rádio, ler uma notícia na internet, TV eu não suporto, tenho em casa por casa do marido. Antes eu nem tinha, não tinha TV, computador, nada, mas quando eu casei ele levou tudo junto, veio o pacote. Mas eu prefiro ler um jornal, eu assinava antes, agora eu leio na internet. E rádio.

N – O que tu escuta?

A – Eu escuto notícias mesmo. Eu tava ouvindo a Gaúcha na vinda pra cá.

N – E na internet, o que tu lê?

A – Notícias em geral, eu não gosto de fofoca.

N – Tem algum site que tu leia mais?

A – Eu uso o ClicRBS, básico.

N – Tu tem redes sociais, facebook?

A – Eu uso, mas não sou de espalhar, falar tudo pra todo mundo.

N – Tu te lembra de alguma coisa que tu tenha visto sobre prostituição nos meios de comunicação? Ou em filme, novela?

A – Bah, to por fora. Pode ter tido alguma coisa, mas eu não vou saber te dizer.

N – Nem na época que tu trabalhava, nada te chamou a atenção?

A – Me chamou a atenção na época, notícia que não foi muito divulgado foi poder contribuir para a Previdência como profissional do sexo. Eu não cheguei a contribuir, mas as gurias que conheço sim.

N – Tu acha que não foi muito divulgado?

A – Não, muito pouco. Eu, por acaso, li alguma coisa, na época já na internet mesmo, mas quem passou pra nós foi as gurias mesmo. Saiu pouca coisa, mas saiu.

N – Tu acha que tem pouca coisa sobre esse tema?

A – Uhum.

N – Quando tu trabalhava com isso tu procurou alguma coisa na internet, como tu falou?

A – Sim, quando as gurias me comentaram aqui, eu fui até atrás procurar, mas é uma notícia meio difícil. Saiu, mas discretamente.

N – E quando tu trabalhava tu anunciava em site?

A – Não. Nunca, não precisei.

N – Eu ia te perguntar como tu acha que a mulher prostituta é mostrada nos meios de comunicação, mas se tu não lembra...

A – Não... poderia te falar alguma coisa de novela, mas eu não vejo novela. Se tu perguntar por televisão, não é comigo.

N – E tu não te lembra de nenhuma mulher prostituta falando?

A – Só a Surfistinha, que todo mundo viu. Eu não cheguei a ver nada dela praticamente, eu vejo alguns pedacinhos. Tem alguns sites, blogs, que falam alguma coisa, a gente lê, mas pra mim é basicamente a mesma coisa que eu.

N – Tem algum desses blogs que tu lembre o nome?

A – Não, não consigo lembrar. É que uma vez eu comecei a fazer um, mas não levei em frente porque meu computador estragou.

N – Ah, tu começou a fazer um? E o que tu escrevia?

A – Comecei! Fiz quatro, cinco posts e meu computador estragou. Eu comecei tentando fazer cronologicamente sobre os amores, os casamentos, e não me lembro se eu botei já alguma coisa, já explicando tudo. Fiz posts bem explicados... sobre mim, no caso [como começou na prostituição].

N – E nesse teu blog tu pretendia escrever algo sobre prostituição?

A – Ainda vou fazer. Experiências, né. Ah, eu me lembro, às vezes, nada cronologicamente né. No começo eu botei para entender como começou as coisas. Mas eu vou ainda. Só tenho que comprar um computador novo.

N – Tu acha interessante que tenha isso na internet?

A – Pra mim é mais um diário né. Porque antes eu escrevia, não vou ficar em casa escrevendo agora. Eu tenho meu diário ainda. Daí quando lembro de alguma coisa, tenho alguns rascunhos, quando lembro vou lá e escrevo.

N – Esses blogs que tu viu, era sobre experiências dela?

A – Algumas era mais ou menos como essa ideia que eu tenho de fazer ainda, outras se lamentando, mas faz muitos anos que eu vi. Algumas dando só depoimento mesmo, falando do dia a dia. Tipo a Surfistinha fez uma época.

N – Não era nada contra o preconceito?

A – Não lembro, foi só uma passagem rápida, fui ver se tinha muita coisa sobre o assunto, mas não é tanta coisa também.

N – E tu que já trabalhou com isso, acha que seria importante pras mulheres que trabalham que se falasse mais sobre o assunto nos meios de comunicação? Ou tu achas que isso é algo mais do âmbito privado?

A – Olha, interessante é, porque esclarece pra todo mundo, pra todas as áreas. Eu acho que pras que trabalham de noite, eu conhecendo, raramente olham uma televisão, olham uma sessão da tarde quando acordam, mesmo as que tem filho. Eu sei, eu não fazia isso porque não tinha filho e acordava quando queria. Mas seria mais o trabalho que as gurias fazem aqui, ir em cima, porque não param pra ler jornal. Eu era uma raridade, eu sei no meio das que eu conheci. Claro, umas mais esclarecidas, de repente, essas que tem um nível, trabalham e a família não sabe. Essas daí de repente sim, tenham mais informação. Mas a grande maioria é no boca a boca que ficam sabendo das notícias. E agora o Face, porque está todo mundo maluco. Eu não sei, seria muito pouco, ninguém para pra olhar um jornal. As pessoas comuns,

raramente alguns param, só param na hora da novela. Só se colocasse na novela, mas aí as que trabalham de noite já estão trabalhando.

N – Como é que tu conheceu o NEP aqui?

A – Deixa eu me lembrar... eu trabalhava no 1790 aqui na Andradas, acho que na primeira vez elas foram ali. Mas isso foi em 2002, 2003.

N – O que tu acha do trabalho que elas fazem aqui?

A – Eu adorei né. Só não trabalhei de voluntária porque estou acostumada a trabalhar fora, sempre trabalhei direto.

N – Tu sabes que agora existe um novo projeto de lei que quer regulamentar a prostituição para que seja considerada profissão?

A – Não, não.

N – O que tu achas disso?

A – Tem esse esquema de esconder, tem muita gente que esconde né, e daí? Seria bom pros donos das casas, porque eu convivi com eles e sei, que daí a funcionária vai, teria que ir, o problema é quando não vão. Estão lá, tem dias que tem 10 na casa, tem dias que tem duas. Num lugar pequeno. Talvez fosse bom pra eles. Pra algumas meninas, vão discordar. Pra mim, eu diria que seria indiferente, eu sempre fiquei muito no mesmo lugar. Tem gente que roda a cidade inteira. Eu até, pra mim seria ótimo, porque eu fiquei seis meses sem faltar num local. Seria fiscalizadas as coisas também. Porque vamos dizer, chegam lá e fiscalizam, mas não dão uma olhada na higiene dos quartos, dos banheiros, que é uma imundície em muitos que eu conheço. Nos quartos não trocam lençóis, trocam quando suja, aparece a sujeira. Isso seria bom, seria mais fiscalizado. Aquelas bebidas horrorosas que vendem e dão uma ressaca na gente [ri].

APÊNDICE C – ENTREVISTA COM MÁRCIA

A entrevista com Márcia foi realizada na sede do NEP.

Em 2013, Márcia tinha 53 anos e vivia na região metropolitana. Morava sozinha, em casa própria, e no mesmo terreno moravam suas duas filhas e seus quatro netos. Márcia é prostituta há quase 30 anos e é militante antiga do NEP. Atualmente, dedica a maior parte de seu tempo ao trabalho na entidade.

N – Me conta como é a tua rotina hoje...

M – Olha, desde março pra cá eu fiquei com um cliente só. Fiquei só com ele e não estou saindo com mais ninguém. Fiquei só com ele mesmo.

N – E como ele como que é? Tem uma periodicidade em que tu encontra ele?

M – É, uma vez por semana.

N – E o resto, além de ficar aqui no NEP um ou dois dias por semana?

M – Fico em casa, faço o serviço da família, cuido da minha irmã, faço companhia, aquela coisa.

N – Há quanto tempo tu trabalha como prostituta?

M – 27 anos.

N – E como foi que tu começou?

M – Comecei vindo de Campo Bom procurar serviço em Porto Alegre. Na época eu trabalhava de caixa operadora, fiz ficha em vários lugares e vi que o salário era muito pouco, aí na mesma semana que eu tava procurando serviço eu conheci esse namorado meu, que era o cafetão, que eu não sabia que era. Aí fazia uns 15 dias que eu estava de namoro com ele, aí ele me falou se eu queria fazer programa. Ele já conhecia o mundo, mas não era gigolô ainda, né. Inclusive o que falou pra ele me botar na prostituição, ah, porque tu não pega essa alemoa e bota pra fazer programa, eu era bem grandona, bem forte, bem tudo, ele virou meu cliente depois, foi até pouco tempo [ri]. Acho que ele queria sair comigo e não sabia como [ri]. Daí eu fui, fiz o primeiro programa, fui bem tratada, foi com um senhor idoso.

N – Como é que foi pra ti esse início?

M – Claro que, eu também, aquela coisa de passar na Voluntários, ver aquelas mulheres do outro lado da rua, porque há 20 e tantos anos, isso era, nossa, na rua era muita

mulher. Eu pensava, por que essas mulheres não vão fazer uma faxina? Isso era muito forte dentro de mim. Nunca pensei que um dia eu ia ser prostituta. Não demorou muito.

N – E quando começou foi tranquilo?

M – Não, a gente fica... é bem complicado. Não é a mesma cabeça de hoje, né. Eu acredito que, não sei, eu acredito que hoje as gurias estão entrando com mais consciência, porque foi falado bastante sobre prostituição. Na época não, na época era a pior coisa do mundo para a sociedade, para as pessoas.

N – Tu acha que na época entravam muito por causa do cafetão?

M – É, tinha, acho que isso levava bastante mesmo. Ser mais assim, quase que forçado, vamos dizer, ou através de “ah, se não for fazer programa não vou ficar contigo”, esse tipo de coisa. Não é uma coisa assim: eu vou fazer programa porque eu quero fazer programa. Acho que hoje em dia tem mais. Acho que houve essa mudança, dá pra perceber. A gente vê pelas próprias gurias que a gente conversa, que não é através de alguém que elas entraram. Elas entraram porque elas descobriram, até por causa de uma amiga que é prostituta, aí ela também vai ser, mas não é por causa de um homem, de um amor, alguma coisa assim. Nesse lado...

N – Tu trabalhou sempre na rua, né? Tu percebe alguma diferença do trabalho na rua quando tu começou e depois? Teve toda a questão da polícia...

M – Ah, com certeza, nos dias de hoje, muito mesmo [mais tranquilo]. Muito até entre as próprias prostitutas, né. Agora, assim, até tem poucas travestis no meio das mulheres, e poucas mulheres no meio das travestis. Porque na época era travesti, garoto de programa, tudo misturado. Eu me lembro na Farrapos, na Voluntários, Praça da Alfândega, aqui na Vigário, onde eu circulava bastante, era tudo misturado. Então era muita briga, muita briga por território, sabe? E pra tu chegar num lugar não era como agora, que tu anda bem tranquilo, sei pela própria praça da Alfândega, se chegar uma nova a gente até vai conversar com ela. Antes não, eu quando cheguei na praça da Alfândega fui corrida 500 mil vezes, mas eu insistia e voltava.

N – Tu és espírita, né? Como tu acha que a tua religião percebe essa questão da prostituição?

M – Como ela percebe? Eu já ouvi várias coisas na questão espírita. Poucos palestrantes abordaram esse tema, mas sempre contam uma história de Jesus Cristo com Madalena, que atire a primeira pedra quem nunca pecou. Lá de palestrante, os poucos que falaram sobre a questão prostituição, porque o espiritismo respeita muito o ser humano, o

livre-arbítrio de cada um, então os poucos que ouvi nas palestras, eu também procuro bastante nos livros, é respeitado o livre-arbítrio de cada um. Não se critica e não se apoia, né, então é um termo...

N – Mas quando eles falam sobre Madalena e sobre atirar a primeira pedra quem nunca pecou, de certa forma estão pensando como um pecado, não?

M – é, que não é uma forma correta segundo a lei de Deus. Seria uma coisa errada, então tu tem o livre arbítrio de ir pra prostituição ou não. Mas dentro do teu livre-arbítrio, tu tem teus resgates, então por isso não é um tema discutido no espírito. Tu não sabe se tu não escolheu vir pra cá e ser prostituta. Entendeu? Por isso esse livre-arbítrio é respeitado, não se julga, não tem um julgamento, não tem críticas em cima disso porque não é legal criticar, quem sou eu pra criticar alguém? Então respeita muito a individualidade de cada um. Isto é o conteúdo do espiritismo em si. Agora, as pessoas dizem ser espíritas e não sabem nem o que estão fazendo lá dentro, porque pra mim no espiritismo tem que respeitar o outro, né, se somos todos filhos do mesmo pai. Independente da sua religião, da sua profissão, coisa e tal. Então por que isso? Acho que essas pessoas estão no lugar errado. Ficam dizendo: Ah, eu sou espírita porque eu sou uma mulher casada, tenho marido, filhos. Ah, mas dá licença. Tu quer dar exemplo, então tu dê. Mas tu não tem que atirar pedra no outro. Tu tem que auxiliar, mas não ficar pré-julgando as pessoas. Então pra mim essas pessoas já estão cometendo um pecado.

N – Tu acha que depois que o pessoal descobriu que tu é prostituta te tratam diferente?

M – Mudou, mudou o tratamento. Isso eu chamo de hipocrisia das pessoas. Eu sou muito de analisar, de olhar e de ver, eu percebo muito além, então eu não gosto disso. Agora tem uma coisa lá naquele centro espírita que eu estou me mordendo. Porque eu conheço o [centro] Chico Xavier na Caju, porque fiquei muitos anos lá dentro, trabalhei lá dentro, tudo que aprendi, aprendi lá. Nunca peguei um palestrante, pra tu ver o preparo das coisas, ele sempre dá o exemplo dele, da pessoa dele, que foi usuário de drogas, fez várias coisas, mas não querendo impor aos outros. Falando sempre sobre a sua vida, mas nunca teve críticas. Eu até perguntei uma vez para uma orientadora lá, essa questão da prostituição, eu falei que era prostituta, e ela me disse que aqui dentro a gente vem cuidar do nosso espírito, não da nossa profissão, então independente do que tu faz, aqui dentro é o lado espiritual. Trabalho é material, então ninguém critica isso. Outra coisa é a vestimenta, eu acho que tem, eu estou percebendo mais uma coisa, não criticando, mas já criticando, pra tu ver como é formado por pessoas, as pessoas que estão lá são professores, a maioria aposentado, outros que estão na

função, gente que tem um bom poder aquisitivo, e isso está fazendo a diferença lá naquele centro espírita, e eu não vou sair de lá tão cedo porque eu quero ver bem mais, sabe, porque as coisas tem que melhorar, e não piorar. Parece que construíram um centro espírita para eles, porque eles são o poder dentro de um centro espírita. Como eu estou falando deles lá, isso também tem nas igrejas. Aqui no Alan Kardec a simplicidade é tão grande, que dá pra perceber. Lá no Chico Xavier, a simplicidade, a maneira das pessoas se vestirem, lá eles sempre falam no início da palestra, para que os trabalhadores, que no verão as mulheres, que não usem shortinho, não porque alguma coisa, mas porque tira a atenção. Se a que vai dar passe está com miniblusa, ou com shortinho, lá dentro não é o corpo, o que interessa é o espírito. Já nesse [em Eldorado], eu já percebi no verão passado, eu até vou falar. Ela está dando escolinha para as crianças, só que no verão, ela vai com as tetas de fora praticamente. Ela usa uma blusa tão decotada, ela e uma outra. Engraçado, falam tanto, querem atirar pedra numa prostituta ou coisa e tal, mas daí andam assim. É uma coisa sabe. Então eu percebo isso tudo. Lembra a Geise, a estudante aquela, que todo mundo criticou porque ela estava com uma roupa curta, e ela não é prostituta. Mas por que ela foi com uma roupa assim? Ela foi lá pra estudar, né, ela foi pra aula pra estudar, não foi pra chamar a atenção, então acho que ela não deveria estar assim. Ela fez por merecer aquilo. Então as pessoas tem que ter um mínimo de, eu acho isso, por exemplo, tu vem aqui, né, tu não precisa vir aqui, por ser o NEP, cheio de prostitutas, só vai prostituta, nosso atendimento é com mulheres prostitutas, ah, eu vou lá de shortinho e miniblusa, não dá nada, daqui a pouco tu aparece de calcinha e sutiã, tá tudo bem. Sabe, acho que esse sentido as pessoas tem que respeitar um pouco mais, quer andar pelada vai pra praia, no verão, acho que cada um, cada lugar tem a sua maneira de se, né? Eu me vejo dessa forma. Tanto é que eu sou prostituta e eu não teria coragem de ir lá com um shortinho curtinho.

N – Tá, e como é que é pra ti, como pessoa, trabalhar como prostituta? Como tu te sentes com esse trabalho? Tem alguma coisa que te incomoda?

M – Incomoda. O que começou a me incomodar de novo nessa história de ser prostituta, da propaganda enganosa aí que eles falaram, acho que a imprensa me incomodou bastante. Eu percebi o quanto a imprensa distorce as coisas e dá informação errada. Eu não tinha essa percepção da imprensa. Muitas vezes a gente abre um jornal, a gente lê e acredita naquilo. E a gente não sabe o que está por trás, a verdade mesmo, então não dá pra acreditar em tudo que está escrito, em tudo que a imprensa dá de notícia, eu não acredito mais.

N – O que tu não gostou?

M – No meu caso, me chamaram de propaganda enganosa, eu não sou uma propaganda enganosa. Por que não vieram até a mim perguntar se eu realmente era uma pessoa feliz? O que veio me perguntar, que foi o Estadão, eu falei. Só que a Zero Hora nem pensar, foi mais fácil acreditar no ministro da Saúde, foi mais fácil colocar palavras dele do que saber se realmente era isso que eu tinha feito, se era verdade, o porque que eu disse essa frase, né. Poderiam ter vindo me perguntar, mas eles não me procuraram pra isso. Aquela revista Época também, e aí vai sendo distorcido, e aí fazem o que fizeram comigo, o que a imprensa fez. E por que o ministro foi pra imprensa falar aquilo, porque ele não arrumou a casa dele, viu o que estava errado, pra depois vir dizer que foi um erro técnico? Mas aí ele larga na imprensa pra depois dizer que foi erro técnico? Então eu não acredito mais na imprensa. Até na TV, quando estão dando uma reportagem, eu fico olhando. Será que é verdade?

N – Como tu acha que a mídia mostra a mulher prostituta?

M – Olha, se eles sair e ir até um local de prostituição fazer perguntas para uma mulher prostituta, aí eu posso acreditar. Agora eles contar uma história, que falaram isso, eu não vou acreditar, provavelmente vão distorcer, porque a imprensa é mais forte que as prostitutas, no caso ainda. Não tem espaço pras prostitutas, pra prostituição. Então a imprensa vai ser sempre mais forte, né, até mesmo porque ela é uma profissão reconhecida.

N – Mas como tu acha que a prostituta é mostrada?

M – É muito denegrada a imagem da prostituição. Eles gostam de mostrar os lados, ou a elite da prostituição, a de luxo, a nata da sociedade da prostituição, ou então bem lá embaixo. O meio eles não mostram, que é a maioria e a realidade verdadeira. Que a maioria vai pra prostituição largada pelo marido, com 3, 4 filhos, um filho pra sustentar, sem emprego, e a mulher vai pra prostituição e ela acaba ficando e vê que dali pode tirar o sustento dela, dos filhos dela, dar estudo. E muitas vezes fica sozinha, aguentando desaforo, aguentando preconceito das pessoas, mas ela está ali. Esse é o do meio. E a elite não, vai pra se promover, pra se mostrar. Sábado eu vi no programa do Serginho Groissman uma, adorei o que ela fez.

N – Quem estava? A Bruna Surfistinha?

M – Não. A Bruna Surfistinha, pra mim ela não é nada. Pra mim ela só gosta de se promover as custas da prostituição. Pra mim ela mostrou um lado idiota, um lado muito idiota, não valeu nada. Essa aí chamaram ela no Serginho Groissman, ela faz filme pornô, era uma loira popozuda. Ela faz filme pornô tanto nacional quanto internacional. Ela morava na

Espanha, se não me engano, e lá ela começou a fazer filme pornô. Ela é formada em duas faculdades, mas ganhava muito pouco, teve um companheiro, ficou grávida e se separou, tinha um filho pra sustentar e foi fazer filme pornô, aceitou fazer filme pornô, e claro que, automático, ela faz programa. Chamaram ela e não sabiam que ela era prostituta, chamaram para falar da questão da pornografia, de como era, de fazer os filmes. Ela falando, a plateia podia fazer pergunta pra ela, aí fazem essas perguntas ridículas, se transa com mais de um homem, aí eu to olhando e fiquei pensando que aí ia ter, porque ela está muito dona de si, muito firme. Lá pelas tantas o Serginho, falando sobre como era fazer filme pornô, e ela muito séria, muito focada. Perguntaram se os amigos dela não recriminavam ela por isso, e ela falou, olha, alguns sim e alguns não, mas esses que me recriminam, é o meu trabalho, eu faço meus filmes pornôs, gosto de fazer sexo, sexo é bom, eu gosto, eu faço sexo porque gosto, e porque ganho meu dinheiro, então to de bem com a vida, comigo mesmo. O Serginho pergunta pra ela: mas e me diz uma coisa, essas mulheres que fazem filme pornô, elas se prostituem? Tem prostituição no meio? E ela olhou bem para a cara dele e disse, não vou ser hipócrita, todas fazem programa, inclusive eu, eu sou uma prostituta. E daí ele encerrou a conversa com ela, e se despediu e ela saiu. Pra tu ver a hipocrisia do programa e do próprio Serginho Groissman. Ela foi convidada como uma atriz pornô, uma atriz, ela não foi convidada como prostituta. Eu adorei o que ela fez, disse que não ia ser hipócrita. Acabou o assunto, como prostituta ele não quis saber mais dela. Pra ti ver como a imprensa e a mídia não gostam de falar no caso. Eu posso ser atriz, legal, agora a Nilce prostituta, isso não é legal. Eu, pra mim é a palavra, a palavra prostituta é muito forte. Acho que a palavra em si, mais do que o ato, incomoda demais. Se eu tivesse colocado naquela frase Sou feliz sendo garota de programa, acompanhante de executivo, aí não ia ter problema. Mas eu sou feliz sendo prostituta, ai meu deus. Essa palavra é bastante pesada, mas é real, é verdadeira, sexo por dinheiro é prostituição.

N – E como é que tu acha então que a prostituição e a prostituta deveriam ser mostradas na mídia?

M – Sem ser prostituta?

N – Não, não, como tu acha que deveria ser mostrado? Tu diz que não te entrevistaram, quando a guria foi no programa não falam sobre o assunto, quando mostram, mostram garota de programa de luxo, ou mostram ligada com tráfico...

M – Mostram com exploração de crianças, com usuário de drogas. Agora na parte de trabalho mesmo, quem sai da sua casa e vai fazer seus programas para ter sua independência

financeira, aquela coisa toda, que vive no dia-a-dia daquele dinheiro, como profissional mesmo, aí aquilo não é mostrado. Tanto que foi um absurdo dizer que eu sou prostituta e sou feliz, por que eu não posso ser feliz sendo prostituta? Eu continuo afirmando que eu sou prostituta e sou feliz, porque foi na prostituição que eu conheci tudo o que eu sei até hoje. Tenho certeza de que se eu continuasse trabalhando como caixa-operadora, talvez eu até fosse infeliz. Pela parte financeira, ia ganhar um pouco menos. Não que na prostituição tu fique rica, que gente não tem que pensar nisso, a gente tem um limite também. Tu tem uma programação da própria vida, nos dias de hoje tu tem como fazer isso, saber que tu ganha mil, dois mil por mês. Tanto que tem algumas mulheres que eu cansei de convidar para vir aqui fazer voluntariado e elas pensam, ah, vou pra lá e já não vou mais fazer programa, ou vou trabalhar num projeto e não vou ter tempo pros programas, e elas dizem que não, que preferem ficar fazendo os programas. Essa pessoa gosta do que ela faz, não tem problema nenhum com ela, eu também não tenho problema nenhum de fazer programa. Se nos dias atuais de hoje eu estou com apenas um cliente, foi por minha opção, eu quis isso, eu acho que eu estou com 53 anos e eu posso me dar esse direito, minhas filhas já estão crescidas, posso me dar o luxo de ter um só cliente, ninguém depende mais de mim. Mas ele é meu cliente, eu não deixei, eu não sou uma ex-prostituta, porque eu saio com ele para fazer programa, não saio com ele para fazer amor. Eu faço sexo por dinheiro, eu continuo sendo prostituta. Eu poderia dizer não, não, agora não sou mais prostituta, eu só tenho um namorado que me ajuda. Isso é ser hipócrita, não é verdade. Eu não vou fazer isso, tapar o sol com a peneira e esconder. E quem gostou, gostou, quem não gostou, o problema é deles. Que bom que isso aconteceu comigo [a polêmica do Ministério da Saúde], deu para repensar bastante coisa.

N – O que tu repensou?

M – Que não adianta eu me preocupar com as minhas vizinhas, que isso não vai acrescentar em nada. Me deu um baque muito grande quando todo mundo começou a olhar... Ligava a TV, passou em tudo que era canal, mas em forma de deboche, isso que eu não gostei da imprensa. Claro que tem a questão da comédia, que eles fazem com todo mundo, também com os políticos, mas fiquei pensando, ninguém se defende, ninguém se ofende com isso? Acho que não deveriam ficar rindo das coisas, deveriam comentar sobre o assunto de uma coisa positiva, não tudo negativo. Acharam negativo eu ser prostituta e ser feliz, acharam muito negativo isso, por que negativo? Se a prostituição ta em qualquer esquina por aí, ela existe, não é inventada.

N – Tu acha que é sempre negativo na imprensa?

M – O olhar é sempre negativo.

N – E na sociedade em geral?

M – Na sociedade em geral é pior ainda. Acho que ainda, tenho percebido mais uma coisa, quem ta fazendo, nas faculdades, está ajudando bastante, é um ponto positivo, esse tema entrou pra dentro da universidade. Até no meu próprio bairro: as pessoas que estão fazendo faculdade, que já se formaram nos últimos dez anos, desde que o tema ta lá dentro, acho que o olhar é diferente, dos jovens, dessa fase mais jovem, do que dessas senhoras, essas professoras que estão quase se aposentando, lá o preconceito é mais forte porque elas não passaram por essa renovação, por esse tema, por saber o que é uma prostituta, por ouvir uma prostituta falar dentro de uma sala. O olhar é diferente, estão quebrando esse estereótipo da prostituta, tenho percebido isso. Os estudantes estão dando um apoio, mudando essa realidade. Fora isso, acho que não ainda. Na área da saúde também, esses novos, é psicologia, quem ta fazendo medicina também acompanha essa questão da prostituição, o próprio atendimento. Eu acredito sempre na mudança, acho que 27 anos eu posso bem acreditar na mudança, porque eu venho acompanhando a mudança na área política, na saúde, direitos humanos, nessa parceria com as universidades, esse interesse dos estudantes na universidade. Pra mim isso é uma construção. Eu acredito que daqui 15 anos tenha uma mudança bem melhor ainda pras profissionais do sexo, mesmo que ainda não seja regulamentada, eu não acredito que seja regulamentada tão cedo, acho que vai depender de uns 15, 20 anos ainda, que talvez esses próprios deputados que vão estar na política futuramente que vão pensar sobre isso, não acho que os políticos de agora...

N – Tu acha que a regulamentação seria importante?

M – Sim, seria bastante importante, pela questão, tem essas três classes, a elite, a classe média e lá embaixo, tem a questão da exploração ainda que estão colocando junto e acho que por muito tempo vão colocar. Tem o tráfico de mulheres, além do tráfico de mulheres tem a questão de eu poder sair daqui e ir pra outro país, a gente vai poder fazer esse intercâmbio depois sendo regulamentada. Tem pontos positivos, vai separar o que é exploração, só com a regulamentação mesmo.

N – Tu acha que as casas de prostituição serem também regulamentadas é favorável?

M – Eu acho que tem que ser regulamentada sim, porque tem muita exploração na prostituição, mas agora a gente não é explorada por um gigolô, digamos assim, mas por uma casa de prostituição. Um dono de uma boate, uma dona de uma sala, esses são exploradores, porque exploram de forma que uma mulher trabalhe meio a meio com eles, ou eles mandam

no dinheiro da mulher. E tem bastante, é o que mais tá tendo. Essas são da classe média para alta. Para mim isso está sendo a volta da escravidão, são escravizadas e bem usadas, e discriminadas ainda. Aqui em Porto Alegre tem bastante, e isso me dói muito, tá mexendo muito com a gente. Talvez uma empregada doméstica seja mais valorizada, seja melhor tratada do que prostitutas em certos locais.

[Uma moça diz que não sabe como essas casas ainda conseguem mulheres]

N – São as gurias do interior, gurias bonitas, e que isso acontece porque o estigma das mulheres está muito forte, elas caem na mão de uma casa assim e o estigma dela fica lá, lá no pé, pensa eu sou prostituta mesmo, é assim que eles tratam. Porque nem todas pensam como opção.

[A moça que está lá diz: eu penso como profissão, em trabalho nenhum vou aceitar ser mal-tratada, muito menos na putaria. É uma questão de consciência, de informação da menina, tem muito medo também].

N – O medo também reforça o estigma dela, o medo de que saibam, a chantagem que fazem, porque já pegam o documento delas, ameaçam contar pra família. O medo que o marido saiba, as que tem companheiro, isso pra mim é uma escravidão. Então vão ficando presas. E ela fica ali, escondida, sendo chantageada pelos donos desses locais né. Eles se sentem os poderosos.

[Moça: eu já digo pros clientes, eu não te procurei, quem veio me procurar foi você. Eu não sou casada, tu que é casado, então...]

N – Tu acha que elas entram na prostituição em geral pela questão da pobreza?

M – Pela falta de mercado de trabalho.

N – Mas tu achas que se tivesse outra opção de trabalho elas fariam outra coisa\

M – Acho que não. No momento, entra, vou fazer um programa então. Aí vê que não é tão, essa que não tá no padrão de explorada, vê que tem sua liberdade de ir e vir. Eu to nessa parte do meio, certo, que é gente da rua, que vê que tem sua liberdade, que já conseguiu. Nas salas também, de repente vai trabalhar com alguma que já tem um pouco mais de experiência e conversa pra ela, e ela vê que dá pra sobreviver do dinheiro da prostituição. Vêem que dá pra encarar como uma profissão, como um trabalho, que é um trabalho, que dá pra fazer seus horários, umas tem filho pequeno que vai na creche, na escolinha, elas percebem que dá pra ganhar dinheiro para se manter. A violência doméstica também é um fator, já vi muitas mulheres relatando esses fatos, que a violência doméstica é um fator que leva as mulheres pra

prostituição, o marido alcoólatra, às vezes deixa de trabalhar, o que não deixa de ser uma violência doméstica...

N – Mas tu não acha que por esse olhar a mulher seria uma vítima\

M – Não. É o que leva ela a ir para a prostituição e chegando lá ela vê que ela pode ser prostituta independentemente de qualquer coisa. Mas é um fator que leva sim. A violência doméstica leva sim a ir pra prostituição. E acaba ela se conscientizando de que ela sendo prostituta ela é mais valorizada do que com o marido em casa. Os clientes podem tratar ela bem melhor do que os próprios maridos que violentam em casa, brigam com ela, é uma violência.

N – Antes a menina que estava aqui e falou que casou e saiu, tu vê muito que as gurias querem sair da prostituição?

M – Vejo.

N – E por que tu acha que elas querem sair?

M – Por causa do preconceito. E para dar um tempo, às vezes é cansativo, quer mudar de profissão. Ou às vezes conhece alguém e não quer falar... mas se ela quer parar, acho melhor ela que pare do que ela fazer programa escondido, aí eu não sou a favor, porque aí acho que ela sofre. Ela sofre mais, se ela arranjar um companheiro que ela goste, se ela sair pra fazer programa escondido, ela vai sofrer muito, porque ela vai ter uma coisa escondida, ela não vai dormir tranqüila. Ela também tem direito de mudar de profissão, de ser do lar, de repente nunca teve oportunidade para ficar em casa né. Está tendo uma oportunidade, conheceu um companheiro que tem condições de sustentar, é um direito dela.

N – Tem muita guria que trabalha escondido, né?

M – Bastante, bastante. Tem medo da crítica.

N – Tu acha que as principais críticas que são feitas são sobre o que?

M – Acho que a palavra, eles acham que é feio, mas eles gostam muito de usar nosso dinheiro. É feio, mas... tem 100 aí pra me emprestar? Pode comprar isso pra mim?

N - Do que as pessoas tem preconceito?

M - Acho uma idiotice isso. Moralismo, cultura. Acho que é o moralismo mesmo, religião influencia, católica. Sexo não é visto como normal.

N – Voltando pros meios de comunicação, tu lembra de ter visto algumas mulheres falando sobre prostituição?

M – A Bruna, né?

N – E fora a Bruna?

M – Não tenho visto.

N – Por que tu acha que não aparece?

M – Porque quando aparece é pra desmoralizar, é pra criticar, aí ninguém quer falar. Eu sou uma, eu não me interessava de ir num programa de TV. Se me convidar, eu não vou. Porque quem tá olhando, além de quem tá te entrevistando, além do programa, que a gente sabe que pode até te dar uma risadinha, mas está pensando “sai dessa vida”, que é isso que eles veem. Te olham dos pés a cabeça. E quem tá assistindo é pior.

N – Tu usa internet?

M – Pouco.

N – Mas tu tem Facebook.

M – Tenho, de vez em quando eu dou uma olhada, olho tudo que tá se passando, mas não sou muito de estar mandando recados pra ninguém, de comunicar, de falar.

N – Tu entra em sites? Tu já entrou em algum site que tenha a ver com prostituição?

M – Entrei no do ministério da Saúde pra ver, que eu gosto, o do ministério do Trabalho também. Tem algumas coisas pontuais. E pra estar informada da política, do governo. De prostitutas não, não entrei. Eu entro no site da Maria Semvergonha também.

N – Tu acha que seria interessante que mais mulheres falassem sobre o assunto?

M – É importante, mas não adianta. Eu não sei o que vai ser melhor.

N – Tu acha que não adianta por quê?

M – As pessoas leem aquilo, mas não... Causa um interesse, mas é um interesse para desmoralização, não é um interesse construtivo.

N – Tu achas que essas entrevistas da Monique Prada, da Gabriela, não colaboram pra mudar a imagem?

M – Não. Porque muito a L... já falou, já esteve em vários programas, e é só pra dizer aii, mas ela é prostituta. Não é fácil. Eu acho que a gente cara a cara, corpo a corpo, face a face, é melhor. Ir conversando com as pessoas, do que na imprensa. Ao vivo e a cores.

N – O NEP não tem mais site, tu achas que se tivesse como divulgar melhor ia ter mais gente participando?

M – Acho que não, não vai ter muita coisa não. Da maneira que tá indo, por meio dos estudantes das universidades, acho que pro futuro é o caminho. Essa parceria da gente mesmo ir nas universidades, porque aí é o nosso caminho. Porque quem já é moralista sempre vai ser, não vai mudar. Eu não acredito na mudança de gente moralista.

N – Mas se a pessoa quer saber mais sobre o NEP, entra na internet e não acha nada sobre o NEP, mesmo não sendo moralista.

M – Não sei se site vai...

N – Tu acha que a internet não é um espaço que possa ajudar.

M – Não acho muito não. Eu acho que o nosso caminho ainda é nas universidades para a construção do nosso futuro, e não vai ser daqui 5 anos, vai ser daqui 10, 15 anos pra frente. Isso é o que eu acredito e é o que eu estou vendo. Porque a gente muito lutou. É a mesma coisa que a epidemia de Aids, é igual, prostituição e Aids caminham juntinhos, tanto no preconceito, quanto na evolução, tu vê que a epidemia de Aids já tem quase 40 anos, e eu já estou 27 anos na prostituição. Então tu vê que não é tão rápido. Não é um site que vai mudar a realidade. Não é. É só o tempo. O que vai acrescentar é o conhecimento verdadeiro, esse conhecimento verdadeiro, de agora, dessa construção das universidades.

N – Conhecimento verdadeiro de que?

M – De que a prostituição não é um crime, que as prostitutas são pessoas, são seres humanos. Uma construção junto com os direitos humanos, que a gente tem. Acho que é preciso bastante cabeça mesmo para não discriminar, e entender a prostituição como um trabalho, que é um trabalho, as mulheres estão lá. Só morrendo os velhos e entrando novos. Quando, há 25 anos atrás, a gente poderia estar aqui com um filho do lado. Hoje ela [um mulher que está esperando] ela traz o filho dela. São os novos. Pra tu ver que é uma construção, é uma evolução. Quando nossos pais falavam sobre isso? Nunca.

N – Só mais uma última pergunta: quando tu estava trabalhando na rua, nos últimos tempos, tu falava com teus clientes pelo celular? Como era?

M – Agendava com eles, me ligavam, ou deixavam programado de uma semana pra outra. Ou me ligavam, ah, vai estar aí hoje, vou, então tal hora...

N – Tu acha que o celular mudou essa relação?

M – Ah, mudou bastante. Claro que pra mim, no caso, a internet não é necessária, mas tem gurias que trabalham pela internet. Mas pra mim o celular está de bom tamanho.

APÊNDICE D – ENTREVISTA COM MILENA

Entrevista realizada em 13 de dezembro de 2013, na sede do NEP. Na época, Milena tinha 23 anos e vivia com seu filho na região metropolitana. Completou o Ensino Fundamental e não possuía companheiro ou namorado.

N – Me conta um pouquinho como é a tua rotina, um dia normal na tua vida.

M – Levanta cedo, leva o filho pra creche, vem e trabalha, pega o filho na creche, volta pra casa pra dormir.

N – Qual a idade do teu filho?

M – 4 anos.

N – E qual teu horário de trabalho aqui?

M – Trabalho das 9h às 7h, aí ele fica na creche.

N – E tua família, teus pais, moram em Canoas também?

M – Não, moram na praia.

N – Desde quando que tu trabalha como prostituta?

M – Trabalho desde os 17. Eu paro um tempo, eu volto. Eu trabalho um ano, seis meses, aí eu saio, depois eu volto.

N – Onde foi que tu começou?

M – Aqui na Malcon.

N – Como é que foi? Por que tu começou a trabalhar com isso?

M – Por causa do dinheiro. Apesar de eu morar com meus pais na época, eu queria dinheiro fácil.

N – Tu já tinha trabalhado com outras coisas?

M – Como vendedora.

N – Mas como é que foi? Tu resolveu e veio aqui?

M – Não, a minha prima já trabalhava e ela me disse que era um dinheiro fácil, que tu não te estressa. Mentira hehe.

N – E quando tu começou a trabalhar começou a ganhar mais?

M – Toda vida. Eu era novinha, bem magrinha, tinha meus clientes.

N – E tu não tinha teu filho ainda?

M – Não tinha meu filho. Eu engravidei do meu filho e fiquei um ano e meio longe, depois eu voltei.

N – E esses períodos que tu para de trabalhar aqui, tu trabalha em outras coisas?

M – Trabalho como uma pessoa normal, em loja, em salão, funcionária normal, sem usar o corpo.

N – E no salão tu faz o que?

M – Faço tudo, cabelo, unha, depilação. Tudo.

N – Tu trabalhou sempre aqui na Malcon?

M – Não, trabalhei na Nação, na Estilo. Todos os cabarés eu conheço.

N – Tu vê diferença entre um local e outro?

M – Muita. Ah, em casa de massagem é só as tops. Uma pessoa normal não compete. VIP, é só as tops. Tem até a baixinha, gordinha, ou a bem sequinha, mas não faz dinheiro. Tem que ser siliconada, grandona, peitão, cabelão liso.

N – E lá o programa custa muito caro?

M – 150 por uma hora.

N – E dessas tu trabalhou na Estilo? Por que tu saiu de lá?

M – Porque eu não podia competir com as gurias. Enquanto elas faziam 7, 8 programas por dia, eu fazia um me arrastando.

N – Elas fazem 7 programas por dia cobrando 150?

M – E o oral é mais caro.

N – Então lá dá pra tirar bastante dinheiro.

M – Sim, mas elas são as top, são todas siliconadas, elas investem nelas.

N – E como é pra ti trabalhar na Malcon? Tu estava falando (no NEP) que está meio complicado?

M – É que assim, puta não pode jogar sujo. Aí no momento que tu vai chupar um pau sem camisinha, a tua colega que não vai deixa de ganhar dinheiro. Tu acostuma o cara a dar uma botadinha sem camisinha, a outra que não faz perde dinheiro, porque não é um jogo limpo.

N – Nessa sala que tu trabalha agora são quantas? Tuas colegas que estão fazendo isso?

M – Sou eu e mais duas. Elas estão fazendo jogo sujo.

N – Tu estás pensando em ir trabalhar na Conceição. Tu já trabalhou lá?

M – Não, mas ontem estive dando uma olhada e gostei. Lá tem música, tem bebida, e a bebida gera mais dinheiro. Por mais que tu não trepe, tu tem as tuas pulseiras e se tu abrir 30 cervejas é 30 reais que tu ganha. Tu pergunta se o cara quer beber uma coisa, tu serve a

cerveja e ganha uma pulseira. Se ele te paga uma dose, tu ganha outra pulseira. Se tu não quiser ficar sentada com ele, tu não é obrigada. Mas se ele disser: vamos pro quarto, deu. Tu ganha tuas bebidas e mais o programa.

N – então lá não é sala pequena que nem aqui?

M – Não, é grandona. É como boate, todas que tem música são maiores.

N – Qual o preço médio do programa, se tu não te importar de falar?

M – Aqui é a partir de 10, lá é a partir de 30.

N – Tu tava dizendo que aqui está com pouca clientela?

M – Na verdade é isso, quando eu comecei, eu comecei bem. Só que eu trabalho com uma bem gorda, e uma outra que já tem uns 40 anos, bonita, só que daí elas começaram a jogar sujo.

N – A tua família sabe que tu trabalha aqui?

M – Não. Meu pai acha que eu vendo droga.

N – Por que ele acha isso?

M – Porque não tem como sustentar o meu filho ganhando mil real. Só de aluguel é 500, 400 de creche. Nenhuma pessoa normal consegue.

[Uma pessoa no NEP pergunta] Ele acha que tu vende droga e mesmo assim fica na dele. Se fosse prostituta seria pior?

M – Não, meu pai até que é tranquilo. Minha mãe é pirada. Minha mãe deus me livre, ó, é puta, ó (imita a mãe escandalizada)! Nós comendo e ela pergunta: o que tu faz pra sustentar o teu filho, eu não te entendo, com o salário que tu ganha, tu não ganha mais de 100 real, tu não trabalha domingo... aí o pai olhou pra cara dela e disse: olha, não me interessa, ela não sendo presa e nem guardando nada na casa dela, pra mim é a conta. Eles acham que eu vendo droga.

N – Mas tu não pensa em contar pra eles que tu é prostituta?

M – Não... se descobrirem, pra mim é indiferente. Ninguém dá um litro de leite pro meu filho, sabe. Então pra mim é indiferente, se descobriu, descobriu, se não descobriu...

N – Tu acha que eles não iam aprovar?

M – A minha mãe não, ela ia ter um surto, ia ter mais dois enfartos. Já teve dois, ia ter mais dois.

N – Por que tu acha?

M – Porque a minha mãe é muito moralista, é aquele tipo de pessoa... e não é velha, não era pra ser desse jeito.

N – Bom, então tu não tem medo que eles descubram?

M – Não. Eles acham que eu sou promotora de vendas, essas de mercado.

N – Tá. E como é pra ti ser prostituta? Como tu te sente com esse trabalho?

M – Normal. Criando meu filho. Eu consigo dar tudo pro meu filho. Eu disse que eu não ia voltar, mas quando meu filho me pediu um churrasquinho de dois reais e eu não tinha dois reais para dar pra ele, eu disse, não, não botei filho no mundo pra passar trabalho, então resolvi voltar. Então pra mim é super normal, entendeu. Ah, tu é vagabunda, tu é prostituta... sou, e sustento meu filho, não peço um litro de leite pra ninguém. Isso pra mim é... eu me sinto orgulhosa disso.

N – E o pai do teu filho?

M – Morreu.

N – Então tu não tem ninguém pra te ajudar? E tu viveu com ele, como foi?

M – Dos sete meses de gravidez aos cinco meses de vida do meu filho.

N – E quando tu ficou grávida tu estava trabalhando aqui na prostituição?

M – Trabalhei até os cinco meses.

N – E mulher grávida tem bastante clientes?

M – Eu era muito magrinha, então tu olhava pra mim e era muito magrinha, era que nem tu assim, nada de barriga. Aí foi aparecer com cinco meses, aí eu parei. Até porque, acho que a saúde também.

N – E tu lembra dos teus primeiros dias aqui, lembra como tu te sentia?

M – Foi horrível. Me sentia um peixe fora d'água, eu tinha nojo que chegassem perto de mim, e velho, então, deus me livre. Até hoje eu tenho um problema com velhos, mas era pior. Ai, aqueles velho babão, argh.

N – E depois passou?

M – Depois eu comecei a entender que isso era dinheiro, e aí comecei a ficar um pouco simpática. Não muito, até hoje não sou muito simpática, mas um pouco mais querida eu fiquei.

N – Tem alguma coisa que te incomoda nesse trabalho?

M – Os homens.

N – Todos?

M – Os grandes e pretos não [ri]. É que sei lá, eu to cansada, não estou rendendo, quando não estou rendendo fico estressada com tudo tudo tudo.

N – E quando tu está fazendo um dinheiro bom?

M – Tudo é lindo, todo mundo é maravilhoso, tudo está bom. Tudo pode.

N – E se tu tivesse que dizer se tu gosta ou não gosta desse trabalho...

M – Gosto, gosto, porque eu gosto de sexo.

N – Essa parte de fazer programa não te incomoda?

M – Não, não me estresso com isso. Eu não gosto de homem cavalo, fedorento, mas eu gosto em si do sexo.

N – As outras meninas com quem eu tenho conversado tem reclamado muito que aqui na Malcon tem muito homem sujo...

M – Tem uns trocinhos fedorentos, filha, haja Bom Ar... eu mando pro banho. Ai, não quer passar no banheirinho, meu amor? Eu já sou chata, não deixo eles encostar em mim direito, não deixo ficar me abraçando, eu prendo meu cabelo para não deixar encostar no meu cabelo, vai que eles tenham piolho ou alguma coisa parecida? Sou bem chata.

N – E tu manda eles tomar banho e eles vão tranquilos?

M – Ah, não chego dizendo Vai tomar banho, mas falo não quer passar no banheirinho, meu amor? Por causa do calor... os que não querem, tranquilo, só que daí não vem cheio de amor pra dar por meu lado, porque não rola.

N – Tu tens clientes que são cativos, que vem sempre?

M – Tem, tem uns que vem 3 vezes por semana, tem uns que vem todo dia. Eles conversam... tu meio que vira uma psicóloga. Tem uns que na verdade nem transam contigo, eles querem conversar, ainda mais os mais velhos. Eles querem conversar, contar da esposa, do neto, da filha, do serviço, aquelas coisas.

N – E como é pra ti isso?

M – É tranquilo. Eu gosto. Na verdade a gente acaba aprendendo com a história dos outros, então é bom.

N – E como é que tu enxerga a prostituição? O que tu pensa sobre isso?

M – Ah, eu não sou contra, eu acho legal. Eu acho preferível do que tu roubar, do que tu matar, do que vender droga.

N – Tu acha que isso é comparável?

M – Sei lá, pra mim é.

N – E como tu acha que as pessoas vêem?

M – São preconceituosas, mas vai saber. A maioria das mães já deu o rabo pra sustentar os filhos. Tem muita patricinha, muito filhinho de mamãe aí, que condena, ah, é vagabunda, é prostituta, mas vai saber se a mãe não estava dando o rabo pra sustentar o filho.

É que nem as dondoquinhas. E se eu vejo alguém com preconceito eu bato de frente, eu não aceito, se tiver que descer o braço, eu desço.

N – E tu sente na tua rotina algumas atitudes preconceituosas?

M – Ontem quando eu estava saindo da Conceição tinha 3 mulheres na parada bem na frente, no viaduto, tinha que ver a cara de nojo. Eu só olhei e disse: to louca então, vai dizer que nunca deram o rabo. E virei as costas e saí andando. Porque eu sou bem barraqueira. Tem bastante preconceito, porque as pessoas são moralistas, elas julgam os outros.

N – E o que tu acha que elas julgam?

M – Ah, não quer trabalhar, quer dinheiro fácil. Mas não é um dinheiro fácil, não é fácil às vezes trepar com 20 homens num dia. De 20 tu tira uns 3, 4 queridos. Tu tira uns monstrenços, uns fedorentos, uns estúpidos. Quantas vezes tem que tirar da sala pelo colarinho?

N – Tem que fazer isso? Por que?

M – Porque eles querem comer teu cu sem te pagar, querem te socar com força, querem te bater. Eu puxo pra rua, não estou nem aí. Pelado ou não, eu puxo pra rua.

N – tem casos de violência?

M – Tem, tem bastante. Esses tempos, acho que foi ano passado, lá no quarto andar, uma guria apanhou do cara. Não quer dar o cu, apanha. Tem bastante.

N – Tu lembra mais alguma coisa que te falaram, além disso de ontem na Conceição?

M – Às vezes até aqui na galeria, as mulheres do elevador fazem cara de nojo.

N – As ascensoristas ou as pessoas que pegam o elevador?

M – As ascensoristas são queridas, conversam, perguntam como está o dia. Mas as pessoas que pegam mesmo. Quando eu trabalhei no quarto andar, uma vez eu entrei no elevador, uma mulher saiu. Ah, não vou pegar o elevador com ela. Então tem bastante preconceito.

N – E teus amigos, as pessoas com quem tu convive sabem?

M – Meus amigos bem de perto sabem. E eles encaram bem, ah, pelo menos tu estás sustentando teu filho.

N – E por que às vezes tu para de trabalhar aqui?

M – Ah, porque cansa. Cansa a cabeça, cansa de fazer programa. Eu saí da última vez porque eu estava apaixonada.

[toca o telefone dela e corta nossa conversa].

N – Sobre os meios de comunicação: o que tu usa com mais frequência?

M – Rádio e TV.

N – Internet tu usa?

M – Agora até que não, porque não tem tempo aqui.

N – Tu usava aqui? No celular?

M – Não, eu usava mais em casa, antes de voltar pra putaria. Estava sempre no computador, agora não.

N – Mas na tua casa tu tem internet?

M – Tenho.

N – E não usa por falta de tempo?

M – Por falta de tempo. Chega de noite, estou cansada. Às vezes eu entro, mas é raro.

N – Tu tem redes sociais?

M – Tenho, facebook.

N – Tu tem internet no teu celular?

M – Tenho. Mas eu deixo o celular mais guardado.

N – E no facebook tu tem algum cliente que seja teu amigo?

M – Não, ninguém sabe meu nome mesmo. [Se perguntam] tem Facebook: não, não tenho. Não quero, porque tem uns queridos que não vão avacalhar, mas sempre tem um que vai dar uma cagada fora do penico, então não...

N – Tu não anuncia teus serviços?

M – Não, eu parei, mas vou começar a anunciar de novo, porque dá mais retorno. Vem bem mais, porque tu bota telefone, não precisa nem colocar a sala, porque muda toda hora. Mas tu bota teu telefone, isso chama os homens.

N – Na internet tu nunca pensou em anunciar?

M – Não, eu tenho medo.

N – De que? De por imagens?

M – É, sei lá. Acho perigoso. Não sei, não...

N – No jornal tu não acha?

M – Não, no jornal acho tranquilo, porque tenho um chip só praquilo. Fim de semana quando eu vou pra praia eu desligo, se eu estou em casa eu desligo para ninguém incomodar.

N – Tem algum site da internet que tu entre com frequência?

M – Não, geralmente é só o Face.

N – Tu lembra de ter visto em algum meio de comunicação, algum lugar, alguma coisa sobre prostituição?

M – às vezes eu boto alguma coisinha, mas é muito pouco, na verdade.

N – E o que é que tu lembra?

M – Eu me lembro da Liga, que fez uma entrevista com as gurias, acompanhou. Eu achei bem interessante, porque pelo menos mostrou bem a realidade. As que ficam na rua, que não é fácil, e as de bar também, eu gostei. Mostrou que é perigoso, achei bom pra quem tá entrando ver bem, que não é fácil, que não é só dinheiro, não é só glamour.

N – Tu acha que as pessoas têm uma ideia...

M – Ah, é puta, ganha bem. A realidade é essa. Minhas amigas chegam pra mim, ai, como é que tu não tem dinheiro? Mas não é assim pra ter dinheiro, não é porque eu sou puta que eu vou ter esse dinheiro toda vida na minha carteira. Tem essa ideia de que a garota de programa tem muito dinheiro, e não é assim.

N – E na internet alguma vez tu já pesquisou alguma coisa sobre prostituição?

M – Não, não cheguei a procurar.

N – Além desse da Liga tu lembra de alguma outra coisa, de novela?

M – Ah, do negócio lá da Turquia.

N – Mas lá era mais tráfico de pessoas, não?

M – Mas aqui também, aqui em Porto Alegre, na Farrapos tem uma boate em que as gurias só podem entrar pra dentro da boate depois que fazem programa. Elas ficam na rua. É a mesma coisa. Bem aqui na saída do viaduto, ela é toda preta. É a mesma coisa. E se o cara quer te levar pro motel, tu é obrigada, porque tu fica na rua. É o mesmo esquema, então ainda tem muito disso.

N – Exploração?

M – Sim, imagina tu vai ter que ficar na rua no frio, no inverno, aquela coisa toda, porque tu é obrigada. Está sempre devendo.

N – Mas as mulheres moram nesse lugar?

M – Diz que tem moradia.

N – Então elas estão sempre em dívida?

M – Sempre em dívida. Eu penso muito onde eu vou trabalhar por causa disso, entendeu. Tu pega alguém, pega um cara, e depois como é que tu vai se desvencilhar disso?

N – E como tu acha que a mulher prostituta é mostrada nos meios de comunicação?

M – Como uma mulher vulgar, que dá porque quer, e não se cuida. Na verdade a maioria não é assim. Tá, eu gosto de fazer sexo, mas eu não estou aqui porque eu quero, eu

estou aqui pra sustentar meu filho. Sem estudo, como é que vou trabalhar pra sustentar meu filho? Só o que eu tenho de conta... com um serviço normal de vendedora eu não consigo.

N – Mas tu começou a trabalhar antes de ter o filho, né?

M – Antes. Mas eu trabalhava para ter um dinheiro a mais, aquela coisa toda, porque eu queria. Depois que eu tive meu filho, eu trabalho pro meu filho.

N – E antes tu trabalhava porque tu queria?

M – É, porque eu queria, não queria levantar cedo, fazia meus horários loucos. Agora que eu tenho horário. Antes, se eu queria vir eu vinha, se não eu ficava em casa dormindo uma semana.

N – E como tu acha que a prostituição deveria ser mostrada?

M – A realidade, como foi na Liga. Mostrar as histórias. Ah, ela está ali por quê? Às vezes mostra as senhorinhas, mas está nessa vida por quê? Alguma coisa teve. Tem uma penca de filhos, uma penca de netos... é que nem, ah, a guria é bonita, tá nisso porque quer, mas quando tu vê, não.

N – Tu acha que parte das mulheres não está nisso porque quer?

M – Não, estão porque precisam.

N – E não poderiam trabalhar em outra coisa?

M – Poderiam, mas que nem eu, eu não consigo sobreviver com 1.500. Não consigo. Se tu for olhar um salário, tu não tem o segundo grau, tu não tem um curso, onde tu vai trabalhar pra ganhar 1500? Não consegue. E o que tu consegue tu trabalha domingo, feriado, trabalha direto. E nisso bem ou mal não, eu consigo ficar com o meu filho, eu consigo dar tudo o que ele quer. Eu consigo morar bem, tenho as minhas vantagens.

N – Tu pode me dizer quanto tu ganha por mês?

M – 2.500... se o mês está muito muito bom, eu ganho 3.000. Mês passado estava terrível, eu ganhei 1.800, pra mim é muito pouco.

N – Tu consegue guardar alguma coisa de dinheiro?

M – Não estava conseguindo. Quando eu saí, saí porque me apaixonei, aí casei, aí quando eu me separei ele me deixou sem nada. Aí minhas contas atrasou.

N – Não era o pai do teu filho?

M – Não era o pai do meu filho. Minhas contas atrasou, eu arrumei serviço numa loja, não consegui botar em dia. Então o dinheiro que eu peguei nos primeiros meses foi só pra quitar minhas contas, agora que eu vou começar a guardar dinheiro porque eu quero comprar um terreno pra mim.

N – Tu mora em casa alugada?

M – Casa alugada.

N – Tu lembra de ter visto alguma outra prostituta falando nos meios de comunicação?

M – Não.

N – Tu acha que não falam por que?

M – Porque tem vergonha. Ah, é feio ser puta. Ah, o que vão pensar?

N – Tu acha que seria importante falar?

M – Acho. Dar os depoimentos, falar o que é, o que não é, porque está nisso.

N – Por que tu achas que seria importante?

M – Para parar um pouco o preconceito, o preconceito está muito grande. Ainda tem os moralistas que acham que é feio, isso de dar o rabo. Tu pode passar fome e ganhar pouco, mas tu não dá o rabo, então é bonito.

N – então tu acha que trabalhar envolvendo sexo que é...

M – É. Pra todo mundo... ah, o fulano roubou... ah, coitadinho. Ah, a fulana é prostituta. Deu, a vila tooda olha com cara feia porque a fulana é prostituta. Aí o fulano que matou meia dúzia, roubou, traficou, está ali, bem belo.

N – As pessoas acham pior ser prostituta?

M – Acham pior. Porque a pessoa que rouba, mata e trafica, ela não sofre preconceito na vila. Não sofre. É tranquilo, ah, gurizão. Agora a mulher que faz isso, ela é taxada de prostituta sempre. Ah, não vai brincar com o fulano, porque a mãe é vagabunda, é prostituta.

N – Tu acha que isso acontece com o teu filho?

M – Não, na verdade, porque quem convive com ele não sabe, mas com certeza se ficarem sabendo vai ter problemas.

N – Não sei se tu sabes que existe um projeto de lei que pretende regulamentar a prostituição, aí vai ter direito a benefícios, assim como outras profissões, vai poder regulamentar as casas de prostituição, tu já ouviu falar sobre? O que tu acha de regulamentar a prostituição?

M – Não tinha ouvido falar. É melhor, porque pelo menos vai ter os direitos.

N – Agora tu não paga INSS?

M – Não pago nada. Sei que é errado, mas não pago.

N – E tu acha que se fosse profissão tu pagaria?

M – Tu é obrigado, né. Seria a vantagem.

APÊNDICE E – ENTREVISTA COM PAOLA

Entrevista realizada em dezembro de 2013, no local de trabalho de Paola, uma sala de prostituição situada em uma galeria do centro de Porto Alegre, que ela dividia com duas colegas. No momento da entrevista, Paola tinha 28 anos e vivia com o marido e as duas filhas bebês em uma cidade da região metropolitana. Estudou até a 6ª série. Era casada há 12 anos.

N – Me conta um pouco da tua rotina.

P – Minha rotina agora, depois de ter ganhado as gurias, é de casa pro serviço, do serviço pra casa. Cuido delas, levo elas pra creche, volto, essa é minha rotina.

N – E elas ficam na creche então?

P – Sim, tão ficando na creche.

N – Qual o teu horário de trabalho?

P – Aqui é das 10h às 17h.

N – Então dá tempo ainda de cuidar delas?

P – Poucos horários, né, porque elas chegam, eu dou banho, coloco a roupinha e daqui a pouco elas já dormem, então é mais final de semana mesmo.

N – Tu não amamenta mais?

P – Não, desde que elas nasceram elas mamaram só um mês. Uma teve problema com o leite, aí elas tiveram que tomar NAN e não tinha como amamentar as duas juntas.

N – Desde quando tu trabalha como prostituta?

P – Foi depois que eu me separei, há uns dois anos. Eu fiquei dois anos separada desse marido, eu não imaginava que eu ia acabar voltando pra ele, mas eu voltei.

N – Então tu começou a trabalhar aqui faz dois anos?

P – Dois, três anos. Não tenho muita certeza.

N – E quanto tempo tu ficou separada?

P – O tempo que eu conheci aqui. Dois anos. Foi quando eu conheci aqui. Eu trabalhava no banco, eu sempre tive trabalhos bons, mesmo tendo pouca escolaridade, daí eu perdi o emprego, me demitiram. Aí eu vim aqui pra Porto Alegre pra assinar minha rescisão, e aí fiquei sentada lá na praça num banco pensando o que eu ia fazer, que eu ia ter que ir atrás de serviço, e nisso meu telefone tocou, era uma amiga minha, ela pegou e me falou “e aí, tá trabalhando?”, e eu disse que não tava trabalhando mais. Bem no dia ela me ligou. Aí ela

disse então vem aqui pra Porto Alegre que eu tenho um serviço pra te mostrar, ver se tu vai gostar ou não. Eu perguntei o que era, ela começou a rir e disse que eu tinha que ir ver. Eu vim, daí ela me mandou vir num endereço, eu não sabia nada, não sabia que esse lugar aqui tinha, aí quando eu desci do elevador eu comecei a olhar as portas, e a me perguntar “meu deus, o que é isso, onde eu to”, não sabia de nada. Ela enfiou a cara na porta e me chamou, vem aqui, vem aqui, daí eu vi ela só de lingerie e perguntei “meu deus do céu, o que tu tá fazendo aí, gurria!?” e comecei a rir. Aí ela me explicou, aqui é assim, aí eu comecei a olhar e só dizia pra ela “o que tu tá fazendo aqui?”. Aí bateram na porta e ela disse que ia me mostrar como era. Aí eu comecei a olhar e pensei, ah, eu acho que isso é fácil de fazer. Tem tanta menina que vai pra balada, né? Porque eu sempre fui muito baladeira, mas eu era de ir pra balada só pra dançar, eu não gostava de homem se encostando, me agarrando, eu ia pras baladas só pra dançar. Eu comecei a olhar e pensar que devia ser fácil. Aí ela começou a fazer um programa com um cara e ele me ofereceu tanto só pra eu assistir. Aí aquele dinheiro já entrou na minha carteira, ela me deu o dinheiro e eu já saí com dinheiro dali, sem ter feito nada. Aí eu vim no outro dia.

N – E já era aqui na Malcon?

P – Isso, na Malcon.

N – Era nessa sala aqui?

P – Não, era em outra. E começou assim. Eu tava solteira, sabe aquela coisa, solteira, não tem compromisso com nada, tipo, ah, transar por dinheiro mesmo, se tiver que transar na rua transam, então porque eu não posso fazer isso por dinheiro? Ganhei muito dinheiro, muito muito dinheiro, mas dinheiro muito botado fora também. Solteira tu não tem o que investir, né. Até guarda um pouco, mas gasta muito em cabelo, roupa, maquiagem, festa, balada.

N – No que tu trabalhava antes? Tu trabalhava em outras coisas, né?

P – Trabalhava com telemarketing, já vendi celular, que mais, depois trabalhei num banco. Isso aqui, né, porque eu morei um tempo fora quando eu tava casada, morei cinco anos em Santa Catarina. Aí aqui eu trabalhava nisso.

N – E como é que foi esse início?

P – Nos primeiros dias foi meio estranho, sabe, depois fui acostumando, a ir lá, chegar, já chego direto e já faço. Oi, tchau.

N – O que tu achava estranho no início?

P – Ah, era estranho o comportamento, né, o que eu tinha que fazer, o que não tinha, eu não sabia. O jeito de conversar com o homem, de colocar camisinha, de arrumar, de usar

gel para não estourar a camisinha, isso tudo as gurias foram me ensinando. Isso era estranho, porque no cotidiano normal tu vai transar com um cara e tu não coloca gel, lá fora. Aqui dentro é diferente, né.

N – Logo tu começou a ganhar bastante dinheiro e foi isso que te fez continuar?

P – Na realidade eu já gostava de sexo, então eu juntei o útil ao agradável.

N – E aí tu voltou pro teu marido... e tu não pensou em parar, como foi?

P – É, é uma história meio complicada. Na realidade, eu nunca amei esse meu marido, só gosto dele porque eu moro há anos com ele. Eu sempre fui apaixonada por um cara que foi pra Santa Catarina também. A gente chegou a namorar, mas a gente terminou umas três vezes. Aí logo que eu comecei a namorar meu ex-marido, que agora é meu atual marido de novo, ele começou a me ligar e a gente começou a se encontrar de novo. Aí eu fiquei naquela, ah, minha casa, minhas coisas, meu carro. Solteira, eu ia pra lá e pra cá, ia pra casa da minha vó, pra casa da minha mãe, morava pingado assim. Tinha roupa em cada lugar. Aí esse rapaz que eu amo me ligou e me convidou pra ir pra lá, e eu escolhi o dinheiro hoje em dia. Eu atendi o telefone lá na outra sala, e eu fiquei pensando, mas se eu sair daqui pode ser que não dê certo, porque a gente terminou três vezes, e eu não gosto de coisa que vai e volta. Por incrível que pareça, com tudo isso que eu faço, eu sou fiel, né, eu não gosto de trair a pessoa com quem eu estou. E aí ele me ligou e convidou pra ir pra lá e eu disse que não, dei uma desculpa qualquer, e ele achava que eu trabalhava de tele e me disse “ah, aqui tem bastante serviço de telemarketing”, eu disse que ia ver. Aí eu desliguei e fiquei pensando: não, não vou, vou ficar mesmo com o meu marido, vou ficar aqui porque aqui eu estou ganhando dinheiro, vai que eu vou pra lá e não dê certo e eu volto com uma mão na frente e outra atrás. Aí foi isso, eu fui ficando com o meu marido e acabei voltando com ele.

N – Isso foi antes de ter as filhas?

P – Foi antes de ter as filhas. Aí eu peguei uma gripe muito forte, atacou minha garganta, fiquei uma semana sem vir pra cá, tomei benzetacil e tudo, e não tomei meus remédios. Aí passou uma semana, eu tive relação com o meu marido e acabei engravidando, porque eu estava fraca. Em 10 anos, olha que eu já esqueci muitas vezes, já esqueci cinco dias e nunca engravidei em 10 anos, e dessa vez eu engravidei.

N – E agora tu está casada?

P – Sim, to casada com o meu marido.

N – E ele sabe que tu trabalha aqui?

P – Não sabe.

N – Tu diz o que pra ele?

P – Ele acha que eu trabalho na Oi, de vendedora na rua.

N – Todas as gurias para quem eu pergunto dizem que trabalham na Oi de vendedora (risos).

P – Mas eu tenho certeza de que as minhas cunhadas são meu desconfiadas, sabe? Porque uma foi viajar para a Itália e ela trabalhou, dizendo ela, não tenho certeza, agora eu já desconfio, a gente já vê mais as coisas, já tem mais noção. Então ela cuidava de um menino lá, eu não sei dizer se é verdade.

N – Ah, ela mora lá?

P – Não, ela já voltou. Só que ela trabalhava como prostituta, entendeu? Então tem uns olhares delas, sente uma coisa no ar. Claro que elas não vão contar pro meu marido, mas aí fica assim.

N – Tu acha que se ele descobrisse ele não ia gostar?

P – Ah, com certeza não. Com certeza não. E é muito arriscado aqui, né, vira e mexe meu cunhado vem aí e eu tenho que me esconder.

N – Irmão do teu marido?

P – Não, cunhado dele.

N – Marido da tua cunhada?

P – É. E tipo ele não se dá com a família do meu marido, então eu acho que é mais perigoso ainda. Bem complicado.

N – Aí vocês olham na porta e não abrem, como fazem?

P – Isso.

N – Hoje tu acha que tu tem uma vida confortável, tu ganha um dinheiro bom?

P – Sim. Porque é um dinheiro que entra fácil. Se tu for trabalhar em um lugar, tu tem que esperar 15 dias, 30 dias para receber. E aqui, gente que trabalhou uma vez sempre acaba voltando. Eu até tentei, faz uns três meses atrás, trabalhar numa loja e não consegui. Não consegui trabalhar. Eu me sentia ah, agora to livre, sem aquele peso na consciência, tipo todo mundo sabe que eu estou aqui, a minha mãe pode vir aqui, só que eu estava sempre sem dinheiro na carteira, infelizmente. Acho que é isso. Pelo menos eu estou aqui por causa do dinheiro. Por causa do dinheiro.

N – Mas se eu te perguntar se tu gosta ou não gosta desse trabalho...

P – Eu ia te dizer que eu gosto.

N – E como tu te sentes sendo prostituta, tu acha que tem preconceito...

P – Tem, tem muito preconceito, porque eu vejo as outras mulheres por aí falando. Até mesmo os homens que vem aqui dizem, ai, o que tu está fazendo aqui, não era pra tu estar aqui, ai que guria linda, não era pra tu estar aqui dentro. Mas eu digo pra eles, sou bem cara de pau, meu amor, se eu já trabalhei até em banco, se eu estou aqui é porque eu quero né. É o que eu quero, né (meio hesitante). Olha, se tivesse um serviço pra mim em que eu ganhasse uns 2 mil, 2 mil e meio, 3, com certeza eu trabalharia em outro lugar, não trabalharia aqui.

N – E tu acha que a maioria das gurias que saem, voltam? Por causa da questão do dinheiro?

P – Com certeza. Isso é fato, porque já aconteceu comigo, tentei um mês em uma loja e não deu certo.

N – E quando tu ficou grávida tu parou de trabalhar?

P – Sim. Trabalhei uns 3 meses ainda, aí parei.

N – E quando tu voltou tuas filhas estavam com quantos meses?

P – Com 7, 6. Faz pouco. Agora elas vão fazer 10.

N – Tu tem medo de que alguém descubra?

P – Tenho.

N – Por quê?

P – Mais por causa do meu pai e da minha mãe. Mais do que o marido.

N – Tu acha que teus pais não iam gostar?

P – Não, eles iam ficar muito tristes, porque as pessoas são preconceituosas.

N – O que tu achas que as pessoas pensam sobre a prostituição?

P – Ah, que são sem-vergonhas, que não prestam, que são vagabundas, que podem pegar uma doença, o que na verdade pode mesmo, isso daí.

N – Tu faz coisas fora do trabalho, e tu fica receosa de encontrar pessoas que te conheçam daqui? Tu acha que é difícil separar a Pati que trabalha aqui da pessoa que tu és lá fora?

P – Não entendi.

N – Não, assim, as gurias com quem eu conversei às vezes tem medo de encontrar pessoas que elas conhecem e que não sabem que elas são prostitutas, não sei se isso te acontece, se tu já encontrou cliente em algum lugar.

P – Não toda hora, né, mas claro que a gente tem medo. Final de semana agora eu estava na cidade da minha mãe, caminhando com as minhas filhas de carrinho e estava vindo um cliente. Ele estava vindo de bicicleta, eu reconheci ele pela camiseta, por incrível que

pareça. Eu coloquei o cabelo na frente do rosto e fui bem rápido. Eu tenho medo do boca a boca, que um fala pro outro, que fala pro outro. Em cidade pequena acaba nos ouvidos da minha família. Só o que eu penso é na minha família. Eu faço isso pelas minhas filhas, e só o que eu tenho medo é que minha família descubra, meus pais. Pro resto eu não estou nem aí.

N – Quando tu sai daqui tu consegue te libertar daqui, pensar em outras coisas...

P – Às vezes sim, às vezes não. Às vezes eu fico pensando no que aconteceu ou deixou de acontecer aqui, aí eu penso que tenho que tirar isso da minha cabeça e pensar em outras coisas. Em cuidar da minha casa, das minhas famílias, mas geralmente acontece de ficar pensando no que acontece aqui.

N – E tem alguma coisa que te incomoda nesse trabalho?

P – Ai, esses homens chatos. São muitos. Esses homens fedorentos, eu não suporto isso.

N – E tem muitos? Essa é uma reclamação que eu escuto bastante.

P – Tem. Tem aqueles que vem só pra olhar, entra e sai. Uma vez um cara entrou aqui para pegar informação pelas 10h da manhã...

N – Informação sobre o que?

P – Informação de valores. Mas eles vêm pra ficar te olhando.

N – Por que o valor é quase sempre o mesmo, não?

P – Depende, tem salas que cobram muito baixo, não estão se valorizando.

N – E vocês cobram quanto?

P – A gente cobra 30, e uma rapidinha 20. Tem meninas fazendo por 10.

N – Mas vocês podem cobrar mais?

P – Sim, a gente cobra mais. Às vezes 60... mas quando eles começam a choramingar muito a gente faz por 20, mas é bem rapidinho.

N – Desculpa, tu tava me contando que um cara entrou aqui para pedir informação...

P – Sim, aí deu 3 horas da tarde e ele estava lá no corredor quando eu saí da sala. Eu olhei e não falei nada, mas uma outra menina disse “o meu, vai te embora, tu é muito mala”. Eu falei, mas esse cara está desde as 10h da manhã aqui. Vai te embora, o que tu ainda está fazendo aqui, vivente? Não dá pra entender a tara deles. É sempre quase os mesmos, a gente já sabe (risos).

N – E eles vêm toda a semana? Várias vezes por semana?

P – Toda semana, duas a três vezes por semana.

N – Tem gente que vem todo dia?

P – Não, todo dia ainda não vi, mas geralmente duas a três vezes por semana.

N – E tem muito desses caras que entram só pra ver?

P – Tem, com a mão no pinto, se coçando. Aquelas coisas nojentas. Aí eu começo a coçar minha perereca só pra gozar da cara deles. Aí eu falo: e aí, o que tu quer? E eles vão embora rapidinho. Às vezes eu vejo que é mala e a minha colega, a Grazi, diz para não deixar entrar, mas eu deixo pra me divertir, aí eles entram e eu fico aí, amoor, tu não vai ficar mesmo? Fica! E aí eu tranco a porta com os braços quando eles querem sair (risos), aí eu mando embora ligeiro. Isso irrita, a gente está aqui para trabalhar e toda hora tem gente tocando pra pedir informação. Mas a gente tem bastante cliente fixo, sabe.

N – Então tem alguns clientes que são legais?

P – Nossos clientes fixos, sim. Bem legais, bah, tratam a gente super bem, tem cliente que liga todos os dias para dar bom dia. São bem carentes, né. A maioria é casado.

N – Tem alguns que gostam de conversar?

P – Muito, a maioria vem mais pra conversar mesmo.

[Grazi grita ao fundo que vai fazer uma rápida de 30]. Pergunto se é para Pati fazer o programa e ela diz que não, que Grazi vai fazer, mas que ela avisa para a colega cuidar o horário.

N – Dos clientes, tem alguns que dão coisas pra vocês?

P – Sim, dinheiro, caixa de bombom, calça, cabelo arrumado, pagam cabelereiro.

N – Então não são todos que são malas?

P – Não.

N – E tem mais alguma coisa que te incomoda? Te incomoda essa história de não poder falar?

P – Ah, isso daí é triste né. É triste também que esses dias fui num almoço da minha família e começou uma reunião, né, aí minha tia disse “tu viu, a filha da fulana que agora virou prostituta? Diz que está ganhando tri bem, tá com um carrão” e eu pensei, bah...

N – Mas já falou mal, julgando?

P – Já. E aí tu tem que ficar quieta, engolir aquilo a seco né, não poder falar. O ser humano não consegue ficar com segredo pro resto da vida, uma hora tem que contar para alguém.

N – E tu não contou pra ninguém?

P – A minha prima sabe. Geralmente tem uma que sabe, né. A minha prima sabe.

N – E pra ela é tranquilo?

P – Foi tranquilo, ela aceitou numa boa porque ela nunca teve preconceito com gay, lésbica, com nada. E quando ela precisou, ela teve que vir pra cá também.

N – Ah, ela já trabalhou aqui?

P – sim, eu trouxe ela. Ela se separou, precisava pagar tudo dentro de casa. E aí ela começou a trabalhar aqui, mas agora ela saiu.

N – Não está mais trabalhando?

P – Não.

N – E tu lembra de alguma coisa que já te falaram sobre prostitutas, alguma coisa que tu ouviu no trem, no ônibus, as pessoas comentando?

P – Que eu lembre não.

N – Mas tu estava falando que tu acha que para os outros trabalhar na prostituição é coisa de vagabunda...

P – É que na verdade, pra mim vagabunda não é isso, né. Pra mim vagabunda é quem não ganha dinheiro e destrói a família das pessoas, essas gurias aí que não tem nada a perder. Daí pra mim é vagabunda.

N – E o que tu acha, a maioria dos clientes é casado, tu disse, e tu te sente mal por causa disso?

P – Não, eles entram aqui e se eles quiserem contar da vida deles, eles contam, se não quiser, não contam, eu não fico indagando os clientes. Eu Estou aqui pra trabalhar, não para julgar eles. Quem sou eu né.

N – E tu considera então a prostituição como teu trabalho?

P – É o meu trabalho.

N – E tu tem alguma religião?

P - Evangélica.

N – Qual é a igreja?

P – [ela só fica me olhando]

N – Tu não quer falar? [ela faz com a cabeça que não]. Então não precisa.

N – E como tu te sente, porque em geral as igrejas têm...

P – Só que eu parei de ir, to parada.

N – Mas antes tu ia?

P – Sim.

N – É que as igrejas em geral elas têm um julgamento moral sobre a prostituição, não sei como tu te sente já que tu frequentava a igreja.

P – Sim, é considerado adultério, né. Só que até então, como não estou, não posso ser julgada por eles. Deus não me julga...

N – Tu acha que Deus não te julga?

P – Não. Lá na Bíblia ele salvou aquela prostituta né [Maria Madalena], então com certeza ele não me julga. Só que se um dia eu voltar, eu tenho que largar tudo né.

N – Tu acha que se tu voltar pra igreja tu tem que sair?

P – Sim.

N – Por quê? Para eles não te julgarem?

P – Não, não é para eles não me julgarem. Eu acredito na Bíblia, não nos homens. Acreditando na Bíblia, pra mim é o que tá na Bíblia.

N – E bom, quais são os meios de comunicação que tu usa? Tu vê TV, lê jornal, usa a internet?

P – sim.

N – O que tu gosta de ver na TV?

P – Ah, eu assisto um monte de coisa. Jornal, novela, tudo. Agora tá tendo a paralização dos trens, né, então de manhã cedo eu já ligo a TV para ver se tá normal ou não, como tá, e a previsão do tempo. Fofoca também, eu adoro fofoca de artistas. Big Brother também, eu gosto de ficar a par de tudo, sou muito fofoqueira.

N – E na rádio tu escuta alguma coisa, programa, notícia?

P – Não, na rádio eu não gosto de escutar notícia. Só música. Eu escuto muito Jovem Pan. De vez em quando eu gosto de escutar a Gaúcha, mas é pouco.

N – E na internet, tu tem Facebook?

P – Sim.

N – E no teu facebook tu não tem nenhum cliente?

P – Não.

N – Tu não usa pra esse tipo de contato?

P – Já usei, mas tirei...

N – Quando tu não estava casada, tu usava?

P – Sim, mas aí era a Pati, só.

N – Ah, tu tinha um com teu nome de trabalho. Aí tu tinha um pessoal e um de trabalho?

P – Isso.

N – Por que tu parou? Tinha fotos na tua página?

P – Não. Eu não sei se foi porque eu não tive mais tempo de mexer, não sei nem se tá, eu esqueci a senha. Mas agora o meu pessoal eu uso bastante.

N – E tu tem alguma outra rede social, tu usa o twitter?

P – Não.

N – Tu já viu na internet alguma coisa sobre prostituição, tu já procurou alguma coisa sobre prostituição?

P – sim, logo que eu entrei.

N – E o que tu procurou?

P – Olha, o que eu vou te dizer. Acho que a maioria fala isso, com certeza não sou só eu. Mas é quando eu fui saber o que eu estava fazendo, eu sou muito curiosa, eu fui saber da Bruna Surfistinha. Eu vi o filme e logo depois eu vi o site.

N – E o que tu achou do site?

P – Achei legal. Mas olha só, tu ve que vira e mexe a pessoa tem que parar, um dia tem que parar. Ela parou, casou com aquele cara.

N – Tu acha que algum dia tu vai ter que parar?

P – Eu não acho, eu tenho certeza.

N – Tu tem vontade de parar logo?

P – Olha, vou te dizer que isso é conforme os dias vão passando, às vezes tu tá animada e quer continuar, em outros dias está mais triste e pensa que tem que parar logo. Depende do dia.

N – E por que tu acha que tem que parar?

P – Ai, porque no fundo no fundo a gente sabe que, que... na verdade a gente cansa, sabe, a gente cansa, todo dia tem que estar maquiada, bem vestida, todo o dia tem que fazer a mesma coisa, como se fosse um trabalho normal, mas tu pega muita carga negativa, e positiva também. Quando os homens entram eles podem trazer carga negativa ou positiva, aí tu não tem muito tempo para ficar com a tua família também. É isso.

N – E tem também a questão de não poder contar?

P – Sim, tudo junta. Tudo vai juntando.

N – Tá, e além da Bruna Surfistinha tu lembra de mais alguma coisa que tu viu sobre prostituição? Tu viu algum site de prostituta?

P – Com certeza, mas eu não estou lembrada agora.

N – Tu procurou bastante quando tu começou a trabalhar?

P – Sim, sim. E daí depois eu conheci o NEP, elas conversaram comigo.

N – No início o que tu estava procurando, pra saber como era?

P – É, o jeito para lidar com os clientes, assim. Queria saber, daí fiquei sabendo da Bruna Surfistinha, que eu não sabia na época. Quando eu conheci a Bruna Surfistinha na TV, eu não sabia que ela era prostituta. Não, eu sabia, mas eu não sabia a história, né. Eu me lembro direitinho como se fosse hoje, estava a Bruna surfistinha no Domingo Legal e o marido dela. Aí embaixo estava assim, ó: prostituta, ex-jogador de futebol, eu não sei ao certo, ele é alguma coisa assim, aí estava assim, se casa com prostituta. Olha só, né, *se casa com prostituta* (ela ri). Aí estava assim, os dois, no Domingo Legal. Só que eu não sabia quem era Bruna Surfistinha, aí depois quando eu vim pra cá que eu ouvi falar e lembrei, e entrei no site pra entender também sobre os clientes, eu queria mais saber como eram os clientes, como lidar com os clientes.

N – E tu achas que tu aprendeu ali alguma coisa sobre como lidar com os clientes?

P – Sim. Porque a gente tem que entender eles, né, porque na realidade eles vem procurar aqui uma carência que eles não tem em casa. Essa é a realidade. E os homens são sem-vergonha também (risos). Porque tem clientes que vêm aqui e traz a mulher junto, eu tenho um cliente que traz, e ela diz, ó, tu não vem aqui sozinho, só comigo. E ele vem escondido dela.

N – Mas e aí como é, vocês atendem casal também? Como funciona isso?

P – Ah, daí é uma suruba né (fala baixo).

N – Ah, vocês atendem mais de uma pessoa. E pra ela é tranquilo?

P – Pra ela é.

N – Mas às vezes ele vem sem ela?

P – Sim, ela avisa pra ele não vir e ele vem. Pra tu ver como os homens são sem-vergonha. Já é a natureza.

N – E vocês anunciam a sala de vocês em algum lugar?

P – No jornal.

N – No Diário Gaúcho?

P – No Diário.

N – E na internet vocês não anunciam?

P – Não. Eu não.

N – Tua colega anuncia?

P – Não sei. Mas tem um site sobre a Malcon, tu sabe né?

N – Sobre a Malcon? Não é sobre as prostitutas em geral, o GP Guia?

P – É, isso! O GP Guia.

N – E vocês estão no GP Guia? Tu já entrou lá?

P – Já entrei, mas não lembro mais minha senha.

N – E já teve alguma resenha sobre ti?

P – Sim, só falaram que...

N – Ah, tem sobre todas?

P – Sim!

N – Eu não sei se eu posso entrar, precisa ter senha?

P – Não, tu precisa fazer um emailzinho pra ti ali. Tu vai entrar no site e tu tem que fazer um login pra ti.

N – E o que dizia de ti, tu lembra?

P – Ah, dizia que tem uma novata no 412, era no 412 que eu tava, uma peitudinha, ou uma peitadona, peitudinha, não lembro (risos), que não sei o que. A gente sempre entrava, nossa outra colega trazia o notebook e a gente ficava toda hora olhando.

N – E o que tu acha de ter esse espaço em que os clientes falam de vocês? Vocês não podem responder, né.

P – Mas eu já respondi, com o meu nome.

N – A mulher pode responder?

P – O bom é tu entrar com o nome de um homem, aí eles acham que é um homem. Mas eu fiz com o meu nome, Pati.

N – O que tu acha de ter esse espaço?

P – Eu acho muito legal, só que tem uns que avacalham muito as gurias. Não foi nosso caso, ainda bem, sempre falaram bem da gente. A gente trabalhava ali no 412, era antes de vir pra cá, e a outra menina que trabalhava lá foi embora. Mas da gente sempre falaram bem. Mas a gente viu coisas bem avacalhadas, sabe.

N – O que tu acha de os caras fazerem isso no site?

P – Ah, muita avacalhação. Só que tem meninas que provocam.

N – Tu achas?

P – Não acho, eu tenho certeza. Às vezes eles passam e elas ficam chamando, vem aqui, aí eles não vão e elas começam a gritar e xingar os caras, daí eles vão lá e avacalham elas. Isso daí é ruim.

N – Tu acha então que é legal ter esse espaço em que os clientes possam falar?

P – Eu acho legal, acho bacana.

N – Tu nunca pensou em colocar foto em site, pra anunciar?

P – Claro, seria bom, acho que chamaria mais cliente, mas até então...

N – E tu acha que o movimento de vocês aqui é bom?

P – É bom! Mas decaiu bastante. Quando eu entrei, dois anos atrás, era muito mais.

N – Por que tu achas que caiu?

P – Não sei. Estou tentando descobrir. Não sei se as gurias estão avacalhando com os caras, não sei se é muito mala que está vindo. Eu não sei te dizer o que é.

N – Eu escuto bastante reclamações das gurias sobre o movimento, mas também escuto bastante falar que o quarto andar é meio bagunçado...

P – É, mas não é todas as salas.

N – Sim, não estou falando de nenhuma sala.

P – Eu acho que deveria ter um segurança aqui em cima.

N – O segurança da galeria nunca foi desrespeitoso com vocês?

P – Não... ele só vem se tiver alguma briga, alguma coisa, eles vem, mas acho que eles deveriam vir mais vezes, dar uma subidinha, uma reparada.

N – Tem várias gurias que ficam com a porta da sala aberta.

P – Muitas. E isso é muito desrespeitoso.

N – Tu achas que é desrespeitoso com vocês?

P – Com todo mundo.

N – E como é que tu acha assim que a mulher prostituta é mostrada nos meios de comunicação? Nas novelas, nas notícias...

P – Não me lembro, mas agora tem a mulher da novela, essa da Amor à Vida, que ela foi prostituta. Eu vi uma mulher xingando ela, o que uma prostituta está fazendo na minha casa. Agora é essa, né.

N – E o que tu acha?

P – Eu acho que não deveriam só julgar a guria, né.

N – Tu acha que aparece condenando?

P – Com certeza. Lá precisou de uma prostituta no caso para organizar a vida do filho dele lá que é gay (acho que a prostituta é a personagem da Barbara Paz), aí pagou uma prostituta e ela aceitou ainda. O cara ofereceu carro, comida e roupa lavada, e ela ali estava se rebaixando né.

N – E tu já leu, já viu alguma vez notícia sobre prostituta, como era?

P – Ah sim, eu já vi uma vez do gay né no polícia 24 horas. Os dois estavam, o cara aceitou o programa dele, aí eles estavam fazendo sexo dentro do carro, na via pública, e não pode. Aí a polícia parou, mandou os dois botar a roupa, tudo, aí eles foram pra delegacia e o cara não sabia onde enfiar a cara dele, se escondia de tudo que era jeito, só dizia meu, eu sou casado, eu sou casado. Aí a repórter: mas se tu é casado, porque tu tava procurando travesti? Aí ele se escondia muito. E o travesti bem belo, parado, na dele. E ele dizia: ah, foi ele que me procurou, não sei o que.

N – E como tu acha que deveria ser mostrado nos meios de comunicação? O que tu acha que deveriam falar, que não falam? Tu acha que aparece o que?

P – Ah, aparece só coisa ruim.

N – Então, e o que tu acha que deveria aparecer?

P – Ah, tá, sim, deveria aparecer coisas boas.

N – Que coisas boas?

P – Ah, que a gente faz um sexo bom (e cai na gargalhada). Que a gente é dama de companhia (continua rindo).

N – Que é um trabalho?

P – Que é um trabalho, que a gente não deveria ser tão julgada.

N – Muitas vezes aparece a mulher prostituta como sendo destruidora de lares.

P – sim, por isso que eu falei aquela hora, que vagabunda mesmo são aquelas que não cobram e destroem casamentos.

N – E as mulheres que estão aqui não?

P – Deus me livre, a gente encontra eles na rua e é cada um pro seu lado.

N – Fingem que nem conhece?

P – Agora de manhã mesmo eu encontrei um, meu cliente mesmo, que me liga e tudo, daí ele parou, porque se ele não tivesse parado eu teria continuado. Ele parou, me deu oi e tudo. Ele é casado, vem aqui, me paga tudo, nunca transou comigo.

N – Ah, não? E o que ele quer? Conversar?

P – Só conversar e um boquete. Só isso. Mais nada.

N – Mais uma última pergunta: tu achas que seria importante que tivesse um espaço em que as mulheres pudessem falar sobre o que é ser prostituta, mesmo que fosse na internet, tipo lá o blog da Bruna Surfistinha, seria importante para diminuir o preconceito...

P – Eu acho que deveria ter um espaço de verdade, pra se reunir, pra falar sobre valores, porque eles pagam, só que tem muitas que não se valorizam e não acreditam em si

mesmas, aí colocam o preço a 10, 15 pila. Por que esse valor, se pode ser mais? Se todas cobrassem um valor, eles vão pagar.

N – Tu acha que tinha que ter um espaço para organizar mesmo enquanto categoria?

P – Exatamente.

N – E pra combater o preconceito, tu acha que teria alguma coisa que poderia ser feita? Se as mulheres falassem sobre as suas experiências, se tivessem um site, um jornal, tu acha que as mulheres não gostariam?

P – Eu gostaria. Eu até iria, só que, claro, não mostrar meu rosto né. Eu iria, eu gosto, eu gosto de falar. É bom ter palestras, passeatas, essas coisas, pro povo ir abrindo a mente, largando as prostitutas de mão. Agora as lésbicas e os gays já estão se aceitando mais né.

N – Tem um projeto de lei que pretende regulamentar a prostituição mesmo, fazer com que seja considerada profissão. Tu acha que é importante que a prostituição vire profissão?

P – Ah, sim, porque ela deveria ter os mesmos direitos de fundo de garantia, 13°.

N – Hoje tu não paga nada disso?

P – Não.

APÊNDICE F – ENTREVISTA COM RAQUEL

Entrevista realizada em dezembro de 2013, na sede do NEP. Na época, Raquel tinha 22 anos, era casada há dois anos e vivia com seu esposo em Porto Alegre. Raquel havia cursado a faculdade de Direito, mas por falta de dinheiro havia trancado a faculdade.

N – Me conta um pouco como é a tua rotina...

R – Eu acordo pela manhã, arrumo a minha casa, vou trabalhar, trabalho até umas 17h30min e vou pra casa.

N – E tu tem alguma outra atividade além de trabalhar, tu faz alguma outra coisa?

R – Não, no momento não.

N – E desde quando tu trabalha como prostituta?

R – Faz um ano e meio, já.

N – Ah, então tu casou antes...

R – Uhum.

N – E como foi esse início, como tu resolveu trabalhar nisso?

R – Na verdade eu não resolvi, eu fiquei sem emprego e tinha muitas contas, eu moro de aluguel. E aí meu marido, o trabalho dele só não estava ajudando, e aí uma menina que eu conhecia me disse, e eu acabei indo.

N – E aí como foi, onde tu foi?

R – Eu iniciei na La Femme acompanhantes, na Benjamin. Eu comecei lá, porque é mais tranquilo né.

N – E como foi? Onde tu trabalhava antes?

R – Eu trabalhei com telemarketing, trabalhei em mercado, trabalhei no fórum também, fiz um estágio... e no início é difícil.

N – O que tu acha que é difícil?

R – É tu se acostumar. Por exemplo, tem meninas que toda vez quando saem transam com alguém, eu não, eu transava com o meu marido, né. Isso é complicado.

N – Teu marido sabe?

R – Não.

N – O que tu diz pra ele?

R – Eu digo que eu trabalho na Oi, como vendedora.

N – Tu achas que ele nem desconfia?

R – Não.

N – E tu acha que se ele soubesse, como ele iria reagir?

R – Não sei se ele aceitaria, acho que não.

N – E tu percebe alguma diferença entre os lugares em que tu já trabalhou?

R – Só a questão do nível das pessoas que frequentam...

N – Lá é melhor?

R – Sim, porque o valor lá (na La Femme) é bem mais alto. Então é uma questão de nível, mas muitas vezes quem está te pagando mais te trata pior.

N – É? E por que tu saiu de lá?

R – Porque surgiu a oportunidade da gente alugar a sala, né, daí a gente não pagaria a comissão do programa.

N – Sim, lá tu pagava uma comissão?

R – Sim, metade né? Metade era da casa. Então lá (na sala alugada) a gente divide o aluguel e o que a gente faz é nosso, né.

N – Tu acha que tu está conseguindo tirar mais na Malcon do que na La Femme?

R – Sim!

N – E só para eu saber, quanto custava o programa lá?

R – Na La Femme, 120.

N – E aqui?

R – A partir de 30.

N – Bom, era 60 que tu ganhava lá...

R – É que lá era 120 por uma hora, aqui é 30 por 20 minutos.

N – Vale mais né. E o local, tem alguma diferença?

R – Tem, aqui o ambiente é menor. É uma sala.

N – E lá é como? É tipo uma boate?

R – Não, lá é uma casa, com uma sala, que é a recepção, quartos, como se fosse um motel. Aí o cliente escolhe a menina e vão pro quarto. A gente fica na sala, quando ele chega ele vai pro quarto, todas as meninas passam, uma por uma, e aí ele fala quem ele quer, quem ele gostaria de ficar, e a menina vai pro quarto atender.

N – Alguém da tua família sabe?

R – Não.

N – E como é que tu te sente trabalhando com isso?

R – Às vezes... é que tu tem que saber separar, né, tu tem que lidar como um trabalho mesmo. Pra mim é um trabalho.

N – E tu transita em outros lugares, tu acha que tu consegue fazer essa separação, tu não fica com medo de encontrar clientes, como é?

R – Sim, e não tenho medo de encontrar clientes, até porque eu moro na zona sul e trabalho na zona norte. Então eu atravesso pra justamente não acontecer isso. Mas às vezes acontece de ir alguém conhecido, porém a gente tem câmara e vê quem está chegando e aí a gente não passa.

N – Tu acha que ser prostituta é uma coisa que mudou a tua vida?

R – Muda, porque muda até a questão de confiança. Tu vê homens que são bem casados, com mulheres até mais bonitas do que tu, e que mesmo assim procuram prostituta.

N – E por que tu acha que os homens procuram prostitutas?

R – Por questão de se sentir mais homem, eu acho.

N – E como é o relacionamento com os clientes?

R – É tranquilo, a maioria são queridos, te tratam bem. Na verdade eu acho que eles têm uma visão de que (prostitutas) são amantes que são pagas para não incomodar. Porque muitos deles viram teus clientes mesmo, voltam toda semana, não é que eles queiram ficar variando, sabe? É só para não ter aquele vínculo.

N – Tu tens então clientes que vêm sempre?

R – Sim, todas as gurias têm.

N – Tem alguma coisa que te incomoda nesse trabalho?

R – Ah, a questão de estar se escondendo, né? De mentir para as pessoas que confiam em ti. Isso incomoda.

N – Isso é o que mais te incomoda?

R – Sim.

N – Isso me chama a atenção porque aparece na fala de várias gurias, mas as pessoas em geral tendem a pensar que o ruim do trabalho deve ser ter que fazer um monte de programas.

R – Não, o ruim é tu mentir pras pessoas. No meu ponto de vista o ruim é ter que esconder.

N – E o teu marido ele não pergunta do teu trabalho?

R – Sim, pergunta, e aí tu acaba mentindo. É esse o momento em que me sinto pior.

N – O que tu acha que as pessoas em geral pensam sobre a prostituição e sobre a mulher prostituta?

R – Tem muito preconceito, né. Já tiveram várias novelas sobre isso, e tem muito preconceito. Eu tinha preconceito, sabe? Ah, eu achava que todas as meninas transavam sem preservativo, que todas usavam drogas...

N – Depois tu viu que é diferente?

R – Bem diferente. Algumas entram por causa da droga, né, mas muitas não tem nada a ver. Tem filhos, tem família, tem tudo.

N – Tu lembra de alguma coisa que tu ouviu sobre a prostituição que mostra essa questão do preconceito? Algo que te falaram?

R – Ah, lembrar assim, não, mas é natural. As pessoas entendem como algo sujo, assim.

N – E os clientes têm alguma postura que demonstre algum tipo de preconceito?

R – Não.

N – Eles te perguntam por que tu está fazendo isso?

R – Ah sim, isso eles sempre perguntam. Eles sempre perguntam por que, uma menina tão novinha, não tem filho, sempre perguntam.

N – Tu falou que várias novelas já trataram sobre isso, tu lembra de alguma?

R – Eu não lembro do nome, mas eu lembro de uma em que a Camila Pitanga era prostituta...

N – Sim, a Bebel.

R – Isso, lembra?

N – Sim, era em Copacabana. E tu lembra de alguma outra coisa que tu tenha visto nos meios de comunicação?

R – Não.

N – Em algum programa de TV, de jornal? Como tu acha que a mulher prostituta aparece nos meios de comunicação?

R – Eu lembro que alguns dias atrás apareceu naquele Cidade Alerta uma prostituta que foi morta, que estava grávida... Sei lá, eu acho que se a mulher grávida não fosse prostituta seria diferente, se tu vê uma mulher que foi assassinada, tem uma comoção pública, agora se a mulher é uma prostituta as pessoas pensam que ela deveria estar envolvida com alguma coisa. As pessoas pensam que deveria estar envolvida com droga, com outras coisas, eles pensam assim.

N – E tu acha que isso acontece por quê?

R – Ah, por falta de conhecimento. Eu acho que se soubessem como são os ambientes, que são limpos, que as meninas se cuidam e às vezes se cuidam mais do que essas meninas que estão aí na rua... eles mudariam um pouco a forma de pensar.

N – Vocês não anunciam no jornal né?

R – Não.

N – E tu usa bastante internet, tu tem no celular?

R – Uso.

N – E tu tem contato com algum dos teus clientes pela internet?

R – Não.

N – Tu tem facebook?

R – Sim.

N – E lá tu não tem nenhum contato com teus conhecidos da prostituição?

R – só as meninas, mas elas são minhas amigas fora do trabalho, eu conheço elas já faz algum tempo. Então elas são minhas amigas do facebook, mas cliente não.

N – Tu entra em algum site para procurar alguma coisa sobre prostituição? O que tu procurou?

R – Tem um site que é dos relatos sobre as meninas né. O Gp Guia.

N – Tem sobre ti lá?

R – Tem.

N – E o que tu acha sobre esse site?

R – Ah, por um lado é bom porque algumas coisas que eles falam é verdade, mas eu sempre brinco com as gurias “se a gente tivesse direito a resposta”... tipo, tem cliente que vem fedendo, e isso eles não colocam lá, então... tem os dois lados, por um lado é bom e por outro não.

N – Tu não acha que é uma exposição...

R – Eles te expõe de certa forma, e tu não tem como te defender do que eles estão dizendo, tu não tem como negar nem como concordar.

N – E além do GP Guia tem algum outro lugar que tu entre sobre esse tema, tu já entrou em algum site de anúncio, procurou algum tema?

R – Eu já tive anúncio em site e retirei, no Luxúria. Já tive e retirei porque eu sempre ia sem saber quem era, e isso estava me deixando...

N – Sim, e na sala é diferente...

R – Na sala é diferente, eu consigo visualizar a pessoa. Por mais que as tuas fotos sejam totalmente diferentes, como sempre são, tu não tem como saber quem vai estar esperando, pode ser um conhecido, um amigo, um parente.

N – Ah, isso que te deixava mais ansiosa? E quando tu colocava anúncio tu atendia em motel?

R – uhum.

N – Se tu diz que a mulher prostituta é sempre mostrada como envolvida com drogas, ou com crime, como tu acha que ela deveria ser mostrada?

R – Como ela é, né? Ela tá trabalhando. Muitas vezes não tem estudo, não tem condições, não tem oportunidades.

N – Tu acha que tu começou a trabalhar com isso por quê? Por que tu não tinha oportunidades?

R – Sim.

N – Mas e tu já estava na faculdade?

R – Sim. E era uma faculdade particular, aí terminou o período do meu estágio, que era de dois anos, aí eu parei a faculdade, aí tu tem um certo padrão de vida e vai trabalhar doze horas no mercado, porque eles te fazem bater o ponto um minuto antes para não fechar 12 horas, e ganhar 400, 500 reais por mês, porque eles te descontam, então é por falta de oportunidade. E é muito diferente, entendeu, às vezes tu ganha em 3 dias o que tu ganha em um mês inteiro em outro lugar, então não adianta. Claro, tem gurias que jogam o dinheiro fora e tem gurias que investem, mas a questão financeira é óbvio que mexe contigo.

N – E tu consegue guardar algum dinheiro?

R – Sim, sim.

N – E tu acha que seria importante que existisse um espaço em que as prostitutas pudessem se mostrar, assim, esse outro olhar, de quem trabalha...

R – Eu acho que sim. Eu lembro, agora tu falando isso, que uma vez foi mostrada uma reportagem no Globo Repórter, ou no Profissão Repórter, sobre as meninas da 25 de março, e tal, só que, não sei, talvez não fosse bom... Eu fico na dúvida se não seria muita exposição para quem trabalha com isso, mas talvez as pessoas conseguissem ter um pouco mais de conhecimento, né.

N – Tu não acha que com a internet muda um pouco, porque tem como escrever e colocar coisas sem se mostrar?

R – Sim, tanto que teve aquela prostituta, a Bruna Surfistinha, que fez e depois acabou se mostrando. E muita gente tem preconceito, porque ela era de uma família de classe média, porque se envolveu porque quis, porque se envolveu com drogas.

N – Tu acha que tem essa ideia de que a prostituição só é aceitável quando é alguém pobre?

R – Acho que nem aí é aceitável, porque tem gente que vai dizer, ah, mas eu faço faxina, porque tu não faz também?

APÊNDICE G – ENTREVISTA COM SIMONE

Entrevista realizada em 26 de agosto de 2013, no local em que Simone trabalhava, uma sala estilo boate no centro de Porto Alegre. Posteriormente, Simone saiu daquele local e foi trabalhar em uma sala de galeria. Ela tinha 31 anos e vivia em Porto Alegre com as três filhas e o esposo. As filhas têm 11 anos, 9 anos e 1 ano e 3 meses. Segundo ela, sua mãe é de origem japonesa. É natural de uma cidade da região das Missões. A família atualmente vive na região metropolitana. Simone casou-se pela primeira vez aos 15 anos, teve duas filhas e se separou. Era casada há cerca de 3 anos com o atual marido e cursava a faculdade de Psicologia em uma universidade particular de Porto Alegre.

N – Me conta sobre a tua faculdade.

S – Eu fui, voltei, parei várias vezes.

N – Por que tu escolheu fazer psicologia?

S – Porque na verdade, desde que eu era bem novinha foi meu objetivo. Eu sempre gostei. Psicologia ou oceanografia. Como fica um pouco fora do meu padrão oceanografia, porque eu teria que ir pra Rio Grande ou outro lugar, e eu tenho filha, não tem como, né. Então pra mim ficou difícil, então optei por psicologia, que é uma coisa que eu gosto. Queria trabalhar com crianças.

N – Tu me contou que tu já fez outros estágios, na área de psicologia. Tu tem vontade de trabalhar com isso quando tu te formar?

S – Sim, eu tenho vontade de trabalhar com isso.

N – A casa em que vocês moram é de vocês, é alugada, como é?

S – Eu tenho uma casa em Viamão, que é minha. E a gente comprou esse apartamento agora, que a gente ainda está pagando. É próprio, mas a gente está pagando.

N – E teu marido trabalha numa empresa?

S – Isso, ele é chefe de cozinha.

N – Então me conta como é um dia normal pra ti, tua rotina.

S – Ele trabalha a noite, das 22h às 6h, ele chega às 6h, pega as gurias, a gente arruma, dá café, elas vão pra escola, inclusive a pequena, vai pra escolinha. Aí eu saio, venho trabalhar, cumpro o horário comercial, no caso, porque pra ele eu trabalho numa loja. Por volta das 19h eu volto pra casa, minhas filhas já estão em casa, porque ele dorme durante o dia e busca elas pelas 17h30min. Eu chego em casa, as tarefas de casa são divididas entre eu e

ele, então eu faço janta um dia, ele faz no outro, organização de roupas é dividido tudo entre nós dois. Essa é a rotina do dia a dia.

N – Desde quando tu trabalha como garota de programa [ela prefere que chame assim]?

S – Eu comecei a trabalhar quando me separei pela primeira vez.

N – Tu tinha 18 anos, é isso?

S – Isso.

N – E tu comentou que já parou algumas vezes...

S – Já, já parei algumas vezes. Eu nunca trabalho direto, geralmente eu já tenho um dinheiro guardado, então eu trabalho em outra coisa, até porque isso aqui é muito estressante, se ficar direto, pira.

N – Então tu já está há mais de 10 anos na prostituição? Como foi o início?

S – No início foi complicado, porque eu comecei por necessidade. Não é o que eu queria. Eu vim atrás de uma proposta de emprego que dizia atendente de telefone ao público. Aí eu imaginava outra coisa. Quando eu cheguei lá, era uma casa de massagens, daí a mulher conversa com a gente, mostra quanto as meninas ganham. Aí pra ti, que não tem nada, na época uma de 6 meses e outra de 3 anos, como eram minhas filhas, e não tinha nem leite pra dar pra elas, não tinha muita alternativa. No momento em que tu assume a responsabilidade de tirar duas crianças de dentro de casa, onde tu era sustentada pelo pai delas, tu tem que assumir o risco de ter como mantê-las.

N – Morava só tu e elas duas?

S – Isso. De favor, e daí eu comecei a trabalhar como panfletagem, mas na época eu ganhava 10 reais por dia, não tinha nem como comer direito. Aí chegou num ponto, no dia em que eu comecei a trabalhar, minha filha me pediu um pão e eu não tinha 10 centavos para comprar um pão pra ela. Então foi meio que no desespero. No início é meio assustador, tu se sente suja, tu pensa mil e uma coisas, mas depois, no momento em que tu começa a subir de novo degrau por degrau, é uma coisa complicada, mas acaba se tornando normal. Tu acaba aderindo a isso como algo normal, não como algo errado.

N – Tu começou a trabalhar aqui no centro, né, numa galeria. Como era lá?

S – Na época era assim: programas a partir de 20 reais, era meio a meio, a gente não podia se atrasar, tinha que fazer cabelo todo o dia, eles compravam roupas pra nós e a gente tinha que pagar. Muitas vezes eram valores bem acima do normal. Tinha muitas regras que tinha que seguir, se tu faltasse tu pagava multa. E como a gente não conhecia nada, a gente

acaba ficando um bom período trabalhando assim, meio que em escravidão, né, porque na verdade tu paga para trabalhar.

N – Mas tu conseguia tirar algum dinheiro?

S – Sim, mesmo assim dava dinheiro. Naquela época, 200 reais por dia era dinheiro né. 100 reais já era muito dinheiro, pra quem não tinha nada. Então quando eu comecei a ganhar 200, 250 por dia, daí tu acaba ficando com medo até de sair, de passar por tudo de novo, então tu acaba ficando.

N – E tu ficou quanto tempo nessa sala?

S – Ah, quase dois anos.

N – Tu saiu de lá e fez o que?

S – Eu saí de lá e fui trabalhar em outra coisa.

N – E quando tu voltou, tu voltou pra onde?

S – Eu voltei pra trabalhar na Otávio Rocha, aí é diferente, é tipo uma boatezinha durante o dia. Até está fechada, eles estão em reforma. Ali é um lugar bom de trabalhar, não tem muita frescura.

N – É o K. o dono né?

S – Tem o K. e tem o L. Mas eles são bem legais, eles te ajudam bastante na maior parte do tempo, emprestavam dinheiro, não tinha muito galho. É bem melhor de trabalhar lá.

N – Tu está me falando das diferenças entre os lugares em que tu já trabalhou. Tu trabalhou em outros lugares ainda antes de vir pra cá? Como foi essa mudança pra cá?

S – Trabalhei em galeria, só que daí, como eu te falei eu estava fazendo um estágio [na área de estudos dela], e aí eu voltei a trabalhar porque eu quero terminar a minha faculdade. E trabalhando normalmente eu infelizmente não tenho como pagar. Porque eu tenho um custo alto, de livros, de transporte, mesmo eu sendo bolsista eu tenho um custo, os meus estágios são só ajuda de custo, não tem uma remuneração correta, né. Mas isso faz parte, tu deve ter feito também, mas é por isso que eu voltei a trabalhar.

N – Tu é bolsista do Prouni, bolsista da universidade?

S – Propriamente da universidade.

N – E o que tu percebe, o que te chama mais a atenção sobre as diferenças entre os lugares em que tu já trabalhou?

S – O que mais chama a atenção é a liberdade. Tem lugares em que tu trabalha que nem escrava, tem regras. Tem lugares que não, em que tu tem a liberdade de fazer o teu

horário, de poder cobrar o que tu achas que tem que cobrar. Tem lugares em que tu trabalha realmente sobre pressão.

N – Aí vocês resolveram montar aqui. Aqui a sala é de vocês?

S – Isso, a gente paga arrendamento e trabalha pra nós. Que é bem mais tranquilo. Claro que a gente tem uma rotina, até por em casa acharem que tu trabalha em loja e tal, tu tem uma rotina de horários de entrar, de sair, e tu tem mais liberdade até de dizer não, não quero, não vou fazer. Aonde tem lugares em que tu não têm essa liberdade, que tu tem que fazer.

N – Tu percebe diferenças também entre os clientes nesses vários lugares em que tu já trabalhou?

S – Com certeza. Vários tipos, em galeria geralmente é os mesmos sempre. Eles já vem, já tem uma mania... e aqui, tem os que vem sempre, mas tem sempre aqueles novos, de tudo que é lugar.

N – E o tipo de programa também é diferente?

S – Aqui a gente cobra um pouquinho mais caro, é mais demorado, essas coisas assim. Aí a gente faz o cliente, né. Porque o cliente muitas vezes é a menina que faz. Tem meninas que se sujeitam a tudo né, já no meu caso eu não me sujeito a certas coisas. Então é bem relativo, tem clientes que te pedem coisas absurdas, mas é porque alguém faz.

N – O valor do programa é entre 30 e 70 reais, é isso?

S – É entre 30 e 100 reais. 100 reais a gente fica 40 minutos, faz massagem, essas coisas assim.

N – Então dá pra tirar um dinheiro. Quanto mais ou menos tu ganha por dia?

S – Por dia... final do mês agora, é uns 200 reais por dia, 250. É mais parado. Agora do dia 1º ao dia 15 dá pra tirar 700, até 1000 reais num dia.

N – E a sala vocês pagam quanto?

S – 400 por semana.

N – Ah, bom, porque lá na Malcon eu sei que eles cobram um absurdo.

S – Sim, lá é mais caro. É por isso que as gurias às vezes se desesperam e cobram 10, cobram 15, tem que fazer milhares e muitas vezes tem que se sujeitar a muita coisa...

N – Os clientes são agressivos às vezes?

S – é muito raro, mas sempre tem um que outro, que às vezes briga com a mulher e acaba vindo querer descontar a frustração em ti.

N – Bom, e além de fazer os teus estágios, tu já trabalhou em outras coisas.

S – Já. Já trabalhei em posto de gasolina, em loja de conveniência, já trabalhei em mercado, essas coisas.

N – E o salário sempre muito baixo?

S – Posto de gasolina até não é tão ruim. Dá uns 1500 por aí. Tu fazendo comissão, dá pra tirar até uns 2000. Mas mercado, loja, é tudo padrão, 700, 800 reais, não passa disso. Não tem muito.

N – Daí vale mais trabalhar aqui.

S – Por enquanto, pra mim, vale.

N – E o teu esposo não sabe, alguém da tua família sabe?

S – Não. Acredito que até desconfiem. Mas nunca ninguém me falou nada, nunca ninguém perguntou nada.

N – E tu acha que teu esposo nem desconfia?

S – Não, acredito que não.

N – E tu acha que se alguém da tua família soubesse...

S – Acho que depende muito de quem. A minha mãe, acho que não teria muito problema. Já o meu pai, já seria um problemão. Depende muito de quem.

N – Como é pra ti viver nessa função do pessoal não saber, de contar outras coisas?

S – Ah, é ruim né, tu não gosta, não tem como, tu está sempre com medo. Está sempre naquela coisa de alguém vai me ver... mas não adianta muito, se quer alguma coisa tem que correr atrás.

N – Tu achas que eles não gostariam por quê?

S – O meu pai é mais questão de opinião de família mesmo, ele é mais antigo, tem uma opinião mais machista, vamos dizer. A minha mãe já é mais moderna. Mas acho que é mais o machismo mesmo em relação a mulher de programa. E muitas vezes as pessoas têm outra imagem disso aqui.

N – Qual é a imagem que tu acha que elas têm?

S - Eu fico imaginando pela imagem que eu tinha, de que era uma coisa horrível. Às vezes tu não conhece, né, aí eu imaginava que era um monte de mulher pelada, com um monte de homem, aquelas coisas de filme. E na realidade não é, tu acaba conhecendo e vê que cada pessoa tem sua história, um porquê, algumas pessoas têm família, outras não tem, já caem porque são da rua mesmo. Existem vários tipos de porquês. Assim como pra tudo tem um porque.

N – Como é pra ti ser garota de programa? Como tu te sente?

S – É como eu te falei. No início, é muito complicado, porque tu te sente suja, mas depois tu te acostuma e acaba se tornando normal para nós. Para nós é normal, acaba se tornando uma coisa cotidiana. Às vezes tu te enche o saco e nem tu te aguenta, parece que tem dias que tu não está a fim mesmo, mas em geral acaba se tornando uma coisa normal.

N – Mas isso de às vezes encher o saco, tu não achas que isso acontece em qualquer tipo de trabalho?

S – Acredito que sim. Enche o saco. Mas claro que para nós é mais complicado, porque a gente tem que ter paciência para ter nosso ganha-pão. Mas é normal do ser humano. O ser humano sempre busca alguma coisa.

N – Tem alguma coisa que hoje te incomoda nesse trabalho?

S – O que me incomoda nesse trabalho é ter que estar se escondendo, tem que estar mentindo, inventando história. Tem que estar sempre com medo.

N – E no trabalho em si?

S – Não. No trabalho em si, já se tornou normal.

N – Como tu acha que as outras pessoas enxergam? Tu acha que tem preconceito ainda?

S - Preconceito sempre tem, às vezes a gente mesmo tem preconceito, a gente não deixa transparecer, mas às vezes a gente tem preconceito.

N – Tu achas que tu tem preconceito com as outras mulheres que fazem isso?

S – Eu não enxergo como preconceito, mas eu enxergo como certos receios. Tem coisas que eu acho absurdas que as gurias fazem. Tem meninas que se sujeitam até pegar uma doença, fazem programa sem camisinha. Mas aí cada um sabe da sua vida. Mas isso é mais uma opinião, um ponto de vista. Uma coisa que eu acho que é um certo preconceito meu é que eu jamais ficaria e teria um relacionamento sério com um cliente meu daqui, porque eu acho que homem daqui é homem de cabaré, não presta para ser marido. Eu jamais ficaria com um cara que soubesse o que eu faço e aceitasse.

N – E se teu marido descobrisse e não achasse...

S – Acho que não conseguiria ficar com ele. Entende, é um certo preconceito da minha parte, mas acho que eu não conseguiria ficar com ele. Porque no meu ponto de vista, como homem ele não deveria aceitar.

N – Tu achas, então, que uma relação precisa ser monogâmica? Ou que os homens não deveriam procurar garotas de programa?

S – Não, não é isso o que eu penso... Quem sabe por eu viver nesse meio, conviver com homens que vêm aqui eu não ficaria com um deles. Pra gente, isso aqui é uma espécie de vício, no momento em que tu começa é muito difícil sair, e pro homem é a mesma coisa. No momento em que ele acostuma a vir em cabaré e ficar com vários tipos de mulher, ele não vai ficar com só uma. Isso é hábito, eu já percebi. É que nem eu, fazendo estágio, trabalhando em outra coisa, tu sente falta disso aqui. Entende? É mais por esse ponto de vista.

N – Eu, estudando agora, lendo bastante sobre prostituição, eu tenho visto vários argumentos. Então tem algumas pessoas que consideram que a mulher que trabalha com a prostituição é sempre uma vítima, de exploração, de homens, do patriarcado... e outros que pensam como uma escolha...

S – Eu acredito nos dois pontos. Porque existe exploração, existe, eu e a Keli, que trabalha aqui comigo, a gente foi explorada porque a gente não conhecia. Mas a gente optou em trabalhar com isso, por uma questão financeira, então é uma escolha que tu fez. Eu decidi vir me prostituir, ninguém me obrigou. Eu vim porque eu tava precisando e queria dinheiro. Mas que existe exploração em cima disso, existe. Dentro disso existe exploração de um terceiro que achou uma forma de ganhar dinheiro em cima de quem não conhece, ou tem muitas da rua que usam drogas, tem problemas com química, e acabam sendo exploradas, sim. Mas não que sejam obrigadas a fazer isso. Eu acredito que hoje em dia não tenham mais mulheres que sejam obrigadas a fazer isso, pelo menos aqui no Rio Grande do Sul eu nunca vi. Existe uma opção de aceitar ou não, porque todas vão pra casa e tem opção de ir e vir, mas exploração existe sim, de terceiros, que usam uma opção tua como forma de ganhar dinheiro.

N – Eu também vejo no discurso de muita gente que não é da prostituição, o discurso de que a mulher tem que sair da prostituição. O que tu acha disso?

S – Eu acho que na prostituição tu tem uma data de validade. A realidade é que no momento em que tu vai ficando mais velha, claro, tu não tem que ter uma aparência linda pra trabalhar com isso, mas acho que é mais a questão do físico da mulher. Eu vejo essas mulheres de 60, 50 anos trabalhando, eu não me vejo com 50, 60 anos trabalhando com isso, é uma outra fase da tua vida, tu já tem outra visão, já tem outros quereres. Eu vejo que a grande maioria não gosta daquilo ali.

N – Tu achas que as mais velhas não gostam?

S – Acho que não, as que eu conversei não. Até porque, chega um momento, eu entrei com 18 anos e tinha um pique, hoje, com 30, eu já sou mais devagar, também não tenho mais tanta paciência para me estressar. Então acredito que com o passar do tempo seja pior.

N – Tu me falou antes que acha um trabalho muito estressante. O que tu acha estressante?

S – Na verdade a convivência com o ser humano é estressante, né? Cada um tem um tipo de problema, uma coisa para contar, então por dia são várias histórias. Tem coisas que tu vê que são muito estranhas, que no início tu te assusta e depois tu acha engraçado.

N – Mas tu vai ser psicóloga, então já funciona pra ti como treinamento...

S – Sim, já funciona. Mas mesmo assim, como tu falaste, em qualquer profissão às vezes tu não está no teu dia, então às vezes é estressante. É estressante quando eles pegam no teu pé, querem namoro, não entendem quando tu fala que tu tem outra vida, que aqui tu é uma pessoa. Eles associam a Sabrina, aqui dentro, à tua vida. E não é. Na verdade a gente tem duas vidas, aqui dentro e lá fora, e tem muitos que confundem, acham que o que tu és aqui dentro, tu és na rua. Isso irrita um pouco.

N – E os clientes querem conversar? Contam histórias?

S – Ah, a grande maioria quer conversar, quer contar da vida, está com um problema específico, querem falar. E tem clientes que tu já conhece, às vezes vem todos os dias pra falar, contam as mesmas histórias, mas aí tu tem que achar engraçado de novo, tem que falar o que tu já falou da primeira vez, tem que levar na esportiva.

N – Não sei se tu te lembra que da primeira vez que eu vim tinha um menino sentado ali. Ele é cliente de vocês?

S – É cliente, vem sempre aqui.

N – É que uma coisa que me chama a atenção, também em outra sala que fui, é que tem alguns clientes que ficam ali sentaaados, conversando...

S – Conversam, bebem alguma coisa. Porque também se torna normal para eles.

N – É um espaço de convívio né.

S – Normal.

N – Tu lembra de alguma coisa que tu tenha ouvido sobre prostituição, até mesmo de clientes, ou na tua casa...

S – Na verdade a gente escuta em todas as partes, até no ônibus. É sempre no âmbito negativo. Eu tava no ônibus, a gente passou ali na Farrapos e tinha dois rapazes na minha frente, eles começaram a comentar das gurias da rua: ah, olha lá, prostituta, uma vagabunda, e começam a te botar no chinelo. Tu se sente mal por aquela menina, porque por mais que tu não esteja na rua, tu faz a mesma coisa que ela. E ela muito mais, está se expondo mais do que a gente, que está num lugar fechado. Aí começaram a falar um monte de coisa e tu acaba te

sentindo meio mal tendo que escutar aquilo ali. As opiniões que eu escutei são sempre do lado negativo.

N – E os clientes de vocês falam alguma coisa?

S – Tem alguns que perguntam, querem saber porque tu está aqui, tão bonita, porque não arranja um trabalho normal.

N – Tu achas que até mesmo os clientes têm visão negativa?

S – Tem, assim, alguns tem uma visão [negativa], mas tem outros que não, são muito de boa, que nem a gente. Ah, porque é uma profissão normal, assim como vocês estão aqui a gente vem, paga para vocês, é uma troca de favores, tem uns que veem desse lado. Tem outros que não, vem, te pagam e mesmo assim te julgam. Mas é muito relativo de cada um ou de cada uma.

N – Vocês colocam anúncio em algum lugar?

S – A gente faz panfletagem, e às vezes coloca anúncio no jornal, recebe ligações, essas coisas. Em site não, porque tirar foto, essas coisas não.

N – Em que jornal vocês colocam?

S – Jornal é no Diário Gaúcho, geralmente.

N – Queria saber que meios de comunicação tu usa mais...

S – Assistio bastante TV, escuto muito rádio. Na TV gosto muito de documentários [na casa dela tem TV a cabo]. Gosto do National Geographic, do Discovery Home & Health, que tem vários tipos de assuntos, desde família, filhos, alimentação. Até esses tempos deu um sobre prostituição muito interessante. No rádio gosto de escutar música. Escuto Atlântida, gosto de escutar o Cafezinho, porque eles falam sobre tudo, sobre notícias, coisas assim. Tem o ponto de vista deles, né, dão o ponto de vista deles, acho bem bacana, porque cada um tem uma opinião diferente. Tem um que é mais crítico, outro é mais comediante, outro é mais sério, aí tu vê todos os pontos. Muitas vezes cada um tem um pouquinho de razão. Eu gosto de escutar a Gaúcha também, porque dá bastante informação, sobre o trânsito, sobre o que está acontecendo...

N – Tu lê jornal?

S – Leio a Zero Hora e o Diário Gaúcho.

N – E tu usa bastante internet? Tem internet no celular?

S – Tenho internet no celular, tenho internet em casa, utilizo a internet bastante para pesquisa, da faculdade, coisas assim. Tenho facebook, tenho Orkut, mas não utilizo muito.

N – Tu não tem amizade com nenhum cliente no Facebook?

S – Tenho, com uns 3 ou 4 eu tenho amizade. Conheço eles de muitos anos, já não são nem nem cliente mais, são mais amigos. Mas eles sabem da minha vida, sabem que eu sou casada, que eu tive filho. Perguntam como eu estou.

N – Tu tens amizade com colegas de profissão?

S – Tenho.

N – E tem algum site em que tu entre bastante?

S – O que eu mais entro é o Google mesmo, ou o Youtube, que tem coisas legais, minhas filhas gostam muito de olhar e eu acabo olhando com elas. A gente olha desenho, olha filme, essas coisas assim.

N – E as redes sociais tu usa mais pra que?

S – Com a minha família mais, para colocar fotos das filhas. Como eu vejo minha mãe e meu pai raramente, eu posto bastante, eles estão sempre online, meus irmãos também, cada um mora num canto. Todo mundo trabalha.

N – Mas os teus pais moram aqui né? E vocês não se veem muito?

S – Eles moram em Viamão, lá em Águas Claras, e eu moro aqui em Porto Alegre. Eu trabalho a semana toda, eles também trabalham, então é difícil, a gente se vê pouco, então mais por isso eu posto fotos no facebook.

N – Tu me falou desse documentário sobre prostituição que tu viu, tu lembra o nome? Foi na National Geographic?

S – Foi na Discovery Home and Health. Falava sobre tudo, sobre todos os lados da prostituição, quase como a tua pesquisa. Apareceu travestis, também. Era nos Estados Unidos, porque lá é proibido, é crime, né, então elas trabalham escondidas mesmo, em apartamentos. Na verdade lá é bem mais difícil do que aqui, né. Então lá é extremamente proibido, elas não podem trabalhar, quase todas já tinham sido presas, já tinha passado pela cadeia. E tem garotos de programa também. Porque tem muitos garotos de programa.

N – Vocês têm contato com garotos de programa?

S – Tem, tem, tem garotos que vem aqui.

N – Mas tem menos do que mulheres, ou aparece menos?

S – Eles são menos expostos, os lugares em que eles trabalham são mais escondidos, mas tem bastante rapaz de programa.

N – Tu já procurou alguma coisa sobre prostituição na internet? O que tu lembra de ter procurado?

S – Já procurei sobre opiniões, sobre o que isso te causa, tanto psicológico quanto físico, essas coisas assim de curiosidade mesmo.

N – O que tu lembra de ter encontrado?

S – Na verdade era muito mais condenação do que opinião. As pessoas te condenam muito. Porque mulheres dizem que passariam passar fome do que fazer isso, preferiam catar latinha na rua do que fazer isso, entendeu, só que elas não sabem qual é a realidade de passar fome ou de catar uma latinha, nunca precisaram passar por isso. Então claro que pra ti é muito fácil julgar, ah, eu preferia passar fome com meus filhos. Eu não, eu preferia me prostituir do que ver meus filhos passar fome, entendeu? Era mais esse tipo de opinião.

N – Tu já entrou em site de garota de programa? Tu conhece alguma que escreva também, ou só anuncia?

S – Se tu entrar no GP Guia, vai ter meninas que os caras rotulam, essa é boa, essa não é, essa é gorda, essa faz isso, essa faz aquilo. Então tem meninas que as vezes se revoltam e escrevem várias coisas. Tem um site que se chama De Quatro, é bem interessante. É tipo um facebook, só que só desse tipo de coisa. Ali tu vai encontrar homens e mulheres, tem os dois gêneros. Aí eles falam sobre programa, quanto custa, como que faz, dão opiniões sobre isso, aquilo, falam de tudo.

N – Não sei se tu já ouviu falar sobre a Monique Prada, que é uma garota de programa que tem um site e também coloca várias opiniões, fala sobre preconceito, estigma, regulamentação. O que tu acha de ter um espaço para falar sobre esse tipo de coisa?

S – Eu acho isso importante para as pessoas verem o outro lado, não digo verem, tentarem entender, não tem como tu mudar a opinião de todo mundo, mas quem sabe possam ver de outra forma, não só da forma negativa.

N – Tu tem alguma religião?

S – Eu fui criada como católica.

N – E tu conhece algumas opiniões das igrejas sobre prostituição...

S – Ah, as opiniões a gente conhece né. Não frequento, às vezes vou na igreja, me convidam, minha mãe me convida e eu vou. Eu creio em Deus, às vezes eu acho que eu não sou muito digna de ir numa igreja. Porque tu fica meio assim, meio culpada. Porque eu creio em Deus, acredito que Deus tá vendo tudo que a gente faz, mas acredito que ele também veja o motivo do porque a gente estar fazendo isso.

N – Então tu sente às vezes culpada pela tua profissão?

S – Uhum. Perante a família, perante a religião. Não digo perante a sociedade, porque julgar é muito fácil. Mas é mais perante mim e a minha família, porque ter que mentir, esconder, isso é complicado.

N – Mas como tu disse tu trabalhou em outros lugares e acaba que tu sempre volta né? Tu sente falta...

S – É bem complicado.

N – Como é que tu acha que a garota de programa é mostrada nos meios de comunicação?

S – Como um pedaço de carne. Que nem tu vai no açougue ali. Eles mostram como uma boneca inflável, porque essa é bonitona, tem a bunda grande, os peitos grandes. Essa é boa pra comer, entendeu. O termo bruto, essa é boa pra comer. Porque tem muitos caras que vem aqui e imaginam uma atriz pornô. E acham que tu vai fazer tudo que uma atriz pornô faz. E só enxergam isso em ti. E acabam descobrindo que não é bem assim. Mas a grande maioria vem e acha que vai encontrar uma mulher de filme: siliconada, peitão, bundão. E nada mais do que isso.

N – Tu te lembra de alguma coisa que saiu no Diário Gaúcho, como o DG fala sobre isso?

S – O Diário Gaúcho informa mais a prostituição, da reportagem que eu vi, não dando sua opinião. Eles fazem uma reportagem, dando a opinião dos outros, mas não dão nenhuma opinião certa, deles. Eles dão opinião de várias pessoas, contra e a favor sempre.

N – Tu acha que aparece a favor também?

S – Bem menos do que o contra, mas tem.

N – Tu lembra de exemplos?

S – Eles fazem pesquisa de rua, perguntam pras pessoas o que elas acham. E tem muitas pessoas que eu acredito que falem mal até de medo de dizer o que realmente pensam. Porque a sociedade impõe.

N – Antigamente tinha muita associação da garota de programa com criminalidade, roubo, uso de drogas. Tu achas que isso ainda acontece?

S – Acho que não, acho que esse negócio de criminalidade, as meninas que optam por isso não são garotas de programa, elas optaram por isso pra ganhar dinheiro. Mas isso tem em tudo que é lugar, tem em casa de família, tem aqui, tem ali na esquina, tem em qualquer lugar. Acho que hoje em dia é bem menos...

N – Não sei se tu te lembra de alguma novela que falou sobre prostituição...

S – Eu olho novela... tem aquela que tinha.... eu já vi alguma novela, tinha uma em que a Flavia Alessandra fazia o papel de stripper e garota de programa, que ela era uma mulher santa em casa, e de noite ela trabalhava como enfermeira, mas na realidade ela era garota de programa, e o marido dela descobre, ela acaba se separando dele e abrindo uma boate dela. Existe, eu não me recordo que novela que é essa, mas tem uma novela que conta essa história.

N – E o que tu achou quando tu viu essa novela?

S – A gente acaba se identificando, né. A forma como ela se veste, compra uniforme, aí entra no hospital, sai pelos fundos e vai pra boate, o medo que ela tinha que o marido descobrisse. Então tu acaba te identificando com aquilo ali. Foi bem ruim quando o marido dela descobriu, tu fica triste pela personagem.

N – E nessa novela que teve a questão com o tráfico de pessoas, tu assistiu? Tu acha que teve alguma relação com a prostituição?

S – É como a gente estava conversando. Aqui, pra nós, não é ilegal se prostituir, é uma opção, mas tem lugares, eu acredito que tenha países em que a mulher seja obrigada, existe a exploração também. Existe os dois lados, existe a exploração, alguém que explora alguém que fez uma opção. Porque na novela eles retrataram muitas meninas que não sabiam que estavam indo se prostituir, mas até onde eu sei tem muitas meninas que vão e sabem que é pra prostituição, mas chegam lá e são obrigadas, são escravizadas, mas elas vão sabendo que é praquilo ali, então é uma opção que tu fez que deu errado, que alguém tirou proveito. Na novela tinha algumas coisas que eram reais, mas tinham algumas coisas que eram de novela, ah, a menina é uma santa foi pra lá sem saber nada. Não. Eu já tive propostas de ir pro exterior, não sei se eu ia chegar lá e ia ser explorada, mas a minha proposta foi pra trabalhar de programa. Eu tenho amigas que foram pra Itália, agenciadas, para trabalhar de programa.

N – Elas trabalham lá normal?

S – Tem duas que trabalham normal e tem duas que eu nunca mais falei. Não sei o que aconteceu. Quando deu a novela a gente até se lembrou delas. Mas realmente é um risco que tu corre. Mas é aquilo, é uma opção que tu fez e alguém tirou proveito daquilo ali. Mas não que tu vá enganada, achando que vai pra lá trabalhar numa loja e vai ganhar milhões.

N – E essas que estão na Itália e que tu ainda fala, elas ganham bem?

S – Ganham bem. Tem uma que casou com um italiano, que se deu muito bem e hoje nem trabalha mais. É mãe de família, dona de casa. Veio pra cá, buscou os filhos dela, a mãe dela que morava aqui. O cara é muito bom pra ela. E tem outra que continua trabalhando,

comprou duas casas aqui, deu uma casa para a mãe dela. Continua, mas elas trabalham no inverno, e quando chega o verão elas vão pra Espanha, porque é melhor trabalhar no inverno, porque a polícia não fica muito. Então elas tem esse problema de estar se deslocando, uma temporada aqui, uma temporada lá, até pelo medo de ser deportadas.

N – A tua proposta era pra ir pra onde? E tu não teve vontade?

S – Pra Itália. Vontade, até tenho, porque tu sabe que lá tu ganha melhor que aqui, lá é outro padrão, intelectual, financeiro, é outro padrão. Mas eu tenho três filhas, então na época eu preferi não me arriscar. Porque se eu vou, e acontece alguma coisa errada, quem vai cuidar das minhas filhas? É um risco que tu corre, tu estás apostando naquilo ali, mas nem sempre vai dar certo. Assim, eles te propõe uma coisa, eles pagam pra ti, mas quando tu chega lá tu tem que pagar juros em cima do que tu ganha, do custo que eles tiveram, então tu já sai daqui com uma dívida imensa. Claro que depois tu recupera, tu ganha bem mais, mas é um risco. Pode acontecer de alguém te prender lá, aí deu. E aí? Vai fazer o que? Tu não sabe falar, está em um lugar diferente, não tem o que fazer. Agora essa história de tu ser sequestrada e não saber que vai fazer programa, acredito que até possa acontecer, mas bem mais raramente do que é dito.

N – Tu me diz que a prostituta é mostrada como um pedaço de carne, então como tu acha que deveria ser mostrada nos meios de comunicação?

S – Eu acho que deveria ser mostrada como uma pessoa, que tem sentimentos, que trabalha porque precisa, e que assim como a gente se dispõe a estar aqui para ser paga por sexo, tem pessoas que vem e pagam por isso. E muitas vezes são as mesmas pessoas que te julgam quando estão dentro de casa. Então acho que as pessoas poderiam ver de uma forma mais humana.

N – O cliente não aparece muito?

S – É sempre a mulher, o homem, coitado, ele foi atraído por aquela vagabunda, é ela que não presta. Mas na verdade a gente não chama ninguém aqui. Eles vem aqui. E eles mesmo nos julgam. Então a gente deveria ser vista mais como ser humano.

N – Tu te lembra de ver alguma prostituta falando, alguma mulher sendo entrevistada?

S – É muito difícil tu ver alguém falando, até por medo de represália, pela família, né...

N – Tu acha que se tivesse mais gente falando seria diferente?

S – Acredito que sim, tudo que é falado, que tem uma repercussão maior, é mais levado em conta. Onde tu é oprimido, tu não fala, as pessoas continuam com aquela mesma

opinião. Elas não tem muito nem a oportunidade de conhecer o que tu pensa, quem tu é de verdade.

N – Hoje em dia com a internet tem muito espaço para que as pessoas se manifestem, mesmo mantendo sua privacidade. Hoje em dia as mulheres teriam mais condições de se posicionar sem precisar revelar a sua identidade. Não sei se alguma vez tu já pensou sobre isso...

S – Não, nunca tinha pensado em relação a isso. Porque muitas vezes, quando a gente sai daqui, a gente quer mais é esquecer. Mas é uma boa ideia.

N – Falo sobre a Monique Prada e sobre o site dela, que ela não mostrava o rosto e resolveu mostrar o rosto.

S – Como a Bruna Surfistinha, também.

N – Sim, mas acho que a Bruna Surfistinha usava mais como propaganda dela, né.

S – Isso. Acabou escrevendo o tal do livro, fez o filme. Mas na verdade a realidade dela é bem diferente da de muitas de nós. Ela entrou como uma menina mimada que fugiu de casa, que queria se drogar, sei lá, fez um monte de loucura. E parece que a vida dela foi uma loucurada, uma diversão, assim. E não é assim, não é aquilo ali. Quem sabe para algumas seja, para algumas que saíram de casa, tinham tudo, e que foram fazer por esporte, mas não para a grande maioria. Aquilo ali é uma minoria.

N – Tu acha que a grande maioria trabalha...

S – Por necessidade mesmo. Por precisar, por querer, buscar algo melhor, mais conforto. Eu queria terminar meus estudos, por família eu não teria condições. É por esse tipo de coisa, não é porque é divertido, porque é bom. Não é bem assim. A grande maioria que eu conheço é por necessidade mesmo.

N – Mas hoje, se eu te perguntar, tu gosta ou tu não gosta do trabalho?

S – Eu gosto e não gosto. Eu gosto da parte de conversar, de ter experiências, de ver outros pontos de vista, que nem hoje estou conversando contigo. Mas eu não gosto de ter que me submeter a fazer algo que eu não quero, e ter que fingir que eu quero. Isso é ruim, né, nenhuma mulher gosta disso. Mas fazer parte de uma outra realidade, ter outros tipos de informação, é bacana também.

N – E sobre o NEP, me conta como tu conheceu, há quanto tempo tu vai lá...

S – O NEP eu conheci através de uma amiga minha, pra pegar camisinha, a gente dá a contribuição, pega folhetos, às vezes eles fazem palestra, informativo, esse tipo de coisa. Mas

ir lá muito eu não vou, é mais para pegar camisinha, já fui em algumas palestras deles, bem interessantes assim, mas só.

N – O que tu acha da proposta? Sobre o que eram as palestras em que tu foste?

S – Uma era sobre DSTs né, sobre doenças sexualmente transmissíveis, e a outra era sobre exploração, sobre não ser explorada, não pagar pra ninguém.

N – O que tu acha do que elas fazem lá?

S – Eu acho que é importante, mas acho que elas têm pouco fluxo.

N – E o que tu acha que teria que melhorar então?

S – Mais comunicação entre elas. Às vezes a impressão que te dá é que elas estão lá pra te dar camisinha e receber a contribuição. E deu. Não tem muita comunicação, elas não buscam muito.

N – Tu acha que se elas tivessem um site...

S – Mais informação, isso, mais importante. Até para quem não sabe ficar conhecendo. Porque tem meninas, na minha época, quando eu entrei, eu não sabia nada. Quem sabe se eu tivesse tido um auxílio, uma opinião diferente, ou me dito, olha, não é assim que funciona, existem outros lugares para se trabalhar desse jeito, em que tu não vai ser explorada, quem sabe eu não tivesse ficado tanto tempo naquele lugar. Mas eu não conhecia nada.

N – E tu conhece alguma outra entidade?

S – Não.

N – E tu sabe que existe um projeto de lei que pretende regulamentar a prostituição como profissão?

S – Mas isso faz anos que existe.

N – É um novo, porque os antigos não tinham dado certo... queria saber o que tu achas dessa questão da regulamentação.

S – Eu acho bacana, mas existe um grande porém, a grande maioria que trabalha nisso é anônima, não vai querer assinar a carteira como garota de programa. Então não sei até onde isso é válido. Poderiam assinar como autônoma...

N – Uma das ideias do projeto também é regulamentar as casas de prostituição, para que não seja mais crime ter casa e as mulheres que trabalham possam ter o direito de cobrar, não precisem se submeter a pagar não sei quanto por dia.

S – Eu sou totalmente a favor, acho que seria muito bom para todas.

N – Para ti, tu vê a prostituição como um trabalho?

S – Eu vejo como um trabalho normal. Normal, normal não. Mas eu vejo como um trabalho, uma profissão, é uma troca.

N – Tu acha que não é normal porque envolve sexo?

S – Eu acho que vai muito além de sexo. Na verdade o que mais incomoda não é nem o sexo em si, mas a opinião dos outros. A gente é muito taxada, muito julgada em relação a isso.

N – Então é mais por causa do preconceito?

S – Por causa do preconceito.

N – Mas por que tu acha que tem esse preconceito?

S – Por causa do sexo em si. Do ato.

APÊNDICE H – ENTREVISTA COM SILVANA

Entrevista realizada na sede do NEP em 16 de outubro de 2013. No momento da entrevista, Silvana tinha 38 anos e vivia na região metropolitana com o namorado. Ela completou o Ensino Fundamental e tem dois filhos, na época com 18 e 20 anos, que não viviam com ela. Foi a entrevistada com menos experiência na prostituição e trabalhava somente há um ano.

N – Me conta sobre a tua rotina.

S – Normalmente levanto cedo, cuido dos meus bichos em casa, arrumo o que eu posso em casa, pego o trem, venho, e fico mais ou menos das 8h40min até umas 18h trabalhando aqui.

N – Como começou a trabalhar como prostituta?

S – A entrada na prostituição? Faz exatamente um ano. Faz uns dois anos que me separei, eu vivi 12 anos com um rapaz, nesses 12 anos eu fui estuprada, fui espancada, meus dois filhos foram espancados por esses rapaz. Chegou um ponto em que eu já estava com problema psicológico, fui pra psiquiatra, psicólogo, medicamento, não dormia. Comecei a tomar medicamento para dormir e ele começou a me estuprar durante o sono, digamos assim. Eu acordava de manhã machucada, sangrando, ele fazia o que queria e o que não queria. Depois de um tempo eu resolvi “chega”, não aguento mais. Larguei ele e fiquei um ano trabalhando de esteticista canino, de faxina, e não estava dando conta de sustentar dois filhos, a minha mãe doente, que recebe uma aposentadoria pequena, e comecei a adquirir dívida de comida, de aluguel, água, luz. Comecei a ler jornal procurando atrás de serviço normal, olhei aquele ali, dizia precisamos de garotas maiores de 18 anos, com boa aparência, atrás do Lindoia Shopping. Fui lá, conversei com a moça num dia, dois dias depois eu comecei a trabalhar. Num dia eu tirei 300 reais, fui lá e quitei água e luz, pra não ficar sem. No outro dia, tirei mais 300 reais, fui lá e fiz um rancho. E assim foi, consecutivo. Eu paguei meu aluguel, paguei minhas dívidas que eu tinha com banco, com lojas, cartão. Infelizmente foi o que me levou. E também foi uma coisa que não tem igual, que é conhecer realmente o que é um homem, perder aquela ilusão de menina, de casar, de ter uma casa, criar os teus filhos do lado de uma pessoa. Isso sim, grande parte do que me levou para a prostituição foi isso daí, foi descobrir que o homem que eu ameí, que eu respeitei durante esses 12 anos, mesmo acontecendo tudo isso aí, eu nunca traí, nunca pensei em outro homem. No entanto ele não me

respeitava, porque ele era cliente das meninas que eu trabalho hoje em dia aqui na Malcon. Eu estava ali trabalhando, no primeiro mês em que eu estava trabalhando, e ele apareceu ali. Obviamente eu não deixei ele me ver, mas a menina atendeu ele. E ele ainda, não digo agravante, mas mais uma coisa para me decepcionar é que ele era bissexual e não queria assumir, eu acho errado.

N – Tu acha errado ele não assumir?

S – Não assumir. Não tem problema nenhum a bissexualidade ou a homossexualidade, mas eu não suporto a ideia da pessoa não assumir o que ela é.

N – Ele é o pai dos teus filhos?

S – não, o pai dos meus filhos eu casei muito nova, tive eles com 18 e 20 anos, né.

N – E antes tu trabalhou de outras coisas?

S – Sempre trabalhei de faxina e com animais. Eu tenho curso e tenho anos a carteira assinada como esteticista canina, que é a minha profissão, é o que eu sei fazer.

N – Mas te pagava pouco?

S – Era uma coisa que às vezes não me rendia, eu tinha que trabalhar o mês inteiro para ganhar 800, 900 reais.

N – Como foi pra ti começar, como tu te sentiu quando tu começou a trabalhar no Lindoia, tu me disse que fazia bastante dinheiro, como era isso?

S – Vou te ser bem sincera, nos primeiros dias eu me sentia o lixo da humanidade, me sentia a coisa mais ruim que talvez Deus tenha colocado na Terra. Mas depois eu fui, não vou te dizer gostando, mas acostumando com a ideia. É um dinheiro, não é que seja fácil, mas ele é rápido. Não é fácil, porque não é fácil tu chegar ali e pegar um homem podre de sujo, bêbado, que no caso a mulher não quer de forma alguma manter relação com ele em casa, ele chega ali e te paga 20, 30, 50 pila pra transar com ele. Não é fácil. Depois eu fui acostumando, assimilando que não é tão horrível assim. Acostumando a ouvir os relatos dos homens, que parece até uma brincadeira, mas o que eles relatam ali, o que eles acham que a gente é, nós prostitutas, e nós, esposas, acho que mulher nenhuma que não trabalha na prostituição tem ideia do que os homens pensam.

N – O que eles te falam?

S – Vou te relatar um cliente que eu deixei de atender. Eu chamo ele de Lacta, porque ele trabalha com chocolate. Esse rapaz apareceu ali de manhã, para fazer programa, a esposa dele estava no hospital fazendo uma ressonância magnética e ele estava furioso de brabo porque ela não quis fazer um oral sem camisinha nele de manhã cedo, praticamente de

madrugada, o horário que ela levantou pra ir pro hospital. O homem, ele fede a merda, o pau, deus que me perdoe, acho que não deve lavar aquilo nunca. Tu imagina pruma mulher acordar cinco e meia, seis horas da manhã, sabendo que vai fazer uma ressonância magnética, sei lá qual a doença que ela deve ter, mas deve ser séria, ter que se prestar ainda a manter relações e fazer oral num homem assim de manhã cedo. Ele xingando, excomungando a própria esposa. Coitada dela, eu fiquei pensando. Eu não atendi mais esse cara, porque ele acha que a mulher é um lixo. A grande maioria dos homens pensa assim, alguns respeitam um pouquinho mais.

N – Tu acha que é comum nos clientes esse pensamento? Tu acha que é em relação à mulher ou à mulher prostituta?

S – É comum, esse é o pensamento do homem, a mulher é só um buraco pro homem se esvaziar. Isso que eu tenho um namorado, eu converso abertamente com ele, ele sabe que eu sou prostituta.

N – Pra ele é tranquilo?

S – A princípio ele me demonstra que, se eu tiver relações com um homem na situação de que eu estou trabalhando, não há problema alguma. Ele sabe separar meu serviço, porque ele foi meu cliente também, então ele também sabe a diferença de quando eu estou na cama com ele, que é meu namorado, do que quando vou pra cama com um cliente. Ele viu a diferença brutal que tem. Ele infelizmente também tem um pensamento bem parecido com isso, às vezes eu começo a cutucar, começo a mexer e às vezes ele infelizmente, não adianta, pressão psicológica funciona.

N – E isso não é dirigido só à mulher prostituta...

S – É a mulher, a mulher em geral é isso para eles. E não é um, nem dois. Faz as contas, vamos colocar 10, 15 homens por dia, são 10, 15, 20, 30 minutos que eu fico com cada um deles, durante um ano... é muito homem, né. E uma mulher que nem eu, que me preservei pro pai dos meus filhos, fui pra casar com ele virgem, mocinha, intocada, e depois me separei dele, pouco tempo, um ano depois arranjei esse rapaz, já me casei com ele também, era uma mulher que me preservava... continuo me preservando da mesma forma, mas eu era uma mulher assim, que tu nunca ia me ver de shortinho, de blusinha, de peito de fora. Hoje em dia eu já não to mais dando muita bola pra isso. Porque eu vi que não adianta tu vestir uma burca, ele vai te chamar de vagabunda por igual. Infelizmente o homem é assim. Aqui eu conheço os homens por dentro e por fora, eu brinco com isso.

N – como tu te sente hoje fazendo esse trabalho?

S – hoje pra mim é tranquilo, eu não tenho problema.

N – Se eu te perguntasse se tu gosta ou não gosta, o que tu me diria?

S – Eu gosto de trabalhar, eu gosto de trabalhar. Hoje em dia eu posso dizer que eu gosto de trabalhar com a prostituição.

N – O que seria pra ti a melhor coisa?

S – A melhor coisa é que é um dinheiro mais rápido. Muitas vezes tu não tira dois, três dias, mas em um dia tu tira por todos os outros. Eu pago todas as minhas contas, ajudo a minha mãe, ajudo a minha filha, tranqüila.

N – Tu também ganha mais do que ganharia nos teus antigos trabalhos?

S – Com certeza, isso que eu já estava trabalhando como chefe de setor, esteticista canina chefe de setor, e tava ganhando 1200 reais muito batalhados. Entrava 8h da manhã, saía 9h da noite, 120 cachorros por dia, e nunca era o bastante. Ali não, é mais tranqüila a situação, às vezes eu faço 3, 4, 5 e aqueles ali já me rendem um bom dinheiro.

N – E o que tu acha ruim?

S – O que é ruim são os homens que são pedófilos. Eu já conheço porque infelizmente convivi com um, meu pai, ele infelizmente é um pedófilo, não sei se continua atacando hoje em dia, mas ele atacou a primeira filha dele, atacou a minha irmã e tentou me atacar também, mas não conseguiu, fora o que a gente não sabe ou não conhecia. Então eu já conheço o perfil muito bem, sei quais são as palavras, os gestos, essa é a parte pior. No restante, a questão de higiene dos homens né, os homens não tem higiene nenhuma, tu olha um homem bem vestido, bem calçado, barba bem-feita, mas a higiene pessoal... eles sentam e já sujam a cama no sentar. Muitas vezes eu não deixo eles sentarem e atendo de pé, e se eles reclamam eu digo que tem que aprender a tomar banho. Se tu sentar, vai sujar e vou cobrar o lençol, eu digo pra eles. E a única coisa que me deixa muito chateada, muito chateada são os homens que querem fazer oral sem camisinha, querem fazer penetração sem camisinha, muitas vezes eu sou obrigada a agredir, vou ser bem sincera, estou com dedo dolorido porque o cliente tirou a camisinha e veio pra cima as ganhas, com vontade de pegar. Obviamente eu sei me defender e ele se deu mal.

N – Isso acontece bastante de querer transar sem camisinha?

S – Falar, eles falam seguido, é constante. Mas atacar mesmo, virem, é mais difícil, uma vez por mês, duas vezes por mês. Eu pergunto pra eles “você não têm consciência do que estão pedindo, né?”. Com alguns eu sou bem bruta, abro a porta e mando sair, digo que aqui ninguém faz nada sem camisinha, nessa sala. Tem uns que eu ainda tiro sarro deles.

N – antes de trabalhar na Malcon trabalhou no Lindoia, é isso? Só lá?

S – eu fiz assim: o mês de setembro todinho, um ano atrás, eu fiz Lindoia, São Sebastião do Caí, Flores da Cunha e depois vim pro centro de Porto Alegre.

N – Eu nasci em São Sebastião do Caí, sou de Bom Princípio, ali do lado, como era lá, tu ia para um lugar específico?

S – Sim, S. S. Caí são 10 boates, uma do lado da outra, cada uma com um público específico. Uma tinha travestis, outro meninas que estavam grávidas, outras, como eu vou dizer, a gente chama de fim de carreira, já tão mais caidinhas, tinha as gringas, as gurias que vinham da cidade. É numa parte bem mais retirada, o som bomba a noite toda.

N – Vocês vão, trabalham e voltam?

S – Eu fiquei 3 ou 4 dias lá e vim embora. Daí vim trazer dinheiro, pagar as contas, tudo que eu podia. Aí eu fui pra Flores da Cunha, numa boate, mas sofisticada, as mulheres eram todas montadas, não eram naturais, com silicone, cirurgias, megahair, tu olhava e eram umas bonecas. Era uma coisa meio estranha. Eu andava junto com elas fora daquele glamour todo da frente, na hora de tomar banho, de tirar a maquiagem, do cabelo estar ao natural, dava medo. A homossexualidade também era bem a florada, as meninas entre elas bebiam muito, usavam drogas. Infelizmente a prostituta está associada à homossexualidade e a drogas, roubos, coisas negativas.

N – Tua família sabe que tu trabalha como prostituta?

S – Eu contei, faz alguns meses que eu contei. Eu me sentia refém, tava me sentindo muito mal com isso, um dia minha irmã discutiu comigo e pensei que talvez ela soubesse, porque um dia ela chegou e me disse que a casa ia cair, brincando no meio do corredor, brincando entre aspas, falou sério, e eu disse não dá nada, não te esquece que a tua é dois andares e a minha é de um andar só, cai pra mim cai pra ti também. Aí no final de semana seguinte eu fui na casa da minha mãe, minha filha ainda estava lá. Meu filho desconfia, mas ele não sabe totalmente, não sabe que é aqui, mas ele desconfia, ele tem uma noção, 18 anos ele não é uma criança mais. Eu cheguei e disse para minha filha, é assim, assim, assim, é isso que eu faço, em tal lugar. Se tu quiser me aceitar como tua mãe, mas se tu não quiser me aceitar tudo bem, eu vou fazer uma conta bancária no teu nome, uma poupança e vou depositar todo mês pra te ajudar a manter teus estudos, tua alimentação, aluguel. Minha filha veio, me abraçou, chorou muito, disse que não precisava de nada disso e que nosso relacionamento era tão sólido que isso não ia atrapalhar, porque apesar de eu ser uma prostituta, meu caráter não havia mudado. E isso é uma coisa que muita gente não percebe, que prostituta também tem caráter. Eles acham que a gente é puta 24 horas por dia. Eu saio

daqui, tu vai me olhar e não vai dizer que eu sou uma prostituta. Tu vai passar por mim, vai sentar do meu lado no metrô, vai dizer que eu sou uma mulher que se cuida, que se pinta, que pinta o cabelo, mas não vai dizer que eu sou uma prostituta. Eu não me porto como uma, e até dentro da sala eu sou diferenciada porque eu não tenho a mesma atitude. Eu não preciso ser uma mulher vulgar para chamar a atenção para fazer um programa.

N – Tu acha que algumas são vulgares?

S – Muito. Eu acho que a vulgaridade e a prostituição andam juntas, infelizmente, porque eu conheço muita mulher bonita, caprichosa e tudo, tu olha e não diz que ela é. E eu vejo muitas vezes aquela que é a clássica, que tu olhou e ta escrito na testa.

N – Tu tem alguma religião?

S – É uma coisa difícil dizer que eu tenho uma religião. Eu acredito em Deus, isso eu acredito, mas não consigo entrar numa igreja católica mais, não consigo mais entrar na igreja adventista.

N – Isso tem alguma coisa a ver com a prostituição?

S – Não com a prostituição, mas com o abuso, porque o padre da igreja católica também quis abusar, o adventista também, eu já sofri abuso desde criança, eu me lembro de coisas desde os 4 anos de idade. Então de certa forma eu me afastei da igreja, mas não me afastei de deus, da ideia de que há alguém lá em cima, ou sei lá onde que ele está, pedindo por nós, ajudando, tem certas coisas que acontecem que só com a mão de Deus para livrar a gente.

N – E já que tu acredita, alguma vez tu pensa que Deus recrimina o que tu faz?

S – Eu acho que Deus não pode me recriminar, porque o filho dele esteve aqui. Eu tenho muita certeza que Jesus não foi essa coisa divina que eles colocam, eu acho que Jesus foi um homem inteligente, que usava a natureza a favor dele, um homem muito prestativo, carinhoso, e que não interessava quem era, se era homem, se era mulher, ou se era homossexual, ou se era prostituta, ele enxergava o que eu tento mostrar para as pessoas, que mesmo sendo prostituta eu tenho caráter, eu tenho força de vontade, eu não vou pegar nada que não seja meu, eu sou incapaz de pegar 5 centavos que um cliente esqueceu, eu levo na recepção e aviso que o fulano de tal deixou, se ele voltar, está ali. Ele vê tudo isso, ele vê em cada um de nós. Eu não sou melhor que ninguém, mas também não tem ninguém melhor do que eu.

N – Como tu acha que as pessoas que não tem contato ou não trabalham na prostituição enxergam a mulher prostituta?

S – Como uma vagabunda, uma vadia. Como uma mulher puta, que gosta de, que o negócio dela é dar, é transar de qualquer jeito. Ninguém entende. Apesar de que é difícil entender, eu não recrimino quem pensa isso, mas eles pensam assim.

N – Tu acha que tem muito preconceito?

S – Demais. E infelizmente talvez o casamento da minha mãe, o casamento da tua mãe, de muitas mulheres, que duraram 20, 30, 50 anos de casamento, o marido já não procurava mais a esposa porque ela não queria, ele vinha na prostituição procurar na rua o que não achava em casa. E mesmo quando ele tinha em casa, quando a mulher era nova, bonita, carinhosa, por igual ele vinha na prostituição. 99% dos clientes são casados. Eu sei porque eu já fui dona de casa, fui esposa, fui menina, moça, eu tinha uma visão, porque eu não conhecia o que era um homem, e nem o que era a prostituição. Eu tinha uma visão do que eu enxergava nas ruas quando eu passava, mulheres seminuas, se oferecendo, mas eu não tinha noção que meu marido também procurava. Eu entendi que pro homem, o interessante não é a qualidade do sexo, mas a quantidade. Ele precisa de manhã, de tarde, de noite. Eu mantinha relações com esse rapaz com quem eu vivi 12 anos três vezes por dia, de manhã, meio-dia e de noite, e ele mesmo assim procurava a prostituição, porque eles têm necessidade da tal da rapidinha. Olhou a mulher, ficou de pau duro e tem que gozar, tem que se aliviar, como eles dizem, dizem que vão chegar em casa mais tensos, mais bravos, vai entender. Não dá pra entender direito, mas é mais ou menos isso.

N – Tu te importa de me dizer qual o valor do programa?

S – Ali a gente faz a partir de 20 reais, normalmente é mais ou menos isso. Claro, tem meninas que fazem por menos né.

N – Como é o lugar que tu trabalha, tu gosta?

S – Gosto, porque é uma sala limpa, ela é limpa todos os dias, os lençóis também são tudo limpos, lavado com água quente, aquelas máquinas que fazem tudo sozinhas. É um lugar asseado, as meninas que trabalham comigo são mulheres inteligentes, são mulheres honestas, muito honestas, tem caráter e um bom coração, foi um lugar onde eu caí e pensei que podia continuar.

N – Quantas vocês são?

S – Normalmente somos 3.

N – Aí vocês pagam por semana a sala?

S – A moça que é responsável pela sala, ela paga por mês. A gente faz assim: cada dia de serviço, cada programa desconta um tanto do quarto. E isso é o que vai pagando. Se eu

faço um programa de 20 reais, por exemplo, 8 reais fica pro aluguel de quarto, camisinha quando preciso, papel higiênico, toalha, lençol, tudo isso ela que coloca.

N – Vou falar um pouquinho sobre os MC. Quais são os meios de comunicação que tu mais usa, TV, rádio, jornal?

S – É mais televisão mesmo, e jornal.

N – Que jornal tu lê?

S – A princípio elas compram o Diário Gaúcho na sala. TV também eu assisto mais na sala.

N – Tu usa internet?

S – Muito pouco, uso muito pouco.

N – Tem internet no celular?

S – às vezes eu boto.

N – E o que tu usa na internet? Tem facebook, twitter?

S – Não tenho nada disso, não utilizo.

N – Na TV tem algum programa específico que tu goste mais?

S – Eu gosto de ver o jornal do meio-dia, de notícias, gosto de ver de manhã os programas com informações de saúde, de alimentação.

N – Vocês anunciam no jornal?

S – Às vezes a gente coloca anuncio, já fez no DG, na ZH também. Não é sempre.

N – É só no jornal, não colocam em site?

S – Em site é ruim porque tem que colocar imagem né. A princípio a gente não coloca porque pode causar algum impacto de um filho estar ali olhando e dar de cara com a foto, isso vai impactar um pouco mais.

N – Tu lembra de ter visto alguma coisa sobre prostituição nos meios de comunicação? Alguém falando sobre isso?

S – Eu só vejo quando elas são presas junto com rapazes por questões de drogas ou algo assim. Deu um programa sobre prostituição esses dias (Profissão repórter, na Globo), mas era muito tarde e eu não consegui assistir. Só fico com pena porque só mostram aquela parte associada a esse tipo de coisa (crime), eles não mostram que a prostituta sustenta os filhos, às vezes sustenta a própria mãe, que a prostituta compra carro, casa, moto, adquire patrimônio, que tem conta no banco. Tu vê, eu tinha bastante dinheiro no banco, mas aí aconteceu um problema familiar e ninguém tinha dinheiro, só eu. Eu emprestei dinheiro para a minha irmã e ela não devolveu, isso que eu digo: eu sou a maçã podre da cesta, mas eu pago

as minhas contas em dia, não devo nada para ninguém. A minha irmã não, ela é funcionária pública, e deve pra mim, obviamente ela não vai me pagar. Ela está com uma conta com prestações atrasadas no meu nome e também não vai pagar, eu que vou ter que pagar. Ela já colocou a filha dela, a minha mãe, o ex-marido, ela e mais uma amiga no SPC, pra tu ver que uma coisa não está associada.

N – Tu acha então que nos MC não aparece isso... tu acha que a prostituição não é vista como trabalho?

S – Não é vista como trabalho, de forma alguma. Eu sei que é difícil encarar que a mulher sai todos os dias para trabalhar normalmente para vir se prostituir, é difícil isso. É difícil engolir que tu está aqui comigo, e teu marido está ali embaixo, ou ta na Azenha, na Farrapos, enquanto tu está ralando.

N – Mas pensando nisso, o problema seria o marido que procura, não a prostituta que está lá trabalhando?

S – Pois é, mas ninguém pensa nisso. Quem não presta somos nós. Eu cansei de dizer: “eu não tenho culpa que teu marido vem procurar”. Eu to aqui dentro, não estou me expondo, ele vem até aqui, eu não fui buscar ele na casa dele. Mas é difícil que entendam.

N – Se fala pouco dos clientes?

S – É a mulher...

N – Como tu acha que deveria se falar da mulher prostituta nos meios de comunicação?

S – Tem que mostrar que ela também é mãe, que ela também é irmã, filha, que ela também ajuda, que o dinheiro que sai dali não vai só pra bebida e droga, não é só farra, também vai pra comprar uma casa. Tu vê, eu não saio, não bebo, não fumo, não uso drogas, nunca usei, vivi no meio de pessoas que usavam e nunca usei. Meu dinheiro vai só pra minha família e pra me manter, pra ter as minhas coisas. Mas ninguém vê isso, todo mundo acha que uma prostituta vai pegar o dinheiro e vai botar em drogas, bebida, farra. Isso tinha que mudar.

N – Tu lembra de ter visto alguma vez uma prostituta falando em algum meio de comunicação sobre como é ser prostituta?

S – Até já vi, mas acho que pegaram a pessoa errada pra falar, porque aí continua o estigma de que a prostituta é burra, é vadia, é puta, e não ensina nada de bom.

N – Tu acha que essa pessoa que falou...

S – Mostrou só o lado que todo mundo já conhece. Não mostrou o lado de uma mulher que tem caráter, que é caprichosa, isso ninguém mostrou. Também não mostraram que a

grande maioria das mulheres que estão na prostituição sofreram abuso quando menor, quando adolescente, ou mesmo um pouco maior. Isso tem ligação.

N – Tu acha que é um dos motivos?

S – Não digo que seja um dos motivos, mas acho que tem ligação. Só que a grande maioria das mulheres não fala, não vão te contar que já sofreram abuso por parte de pai, irmãos, primos, tios, avós, acho que uma grande parte.

N – Tu acha que seria importante que as mulheres prostitutas tivessem um espaço em que elas pudessem falar sobre as suas vivências, sobre o que é ser prostituta, mesmo que as mulheres não tenham interesse de mostrar a cara, mas hoje na internet tem essa possibilidade, o que tu achas?

S – Importante é, mas eu não tenho certeza se muitas vão colocar a cara a tapa, porque acho que 99% das mulheres que trabalham com prostituição não é escancarado, não é todo mundo sabe. Seria muito importante para ver que a prostituição não é só pra bagunça, é pra sustentar uma família mesmo, pra remédio, roupa, calçado, comida. Seria importante, mas eu duvido muito que elas aceitassem falar.

N – Não sei se tu sabes que tem um projeto de lei para regulamentar a prostituição e torná-la uma profissão, e também regulamentar as casas de prostituição. O que tu achas?

S – Já ouvi falar. Acho que é importante, porque tem muita mulher que começou cedinho, e já está com mais de 40, 50, e ainda está trabalhando.

N – Tu acha para se aposentar?

S – Eu acho, para ter os mesmos direitos. Não interessa qual é a forma, mas é um trabalho, e é honesto, por incrível que pareça, porque a gente não está roubando de ninguém. Tu não pode me acusar por aceitar 20 reais para fazer um programa com um homem. Muitas vezes pode até parecer errado, mas eu não estou roubando ninguém.

N – Mas tu considera errado o que tu faz?

S – Não é errado. Eu acho que seria pior usar drogas, porque é uma coisa que faz mal. Seria pior beber até cair, que também faz mal para a saúde. Vai ver a minha saúde, vamos fazer um exame, eu tenho mais saúde do que a minha irmã, eu prezo mais pela minha saúde, e ela não tá nem aí, bebe até cair, anda pelos bailes por aí. Pegou o salário inteiro da minha mãe, de um mês, gastou tudo numa noitada, com homem. Eu nunca fiz isso. Eu tenho vontade de progredir, de estar melhor amanhã, de ter dinheiro guardado e poder ajudar minha mãe.

N – Tu falou que tem clientes que são muito sujos, mas tem clientes que são legais, que vem sempre? Algumas gurias me contaram que tem clientes que pagam mais...

S – Tem clientes que é assim, mas tu tem que ser um pouquinho mais dada com eles, ter um pouquinho mais de regalias, eles precisam ter algo que os outros não tem, então pra mim já não serve, porque eu sou um pouco mais restrita, mas tem sim.

APÊNDICE I – EXEMPLO DE DIÁRIO DE CAMPO

NEP, 18 de setembro de 2013

Quando cheguei, às 9h20min, Tina já estava atendendo Luana, com quem converso com frequência, e outra moça, Elisângela. Converso com Luciana para ver como ela está, e ela diz que agora só vem às quartas para conversar conosco, que não gosta de quem está nos outros dias. Pergunto se já começaram a trabalhar e dizem que já mandaram clientes embora, porque “chegam de pau mole e ainda fedidos” e elas não têm mais paciência. Luana diz que está começando a pegar nojo de homem e ambas dizem que vão largar a galeria. Pergunto se elas não gostam do trabalho e as duas respondem que não é que não gostem, mas que não precisam mais trabalhar, porque Luana está namorando o ex-marido que saiu da cadeia e que dá tudo para ela, e a outra conheceu um homem que trabalha no Hospital de Clínicas e não quer que ela trabalhe como prostituta. Luana afirma que seu marido/namorado diz que ela não merece estar fazendo isso. Ela diz que está doente, que não consegue mais comer, e que recebeu um papel dizendo que ela tem problemas mentais, mas que ela não tem, ela só é bipolar.

As duas estão maquiadas e Tina pergunta se elas andam sem roupa pelo andar, já que é uma reclamação muito frequente de outras prostitutas, e elas afirmam que sempre colocam casaco para ir de uma sala para outra. Luana toma conta de todo o espaço, é muito falante, parece uma criança. Ela faz questão de dizer que bota ordem nas salas e que quando ela não está acaba sumindo dinheiro. Elas trabalham nas salas que são da Olívia – eu não sabia que ela era dona de salas – e Tina pergunta se ela [Olívia, que deve ter mais de 50 anos] também faz programa. As gurias dizem que faz bastante e que no dia anterior, por exemplo, ganhou muito mais dinheiro do que elas, porque elas não têm paciência para aguentar os homens.

As duas vão embora, mas sinto que se a gente puxasse assunto Luana ficava lá mais um tempão. Quando elas saem, já tem outra moça esperando, Suelen. Ela faz algumas perguntas sobre o NEP e sobre o voluntariado na instituição, e em um primeiro momento acho até que ela vai demonstrar interesse em trabalhar no NEP. Isso não acontece, mas ela comenta que uma das outras mulheres que a atendeu (Nilce ou Soila?) lhe disse que batalhar na rua dava muito mais dinheiro. Eu digo que Nilce gostava muito de trabalhar na rua e ela reclama que está muito difícil trabalhar, que está ganhando muito pouco e que é difícil sustentar dois filhos desse jeito. Tina pergunta quanto ela cobra o programa, ela responde que é 15 reais, e

que divide pela metade com a dona da sala. Nós ficamos conversando e recomendamos que ela procure outro lugar para trabalhar, e cito o caso das gurias que alugam sala na Coronel Vicente, que recebem muito mais e tem sua própria sala. Suelen fala que tem vontade até de trabalhar em boate, mas que precisa cuidar dos filhos. Ela conta que eles são de dois pais diferentes e nenhum paga pensão direito, e a mãe dela não está trabalhando, então é tudo com ela. Com os preços cobrados na galeria, ela precisa fazer muitos programas para sair com um pouco de dinheiro. Como exemplo, cita que em um sábado chegou a fazer 13 programas e recebeu menos de 100 reais no fim do dia.

Suelen começou a trabalhar como prostituta nas boates do K., quando ainda era menor de idade, mas como havia muita batida policial, saiu de lá para um local mais tranquilo. “A galeria era um lugar bom para trabalhar, eu fazia programas a partir de 30 reais, até de 100 reais, mas o pessoal sujou a galeria cobrando esses preços baixos e agora todo mundo precisa cobrar pouco”. Nesse tempo, porém, ela usava drogas e gastava todo o dinheiro, não conseguiu juntar nada nem cobrar coisas para ela.

Ela nos conta sobre os filhos, que ficam na creche, e diz que está na justiça para que os pais paguem a pensão. Tina diz que vai valer mais a pena para ela se ela pagar sua mãe para cuidar dos filhos e ela conseguir trabalhar de noite em alguma boate. Ela diz que não quer voltar pro K. porque é um lugar muito visado, até seu irmão frequenta, e ele não sabe que ela é prostituta. Na família, só a mãe sabe.

Pergunto se ela aceita ser minha entrevistada e ela diz que sim. Marcamos para a próxima semana. Questiono como ela pensa a prostituição e ela diz que é um trabalho muito discriminado. “Tu fala que trabalha nisso e as pessoas fazem um bocão! Me sinto bem nesse trabalho porque ganho o dinheiro, mas às vezes me sinto mal porque acho que estou destruindo muitos casamentos”. Fico surpresa com essa afirmação, porque nunca tinha ouvido nenhuma falar que a prostituta destrói casamentos, mas ela afirma que sim, ainda mais se a mulher descobre. Ela também comenta que nesta vida de prostituta não se tem amigas, que as mulheres estão sempre tentando furar o olho da outra, mas que ela deixa claro que não quer tirar cliente de ninguém, só quer ganhar o dinheiro dela. Também reclama que os clientes da galeria tratam as mulheres muito mal, como se fossem lixo, sendo que alguns não querem nem encostar muito na prostituta.

Suelen vai embora e diz que está muito desanimada, que vai pensar o que fazer e procurar outro lugar.

Chega Alana, que reclama que se irrita com os clientes por causa do vibrador. Ela pergunta se eles querem usar e eles dizem que não, imagina, aí depois pedem para colocar o dedo e logo depois pedem para usar o acessório. “São uns enrustidos, em vez de falar logo”, ela diz. A manhã está cheia de revelações.

Nilce chega e não parece muito boa. Tina diz que viu meu recado no Facebook e que acha melhor esperar para divulgar nota passando a responsabilidade dos contatos com o ministério da Saúde para a Rede Brasileira, porque ela acha que Gabriela está muito doente. Nilce também reforça que o NEP só vai ter contato com o MS depois de uma retratação pública deles.

As duas ficam na sala de trás debatendo as vagas do Encontro Nacional de ONGs, que será em Salvador, e eu fico sozinha na frente. Chega Keila, que conta ter mudado de galeria. Pergunto se ela está gostando mais e ela diz que sim, pois na antiga o movimento estava muito fraco.

Converso um pouco com Nilce sobre sua tentativa de parar de fumar e ela conta que talvez ganhe uma casa. Como não aparece mais ninguém e acho que a manhã rendeu, vou embora pelo meio-dia.

APÊNDICE J - MODELO DE FICHA DE ANÁLISE DOS TEXTOS

MATÉRIA 1

<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/01/15/deputado-quer-aprovar-ate-a-copa-do-mundo-projeto-de-lei-que-regulariza-a-prostituicao-no-brasil.htm#fotoNav=2>

- 1) Título: **Deputado quer aprovar até a Copa projeto de lei que regulamenta prostituição no Brasil**
- 2) Local de Publicação: UOL Notícias
- 3) Tema (regulamentação é assunto principal?): entrevista com Jean Wyllys sobre o projeto de lei Gabriela Leite
- 4) Local de publicação e contexto do espaço: Portal de notícias nacional
- 5) Data de publicação: 15 de janeiro de 2013 (projeto apresentado em 12 de julho de 2012), após o envio para a Comissão de Direitos Humanos (antes da presidência de Marcos Feliciano (PSC-SP).
- 6) Tamanho do texto: 2.350 palavras
- 7) Editoria/espço do site (se houver): Uol Notícias - Editoria de Política do site
- 8) Resumo do texto: Entrevista com deputado Jean Wyllys sobre o projeto de lei Gabriela Leite. O deputado defende a regulamentação da prostituição e das casas de prostituição como forma de diminuir a exploração das prostitutas por parte dos donos das casas, para coibir a exploração sexual de crianças e adolescentes e para “garantir dignidade” aos trabalhadores do sexo. Ele explica os passos do PL na Câmara, aponta as dificuldades da aprovação e os grupos contrários e critica os posicionamentos de conservadores e de grupos feministas abolicionistas.
- 9) Autor: Fabiana Nano
- 10) Fontes utilizadas (com citação ou somente menção de suas falas): somente deputado federal Jean Wyllys (entrevistado)
- 11) Imagens: 2 galerias de imagens remetendo a outros textos. 1) 6 fotos, “Prostituição é vista como trabalho temporário”, com fotos de prostitutas trabalhando na rua, sem mostrar o rosto de nenhuma. 2) 19 fotos, “Minas realiza a primeira edição do Miss Prostituta”, com fotos das participantes desfilando em que aparecem seus

rostos. 1 vídeo de 3 min, “Adolescente foge de casa de prostituição em São Paulo”.

- 12) Links para outros textos: Galerias de imagem remetem aos textos “Garotas de programa não querem registro na carteira de trabalho”, de Edson Valente (29 de agosto de 2012 – sobre regulamentação, mas não fala do PL), e “profissionais do sexo desfilam ousadia na primeira edição do Miss Prostituta, em Minas”, de Rayder Bragon (30 de setembro de 2012 – sem referência à questão da regulamentação).

Para compreender os enquadramentos:

- a) Como a regulamentação da prostituição é abordada pelo autor do texto?

No segundo parágrafo a autora coloca que “a prostituição no Brasil não é crime, é uma profissão regularizada. Ilegais são as casas de prostituição, o que dá margem aos mais diversos tipos de abuso e corrupção”. Na realidade, a prostituição no Brasil não é uma profissão regularizada, mas sim uma ocupação reconhecida, o que demonstra falta de informação da repórter. A regularização da prostituição é apontada como tendo o objetivo de evitar a exploração de crianças e adolescentes.

- b) Como a prostituição é qualificada?

Pelo parágrafo inicial do texto, a autora dá a entender que a prostituição tem um caráter negativo, que as mulheres prostitutas são exploradas e forçadas por cafetões e convivem com crianças e adolescentes exploradas. Visão vitimizante da prostituta – “Em um prostíbulo, mulheres adultas são forçadas a prestar favores sexuais e a conviver com menores exploradas. O dinheiro fica para o cafetão e, se alguém denunciar, corre risco de morte. Embora criminosa, esta cena não é tão excepcional quanto parece --ela faz parte do cotidiano de muitas cidades brasileiras”.

- c) Quem são as fontes e o que elas dizem? Quais suas visões sobre prostituição demonstradas no texto?

A única fonte é o deputado Jean Wyllys, pois se trata de uma entrevista com ele. Jean reforça que os trabalhadores do sexo são sujeitos de direito, mas também demonstra ter uma visão que pode ser vitimizadora das prostitutas no contexto brasileiro em que não há regulamentação: “Mas esse projeto tem um objetivo maior, que é garantir dignidade às profissionais do sexo, reconhecer seus direitos trabalhistas. Atualmente, elas não contam com dignidade, são exploradas por redes de tráfico humano, por

cafetões e por proxenetas. Por que isso acontece? Porque a prostituição não é crime no Brasil, mas as casas de prostituição são”.

Ele destaca a distinção existente entre prostituição (de adultos *capazes*) e exploração sexual de crianças e adolescentes. A prostituição é citada como aparecendo já nas mais antigas narrativas sobre a sociedade, como algo que existe independentemente das vontades de feministas ou de conservadores.

Ele defende que a prostituição possa ser uma escolha: “Eu quero proteger os direitos delas, garantir a dignidade e combater a exploração sexual de crianças e adolescentes. Qualquer pessoa de bom senso entende isso e se coloca a favor do projeto. Quem tem se colocado contra é quem quer deturpar deliberadamente o projeto ou pessoas muito moralistas, que acham que a prostituição é um mal em si. E aí não adianta você argumentar que é uma questão de liberdade individual, que uma pessoa adulta pode escolher ser prostituta. Se as pessoas não compreendem isso, vão achar sempre que a prostituição é uma desgraça”.

MATÉRIA 2

<http://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2012/08/29/garotas-de-programa-nao-querem-registro-na-carteira-de-trabalho.htm>

- 1) Título: **Garotas de programa não querem registro na carteira de trabalho**
- 2) Local de publicação: UOL Notícias, portal de notícias nacional
- 3) Tema: regulamentação, direitos trabalhistas e preconceito
- 4) Data de publicação: 12 de agosto de 2012, logo após protocolação do projeto da Câmara (mas não faz alusão ao projeto).
- 5) Tamanho do texto: 549 palavras
- 6) Editoria/espço do site: Editoria de Economia
- 7) Autor: Edson Valente
- 8) Fontes utilizadas (com citação ou somente menção de suas falas): Raquel Pacheco, a Bruna surfistinha, com fala entre aspas; garotas de programa do Baixo Augusta, SP: com fala entre aspas, Suzi, Katia e Julia (nomes fictícios);

Catherine Hackim, cientista social inglesa, com trecho de seu livro citado entre aspas.

- 9) Imagens: galeria com 6 imagens de prostitutas em seu local de trabalho (na rua) sem mostrar a cara de nenhuma. Mesma galeria foi utilizada na reportagem analisada acima, de janeiro de 2013.
- 10) Links: não.
- 11) Resumo do texto: Texto inicia afirmando que a prostituição é uma ocupação reconhecida, mas não é regulamentado como profissão. Utiliza uma entrevista com Raquel Pacheco, a Bruna Surfistinha, para apontar o preconceito relacionado à prostituição e como ele se manifesta entre as próprias prostitutas, que não têm interesse em se reconhecer prostitutas para garantir direitos trabalhistas. Apresenta as opiniões de Raquel Pacheco, que defende a regulamentação e acredita que isso acabaria com a exploração sexual, e traz uma citação da autora inglesa Catherine Hackim para reforçar essa opinião. Apresenta as falas de três “garotas de programa do Baixo Augusta” que falam: 1) do preconceito da família; 2) da ideia de que a prostituição é trabalho temporário; 3) da regulamentação como desnecessária.

Para compreender os enquadramentos:

- a) Como a regulamentação da prostituição é abordada pelo autor do texto?

Autor apresenta definição da prostituição como ocupação pela CBO. Usa citações de Bruna Surfistinha para dizer que maioria das prostitutas é contra a regulamentação e traz falas de prostitutas corroborando essa informação, mas também apresenta os motivos pelos quais muitas mulheres não querem a regulamentação, destacando o preconceito que sofrem. E usa citações de Bruna Surfistinha e de uma cientista social, ou seja, uma *especialista*, defendendo a regulamentação. Apresenta opiniões contrárias e favoráveis.

- b) Como a prostituição é qualificada?

Como atividade não regulamentada, problemática, como um grupo com pouca união, como atividade alvo de preconceito, como atividade rentável (6 a 7 mil por mês), como profissão “como outra qualquer”.

- c) Quem são as fontes e o que elas dizem? Quais suas visões sobre prostituição demonstradas no texto?

Bruna Surfistinha é a principal fonte. "A prostituição não é considerada como profissão pela maioria das pessoas, mesmo sendo uma das mais antigas". "Então o preconceito existe, e [a atividade] ainda é vista como vida fácil", completa. "O preconceito não deixa de existir também entre elas (prostitutas), que sentem vergonha e/ou medo ao assumir o próprio trabalho". "Quando trabalhei, entre 2002 e 2005, conversei com muitas colegas a respeito da regulamentação e a maioria era contra". "Elas alegavam que não gostariam de ter o registro como profissionais do sexo na carteira de trabalho, pois achavam que, caso a profissão fosse legalizada, isso não mudaria a visão da sociedade e teriam receio de ser alvo de deboche quando fossem trabalhar com outra coisa e precisassem apresentar a carteira. "Sendo uma profissão, nada mais justo do que as garotas de programa terem todos os direitos trabalhistas". Raquel se diz a favor da regulamentação da atividade por acreditar que, assim, "a exploração sexual acabaria" – e as profissionais seriam mais respeitadas socialmente.

Citação da cientista social inglesa **Catherine Hackim** compara prostitutas com executivos. "Os homens de serviços financeiros estão lá para ganhar dinheiro, receber grandes taxas de comissão e ter lucro. Eles não são diferentes dos homens e mulheres que ganham dinheiro na indústria do sexo comercial e, mais amplamente, na indústria do entretenimento, exceto por, talvez, serem mais ambiciosos e, às vezes, inescrupulosos".

Prostitutas da Baixo Augusta:

Susi: A família não aceitaria se ela revelasse ser prostituta.

Julia: "Regulamentação pra quê, pra receber aposentadoria?". "Eu mesma posso fazer um plano de previdência".

Kátia: "Sou uma universitária, estudo turismo. Isso aqui [prostituição] é temporário".

ANEXO A - PROJETO DE LEI GABRIELA LEITE**PROJETO DE LEI Nº _____/ 2012****(Dep. Jean Wyllys)****Regulamenta a atividade
dos profissionais do sexo.****LEI GABRIELA LEITE**

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º - Considera-se profissional do sexo toda pessoa maior de dezoito anos e absolutamente capaz que voluntariamente presta serviços sexuais mediante remuneração.

§ 1º É juridicamente exigível o pagamento pela prestação de serviços de natureza sexual a quem os contrata.

§ 2º A obrigação de prestação de serviço sexual é pessoal e intransferível.

Art. 2º - É vedada a prática de exploração sexual.

Parágrafo único: São espécies de exploração sexual, além de outras estipuladas em legislação específica:

- I- apropriação total ou maior que 50% do rendimento de prestação de serviço sexual por terceiro;
- II- o não pagamento pelo serviço sexual contratado;
- III- forçar alguém a praticar prostituição mediante grave ameaça ou violência.

Art. 3º - A/O profissional do sexo pode prestar serviços:

- I - como trabalhador/a autônomo/a;

II - coletivamente em cooperativa.

Parágrafo único. A casa de prostituição é permitida desde que nela não se exerce qualquer tipo de exploração sexual.

Art. 4º - O Capítulo V da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de

1940, Código Penal, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Favorecimento da prostituição ou da exploração sexual.

Art. 228. Induzir ou atrair alguém à exploração sexual, ou impedir ou dificultar que alguém abandone a exploração sexual ou a prostituição:

.....”

“Casa de exploração sexual

Art. 229. Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente:

.....”

Rufianismo

“Art. 230. Tirar proveito de exploração sexual, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça:

.....”

“Art. 231. Promover a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a ser submetido à exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro.

.....”

“Art. 231-A. Promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para ser submetido à exploração sexual:

.....”

Art. 5º. O Profissional do sexo terá direito a aposentadoria especial de 25 anos, nos termos do artigo 57 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, de julho de 2012.

Jean Wyllys

Deputado Federal PSOL/RJ

JUSTIFICATIVA

A prostituição é atividade cujo exercício remonta à antiguidade e que, apesar de sofrer exclusão normativa e ser condenada do ponto de vista moral ou dos “bons costumes”, ainda perdura. É de um moralismo superficial causador de injustiças a negação de direitos aos profissionais cuja existência nunca deixou de ser fomentada pela própria sociedade que a condena. Trata-se de contradição causadora de marginalização de segmento numeroso da sociedade. O projeto de lei ora apresentado dialoga com a Lei alemã que regulamenta as relações jurídicas das prostitutas (*Gesetz zur Regelung der Rechtsverhältnisse der Prostituierten - Prostitutionsgesetz - ProstG*); com o Projeto de Lei 98/2003 do ex-Deputado Federal Fernando Gabeira, que foi arquivado; com o PL 4244/2004, do ex-Deputado Eduardo Valverde, que saiu de tramitação a pedido do autor; e com reivindicações dos movimentos sociais que lutam por direitos dos profissionais do sexo.

O escopo da presente propositura não é estimular o crescimento de profissionais do sexo. Muito pelo contrário, aqui se pretende a redução dos riscos danosos de tal atividade. A proposta caminha no sentido da efetivação da dignidade humana para acabar com uma hipocrisia que priva pessoas de direitos elementares, a exemplo das questões previdenciárias e do acesso à Justiça para garantir o recebimento do pagamento.

Dentre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil figuram o da erradicação da marginalização (art. 3º inciso III da CRFB) e o da promoção do bem de todos (art. 3º, inciso IV). Além disso, são invioláveis, pelo artigo 5º da Carta Magna, a liberdade, a igualdade e a segurança. O atual estágio normativo - que não reconhece os trabalhadores do sexo como profissionais - padece de inconstitucionalidade, pois gera exclusão social e

marginalização de um setor da sociedade que sofre preconceito e é considerado culpado de qualquer violência contra si, além de não ser destinatário de políticas públicas da saúde.

O objetivo principal do presente Projeto de Lei não é só desmarginalizar a profissão e, com isso, permitir, aos profissionais do sexo, o acesso à saúde, ao Direito do Trabalho, à segurança pública e, principalmente, à dignidade humana. Mais que isso, a regularização da profissão do sexo constitui instrumento eficaz ao combate à exploração sexual, pois possibilitará a fiscalização em casas de prostituição e o controle do Estado sobre o serviço.

Impor a marginalização do segmento da sociedade que lida com o comércio do sexo é permitir que a exploração sexual aconteça, pois atualmente não há distinção entre a prostituição e a exploração sexual, sendo ambos marginalizados e não fiscalizados pelas autoridades competentes. Enfrentar esse mal significa regulamentar a prática de prostituição e tipificar a exploração sexual para que esta sim seja punida e prevenida.

Importante frisar que a profissão do sexo difere da exploração sexual conforme texto legal ora apresentado.

A exploração sexual se conceitua (1) pela apropriação total ou maior que 50% do rendimento da atividade sexual por terceiro(s); (2) pelo não pagamento do serviço sexual prestado voluntariamente; ou (3) por forçar alguém a se prostituir mediante grave ameaça ou violência.

Neste sentido, a exploração sexual é crime e se tipifica independente da maioridade ou da capacidade civil da vítima. Evidente que tal crime será penalizado mais severamente no caso da vítima de exploração sexual ser menor de dezoito anos, absolutamente ou relativamente incapaz, ou ter relação de parentesco com o criminoso. Importante lembrar que o conceito de exploração sexual quando a vítima é menor de dezoito anos é tipificado como crime hediondo tanto pelo Código Penal, nos artigos 214 e 218, quanto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, dos artigos 240 ao 241-E.

Em contrapartida, o exercício da atividade do profissional do sexo deve ser voluntário e diretamente remunerado, podendo ser exercido somente por absolutamente capazes, ou seja,

maiores de idade com plenas capacidades mentais. O profissional do sexo é o único que pode se beneficiar dos rendimentos do seu trabalho. Conseqüentemente, o serviço sexual poderá ser prestado apenas de forma autônoma ou cooperada, ou seja, formas em que os próprios profissionais auferem o lucro da atividade.

Como demonstrado, não existe prostituição de crianças e adolescentes. Muito pelo contrário, essa prática se configura como abuso ou exploração sexual de crianças e adolescentes e se tipifica como crime severamente punido pelo Código Penal.

Atualmente os trabalhadores do sexo sujeitam-se a condições de trabalho aviltantes, sofrem com o envelhecimento precoce e com a falta de oportunidades da carreira, que cedo termina. Daí a necessidade do direito à Aposentadoria Especial, consoante o artigo 57 da Lei 8.213/1991, com redação dada pela Lei nº 9.032/1995.

Para existir coerência com a presente proposição, é necessário que a redação atual do Código Penal, dada pela Lei nº 12.015/2009, seja modificada em alguns de seus artigos.

Os artigos 228 e 231 do Código Penal utilizam a expressão “prostituição ou outra forma de exploração sexual” equiparando a prostituição a uma forma de exploração sexual. O projeto de lei em questão visa justamente distinguir esses dois institutos visto o caráter diferenciado entre ambos; o primeiro sendo atividade não criminosa e profissional, e o segundo sendo crime contra dignidade sexual da pessoa. Por isso, nos institutos legais, propõe-se a alteração da expressão por “prostituição ou exploração sexual”.

Redação atual:

“Art. 228. Induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone:”

“Art. 231. Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro:”

Redação conforme a proposta:

“Art. 228. Induzir ou atrair alguém à exploração sexual, ou impedir ou dificultar que alguém abandone a exploração sexual ou a prostituição:”

“Art. 231. Promover a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a ser submetido à exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro:”

O artigo 229 se refere a crime de “casa de prostituição”. No entanto, o tipo penal menciona a expressão “exploração sexual” e não prostituição. A alteração aqui proposta só alcança o título do artigo, visto que (1) prostituição não é exploração sexual; (2) o crime de “casa de exploração sexual” se tipifica pelo próprio *caput* atual do artigo 229; e (3) a casa de prostituição não é mais crime tipificado uma vez que a prostituição se torna profissão regulamentada e poderá ser exercida de forma autônoma ou cooperada.

Redação atual:

“Casa de prostituição

Art. 229. Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente:”

Redação conforme a proposta:

“Casa de exploração sexual

Art. 229. Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente:”

Este Projeto de Lei é mais um instrumento de combate à exploração sexual tendo em vista o caráter punitivo da prática. As casas de prostituição, onde há prestação de serviço e condições de trabalhos dignas, não são mais punidas, ao contrário das casas de exploração sexual, onde pessoas são obrigadas a prestar serviços sexuais sem remuneração e são tidas não como prestadoras de serviço, logo, sujeitos de direitos, mas como objeto de comércio sexual; essas casas, sim, serão punidas.

Além disso, a descriminalização das casas de prostituição (1) obriga a fiscalização, impedindo a corrupção de policiais, que cobram propina em troca de silêncio e de garantia do funcionamento da casa no vácuo da legalidade; e (2) promove melhores condições de trabalho, higiene e segurança.

A vedação a casas de prostituição existente no texto legal atual facilita a exploração sexual, a corrupção de agentes da lei e, muitas vezes, faz com que essas casas não se caracterizem como locais de trabalho digno. As casas funcionam de forma clandestina a partir da omissão do Estado, impedindo assim uma rotina de fiscalização, recolhimento de impostos e vigilância sanitária. Por isso, somente deve ser criminalizada a conduta daquele que mantém local de exploração sexual de menores ou não e de pessoas que, por enfermidade ou deficiência, não tenham o necessário discernimento para a prática do ato.

O termo “exploração sexual” foi colocado no lugar de “prostituição alheia” no artigo 230 porque o proveito do rendimento de serviços sexuais por terceiro é justamente a essência da exploração sexual. Ao contrário, a prostituição é sempre serviço remunerado diretamente ao prestador.

Redação atual:

“Art. 230. Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça.”

Redação conforme a proposta:

“Art. 230. Tirar proveito de exploração sexual, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça.”

A “facilitação” da entrada no território nacional ou do deslocamento interno de alguém que nele venha a ser submetido à exploração sexual deve ser criminalizada conforme proposta dos artigos 231 e 231-A. Optou-se pela retirada da expressão “prostituição” porque a facilitação do deslocamento de profissionais do sexo, por si só, não pode ser crime. Muitas vezes a facilitação apresenta-se como auxílio de pessoa que está sujeita, por pressões econômicas e sociais, à prostituição. Nos contextos em que o deslocamento não serve à exploração sexual, a facilitação é ajuda, expressão de solidariedade; sem a qual, a vida de pessoas profissionais do sexo seria ainda pior. Não se pode criminalizar a solidariedade. Por outro lado, não se pode aceitar qualquer facilitação em casos de pessoas sujeitas à exploração sexual, principalmente se há vulnerabilidades especiais expostas nos incisos abaixo transcritos.

Redação atual:

“Art. 231-A. Promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para o exercício da prostituição ou outra forma de exploração sexual.”

Redação conforme a proposta:

“Art. 231-A. Promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para ser submetido à exploração sexual.”

A regulamentação da profissão do sexo e as alterações do Código Penal aqui apresentadas refletem também a preocupação eminente com o tráfico de pessoas, a exploração sexual e o turismo sexual. O Brasil ocupa posição de crescimento econômico e vai sediar dois grandes eventos esportivos que atraem milhões de turistas. A regulamentação da profissão do sexo permitirá alto grau de fiscalização pelas autoridades competentes, além de possibilitar e até mesmo incentivar o Poder Executivo a direcionar políticas públicas para esse segmento da sociedade (como a distribuição de preservativos, mutirões de exames médicos, etc).

Todas as modificações apresentadas na propositura em destaque tem os objetivos precisos de: (1) tirar os profissionais do sexo do submundo, trazendo-os para o campo da licitude e garantindo-lhes a dignidade inerente a todos os seres humanos; e (2) tipificar exploração sexual diferindo-a do instituto da prostituição, afim de combater o crime, principalmente contra crianças e adolescentes.

O Programa Conjunto das Nações Unidas para o HIV/Aids (UNAIDS) foi convocado pelo PNUD no intuito de elaborar pesquisas sobre as causas da contaminação da Aids. A Comissão Internacional sobre HIV e a Lei - composta por ex-líderes de Estado e por peritos em termos jurídicos, de direitos humanos e de HIV - baseou a pesquisa em relatos de mais de 1 000 pessoas, de 140 países. O relatório oficial, divulgado em julho de 2012, concluiu que as leis punitivas e as práticas discriminatórias de muitos países prejudicam o progresso contra o HIV.

“Por exemplo, as leis e os costumes legalmente tolerados, que falham em proteger mulheres e meninas da violência, aprofundam as desigualdades entre gêneros e aumentam a sua

vulnerabilidade ao HIV. Algumas leis de políticas de propriedade intelectual não são consistentes com a lei internacional dos direitos humanos e impedem o acesso a tratamento vital e à prevenção. As leis que criminalizam e desumanizam as populações com maior risco de contágio de HIV - incluindo homens que mantêm relações sexuais com outros homens, trabalhadores do sexo, transexuais e usuários de drogas injetáveis - empurram as pessoas para a clandestinidade, afastando-as de serviços de saúde essenciais, aumentando assim o risco de contágio pelo HIV. As leis que criminalizam a transmissão, a exposição e a não revelação do status de portador do HIV, desencorajam as pessoas a fazerem o teste e a serem tratadas.

Mais especificamente: [...] mais de 100 países criminalizam algum aspecto do trabalho dos profissionais do sexo. O ambiente legal em muitos países expõe os trabalhadores do sexo à violência, o que leva à sua exclusão econômica e social. Isso também impede que os mesmos acessem serviços de saúde para o HIV.”

A Comissão também recomenda a despenalização de atividades sexuais entre pessoas do mesmo gênero, trabalho sexual e consumo de drogas, permitindo assim que as populações vulneráveis tenham acesso a serviços de saúde e ações de prevenção contra o HIV.

Por fim, a lei aqui proposta se intitula “Gabriela Leite” em homenagem a profissional do sexo de mesmo nome, que é militante de Direitos Humanos, mais especificamente dos direitos dos profissionais do sexo, desde o final dos anos 70. Gabriela Leite iniciou sua militância em 1979, quando se indignou com atitudes autoritárias, arbitrarias e violentas por parte do Estado que, através da Polícia de São Paulo, promovia perseguições a travestis e prostitutas. Gabriela Leite participou na criação de vínculo solidário entre os profissionais do sexo, na mobilização política dos mesmos e fundou a ONG “Davida”, que tem como missão o fomento de políticas públicas para o fortalecimento da cidadania das prostitutas; mobilização e a organização da categoria; e a promoção dos seus direitos. A “Davida” criou, por exemplo, a grife DASPU, um projeto autossustentável gerido por prostitutas e que tem por objetivo driblar a dificuldade de financiamento para iniciativas de trabalho alternativo por parte das profissionais do sexo.

Jean Wyllys

Deputado Federal PSOL/RJ